

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS BENTO DA SILVA

**TERRA, ÁGUA, SUBSOLO: os efeitos territoriais da mineração ilegal e do  
agrohidronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque  
Pílamó/Colômbia**

GOIÂNIA  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação    ☒ Tese    ☐ Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Lucas Bento da Silva

#### 3. Título do trabalho

Terra, Água, Subsolo: os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Píamo/Colômbia

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM    ☐ NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS BENTO DA SILVA, Discente**, em 13/02/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 13/02/2023, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3513508** e o código CRC **526D776F**.

LUCAS BENTO DA SILVA

**TERRA, ÁGUA, SUBSOLO:** os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Stricto Sensu), do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

GOIÂNIA  
2022



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Lucas Bento da  
TERRA, ÁGUA, SUBSOLO: os efeitos territoriais da mineração ilegal  
e do agrohidronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque  
Pílamo/Colômbia [manuscrito] / Lucas Bento da Silva. - 2022.  
CCCLVIII, 358 f.: il.

Orientador: Prof. Marcelo Rodrigues Mendonça.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de  
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.  
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,  
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agrohidronegócio. Mineração ilegal. Efeitos territoriais. Quilombo  
Cafundó. Palenque Pílamo. Acumulação por espoliação. . I. Mendonça,  
Marcelo Rodrigues , orient. II. Título.

CDU 911.37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

## ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 75/2022 da sessão de Defesa de Tese de **Lucas Bento da Silva** que confere o título de Doutor em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14 horas**, por meio de **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **“Terra, Água, Subsolo: os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohídronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Píamo/Colômbia”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **José Alves (UFAC)**, membro titular externo; Professora Doutora **Maria Franco Garcia (UFPB)**, membro titular externo; Professor Doutor **Silvio Simione da Silva (UFAC)**, membro titular externo; Professor Doutor **Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois**.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 15/07/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 15/07/2022, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Simione da Silva, Usuário Externo**, em 18/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alves, Usuário Externo**, em 18/07/2022, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Franco Garcia, Usuário Externo**, em 09/02/2023, às 06:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3015264** e o código CRC **F149FAA7**.

**Referência:** Processo nº 23070.022751/2022-72

SEI nº 3015264

## RESUMO

Este estudo tem como propósito compreender as dimensões ancestrais, culturais, simbólicas, econômicas, políticas e étnico-raciais, mediante os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal em territórios de comunidades negras rurais na América Latina. Para tal, considera-se a especulação, as práticas espaciais, a expansão do modelo de acumulação por espoliação e controle sobre os territórios pelo capital, para vários fins, como por exemplo, a monocultura de eucalipto, palma africana, cana-de-açúcar, soja e exploração mineral. Ainda, existem outros meios de violência ligadas às relações de poder, tomando como referência as dinâmicas dos conflitos associados à construção da identidade territorial e das territorialidades do Quilombo Cafundó/Brasil, localizado no sudoeste do estado de São Paulo, no município Salto de Pirapora e; no Palenque Pílamó/Colômbia, localizado no município de Guachené, região norte do Departamento de Cauca. Logo, água, terra e subsolo constituem-se territórios em disputa no século XXI, assim como setores estratégicos para o aumento da desigualdade e da legalidade da injustiça estrutural do Estado. Este, primordial no processo de acumulação por espoliação, possui sua base econômica sustentada na crescente produção de *commodities* agrominerais e do agrohidronegócio. Ainda, observou-se sobre as práticas culturais, como a economia, os usos diversos dos territórios e as disputas territoriais. A *ordem/desordem*, sucessiva e alarmante toma forma espacial para o Estado brasileiro e colombiano e para as vítimas, por exemplo, com o deslocamento forçado na Colômbia, algo crescente no Caribe e Pacífico, além do cercamento e expulsão de seus territórios das populações tradicionais no Brasil. Desse modo, trata-se de questões que a Geografia deve problematizar, a partir da práxis e de um compromisso ético e crítico com sujeitos reais, considerando as estratégias de *(Re)Existências* construídas nas disputas territoriais por água, terra, subsolo. Decerto, as conflitualidades são realidades estabelecidas no movimento da dimensão histórica e social latino-americana, que na construção - tanto da relação empírica, quanto da relação teórica - são compreendidas no conjunto estruturante desta Tese.

**Palavras-chave:** Agrohidronegócio. Mineração ilegal. Efeitos territoriais. Quilombo Cafundó. Palenque Pílamó. Acumulação por espoliação.

## RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender las dimensiones ancestrales, culturales, simbólicas, económicas, políticas y étnico-raciales, a través de los efectos territoriales del agronegocio hidroeléctrico y la minería ilegal en los territorios de las comunidades negras rurales de América Latina. Para ello se considera la especulación, las prácticas espaciales, la expansión del modelo de acumulación por despojo y el control de los territorios por parte del capital, para diversos fines, como el monocultivo de eucalipto, palma africana, caña de azúcar, soja y exploración minera. Aún así, existen otras formas de violencia vinculadas a las relaciones de poder, tomando como referencia la dinámica de los conflictos asociados a la construcción de la identidad territorial y territorialidades del Quilombo Cafundó/Brasil, ubicado en el sudoeste del estado de São Paulo, en el municipio del Salto de Pirapora y; en Palenque Píamo/Colombia, ubicado en el municipio de Guachené, en la región norte del Departamento del Cauca. Por tanto, el agua, la tierra y el subsuelo constituyen territorios en disputa en el siglo XXI, así como sectores estratégicos para el aumento de la desigualdad y la legalidad de la injusticia estructural del Estado. Este, fundamental en el proceso de acumulación por despojo, tiene su base económica sustentada en la creciente producción de commodities agrominerales y agrohidronegocios. Aún así, se observó sobre prácticas culturales, como la economía, los diferentes usos de los territorios y las disputas territoriales. A ordem/desordem, sucessiva e alarmante toma forma espacial para o Estado brasileiro e colombiano e para as vítimas, por exemplo, com o deslocamento forçado na Colômbia, algo crescente no Caribe e Pacífico, além do cercamento e expulsão de seus territórios das populações tradicionais em Brasil. Así, son cuestiones que la Geografía debe problematizar, a partir de la praxis y de un compromiso ético y crítico con los sujetos reales, considerando las estrategias de (Re)Existencias construidas en disputas territoriales por el agua, la tierra, el subsuelo. Ciertamente, los conflictos son realidades instauradas en el movimiento de la dimensión histórica y social latinoamericana, que en la construcción -tanto de la relación empírica como de la relación teórica- se comprenden en el conjunto estructurante de esta Tesis.

**Palabras clave:** Agrohidronegocio. Minería ilegal. Efectos territoriales. Quilombo Cafundó. Palenque Píamo. Acumulación por despojo.

## ABSTRACT

This study aims to understand the ancestral, cultural, symbolic, economic, political and ethnic-racial dimensions, through the territorial effects of agrohydrobusiness and illegal mining in the territories of rural black communities in Latin America. To this end, speculation, spatial practices, the expansion of the model of accumulation by dispossession and control over territories by capital are considered, for various purposes, such as the monoculture of eucalyptus, African palm, sugar cane, soy and mineral exploration. Still, there are other means of violence linked to power relations, taking as a reference the dynamics of conflicts associated with the construction of territorial identity and territorialities of Quilombo Cafundó/Brasil, located in the southwest of the state of São Paulo, in the municipality of Salto de Pirapora and; in Palenque Pílamó/Colombia, located in the municipality of Guachené, in the northern region of the Department of Cauca. Therefore, water, land and subsoil constitute disputed territories in the 21st century, as well as strategic sectors for increasing inequality and the legality of the structural injustice of the State. This, essential in the process of accumulation by dispossession, has its economic base sustained in the growing production of agromineral commodities and agrohydrobusiness. Still, it was observed about cultural practices, such as the economy, the different uses of territories and territorial disputes. The successive and alarming order/disorder takes spatial form for the Brazilian and Colombian State and for the victims, for example, with forced displacement in Colombia, something growing in the Caribbean and Pacific, in addition to the enclosure and expulsion of traditional populations from their territories. in Brazil. Thus, these are issues that Geography must problematize, based on praxis and an ethical and critical commitment to real subjects, considering the strategies of (Re)Existences built in territorial disputes over water, land, subsoil. Certainly, conflicts are realities established in the movement of the Latin American historical and social dimension, which in the construction - both of the empirical relationship and of the theoretical relationship - are understood in the structuring set of this Thesis.

**Keywords:** Agrihydrobusiness. Illegal mining. Territorial effects. Quilombo Cafundó. Palenque Pílamó. Accumulation by spoliation.

## LISTA DE FOTOS

|                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1 - Extração de ouro no rio Cauca, norte do Departamento de Cauca/Colômbia .....                                            | 56  |
| Foto 2 - Área desmatada para mineração ilegal de cassiterita e ouro nos Territórios dos Indígenas Yanomami (Roraima/Brasil)..... | 58  |
| Foto 3 - Quilombo Cafundó. Porto de areia/Brasil .....                                                                           | 83  |
| Foto 4 - Rio Palo. Piscina formada a partir da extração de ouro ilegal no Palenque .....                                         | 83  |
| Foto 5 - Caminhões basculantes e retroescavadeira na extração de material de arrasto no .....                                    | 84  |
| Foto 6 - Amostra de solo (argissolo) no Quilombo Cafundó/SP .....                                                                | 121 |
| Foto 7 - Porto de areia e ao fundo plantação de eucaliptais. Quilombo Cafundó/SP.....                                            | 123 |
| Foto 8 - Conjunto de moradias das famílias quilombolas no Cafundó. Ao fundo área.....                                            | 124 |
| Foto 9 - Paisagem das áreas A, B, C e D no Quilombo Cafundó/SP .....                                                             | 127 |
| Foto 10 - Reforma da Casa de pau-a-pique no Quilombo Cafundó/SP .....                                                            | 131 |
| Foto 11 - Casa de pau-a-pique Quilombo Cafundó/SP .....                                                                          | 132 |
| Foto 12 - Barracão multifunção e palco para atividades culturais e musicais no Cafundó/SP .....                                  | 132 |
| Foto 13 - Paisagem da entrada da Área A do Cafundó/SP.....                                                                       | 133 |
| Foto 14 - Implementos agrícolas do Quilombo Cafundó/SP .....                                                                     | 134 |
| Foto 15 - Trator de uso coletivo dos quilombolas em Cafundó/SP.....                                                              | 135 |
| Foto 16 - Área A – as três estufas e o local escolhido pelas famílias do Cafundó/SP para a produção de arroz e feijão.....       | 135 |
| Foto 17 - Área A – Estufas de hortaliças, árvores frutíferas ao fundo e casas no Quilombo Cafundó/SP .....                       | 136 |
| Foto 18 - O Sr. Marcos Norberto Almeida jogando adubo nas carreiras da estufa orgânica Área A do Quilombo Cafundó/SP .....       | 136 |
| Foto 19 - Área A – Centro experimental agrícola em um dos lotes e roça no Quilombo Cafundó/SP .....                              | 137 |
| Foto 20 - Área A, Centro experimental agrícola em escala menor pronto para colher no Quilombo Cafundó/SP .....                   | 137 |
| Foto 21 - Represa formada pelas nascentes e APP na Área B no Cafundó/SP .....                                                    | 139 |
| Foto 22 - Área de Preservação Permanente na Área B no Cafundó/SP .....                                                           | 139 |
| Foto 23 - Estudo para preparo do solo pelos quilombolas para produção agrícola na Área C. Cafundó/SP .....                       | 140 |
| Foto 24 - Quilombola regando a produção de hortaliças na Área C. Cafundó/SP .....                                                | 141 |
| Foto 25 - Solo preparado pelos quilombolas para produção agrícola na Área C. Cafundó/SP .....                                    | 141 |
| Foto 26 - Produção de hortaliças na Área C. Cafundó/SP .....                                                                     | 142 |
| Foto 27 - Produtos colhidos para integrar a cesta de hortaliças. Cafundó/SP .....                                                | 142 |
| Foto 28 - Produtos destinados às cestas comercializadas nas áreas urbanas. Cafundó/SP .....                                      | 143 |
| Foto 29 - Produtos agrícolas destinados as cestas orgânicas. Cafundó/SP .....                                                    | 143 |
| Foto 30 - Monocultura de eucalipto na Área D (2018). Quilombo Cafundó/SP.....                                                    | 146 |
| Foto 31 - Eucalipto e porto de areia na Área D (2007). Cafundó/SP .....                                                          | 146 |
| Foto 32 - Porto de areia e o efeito territorial da mineração ilegal na Área D (2019). Quilombo Cafundó/SP .....                  | 147 |
| Foto 33 - Porto de areia e o efeito da mineração ilegal na Área D (2020). Quilombo/SP .....                                      | 147 |
| Foto 34 - Placa da Mineração Ouro Branco na Área D. Cafundó/SP .....                                                             | 148 |
| Foto 35 - Espaço externo da Capela de Santa Cruz. Cafundó/SP .....                                                               | 153 |
| Foto 36 - Altar com diversos Santos e Santas de devoção na Capela de Santa Cruz, Cafundó/SP .....                                | 153 |
| Foto 37 - Tambores construídos pelos moradores para práticas socioculturais. Cafundó/SP .....                                    | 156 |
| Foto 38 - Bonecas que representam os orixás construídas pelo grupo de mulheres. Cafundó/SP .....                                 | 156 |
| Foto 39 - Arte feita pelos jovens. Cafundó/SP .....                                                                              | 157 |
| Foto 40 - Artesanato feito pelo grupo de mulheres. Cafundó/SP .....                                                              | 157 |
| Foto 41 - Festa do baobá. Cafundó/SP .....                                                                                       | 158 |
| Foto 42 - Rio Palo: diversão e lazer para as famílias palenqueiras. Palenque Píamo/Colômbia .....                                | 163 |
| Foto 43 - O círculo da representatividade material e imaterial. Palenque Píamo/Colômbia .....                                    | 164 |
| Foto 44 - Via de acesso ao Palenque Píamo/Colômbia.....                                                                          | 166 |
| Foto 45 - Trator utilizado para transportar a cana-de-açúcar. Píamo/Colômbia .....                                               | 167 |

|                                                                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 46 - Via de acesso e às margens cultivos alimentares. Pílamó/Colômbia .....                                                                                                   | 168 |
| Foto 47 - Finca tradicional com cultivos de cacau e banana. Pílamó/Colômbia .....                                                                                                  | 168 |
| Foto 48 - Finca tradicional com cultivos alimentares diversos. Pílamó/Colômbia .....                                                                                               | 169 |
| Foto 49 - Estrada de acesso ao Palenque Pílamó/Colômbia .....                                                                                                                      | 170 |
| Foto 50 - Cordilheira Central que integra a dinâmica da paisagem de Pílamó/Colômbia .....                                                                                          | 177 |
| Foto 51 - Cordilheira Central que integra a paisagem de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                      | 178 |
| Foto 52 - Área de plantio de abacaxi no Palenque de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                          | 179 |
| Foto 53- Barraco para guardar as ferramentas para manejo do solo. Pílamó/Colômbia .....                                                                                            | 179 |
| Foto 54 - Espaço de convivência das famílias do Palenque Pílamó/Colômbia .....                                                                                                     | 185 |
| Foto 55 - Espaço de convivência das famílias de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                              | 185 |
| Foto 56 - Resíduos da extração da mineração ilegal no rio Palo. Pílamó/Colômbia .....                                                                                              | 189 |
| Foto 57 - Produção de abacaxi no território de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                               | 192 |
| Foto 58 - Separação para comercialização do abacaxi no território de Pílamó/Colômbia .....                                                                                         | 192 |
| Foto 59 - Colheita do abacaxi no território de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                               | 193 |
| Foto 60 - Rallanderías do Palenque Pílamó/Colômbia .....                                                                                                                           | 195 |
| Foto 61 - Certificado do reconhecimento do Quilombo Cafundó/SP .....                                                                                                               | 253 |
| Foto 62 - Casas de posseiros demolidas no Quilombo Cafundó/SP .....                                                                                                                | 254 |
| Foto 63 - Reunião dos palenqueiros(as) de Pílamó/Colômbia .....                                                                                                                    | 257 |
| Foto 64 - Uma das nascentes em Pílamó/Colômbia .....                                                                                                                               | 258 |
| Foto 65 - Produção de abacaxi. Palenque Pílamó/Colômbia .....                                                                                                                      | 260 |
| Foto 66 - Monocultura de eucalipto por Estado - Brasil/2019 .....                                                                                                                  | 267 |
| Foto 67 - Rejeitos no rio Doce após o rompimento da barragem da Samarco Mineração.<br>Mariana/Brasil (2015) .....                                                                  | 271 |
| Foto 68 - Pulverização aérea com agrotóxicos na região do MATOPIBA (2018) .....                                                                                                    | 272 |
| Foto 69 - Palma africana no Palenque San Juan de Palos Prietos/Santa Marta/Colômbia .....                                                                                          | 292 |
| Foto 70 - Casas demolidas no Quilombo Cafundó/Brasil .....                                                                                                                         | 296 |
| Foto 71 - Área C, estrutura dos barracos usados pelas famílias do Cafundó na ocupação, em 2008,<br>Brasil .....                                                                    | 297 |
| Foto 72 - Área D - Porto de Areia. Quilombo Cafundó/Brasil .....                                                                                                                   | 299 |
| Foto 73 - Área D - Porto de Areia. Cafundó/Brasil .....                                                                                                                            | 300 |
| Foto 74 - Área D - monocultura de eucalipto. Quilombo Cafundó/Brasil .....                                                                                                         | 301 |
| Foto 75 - A cor da água não é mais transparente como dizem os palenqueiros. Rio<br>Palo/Pílamó/Colômbia .....                                                                      | 319 |
| Foto 76 - Grande quantidade de material retirado do leito e depositado às s margens do rio Palo.<br>Pílamó/Colômbia .....                                                          | 320 |
| Foto 77 - Caminhão basculante cruzando o rio Palo. Pílamó/Colômbia .....                                                                                                           | 321 |
| Foto 78 - Piscina para extração de ouro onde a superfície da água é bastante oleosa e observa-se que<br>está ocorrendo um processo de eutrofização. Palenque Pílamó/Colômbia ..... | 323 |
| Foto 79 - Mapa obtido no exercício de mapeamento socioambiental no território de Pílamó/Colômbia<br>.....                                                                          | 324 |
| Foto 80 - Classificadora de ouro na beira do rio Palo. Pílamó/Colômbia .....                                                                                                       | 324 |



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Orçamento de 2010 a 2018 para regularização fundiária dos territórios quilombolas no Brasil.....             | 226 |
| Figura 2 - Titulação e processo de desapropriação expedida pelo INCRA para quilombos nos Estados brasileiros 2020 ..... | 240 |
| Figura 3 - Desaparecimento Forçado na Colômbia .....                                                                    | 290 |
| Figura 4 - Área D - Perímetro do território do Cafundó/São Paulo/Brasil.....                                            | 303 |
| Figura 5 - Perímetro do território de Pílamo e o rio Palo. Colômbia .....                                               | 304 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1 - Desmatamento em Terras Indígenas (2017-2018). Brasil.....                                                                                                                                                                                                                                     | 59  |
| Mapa 2 - Expansão do monocultivo de soja no Brasil (1974 – 2018).....                                                                                                                                                                                                                                  | 81  |
| Mapa 3 - Município de Salto de Pirapora em que se localiza o Quilombo Cafundó/SP .....                                                                                                                                                                                                                 | 119 |
| Mapa 4 - Área territorial do Quilombo, denominada de perímetro territorial do Cafundó/SP .....                                                                                                                                                                                                         | 128 |
| Mapa 5 - Mapa 05 - Uso do solo nas áreas do Quilombo Cafundó/SP .....                                                                                                                                                                                                                                  | 130 |
| Mapa 6 - Localização do município de Guachené e do Palenque Pílamu/Colômbia.....                                                                                                                                                                                                                       | 176 |
| Mapa 7 - Localização do perímetro territorial do Palenque Pílamu/Colômbia.....                                                                                                                                                                                                                         | 181 |
| Mapa 8 - Identificação espacial do território de Pílamu com detalhe das proximidades da Setor Carrizal.....                                                                                                                                                                                            | 183 |
| Mapa 9 - Certidões expedidas aos Quilombos nos Estados brasileiros.....                                                                                                                                                                                                                                | 209 |
| Mapa 10 - Titulação dos territórios dos palenques na Colômbia (2007) .....                                                                                                                                                                                                                             | 248 |
| Mapa 11 - Área B: uso do solo. Quilombo Cafundó/Brasil (2013).....                                                                                                                                                                                                                                     | 295 |
| Mapa 12 - Área C: uso do solo - Quilombo Cafundó/Brasil (2014) .....                                                                                                                                                                                                                                   | 298 |
| Mapa 13 - Área D, uso do solo, Quilombo Cafundó, Brasil .....                                                                                                                                                                                                                                          | 302 |
| O Mapa 14 demonstra, de forma concreta, os elementos que compõem o uso do solo no território do Cafundó – como a extração de areia, eucalipto etc. – além das nascentes, córregos e estrada municipal. Já a Figura 04 é relativa ao perímetro do território do Quilombo Cafundó/São Paulo/Brasil. .... | 302 |
| Mapa 15 - Organizações e “sujeitos armados” e suas áreas de influência no território de Pílamu/Colômbia .....                                                                                                                                                                                          | 309 |
| Mapa 16 - Dinâmica do deslocamento forçado da população de Pílamu em direção a Guachené/Colômbia .....                                                                                                                                                                                                 | 311 |
| Mapa 17 - Títulos sobrepostos no território de Pílamu/Colômbia .....                                                                                                                                                                                                                                   | 314 |
| Mapa 18 - Presença do MAP – MSE no território de Pílamu/Colômbia .....                                                                                                                                                                                                                                 | 316 |
| Mapa 20 - Mineração ilegal no território de Pílamu/Colômbia.....                                                                                                                                                                                                                                       | 322 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 - Assassinatos no campo brasileiro (2016 a 2019).....                    | 67  |
| Gráfico 2 - Assassinatos no campo colombiano (2016 - 2019).....                    | 69  |
| Gráfico 3 - Exemplifica-se, número de assassinatos no campo colombiano (2021)..... | 70  |
| Gráfico 4 - Áreas do Cafundó .....                                                 | 125 |
| Gráfico 5 - População negra no Brasil e Colômbia .....                             | 201 |
| Gráfico 6 - Número absoluto dos conflitos na Colômbia (2020) .....                 | 282 |
| Gráfico 7 - Número absoluto de conflitos por gênero na Colômbia (2020).....        | 283 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 - Desmatamento em Terras Indígenas por Hectares .....                     | 60  |
| Tabela 2 - Assassinatos por Estado no campo brasileiro (2021) .....                | 68  |
| Tabela 3 - Execução Orçamentária do Programa Brasil Quilombola de 2005 – 2014..... | 236 |
| Tabela 4 - Vítimas do conflito armado na Colômbia .....                            | 282 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Diferenças entre os procedimentos qualitativo e quantitativo .....                                                  | 39  |
| Quadro 2 - Delineamento da dinâmica da economia entre os séculos XVI e XX.....                                                 | 52  |
| Quadro 3 - Distribuição etária e de gênero da população do Quilombo Cafundó.....                                               | 150 |
| Quadro 4 - Glossário do Quilombo Cafundó/SP .....                                                                              | 155 |
| Quadro 5 - Área territorial do Palenque Pilamo .....                                                                           | 184 |
| Quadro 6 - Patrimônio cultural brasileiro.....                                                                                 | 208 |
| Quadro 7 - Declaração e Programa de Ação de Durban/2001 .....                                                                  | 220 |
| Quadro 8 - Os quatro eixos de ações do Programa Brasil Quilombola .....                                                        | 237 |
| Quadro 9 - Nomes, municípios, famílias e área dos Quilombos/SP/Brasil .....                                                    | 238 |
| Quadro 10 - Características semelhantes na Constituição do Brasil (1988) e Colômbia (1991)<br>sobre quilombo e palenque .....  | 243 |
| Quadro 11 - Funções da instituição de Assuntos das Comunidades Negra, Afro-Colombiana,<br>Raizales e Palenqueras/Colômbia..... | 246 |
| Quadro 12 - Carte de apoio e cuidados com Medenis Julio Berrio - Colômbia.....                                                 | 284 |
| Quadro 13 - Personas líderes sociales y defensores de derechos humanos asesinadas em<br>Colombia entre 2018 e 2020.....        | 289 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                          |                                                                    |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| CATI                     | Coordenadoria de Assistência Técnica Integral                      |
| CONAQ                    | Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais  |
| Quilombolas              |                                                                    |
| DANE                     | Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas               |
| EDUCAFRO                 | Educação e Cidadania para Negros e Carentes                        |
| ENFF                     | Escola Nacional Florestan Fernandes                                |
| FCT                      | Faculdade de Ciências e Tecnologia                                 |
| FCP                      | Fundação Cultural Palmares                                         |
| FMI                      | Fundo Monetário Internacional                                      |
| IGAC                     | Instituto Geográfico Agustín Codazzi                               |
| INCRA                    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                |
| IESA                     | Instituto de Estudos Socioambientais                               |
| IBGE                     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                    |
| INCODER                  | Instituto Colombiano de Desarrollo Rural                           |
| ITESP                    | Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo                |
| MNU                      | Movimento Negro Unificado                                          |
| MST                      | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                       |
| MADR                     | Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural                       |
| OCHA                     | Coordenação de Assuntos Humanitários                               |
| ONU                      | Organização das Nações Unidas                                      |
| PRONERA                  | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária                   |
| PCN                      | Proceso de Comunidades Negras en Colombia                          |
| PND                      | Plan Nacional de Desarrollo                                        |
| PIDA                     | Plan Integral de Largo Plazo para Población Negra, Afrocolombiana, |
| Palenquera y Raizal      |                                                                    |
| SENAC                    | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial                         |
| SIG-OT                   | Sistema de Información Geográfica para la Planeación y el          |
| Ordenamiento Territorial |                                                                    |
| SNAIPD                   | Sistema Nacional de Atención Integral a la Población Desplazada    |
| UNESP                    | Universidade Estadual Paulista                                     |
| UFG                      | Universidade Federal de Goiás                                      |
| UNASUL                   | União de Nações Sul-Americanas                                     |

## APRESENTAÇÃO

Concedam-me, *a priori*, mencionar uma crônica. E não é uma crônica insignificante. É uma trajetória de vida, trajetória da minha vida, e, também, a trajetória de vida da maioria dos brasileiros e da população negra da diáspora. Análogas a mim, são atacadas e violentadas, tanto física como psicologicamente, todos os dias, ora, por ser descendente de escravizados negros africanos, ora pelo tom da pele, ou, às vezes, por ser brasileiro desprovido de capital.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a composição social nos apresenta, enquanto complemento de contradições da formação do espaço geográfico, índices de desigualdade e violência sistemática, com aqueles que não fazem parte do padrão ocidental ou da hegemonia, postos como regra de vida – ainda, são fatos do cotidiano da maioria da população brasileira, por exemplo, a fome, a violência, a espoliação e outros meios de tentar calar nossas falas e cosmovisões. Assim, a minha trajetória é a história de vivência de uma grande parte dos brasileiros, que vive na incerteza de um Estado que não enxerga, ou faz de conta que não enxerga, os múltiplos territórios e suas cosmovisões emancipatórias.

A minha história começa no meu nascimento, na cidade de Jundiaí, interior do estado de São Paulo, filho de Antonio Bento e Maria Helena. A minha mãe criou três filhos negros, sozinha. Meu pai, dependente do jogo de baralho, nunca teve tempo para educar e dar carinho aos filhos – e, às vezes, ele e minha mãe rolavam no chão de terra, no quintal de casa, porque minha mãe não o deixava vender os móveis da casa para quitar dívidas nos cassinos de Jundiaí, na década de 1980. Eu nasci em 07 de agosto de 1980, e, desta data até os dias atuais, a minha história foi pincelada com momentos de dificuldades, perdas e alegrias.

Nesse contexto, migramos para Barretos, norte do Estado de São Paulo, já que minha mãe ficou depressiva e não tinha nenhuma condição de cuidar dos filhos em Jundiaí. Meu pai foi embora de Jundiaí, deixando minha mãe com os três filhos numa cidade onde não conhecíamos ninguém. Então, minha tia Lurdes, irmã da minha mãe e que morava em Barretos, foi buscar eu e meus dois irmãos, em razão da depressão de minha mãe. Assim, eu cheguei a Barretos com sete anos de idade, numa cidade que estava em pleno processo de desenvolvimento urbano.

Em 1987, Maurício, meu irmão mais velho, foi morar com meu tio, irmão da minha mãe, Santo André/SP. Em 1988, ele e dois amigos abriram uma empresa de manutenção de elevador. Meu irmão havia feito o ensino médio com o curso Técnico em Eletrônica, mas, no ano de 1990, descobriu que estava com câncer no estômago e, por isso, foi morar em Barretos, para se cuidar, operar e tratar da doença. Mas, em 1993, depois de quase três anos

da cirurgia, as dores no estômago retornaram e meu irmão, em menos de seis meses foi a óbito. Foi triste, ver isso acontecer com um rapaz que não fumava e não usava bebidas alcoólicas.

A partir desses acontecimentos, fui jogar bola no time do Santo André, no qual fiquei até os 19 anos. Regressando para Barretos, comecei a estudar e fiz um Curso Tecnológico em Informática no SENAC. Nesse processo, porém, o meu irmão Thiago (o caçula) foi a óbito, em 2003, por ter almoçado e deitado com a barriga cheia, não fazendo a digestão teve complicações respiratórias. Quando terminei o Curso Tecnológico migrei para a cidade de São Paulo com o objetivo de dar continuidade aos estudos e à militância com o Movimento Negro Unificado (MNU), contra o genocídio da população negra, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na luta pela terra e pela reforma agrária.

Ao chegar a cidade de São Paulo, em 2003, ingressei no Cursinho Popular Educação e Cidadania para Negros e Carentes (EDUCAFRO), que tem como objetivo reunir pessoas voluntárias, solidárias e beneficiárias dessa causa. Pessoas que lutam pela inclusão de negros, em especial os pobres em geral, prioritariamente, nas universidades públicas ou em uma universidade particular com bolsa de estudos, com a finalidade de possibilitar empoderamento e mobilidade social para a população pobre e afro-brasileira.

Portanto, a EDUCAFRO foi importante para minha formação educacional e pessoal na luta social e negra a partir das cotas nas universidades públicas. Em 2007, ingressei no Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), no Campus de Presidente Prudente. Um Curso direcionado para os movimentos sociais a partir do convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntamente com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), da Via Campesina e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Em 2011, finalizei o Curso.

Desde a graduação, a minha militância é fundamentada no Movimento Quilombola do Estado de São Paulo e na pesquisa sobre as Comunidades Negras na América Latina e no Caribe. Ainda, igual empenho também se deu no Mestrado, a partir dos movimentos sociais do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) (UNESP), sob a orientação da Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio Castro, e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), especificamente, nos cursos de Formação Latino-Americana, em Guararema/SP, entre 2007 e 2016. Dessa forma, isso permitiu o intercâmbio de conhecimentos e lutas dos movimentos sociais na Colômbia e outros países da América.



Assim, em 2017, iniciei o estudo de doutorado na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). No doutorado, a ideia estava pautada em ampliar a escala de investigação entre Brasil e Colômbia, no sentido de compreender, com mais detalhes, os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal em territórios de comunidades negras da América Latina, especificamente, no Brasil, Quilombo Cafundó, e, na Colômbia, Palenque Pílamó.

Nesse sentido, o foco do estudo em questão busca compreender as políticas públicas territoriais de ações afirmativas contra as barbáries do racismo, assim como os efeitos do território na identidade territorial dos quilombolas do Cafundó e dos palenqueiros de Pílamó, construída na relação ancestral com a água, a terra, a cultura, o território e outros elementos do processo de construção territorial dessas Comunidades.

Sendo assim, a minha participação na desapropriação e na titulação das áreas do Quilombo Cafundó (2007 a 2016), foi o pontapé necessário para pensar a trajetória negra, camponesa e a produção de alimentos, tal como os conflitos e as territorialidades. Dessa maneira, cabe a ressalva de que esses elementos consolidaram o caminho para o doutorado em Geografia. Caminhos que também me possibilitaram estruturar a pesquisa sobre a dinâmica territorial do Palenque Pílamó, Colômbia.

Outro foco de interesse foi a *literatura* que abordava as relações raciais, assim como de identidade, de gênero, camponesas e culturais no contexto latino-americano. Nesse período, foram bem-vindas as produções teóricas de Arturo Escobar, Peter Wade, José Mauricio Arruti, Ligia Osorio Silva, Kwame Nkrumah, Marta Inez Medeiros Marques, David Harvey, entre outras. Portanto, os fatores mencionados foram fundamentais ao reunir os dados para a pesquisa no campo, no Brasil e na Colômbia, no intuito de uma melhor compreensão histórica, política, econômica e cultural das comunidades negras na América Latina.

Assim, a investigação foi centrada no Brasil e na Colômbia, a partir das contradições do processo da acumulação por espoliação dos territórios negros pelo capital, a partir de práticas coloniais e mediante as territorializações capitalistas. Em consequência, efeitos territoriais diversos surgiram por meio do agrohidronegócio e da mineração ilegal nas localidades pesquisadas, bem como na identidade territorial e na produção de alimentos dos palenques e quilombos.

Os conflitos territoriais, assim como os assassinatos e os deslocamentos forçados das famílias estão presentes nas áreas pesquisadas e, por conseguinte, tais adversidades têm piorado a qualidade de vida das populações negras locais/regionais. Além disso, a política de megaprojetos, apesar do discurso ambientalista que a permeia, gera efeitos nos territórios,

como, por exemplo, a contaminação do rio Palo/Colômbia pelo mercúrio, oriundo das atividades minerárias, dentre outros efeitos de cunho socioambiental.

Enfim, cabe dizer que a minha trajetória se complementa na práxis e na vivência – não somente restringindo a minha vida e da minha família – correlacionando-as ao desejo de conhecer mais e mais as ancestralidades dos grupos negros do Cafundó e de Pílamo, além de suas formações territoriais construídas no processo de acumulação/espoliação nos territórios. Essa é uma tarefa difícil por motivos diversos, os quais serão postos aqui a partir da coletividade de um conjunto social, temporal e espacial das questões empíricas, teóricas, objetivas, subjetivas e construídas historicamente, com trajetórias espaciais, minhas e das pessoas que me ajudaram, além de sugestões, críticas e alternativas para estruturar a pesquisa apresentada.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                            | <b>20</b>  |
| Procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa .....                                                                                                           | 33         |
| <b>CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GEOGRAFIA<br/>CONTEMPORÂNEA: CAPITAL, CAPITALISMO E TRABALHO NA AMÉRICA<br/>LATINA.....</b>                                | <b>42</b>  |
| 1.1 Comércio transatlântico, violências, expansão econômica europeia.....                                                                                          | 51         |
| 1.2 Capitalismo, acumulação por espoliação e controle territorial.....                                                                                             | 55         |
| 1.2 Formação Histórica e Territorial da América Latina: Colonização e Temas Essenciais<br>da Conjuntura Geopolítica.....                                           | 73         |
| <b>CAPÍTULO 2 A RELEVÂNCIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA O DEBATE<br/>SOBRE QUILOMBOS E PALENQUES .....</b>                                                           | <b>86</b>  |
| 2.1 Geografia e o espaço brasileiro e colombiano: pressupostos para explicar sobre os<br>territórios negros.....                                                   | 93         |
| 2.1.1 Território no contexto estudado.....                                                                                                                         | 96         |
| 2.1.2 <i>A construção da identidade e do território</i> .....                                                                                                      | 103        |
| <b>CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS<br/>DE PESQUISA NO CAFUNDÓ/BRASIL E PÍLAMO/COLÔMBIA.....</b>                                        | <b>110</b> |
| 3.1 Formação territorial do Quilombo Cafundó .....                                                                                                                 | 110        |
| 3.1.1 <i>Localização do Quilombo Cafundó</i> .....                                                                                                                 | 118        |
| 3.1.2 <i>Perímetro territorial do Quilombo Cafundó</i> .....                                                                                                       | 124        |
| 3.1.3 <i>Economia: áreas de produção agrícolas - lotes e roças</i> .....                                                                                           | 129        |
| 3.1.4 <i>Demografia</i> .....                                                                                                                                      | 149        |
| 3.1.5 <i>Práticas socioculturais e religiosas</i> .....                                                                                                            | 151        |
| 3.2 Formação territorial do Palenque Pílamó .....                                                                                                                  | 159        |
| 3.2.1 <i>Localização do Palenque Pílamó/Guachené/Colômbia</i> .....                                                                                                | 175        |
| 3.2.2 <i>Perímetro territorial do Palenque Pílamó</i> .....                                                                                                        | 180        |
| 3.2.3 <i>Demografia</i> .....                                                                                                                                      | 186        |
| 3.2.4 <i>Práticas socioculturais</i> .....                                                                                                                         | 188        |
| 3.2.5 <b>Economia: modos e meios de produção agrícolas.....</b>                                                                                                    | <b>191</b> |
| <b>CAPÍTULO 4 CONSTITUIÇÃO DOS QUILOMBOS E PALENQUES NA AMÉRICA<br/>LATINA: O CONTEXTO HISTÓRICO E O DEBATE SOBRE O QUE É QUILOMBO<br/>E O QUE É PALENQUE.....</b> | <b>198</b> |
| 4.1 Constituição dos quilombos no Brasil .....                                                                                                                     | 203        |
| 4.1.1 <i>Formação dos palenques na Colômbia</i> .....                                                                                                              | 210        |
| 4.1.2 <i>O que é ser quilombola e ser palenqueiro</i> .....                                                                                                        | 214        |
| 4.1.3 <i>Movimentos sociais e políticas públicas territoriais para quilombos e palenques</i><br>.....                                                              | 215        |
| 4.1.4 <i>Políticas territoriais para quilombos e palenques</i> .....                                                                                               | 222        |
| 4.2 Quilombo .....                                                                                                                                                 | 229        |
| 4.2.1 <i>Palenque</i> .....                                                                                                                                        | 241        |
| 4.2.2 <i>Mediações e resultados das políticas territoriais no Quilombo Cafundó e no<br/>            Palenque Pílamó</i> .....                                      | 249        |
| <b>CAPÍTULO 05 AGROHIDRONEGÓCIO E MINERAÇÃO ILEGAL NO BRASIL E<br/>NA COLÔMBIA: OS RECURSOS TERRITORIAIS “PILHADOS” NA AMÉRICA<br/>LATINA.....</b>                 | <b>262</b> |
| 5.1 Brasil.....                                                                                                                                                    | 266        |
| 5.1.2 <i>Colômbia</i> .....                                                                                                                                        | 274        |

|                                                                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1.3 Espaço geográfico colombiano: conflito armado, guerrilhas, paramilitarismo, narcotráfico .....                                                      | 279        |
| 5.1.4 Desaparecimento e deslocamento forçados .....                                                                                                       | 285        |
| 5.2 Efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal: espoliação e conflitos no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia ..... | 291        |
| 5.2.1 Quilombo Cafundó, conflitos, disputas e espoliações .....                                                                                           | 294        |
| 5.2.2 Efeitos territoriais: atores armados, conflitos, disputas e espoliação no Palenque Pílamó .....                                                     | 304        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                         | <b>326</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                                                                   | <b>331</b> |
| <b>ANEXO A .....</b>                                                                                                                                      | <b>349</b> |

## INTRODUÇÃO

Os recursos territoriais *terra, água e subsolo* são recursos disputados e desejados na América Latina por inúmeras corporações nacionais, transnacionais, sujeitos armados e pelos povos do campo. Num processo geohistórico de espoliações dos recursos, por meio de múltiplas atividades econômicas materializadas espacialmente através de mecanismos heterogêneos e práticas espaciais que tem, em suas relações, as ações de características políticas, raciais, econômicas e de totalidades contraditórias. Exemplificando: os efeitos territoriais da territorialização do capitalismo em comunidades negras e tradicionais no Brasil e Colômbia, no século XXI – que são materializados por meio de diversas relações econômicas de transnacionais/nacionais, tanto pelo Estado, quanto por relações de questões ilícitas, como veremos nos capítulos da Tese.

A terra, símbolo de poder e de conflitos territoriais - entre latifundiários, capitalistas contra os indígenas, os quilombolas, os palenqueiros, os camponeses e outros grupos étnicos no Brasil e Colômbia – que pautam em suas relações com a terra: a *sobrevivência*. Dessa maneira, não há previsão de interrupção do desenvolvimento capitalista e das *commodities* - pertencentes às monoculturas de *eucalipto, soja, palma africana, cana-de-açúcar* - entre outras práticas econômicas de cunho duvidoso, como por exemplo, a *mineração ilegal* praticada por diferentes sujeitos e empresas/corporações, responsáveis por expandir a fome, a miséria e a contaminação da água e do subsolo por diversos resíduos químicos e outros poluentes.

Afinal, a terra - solta no espaço, em sua essência nua, a própria natureza pura – que, na maioria das vezes, esconde as diferenças entre os povos. Assim, a poderosa ideologia sobrevaloriza o *agrohidronegócio (hidrelétricas/monoculturas) e mineração (ilegal)* como a única alternativa de desenvolvimento para o território (PORTO-GONÇALVE, 2012). Não respeitam as cosmovisões dos povos, suas culturas e ancestralidades, assim como os saberes-fazer e os afetos que tais sujeitos traçam com a terra e território. Terra esperança de liberdade do conjunto da riqueza da natureza e complemento associado aos afetos construídos nas territorialidades dos quilombolas do Cafundó e dos palenqueiros de Pílamó que, são exemplos das relações de amor e cuidados, assim como disputas e conflitos para manter seus espaços ancestrais, culturais, religiosos e de produção agrícola.

A água, um bem comum da humanidade – água para vida e não para morte – caracterizada como um elemento do conjunto da beleza da natureza e um dos recursos

naturais<sup>1</sup> mais essencial para a sobrevivência dos seres humanos e dos animais. Portanto, a concepção da água como bem comum se manifesta nos espaços e territórios de luta, como nas tradições e nas concepções populares de mundo. São sementes que ainda não germinaram, já que não vivemos as condições históricas para isto; pois estão sufocadas pela hegemonia do capital que se manifesta em práticas como a manipulação de gigantescos volumes de água, na atribuição do dinheiro como medida de valor e na naturalização da escassez (FLORES; MISACZKY, 2015).

Tendo como referência tal concepção brevemente sistematizada, foram analisadas lutas sociais no Brasil e Colômbia, as quais comunidades negras rurais - como do Cafundó e Pílamo - e grandes grupos populacionais são privados do acesso à água (FLORES; MISACZKY, 2015). Portanto, encontram sua sobrevivência ameaçada constantemente, além de representar meros fatos que desenham um cenário de assassinatos, deslocamentos forçados, disputas territoriais, além de conflitos pelos recursos territoriais. Viajando por alguns países da América Latina, a partir de 2009, e vivenciando experiências nos quilombos e palenques, foi possível viver o cotidiano das privações causadas pelo controle das águas, monoculturas, barragens e minerações, assim como a influência do Estado e de outras práticas espaciais pertinentes aos efeitos territoriais das relações econômicas no desenvolvimento capitalista.

Referente aos efeitos das relações econômicas nos territórios negros do Brasil e Colômbia e das organizações e articulações, desenvolvidas para impossibilitar essas atividades, se encontram nas *(Re)Existências* das sujeitas e sujeitos dos territórios quilombolas e palenqueiros - que são vítimas da totalidade pertencente da espoliação do território pelo capital e exercem, a partir de uma concepção de bem comum da água e do efeto pela terra e subsolo, uma crítica antológica das relações capitalistas...[...] para (FLORES; MISACZKY, 2015) essa concepção se constitui em uma afirmação ético-prática enraizada na materialidade de suas vidas, assim como na história de seus antepassados, em suas culturas, tradições e conhecimentos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Recursos naturais são materiais presentes no plano terrestre que são utilizados pelo gênero humano para a produção de sua vida, desde a sobrevivência até a realização de bem-estar e conforto. Estes recursos podem ser utilizados de forma direta, como a água e os alimentos retirados diretamente da natureza, ou depois de serem processados industrialmente (EVEDOVE, 2014, p. 13).

<sup>2</sup> As práticas mais antigas de produção de alimentos, de lidar com a terra e com a água retornam na tentativa de substituir e ultrapassar a relação destrutiva capitalista. Nas experiências de privação da água que acompanham as formas capitalistas de apropriação, emergem concepções novas, ainda como sementes. Por estarem enraizadas na vida, essas concepções alcançam a universalidade necessária. Elas precisam ter aspirações universais porque precisam agarrar-se à vida, e não há nada mais universal do que a própria vida, que é a humanidade em sua forma mais simples (FLORES; MISACZKY, 2015),

Outro elemento do complexo da natureza é o subsolo de onde são retirados os alimentos e, os recursos como a água, ouro, diamante, entre outros minerais. Os efeitos socioambientais decorrentes do uso inadequado do subsolo no espaço geográfico latino-americano - além das tensões produzidas nessas relações, por meio da espoliação dos recursos territoriais...[...] - geraram aflições resultantes do descaso das cosmovisões das comunidades tradicionais sobre suas práticas agroecológicas, culturais, religiosas e econômicas em seus territórios.

Os efeitos do uso inadequado do solo temporalmente são variados: desequilíbrio do ecossistema; aumento da salinidade; redução e desaparecimento de animais e insetos, além da vegetação nativa; erosão; liberação de gases poluentes; contaminação dos alimentos que a terra produz; desertificação e tensões de proporções geopolíticas, culturais e raciais. Assim, totalizaram em disputas e conflitos territoriais por terra, água, subsolo e outros recursos relevantes para os territórios negros/tradicionais do Brasil, da Colômbia, do Peru, do Equador e da Bolívia, entre outros territórios que, nas suas relações, usufruem dos elementos da natureza para vida.

Assim, o mal uso dos recursos territoriais, pelas práticas do capital ilícito/licito geograficamente, está fomentando os conflitos que são gerados na territorialização do conjunto das relações e práticas econômicas da acumulação por espoliação do território. Por modelo, o capital financeiro por meio das *commodities* produzem espacialmente desequilíbrios nas dinâmicas climáticas e nos territórios dos povos tradicionais, como por exemplo, o controle da água do rio Cauca/Colômbia pelos fazendeiros latifundiários/agronegócio, além da contaminação do rio por resíduos que desconfiguraram e ainda desconfiguram as práticas da mineração ancestral das indígenas e negras.

As formações territoriais de comunidades negras rurais/tradicionais na América Latina expressam as *(Re)Existências*<sup>3</sup> dos sujeitos do Quilombo Cafundó/Brasil e do Palenque Pílamo/Colômbia, que, contraditoriamente, constroem, *uma nova ordem territorial*, onde a luta social local possui conteúdo global, considerando as formas de apropriação da terra, água e subsolo. Partindo dessa abordagem analítica, ou seja, das contradições expressas a partir dos efeitos territoriais<sup>4</sup> do agrohídronegócio e da mineração ilegal<sup>5</sup> compreende-se a luta pelos territórios de vida como a centralidade da pesquisa.

---

<sup>3</sup> (MENDONÇA; PELÁ, 2011).

<sup>4</sup> Compreendemos por efeitos territoriais a associação de um conjunto de ações, intencionalidades dos grandes empreendimentos, no caso em questão as atividades mineratórias, que perpassam a produção da Existência nos lugares. Os desdobramentos podem ser diversos, quer sejam sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais decorrentes da dinâmica territorial, redesenhando o espectro societal e marcando os espaços sociais, ou seja,

O desafio foi realizá-lo após a observação empírica do conjunto de elementos territoriais (ambiental, cultural, econômico, social, étnico-racial, político) no lugar, compreendido enquanto espaço de vivências e *atravessado pelo mundo*. Dessa forma, o intuito foi buscar analogias, semelhanças e diferenças no interior do Quilombo Cafundó/Brasil e do Palenque Pílamó/Colômbia, além das políticas públicas ou a ausência das mesmas na constituição das territorialidades das comunidades negras pesquisadas.

Ao realizar essa análise geográfica, pôde-se perceber as raízes das diferentes territorialidades no tempo e no espaço geográfico latino-americano. Assim, crê-se que a compreensão dos processos históricos seja o caminho para se *desvendar* as características específicas desses lugares de pesquisa, observando os seus conhecimentos e o que os diferencia, além da compreensão das particularidades dos múltiplos territórios para se compreender a totalidade espacial, o mundo em que vive-se e, para investigar as relações de poder, que se estabelecem entre os seres humanos, o capital e entre estes e o território (CASTROGIOVANNI, 2000).

No cenário dessas processualidades, as práticas espaciais, segundo Bastos; Casaril (2016) e Jesus (2019) podem ser utilizadas para analisar, tanto a escala geográfica nacional como a regional e a local, já que se referem à análise da concreticidade de uma sociedade, observando o que compreende a evolução, a situação atual e as mudanças históricas, além de suas relações serem uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada, como os quilombos no Brasil e os palenques na Colômbia.

Os quilombos e palenques se constituíram em espaços e territórios nos quais as formações e as práticas espaciais apresentam uma totalidade caracterizada pela autorreferência, além da ancestralidade e ocupação territorial, regidas por mecanismos próprios de organização. Por conseguinte, ao longo da formação territorial dos países latino-

---

produzindo os territórios, mediante a junção dos interesses do capital, do Estado e das classes hegemônicas. Contudo, jamais, em tempo algum, pode se desconsiderar as *(Re)Existências* das classes não hegemônicas (subalternizadas) que (re)agem e lutam pelos Territórios de Vida. (OLIVEIRA; LIMA; MENDONÇA, 2019, p. 164). Os efeitos territoriais são resultantes das formas de apropriação dos bens naturais/sociais em territórios, em que, o capital se apropria das dinâmicas locais, ou seja, as consequências da ocorrência do agrohidronegócio (cana-de-açúcar, palma africana, eucalipto, soja e hidrelétrica) e da mineração ilegal para as populações tradicionais. (CARVALHO; SILVA, 2014).

<sup>5</sup> Com a forte entrada da mineração ilegal e mecanizada, o cotidiano das populações negras e tradicionais na América Latina foi substancialmente transformada. Sem qualquer preocupação socioambiental, esta mineração ilegal é colocada em prática com a cumplicidade do Estado com distintas formas de violência para as populações locais/regionais. Estas, organizam uma série de lutas para expulsar essas ações nefastas de seus territórios tradicionais. O que fica claro com a mineração ilegal é que sua implantação implica em transformações nas configurações territoriais, destacando-se a contaminação dos rios com os sedimentos e o mercúrio; e, ainda, a presença repentina de grupos armados e centenas de barqueiros associados ao garimpo ilegal constituem uma transformação em termos de perda de autonomia territorial para as populações tradicionais (RESTREPO, 2017).



americanos, fundamentaram suas *(Re)Existências* e permanências sobre um espaço hostil, através de um ordenamento espacial e territorial próprio (JESUS, 2013).

Nesse sentido, em conformidade com Mendonça; Pelá (2011), as *(Re)Existências* são ações construídas nos processos decorrentes dos efeitos territoriais do agrohidronegócio e de luta pelos territórios de *(Re)Existências*, materializadas na ação política pela permanência na terra, especialmente na luta pela Reforma Agrária. Diga-se de passagem, luta posicionada contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidroelétricos, que expulsam milhares de famílias de seus lugares de Existência. Sendo assim, na luta pela água, entre outras ações de natureza política, as quais possuem como fundante as próprias relações de pertencimento e reciprocidade nos territórios.

As atividades compreendidas no conjunto do agrohidronegócio - mais precisamente a expansão das monoculturas para a produção de energia (cana-de-açúcar, soja, palma), combinadas com o represamento dos rios (empreendimentos hidroelétricos) para garantir energia supostamente limpa, além de abastecimento de água aos grandes complexos agroindustriais e cadeias produtivas que sustentam a expansão e a reprodução do capital - tomam forma espacial com a territorialização desses megaempreendimentos no Brasil, Colômbia e na América Latina como um todo (MENDONÇA, 2010).

Por esse viés, os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal em territórios negros e tradicionais na América Latina, bem como suas inserções no circuito mundial de produção de *commodities* - tanto minerais, quanto do agronegócio - produziram efeitos nos *fazeres e saberes* agrícolas tradicionais, o que também são decorrentes da ação do Estado nas comunidades. Logo, os casos do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó são exemplos dos efeitos territoriais dos processos da acumulação por espoliação do território pelo capital – e que foram desencadeados, temporalmente, pelos diferentes atores hegemônicos e grupos armados, no caso, colombiano.

Matos (2016) aponta que o processo de territorialização do capital agromineroindustrial (agronegócio, mineradoras) se relaciona, espacialmente, com os megaprojetos infraestruturais do conjunto do agrohidronegócio no Brasil e Colômbia. Desse modo, isso implica não só na mudança dos usos da terra e dos recursos territoriais, mas também no estabelecimento de novas territorialidades que excluem as anteriores e nas quais os novos usos do território acarretam a introdução de novos objetos, equipamentos e novas ações, gerando territorialidades diferentes. Diante disso, decorre a desterritorialização dos sujeitos já territorializados, bem como a destruição dos sentidos históricos e das respectivas ações políticas que se desencadeavam no território.

O conjunto desta pesquisa apresenta a percepção de como o processo da acumulação por espoliação nos territórios na América Latina, especificamente no Brasil e na Colômbia, foi vivenciado nos últimos séculos e décadas que se seguiram após a independência do Brasil e da Colômbia, desencadeando as condições de desigualdade e violência como suporte de poder capitalista. Mais precisamente sobre as ditaduras militares, guerrilhas, narcotraficantes, paramilitares, milícias e, conseqüentemente, o processo de territorialização do capitalismo, do agrohidronegócio e da mineração ilegal em territórios negros.

Nos quilombos, palenques e comunidades tradicionais, as relações com o território não se definem somente por um princípio material de apropriação e uso, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferir, de pertencimento. Esse princípio explica a intensidade da relação com o território, conforme aponta Haesbaert (2012). O território não pode ser percebido apenas como uma posse ou entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa com o território (HAESBAERT, 2012). E ainda, de acordo com Raffestin (1993), nessa perspectiva, o território também é um espaço onde se projetou um trabalho, seja por energia e informação, e que, por consequência, revela as relações marcadas pelo poder, no decorrer do tempo.

Além disso, nessa perspectiva, é preciso reconhecer que a constituição dos quilombos e palenques no espaço geográfico brasileiro e colombiano é diversificada, a partir de especificidades e territorialidades distintas. Ainda, ressalta-se que as revoltas por liberdade e trabalho livre sempre estiveram conectadas com a formação territorial de cada grupo social, geograficamente, já que são lutas para manter as suas culturas, a agricultura tradicional e as simbologias ancestrais africanas construídas. Dentre as simbologias africanas, evidencia-se uma forma constante de expressões relacionadas às mensagens de fertilidade, espiritualidade, morte, coragem, terra e água.

É importante frisar que a preocupação em entender as especificidades dessas comunidades negras e tradicionais no composto teórico e empírico, é sempre relevante. Assim, as categorias e conceitos da Geografia e de outras ciências são elementos fundamentais para a construção desta Tese, como também para a elaboração do conhecimento produzido no *encontro geográfico* entre o Quilombo Cafundó<sup>6</sup> e o Palenque Pílamó<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Ademais, no Brasil era comum a doação de terras por parte de algum latifundiário escravocrata para as famílias escravizadas entre o século XIX e XX, episódio concreto na constituição territorial do Quilombo Cafundó. Nesse contexto, ocorria também a compra de terras por escravizados, principalmente após a alforria, o que foi registrado em alguns países latino-americanos.

Desse modo, no que concerne aos conhecimentos relativos à apreciação das categorias geográficas, cabe a discussão dos métodos e abordagens utilizadas pela Geografia, bem como em outras ciências. Em outras palavras, para compreender as relações ecológicas e sociais dos quilombolas e palenqueiros, juntamente com as suas formas de ser no território étnico, ancestral e tradicional, é necessário “[...] perceber todos os elementos presentes que contribuem na fisionomia daquele espaço” (GOMES, 2009, p. 19). A fim de exemplificação, destacamos a geologia, a economia, a demografia, as relações étnico-raciais e de gênero, educação, saúde e conflitos territoriais, entre outros aspectos como alguns desses elementos.

Diante disso, a categoria analítica *território* permeia a pesquisa, sendo fundamental para a compreensão das transformações espaciais ocorridas nos territórios do Cafundó e de Pílamo. Concordante a isso, o território assumiu, durante os últimos anos de pesquisa na ciência geográfica, a indispensabilidade para entender as complexas realidades geográficas, assim como seus significados. Dessa forma, permitiu a redefinição do papel da Geografia em relação aos problemas colocados pela evolução recente da sociedade humana (DEMATTEIS, 2007).

A discussão e a construção desse conceito, no estudo sobre as territorialidades quilombolas e palenqueiras, podem auxiliar na compreensão dos processos de apropriação do espaço, assim como dos sujeitos hegemônicos e hegemonzados. Por essa razão, o entendimento do território, como categoria de análise da realidade, representa uma importante contribuição para a compreensão geográfica dos territórios negros e étnicos do Brasil e da Colômbia.

Seja dito de passagem, os fatos geográficos no território de Pílamo e Cafundó apresentam formas dinâmicas, em decorrência dos efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohídronegócio na produção agrícola, tanto na cultura, quanto na economia local dessas comunidades negras.

Na Colômbia, os latifundiários plantam palma africana - *commodity* do agrohídronegócio - além da mineração ilegal e, para tanto, usam grandes quantidades de água

---

<sup>7</sup> Os palenques colombianos, por sua vez, localizam-se nas regiões do Pacífico e Caribe. Acerca da construção dos territórios palenqueiros, a partir das estratégias de luta contra a escravidão, a mesma teve o propósito de pôr fim à exploração física e mental dos povos escravizados, resquícios do processo colonial de poder entre os séculos XV e XIX. Também, a formação dos palenques ocorreu por meio das lutas contra a exploração do trabalho forçado nos latifúndios, nas minas de ouro etc. Outro aspecto fundamental na formação dos palenques é a preservação das tradições culturais africanas, tanto na música quanto nas práticas médicas, que estão presentes, por exemplo, nos ritos fúnebres: “Los velorios de muertos en Palenque de San Basilio comparten entonces sus ritos. Solamente cuando se trata de un velorio con lumbalü, los cantos y bailes y el toque del tambor sagrado, y la del pequeño yamadá o llamador constituyen la diferencia” (FRIEDEMANN, 1990, p. 54).

de forma irregular pelas empresas localizadas nos municípios da pesquisa. A questão quilombola e palenqueira, no Brasil e na Colômbia, é considerada como uma fração espacial da contradição do sistema de acumulação por espoliação e controle do território pelas empresas nacionais e transnacionais. Ao mesmo tempo, é a história dos mais velhos com base na ancestralidade, os quais possuem uma identidade territorial - formada em uma base imaterial e material - que foi concebida por meio de suas relações com o território e com os usos territoriais, produzindo culturas e simbologias numa conjuntura de permanente movimento<sup>8</sup>.

Os estudos, no Brasil e na Colômbia, apresentam problemas sociais e econômicos semelhantes. Por exemplo, o Brasil foi *colonizado* pelos portugueses e a Colômbia pelos espanhóis. Desse modo, as suas formações originárias são distintas, mas, para efeitos contemporâneos, ambos os espaços estão sujeitos a um processo de acumulação ampliada do capital, que têm como centralidade a espoliação de territórios (negros e tradicionais) na América Latina.

Dessa forma, é necessário dilucidar como o pesquisador estabeleceu e decidiu o tema pesquisado. Primordialmente, isso incluiu um processo de pesquisa anterior, amadurecimento conceitual e teórico-metodológico, assim como coleta e análise de dados e informações qualitativas e quantitativas. Além disso, vale acrescentar a sua participação em eventos nacionais e internacionais, como também em grupos de pesquisa e militância política com os movimentos negros e sociais - além do envolvimento em projetos de pesquisa a partir de 2013, a saber, o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, na área de Geografia, da Universidade Estadual Paulista/Campus de São Paulo.

Sendo assim, o contexto explicitado possibilitou aprofundar as investigações sobre os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal em territórios negros e tradicionais na América Latina. A temporalidade do processo de acumulação, a partir da produção de *commodities*, cerca-se e apropria-se dos territórios tradicionais e, para isso, o desafio se dá pela identificação dos efeitos territoriais no Cafundó e Pílamo, enquanto territórios que permitem verificar essas situações geografizadas.

---

<sup>8</sup> Pode se relacionar com a compreensão do geógrafo francês, em que, a Geografia Humana analisa processo e é o “[...] conjunto de todos esses fatos de que participa a atividade humana é um grupo verdadeiramente especial de fenômenos superficiais: ao estudo dessa categoria de fenômenos geográficos [...]” (BRUNHES, 1962, p. 27), que estão relacionados aos conflitos diante da expansão econômica nos territórios mundializados.

Os quilombos e palenques surgiram no contexto das estruturas econômicas, sociais e políticas da formação territorial, após a invasão branca na América Latina. Conforme disserta Gomes (2014), tais espaços surgiram como formas de contestação e luta contra a opressão representada pela escravidão ou mesmo enquanto organizações sociais subordinadas à divisão do trabalho hegemônico. Logo, a “[...] sua permanência até os dias de hoje torna-os, assim, representativos dos processos e estruturas do passado e ao mesmo tempo, partes significativas da constituição do espaço no momento histórico atual” (2014, p. 77).

Ainda, a investigação fundamentou-se na diversidade das questões do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó, de acordo com as diferenciações de cada país, estado e região. Desse modo, o que se faz relevante, na análise apresentada e no estudo dessas comunidades negras, é a compreensão da organização espacial e das territorialidades produzidas pelos sujeitos da pesquisa.

Os territórios das comunidades quilombolas e palenqueiras descendentes de populações escravizadas, como relatado por alguns anciões dos quilombos, possibilitaram compreender que, ao longo do tempo, os quilombos construíram e continuam construindo, estratégias de (Re)Existência por meio dos laços históricos de parentesco, além dos saberes e fazeres agrícolas.

De outra forma, a ação política - mediada pelas práticas socioculturais como condição do continuar a Existir na terra e no território - ganha sentido na luta pela vida diária de produzir e se reproduzir na terra, mediante memórias de trabalho e de violência. Mas, é na luta cotidiana, sob diferentes formas, que se estabelece um modo de relação espacial, bem como uma maneira de dar sentido coletivo à vida.

Nesse contexto, pretendeu-se assimilar as principais discussões sobre acumulação por espoliação do agrohidronegócio e da mineração ilegal; assim como os efeitos territoriais, as identidades, as políticas públicas, os territórios, as violências e as (Re)Existências, destacando o comportamento sociocultural e histórico do Cafundó e de Pílamó. Espera-se, assim, contribuir com estudos e pesquisas no intuito de possibilitar o avanço do conhecimento geográfico sobre a identidade quilombola e palenqueira e, também, sobre os efeitos territoriais dos megaempreendimentos nos territórios.

Portanto, é de fundamental importância conhecer a diversidade territorial brasileira e colombiana, assim como as suas complexidades, considerando a questão agrária e racial no século XXI. Os quilombolas do Cafundó e os palenqueiros de Pílamó, ao longo desse processo, buscam reconstruir a identidade e os seus territórios, tomando como ponto de

partida os territórios negros, conforme afirma Almeida (2010, p. 3): “O território incorpora a identidade coletiva” enquanto se constrói.

Silva (2016) apresenta que a formação territorial do Quilombo Cafundó - no espaço geográfico brasileiro, localizado no município de Salto de Pirapora, região de Sorocaba no sudoeste do Estado de São Paulo - caracterizou-se como território, a partir da doação de terras, ocasionada pelo latifundiário que mantinha duas famílias escravizadas no século XIX, assim como pela diversidade de luta e afirmação da identidade territorial, no contexto dos conflitos por terra e território no Cafundó.

Já o Palenque Píamo, que está localizado na região do Pacífico – norte do Departamento de Cauca no município de Guachené, no espaço geográfico colombiano – iniciou-se no século XIX a partir do processo de libertação de escravizados e, também, mediante o fato de muitos fazendeiros terem deixados as fazendas na segunda metade do referido século, em decorrência do declínio da mineração de ouro etc. Assim, as famílias negras escravizadas na fazenda Píamo se apropriaram do espaço e construíram um modelo próprio de posse da terra, onde palenqueiros construíam suas casas e buscavam, como ainda buscam, seu território autônomo e de Existência.

A partir desse cenário, analisa-se a construção da identidade e do território, juntamente às disputas territoriais, a degradação dos solos, os conflitos e as violências sofridas pelos grupos étnicos investigados no Brasil e Colômbia. Esses processos apresentam complexidades, porém, configuram-se a partir dos sujeitos quilombolas, palenqueiros, indígenas e outros, evidenciando a exclusão étnico-racial, social e histórica, que nos faz refletir sobre as categorias geográficas presentes no processo de exclusão social na conjuntura latino-americana.

Segundo Barth (1998, p. 194), “[...] na medida em que os atores usam identidades para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. Nesse sentido, o entendimento sobre grupos étnicos parte da forma organizacional e coletiva das famílias de Cafundó e Píamo, no conjunto das relações étnico-raciais, construídas por meio das relações material/objetiva e a partir de uma base imaterial/subjetiva nas comunidades.

Neste estudo, as características de uma comunidade negra são as relações de “[...] vizinhança, solidariedade, pertencimento e laços familiares, e, considerando os conflitos nestes espaços. Essas comunidades, enfrentam conflitos internos e externos no processo de apropriação do espaço e na produção de seus territórios (RODRIGUES, 2014)”. Por isso, a importância desta pesquisa no âmbito da Geografia se dá pelo intento de satisfazer a

necessidade de compreender as comunidades - a partir das relações e dos conflitos que produzem conflitualidades, quase sempre, inexistentes - por parte das pesquisas realizadas sobre comunidades negras, a exemplo de Cafundó e Pílamó.

Desde o colonialismo, a luta por liberdade dos povos nas Américas foi permeada por conflitos e violências e conforme aponta Fanon (1968), o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante das *(Re)Existências* construídas pelos sujeitos no processo da luta. Assim, é preciso assinalar também, que essas lutas se arrastam desde séculos atrás e que - a partir das formulações das constituições das décadas de 80 e 90 do século XX, no Brasil e na Colômbia - as lutas no campo e na cidade encaminham outros rumos e formas de reivindicações territoriais para os povos tradicionais.

Nesta conjuntura espacial, quilombolas, palenqueiros, indígenas e outros grupos étnicos e tradicionais vêm se organizando para reivindicar seus territórios. Ademais, a disputa pela terra e recursos territoriais - ou seja, pelos territórios e pela construção das identidades desses grupos - recoloca o quilombo e o palenque no centro da questão agrária, racial e social, tanto no Brasil quanto na Colômbia.

Adiante, apresenta-se, sucintamente, a disposição das reflexões postas em cada capítulo.

No Capítulo 1 – *Formação socioespacial na Geografia contemporânea: capital, capitalismo e trabalho na América Latina* procurou-se desenhar a evolução e as dinâmicas do capital, bem como do capitalismo e suas caracterizações temporais; as diferenças espaciais; o comércio transatlântico; a lucratividade e o movimento da dinâmica da expansão econômica para a América, considerando, mais recentemente, a acumulação por espoliação, além do próprio controle territorial.

No Capítulo 2 – *A relevância da ciência Geografia para o debate sobre Quilombos e Palenques* descreveu-se, por meio de categorias conceituais da ciência geográfica, a relevância da Geografia para os debates sobre Quilombos e Palenques. Procurou-se definir as principais abordagens afins que oferecem subsídios para compreender a dinâmica territorial e o processo de construção das identidades e dos territórios quilombolas e palenqueiros, centralizando-os nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos nas áreas pesquisadas.

No Capítulo 3 – *Formação, localização e caracterização das áreas de pesquisa no Cafundó/Brasil e Pílamó/Colômbia* abordou-se a formação do Quilombo Cafundó no Brasil e do Palenque Pílamó na Colômbia, assim como as suas características materiais e imateriais.

Desse modo, apresentou-se as particularidades culturais, religiosas, linguísticas, simbólicas, agrícolas e econômicas, que complementam a paisagem dos territórios das comunidades negras no Cafundó e em Pílamó.

No Capítulo 4 – *Constituição dos quilombos e palenques na América Latina: o contexto histórico e o debate sobre o que é quilombo e o que é palenque* percorreu-se sobre a composição e a espacialização das comunidades negras na América Latina, além da conceituação do que é quilombo e do que é palenque no espaço brasileiro e colombiano. Nesse contexto, tratou-se das várias formas de caracterização e contextualização histórica dos quilombos e palenques, cujos modos de ocupação foram sendo *desvelados*. Além disto, para os Movimentos Sociais e as políticas públicas territoriais para quilombos e palenques, descreveu-se as instituições, organizações, mediações e resultados das políticas públicas territoriais no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó. Ainda, apresentou-se os conflitos gerados (conflitualidades) pelo processo de desenvolvimento desigual, assim como a luta dos movimentos sociais para o reconhecimento e a demarcação dos territórios tradicionais, por intermédio de um diálogo interdisciplinar com as áreas de Geografia, História, Antropologia, Sociologia e Direito, a partir da Constituição de 1988/Brasil e da Constituição de 1991/Colômbia. O intuito foi entender e analisar as políticas públicas territoriais para comunidades negras, além das mediações e as contradições na aplicação da legislação no Quilombo Cafundó e Palenque Pílamó.

O Capítulo 5 – *Agrohidronegócio e mineração ilegal no Brasil e na Colômbia: os recursos territoriais “pilhados” na América Latina* apresentou o espaço geográfico no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia. Observou-se as contradições materializadas e as totalidades espaciais, numa relação escalar, com esses territórios, decorrentes dos efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal, entre outros elementos que explicitam os conflitos no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia. Ainda, levantou-se a contextualização do município de Salto de Pirapora no estado de São Paulo/Brasil e Guachené em Cauca/Colômbia e as estruturas agrárias e disputas territoriais existentes em Cafundó e Pílamó<sup>9</sup>.

É preciso dizer que as referentes realidades são complexas e, dessa forma, aqui apresentou-se uma abordagem sobre a formação territorial do Quilombo Cafundó e do

---

<sup>9</sup> Abordou-se, nessa investigação, os sujeitos sociais concretos em movimento que se organizam em movimentos sociais coletivos para reivindicar suas demandas diante do Estado, até a institucionalização e a burocratização a partir do ordenamento jurídico e de legislação. Observou-se alguns órgãos responsáveis pelas políticas públicas territoriais no Quilombo e no Palenque, assim como, os conflitos das ações no desenvolvimento das titulações nos territórios.



Palenque Pílamó, resultantes de uma dinâmica sistemática de espoliação, expressando o racismo estrutural e as múltiplas outras violências contra os grupos sociais que vivem nesses territórios.

Por fim, nas considerações desta Tese, apontou-se as relações de poder e contradições relacionadas ao aumento da produção de *commodities* (soja, cana-de-açúcar, eucalipto, palma africana etc.) e da mineração ilegal que geraram/geram o deslocamento forçado, assim como as desterritorializações e outros tipos de violências para as populações tradicionais. Ademais, é importante frisar que os efeitos territoriais são concretos nas áreas estudadas e os estudos apontaram fatos de degradação do solo, da água e da sociobiodiversidade; enfim, da vida nesses territórios.

Considerando a complexidade histórica, social e cultural do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó, sinalizou-se a luta pelo reconhecimento étnico, o que reflete na reconstrução dos espaços de vivência, de esperança e de dignidade, além do modelo de acumulação de capital adotado nos países latino-americanos. Por isso, inúmeras *(Re)Existências* são entendidas como essenciais para a construção da identidade e dos territórios de esperança.

Desse modo, essas *(Re)Existências* “[...] materializam a capacidade organizativa contra a hegemonia das elites, o capitalismo e o metabolismo social do capital. As ações construídas pelos sujeitos em luta revelam as realidades em movimento, suas contradições, fissuras e possibilidades emancipatórias” (GONÇALVES, 2016, p. 243).

Como afirma Mészáros (2007), afastando-as da tirania da mais-valia e da pilhagem dos territórios e do trabalho, além de conduzi-las a um intercâmbio diferente, solitário e sustentável – entre as famílias quilombolas, palenqueiras, o ambiente e os recursos territoriais, como água, ouro, diamante entre outros recursos material/imaterial que simbolizam as territorialidades dos grupos étnico-raciais nos territórios em disputa.

Espera-se, contudo, que a pesquisa seja uma contribuição para os debates científicos e políticos. É certo afirmar que, para a Geografia, este estudo se revela relevante na dimensão em que contribui para a compreensão, a partir de uma visão geográfica, das contradições nos territórios negros no Brasil e na Colômbia - motivados pelo processo de territorialização do capital (megaprojetos de empreendimentos para o agrohidonegócio e para mineração ilegal) na América Latina. Sendo assim, a pesquisa vigente fortalece também a compreensão da abordagem sobre os recursos territoriais no Cafundó e Pílamó, da mesma forma que permite descortinar as relações de poder e os conflitos envolvidos nos processos de acumulação do capital por espoliação, com destaque para o Quilombo Cafundó e o Palenque Pílamó.

É necessário explicitar que os maiores beneficiários da pesquisa sejam os sujeitos das comunidades do Cafundó e de Pílamó, assim como a academia e a sociedade civil brasileira e colombiana, que poderão analisar os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal nos quilombos e palenques, sendo uma *ferramenta* de intervenção política para os quilombolas do Cafundó e para os palenqueiros de Pílamó.

Então, no intuito de atingir os objetivos propostos pela pesquisa, depois de identificar os problemas característicos de cada período histórico das comunidades negras rurais do Cafundó e Pílamó, os procedimentos metodológicos desenvolvidos recorrem à pesquisa teórica e etnogeografia com entrevistas locais, assim como visitas às comunidades do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó, tendo em vista a análise documental, principalmente. Para tanto, os métodos qualitativos, quantitativos e participativos subsidiaram a sistematização e a interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo. Por conseguinte, abre-se a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo da pesquisa.

### **Procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa**

A abordagem teórica e metodológica definida nesta pesquisa, juntamente aos procedimentos da análise, estão correlacionados aos conceitos apresentados. Agrohidronegócio, mineração ilegal, efeitos territoriais, quilombo, palenque, acumulação por espoliação. Decerto, essa correlação facilitou a coleta dos dados em campo, além do tratamento e posterior sistematização, diante de uma aproximação teórica com os fenômenos/sujeitos estudados.

Sobre o processo da pesquisa, Pessoa (2012, p. 2) diz que o “[...] processo investigativo suscita olhares diferenciados de acordo com o propósito da pesquisa. Aliás, para responder o(s) problema(s) proposto(s) em sua pesquisa, o pesquisador pode escolher como método de pesquisa o paradigma quantitativo ou qualitativo”.

O trabalho científico que faz uso das técnicas adequadas de pesquisa produz conhecimentos revestidos de caráter empírico e se baseia, em grande parte, na observação das relações imaterial/material dos territórios. No caso desta Tese, a análise dos territórios negros do Cafundó e Pílamó ocorreu a partir dos sentidos socioculturais e das vivências de situações reais (VENTURI, 2006), marcantes e construtivas no tempo e no espaço.

Para tanto, a pesquisa de campo foi realizada de maneira sensível no sentido da empiria, para que os detalhes e as especificidades dos casos fossem percebidos e analisados

em campo, pois “[...] a pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação” (SUERTEGARAY, 2002, p. 3). Assim, a pesquisa de campo no Cafundó e Pílamo, realizadas entre os anos de 2017 a 2020, fazem parte do conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos do trabalho em questão, como por exemplo, as vivências nos territórios negros; a elaboração de mapas; banco de dados geográficos; estudo sobre os solos, vegetações e recursos hídricos. Além disso, foi de extrema importância coletar informações e analisar os diversos aspectos ambientais, econômicos, culturais e sociais das territorialidades dos grupos étnicos do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamo.

Para iniciar ao que de fato importa, a questão aqui é discorrer sobre como fazer ciência e compreender a relevância ao descobrir novos fatos e fenômenos espaciais. O nosso método e os procedimentos adotados na pesquisa contribuíram para a produção e elaboração de conhecimentos geográficos sobre os territórios do Quilombo Cafundó/Brasil e do Palenque Pílamo/Colômbia.

O termo latino *scientia* expressa aprendizado ou conhecimento e, quem sabe, a sabedoria. No entanto, para Galliano (1979, p. 16) a ciência “[...] é o conhecimento racional, sistemático, exato e verificável da realidade”. Assim, segundo Köche (1977), o que leva os seres humanos a produzir ciência é a busca por respostas dos problemas, desencadeando a compreensão de si e do mundo em que vivem. Dessa forma, com base nas palavras do autor, pode-se dizer que o motivo básico da ciência geográfica é a curiosidade intelectual, além da necessidade do sujeito de compreender o espaço e as contradições construídas no processo de espoliação territorial.

Nesse caso, a pesquisa é a atividade científica pela qual *descobre-se uma perspectiva* da realidade geográfica. Partiu-se do pressuposto de que a realidade espacial não se *desvenda* na superfície, logo, não sendo o que se apresenta à primeira vista. Ademais, os esquemas explicativos nunca esgotam a realidade concreta, porque esta, é mais exuberante e infinita. “[...] A partir daí, imaginamos que sempre existe o que descobrir na realidade, equivalendo isso a aceitar que a pesquisa é um processo interminável” (DEMO, 1983, 50). Dessa maneira, para desenvolver pesquisa científica é necessário que obter compreensão das relações sociais que tomam forma espacial, assim como as relações de poder materializadas no desenvolvimento histórico do sistema econômico mundial.

A palavra grega *methodos* é formada por duas palavras: *metá* que significa reflexão, raciocínio, verdade; e acrescida de *hodós* que significa caminho, direção. Assim, pode-se dizer que método significa a “forma de proceder ao longo de um caminho” (TRUJILLO

FERRARI, 1982, p. 19). Para Zanella (2013), em ciências, método é maneira, é a forma que o cientista escolhe para ampliar o conhecimento sobre determinado objeto, fato ou fenômeno.

Todavia, essa é uma abordagem hegemônica científica, construída na perspectiva positivista das ciências naturais e sociais e, a partir daí, decorreu-se muitas outras abordagens. Diversas disciplinas científicas desenvolveram seus próprios métodos de interpretação como instrumental mais apropriado, no intuito de atingir a compreensão da realidade espacial investigada.

É preciso ficar evidente a peculiaridade que existe entre método e metodologia. Em vista disso e, parafraseando, Richardson (2008), destaca-se que o método é o caminho, ou a maneira, o qual se segue para alcançar um fim ou objetivo. Por sua vez, a metodologia envolve os procedimentos e regras utilizados por determinado método. O referido autor enfatiza que o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. Logo, as metodologias são as regras estabelecidas para o método científico, já que envolvem a necessidade de observar, a necessidade de formular hipóteses, a elaboração de instrumentos etc. (RICHARDSON, 2008).

Assim, procedimentos metodológicos são *ferramentas* de trabalho necessárias ao fazer pesquisa, para *desvelar* relações e sujeitos. Portanto, se constitui numa série de procedimentos técnicos adotados para atingir o conhecimento científico: a busca da verdade. É sabido que existem diferentes tipos de conhecimento, e, não necessariamente, devem ser classificados e hierarquizados.

Adiante, crê-se que a horizontalidade de perspectivas científicas seja um dos desafios na contemporaneidade, em relação ao processo de fazer pesquisa na área de humanidades. Tentou-se aqui percorrer esse caminho.

Ao discutir os percursos da construção da pesquisa em quilombos e palenques no Brasil e Colômbia, possibilitou-se a reflexão sobre a relevância do método e dos procedimentos quantitativo, qualitativo e participativo.

Conforme as interpretações de Trujillo Ferrari (1982) e Zanella (2013), o método não representa apenas dados estáticos nas conjunturas do desenvolvimento de uma pesquisa científica, mas sim, uma estrada estruturada, que permite aos pesquisadores compreender e interpretar, com maior escala e correlação, as possíveis questões sociais, étnicas, econômicas, políticas, territoriais, raciais, espaciais e culturais. Entretanto, essa ainda é uma decisão política.

Assim sendo, uma diversidade de fatores (econômicos, políticos, geográficos, sociais, culturais etc.) e procedimentos metodológicos, necessitam ser contemplados no processo de

pesquisa. Dessa forma, o intuito é perceber a totalidade social, sem, contudo, negligenciar as ações cotidianas, possibilitando assim compreender com maior rigor as diferencialidades espaciais, essenciais para a interpretação geográfica do território (MENDONÇA, 2004)

Os procedimentos metodológicos são construídos na ação prática que podem, ou não, permitirem determinadas técnicas no processo de realização da pesquisa. Isto acontece, segundo Frei (2017), no sentido de compreender um movimento amplo materializado nos dois territórios negros estudado.

Os procedimentos, na prática, foram variados nas comunidades negras do Cafundó e Pílamó, conforme demonstrados nas observações que fizemos do trabalho coletivo na produção agrícola, onde as famílias se dividiam por carreira na distribuição das sementes e outros afazeres. Nos minutos de descanso, eles contavam piadas, enquanto nas discussões políticas das comunidades e outros espaços - que tive oportunidade de acompanhá-los - é importante acrescentar que, devido aos assassinatos, as comunidades preferiam as entrevistas coletivas das reuniões sobre os aspectos políticos, econômicos, culturas, raciais, ambientais e conflituosos, além de outras contradições de cunho complexo, como será retratado na Tese.

Concretamente, nesta pesquisa, partiu-se do agrohidronegócio, da mineração ilegal e dos efeitos territoriais decorrentes, as mudanças e permanências nas *(Re)Existências* nos territórios.

As transformações espaciais são resultantes da territorialização dos atores capitalistas, que se firmam na predação ou parasitagem da natureza. Em outras palavras, os seres humanos “[...] nas suas relações sociais, lançam mão de seus recursos mediados pelos seus instrumentos criados que, por sua vez, são mediados pelas necessidades geradas pelos sistemas socioeconômicos estruturados em cada sociedade” (FREI, 2017, p. 62).

É importante salientar, conforme Zanella (2013), que a abordagem e o tipo de pesquisa influenciam na definição dos sujeitos participantes da pesquisa, isto é, naqueles que fornecerão os dados/informações/percepções de que o autor necessita. Por isso, consideramos tamanha importância na investigação e construção da Tese, a partir de metodologias qualitativas, quantitativas e participativas.

Na pesquisa quantitativa, “[...] busca-se um critério de representatividade numérica que possibilite a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar” (MINAYO, 2002, p. 102). Numa busca qualitativa, preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência, seja de um grupo social ou étnico de uma organização, instituição, política ou de uma representação espacial, como dos territórios negros dos quilombos e dos palenques na América Latina.

A pesquisa quantitativa “[...] caracteriza-se pela adoção de métodos dedutivos e busca a objetividade, a validade e a confiabilidade. Já o qualitativo origina-se na antropologia e utiliza métodos indutivos, do materialismo histórico e dialético, objetivando a descoberta, a identificação e a descrição detalhada e aprofundada” (ZANELLA, 2013, p. 95). Em numerosas condições, as duas abordagens podem e devem ser aplicadas como complementares.

O método quantitativo permitiu a coleta de dados objetivos e a quantificação dos resultados por meio, por exemplo, do geoprocessamento e sensoriamento remoto. Esse procedimento, como parte da pesquisa, foi importante para elaboração dos mapas, gráficos e tabelas.

Aliás, essas informações foram dispostas nos softwares Arcgis e Philcarto, os quais serviram de suporte no tratamento das informações geográficas de localidades, bem como dos limites políticos e administrativos encontrados no domínio do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC), do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ademais, a projeção utilizada para os mapas é a Universal Transversa de Mercator – UTM e o Datum Horizontal Sirgas 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas), observando os fusos horários de acordo com a posição geográfica dos países sobre o globo terrestre. Por conseguinte, os dados foram adquiridos dos respectivos domínios de SIG no formato shapefile e KML que são formatos compatíveis aos softwares de geoprocessamento utilizados.

O software Inkscape foi utilizado na etapa final de elaboração, pois serviu no tratamento de *layout* e na adequação à semiologia cartográfica na edição final. Com isso, buscou-se trazer melhorias na qualidade de resolução, assim como na apresentação visual dos mapas e sua correta compreensão.

Ao considerar esse caráter intersectivo, a produção desta Tese se beneficiou desse tipo de proposta teórica e metodológica para se lançar em um entendimento para o trabalho de campo no Cafundó e Pílamó. Quer-se, assim “[...] demonstrar que há discussões no corpo da geografia que não devem ser evitadas, sobre sua natureza, seus métodos e suas finalidades, que elas podem ser organizadas em torno de algumas grandes questões” (GOMES, 2009, p. 15), como por exemplo, as contradições do capitalismo em comunidades tradicionais.

Dessa forma, tanto as teorias, quanto os métodos e os procedimentos metodológicos definidos na pesquisa estão relacionados às categorias e conceitos baseados numa empiria. Isso assegurou os objetivos e a correlação facilitou o tratamento dos dados de campo, além da

aproximação teórica sobre os territórios tradicionais estudados. Sendo assim, esta pesquisa geográfica foi *encarada* como uma vivência, enfim, como o estabelecimento de uma relação horizontal produtora de conhecimentos (BRANDÃO, 2007).

Nesse cenário, apontou-se as definições conceituais e metodológicas essenciais para o entendimento do contexto estudado, além da formatação da estrutura das ideias, primordiais para a pesquisa. Isto posto, preocupou-se em entender os territórios como centro da contradição do capital, mas, concomitantemente, observar a simbologia ancestral, as culturas, os recursos territoriais, as artes, os saberes/fazeres, além das localizações, recortes e características das áreas investigadas.

Nesse sentido, a finalidade da pesquisa centrou-se em explicar os efeitos territoriais. Aliás, as questões, que percorrem o método, exigiram cautela nos processos da investigação geográfica no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, o que colaborou para a construção de um estudo crítico e social dos territórios negros e dos seus sujeitos.

À medida em que, o pesquisador foi, aos poucos, alcançando a análise das comunidades negras no Brasil e Colômbia, atentou-se, de maneira coexistente, para a importância, em relação ao melhoramento dos procedimentos metodológicos, baseados na abordagem qualitativa e quantitativa. Desse modo, ao dialogar com a pesquisa qualitativa, cujo objeto é apreender os princípios metodológicos do estudo em Geografia como ciência social – tradicionalmente, usadas em disciplinas como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia – percebeu-se que essas técnicas de pesquisa qualitativa vêm ganhando força nas pesquisas geográficas. Dentre elas, a observação direta, entrevistas, pesquisa participante, análise do discurso e diário de campo (GONÇALVES, 2016). O Quadro 01 apresenta uma síntese dos procedimentos qualitativo e quantitativo.

**Quadro 1 - Diferenças entre os procedimentos qualitativo e quantitativo**

| QUANTITATIVO                                   | QUALITATIVO                                                 |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Objetivo                                       | Subjetivo                                                   |
| Testa a teoria                                 | Desenvolve a teoria                                         |
| Possibilita análises estatísticas              | Possibilita narrativas ricas, interpretações individuais    |
| Os elementos básicos da análise são os números | Os elementos básicos da análise são as palavras e as ideias |
| O pesquisador mantém distância do processo     | O pesquisador participa do processo                         |
| O raciocínio é lógico e dedutivo               | O raciocínio é dialético e indutivo                         |
| Estabelece relações, causas                    | Descreve os significados, as descobertas                    |
| Estabelece relações, causas                    | Preocupa-se com a qualidade das informações e respostas     |
| Busca generalizações                           | Busca particularidades                                      |
| Independente do contexto                       | Depende do contexto                                         |

**Fonte:** Zanella, 2013/Quadro elaborado pelo autor, em janeiro de 2020.

Os procedimentos metodológicos qualitativos para a realização da pesquisa no quilombo e palenque foram fundamentais para desconstruir a invisibilidade construída pela epistemologia eurocêntrica. Esses procedimentos são o parâmetro para analisar a constituição de identidades, dos territórios e dos efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio, além da construção das territorialidades nas comunidades negras no Cafundó e em Pílamó.

Por conseguinte, a escrita da Tese partiu das reflexões possibilitadas a partir da fundamentação teórica, com autoras/autores da temática sobre a investigação no Brasil e Colômbia. Os recortes espaciais não são estudos de caso, pois representam uma investigação abrangente, a partir de uma relação escalar de fenômenos contemporâneos, considerando os contextos da vida real com enfoque empírico, que inclui estudos das particularidades mediante abordagens qualitativas e quantitativas (YIN, 2001). Destaque para a observação participante, em que o pesquisador pretendeu deixar-se educar pela experiência e pelas situações vividas e contribuir para, além de resultados, melhorar significativamente um grupo ou uma situação, ao colocar-se como sujeito participante da pesquisa (LIMA; HARRES; PAULA, 2018).

Já o diário de campo, segundo Falkembach (1987), deve possibilitar registros minuciosos, como, por exemplo: descrições dos sujeitos (aparência, maneira de vestir, modo de falar e agir, particularidades dos indivíduos); visões de mundo dos sujeitos (grau de religiosidade, valores, elementos culturais ligados ao processo de trabalho, de saúde etc.); falas dos sujeitos (diálogos, palavras, gestos, expressões faciais, pronúncias); descrição do espaço físico (organização, desenho do espaço, mobília e outros entes concretos); descrição de atividades dos sujeitos (detalhamento corporal e registros de entes concretos); relatos de



acontecimentos (forma como aconteceram e natureza das ações); comportamento do próprio observador (aspectos que possam interferir na coleta de dados) (FALKEMBACH, 1987).

E a história de vida, como aponta Queiroz (1988), inclui depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias em que o pesquisador escolhe o tema, formula questões e organiza o roteiro. Já sobre a narrativa, quem decide é o sujeito, enquanto narrador da própria história, ou seja, não foram estabelecidas questões fechadas ou direcionadas, mas priorizou-se a narrativa linear e livre do pesquisado. Dessa forma, Queiroz (1988), considera, que o sujeito é percebido como meio de compreender os processos coletivos do grupo e, portanto, pensou-se as *(Re)Existências* através do tempo em que viveu e socializou, agindo coletivamente.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos no processo da construção da Tese foram dinâmicos e de forma coletiva e participativa. Frisa-se ainda que as entrevistas feitas com a maioria dos sujeitos das comunidades negras na Colômbia, não foram individuais, mas sim, coletivas. Havia muito receio de exposição pessoal em decorrência dos assassinatos e ameaças constantes sobre os sujeitos nesse território.

Além disso, outros procedimentos como a análise de dados secundários, coleta de dados e produção de informação teve como base os seguintes documentos:

- El Proceso de Comunidades Negras en Colombia (PCN), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);
- Ministério de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR) de Bogotá, Sistema de Información Geográfica para la Planeación y el Ordenamiento Territorial (SIG-OT), Movimiento dos Afetados por Represas (MAR), Sistema Nacional de Atención Integral a la Población Desplazada (SNAIPD);
- Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER), Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas (DANE), Plan Nacional de Desarrollo (PND), Plan Integral de Largo Plazo para Población Negra, Afrocolombiana, Palenquera y Raizal (PIDA);
- Equipe Técnica da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Em síntese, essas informações foram complementadas, com dificuldades, devido aos poucos textos técnicos, livros, dissertações e teses produzidas sobre Cafundó e, principalmente, sobre Pílamo. As referências que contextualizam o panorama são heterogêneas, mas foram de relevância para a Tese, como por exemplo: a obra *Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios: norte, centro y capitánias del Cauca y Sur del Valle. Historias locales*. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013<sup>10</sup>.

A abordagem sobre o processo de formação territorial do Cafundó parte da concepção geográfica de território e não apenas do ponto de vista de sua materialidade econômica, mas inclui também sua constituição identitária. Assim sendo, a relação de identidade e território é apontada na pesquisa como ponto fundamental para a compreensão da luta pela terra nos casos estudados no Brasil e Colômbia (SILVA, 2016).

---

<sup>10</sup> Inclusive o Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP. S. l.: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, dez. 1999.

## **CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GEOGRAFIA CONTEMPORÂNEA: CAPITAL, CAPITALISMO E TRABALHO NA AMÉRICA LATINA**

A terra, sob o domínio relativo, colocava-se, sobretudo, como instrumento de conquista de riqueza, pois, em si, não possuía preço. A riqueza estava entesourada, em grande medida, na pessoa do escravizado (MARTINS, 1998).

O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu, sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo (MALCOLM X, 2015).

A leitura geográfica no continente americano é fundante no *desvelamento* dos processos de construção do território e invisibilização dos sujeitos tradicionais (camponeses indígenas etc.) - a partir de conexões, de um lado, há a acumulação do capital e, de outro as questões agrária e racial. A produção científica na América Latina está em processo de contínua construção e, mais recentemente, contou com as contribuições das lutas sociais, assim como dos movimentos sociais, étnicos e referentes à sociedade civil de cada país. Lutas organizadas contra os processos espoliativos, responsáveis por assegurar a acumulação aos detentores do capital, pelo viés da lógica da sociedade capitalista.

As duas epígrafes, de José de Souza Martins e Malcolm X<sup>11</sup>, nos trazem um cenário de abuso e dependência; de racismo e intolerância; de exploração com as dinâmicas do trabalho escravizado; além do comércio e do latifúndio, como símbolos de nobreza e expansão do poder. Ainda hoje, o racismo, enquanto um sistema de dominação social, opera desde a estrutura do pensamento até as ações do Estado. Além disso, também opera por meio das ações institucionais públicas e privadas, que contribuem para a garantia do acesso privilegiado ou exclusivo das oportunidades de ascensão social, através dos grupos raciais hegemônicos.

É de valor relevante a importância do entendimento de conceitos geográficos na análise das relações sociais de produção, tais como, o território, dentre outros, que também foram aplicados durante o caminho de construção desta Tese, no intuito de construir uma compreensão sobre o cenário caótico das contradições sistêmicas do capitalismo no século

---

<sup>11</sup> Licença poética ao fato que urubus não sugam sangue e sim comem carniça. O orador associou duas imagens para inspirar a repugnância contra o racismo ao pensamento social estadunidense. A saber o juízo de valor moral atribuído por um lado à figura da espécie animal do urubu, comparada a imagem da águia com base em seus respectivos níveis tróficos de nutrição. E, por outro lado, associação ao comportamento hematófago que é característico de algumas espécies como algumas espécies de morcegos, mosquitos, carrapatos, sangue-sugas, bem como, também é o comportamento de criaturas imaginárias como o vampiro.

XXI. Milton Santos (2003) criticava a ideia de que a Geografia teria interesse maior pela *forma* das coisas do que por sua formação. No entanto, falar de uma lei ou estrutura formal geográfica, separada da evolução ou processo de suas formações no espaço, é um equívoco. A forma do espaço é derivada de um processo quase invisível de formação geográfica – essa é uma ação social existente no território das relações sociais de produção que constrói a realidade espacial.

Para Souza (2013), pode-se definir a ciência geográfica como um campo interdisciplinar da práxis, isto é, da ação social enquanto vida ativa, a partir de uma análise sobre a formação socioespacial. A Geografia é mais que o estudo das relações sociais territorializadas em suas dimensões econômica, política, psicológica, cultural e étnica, já que também é produto destas mesmas relações sociais.

O conjunto de conteúdo geográfico que se segue possibilita uma escalada de compreensão dos cenários postos para a escrita, a partir da investigação sobre as territorialidades dos sujeitos quilombolas no Brasil e palenqueiros na Colômbia.

A concepção conjunta dos elementos constitutivos da formação socioespacial compreende questões econômicas, políticas, étnicas e culturais, ou seja, o território na sua inteireza é significativo nessa investigação. Isso permite a apreensão dos movimentos sociais às *(Re)Existências* e aos atores do capital hegemônico nos espaços geográficos latino-americanos, assim como a configuração dos efeitos territoriais destas práticas de espólio dos recursos territoriais estratégicos sobre a exploração da força de trabalho, promovendo assim, a crescente pobreza, principalmente, em territórios negros e tradicionais.

Os conceitos a seguir expressam a totalidade heterogênea das questões econômicas, culturais, políticas, sociais e étnico-raciais, que, por sua vez, compõem as relações sociais de produção e da vida de sujeitos reais. Dessa forma, essas relações sociais estão ligadas às categorias geográficas de território, lugar, entre outras, que foram importantes para a fundamentação da pesquisa.

Ao contextualizar a formação socioespacial e econômica do Brasil e da Colômbia na América Latina não foram pontuadas, de forma detalhada, as espacializações dos grupos étnicos africanos. Partiu-se do princípio de que foram raptados para o continente americano como trabalhadores escravizados, sem direitos civis para viver, sem liberdade de expressar suas culturas, assim como cultos religiosos e saberes-práticos ancestrais. À exemplo, os conhecimentos de uma agricultura não capitalista, praticada em algumas regiões africanas, onde os escravizados viviam originariamente antes do cativo.

É sabido que a agricultura monocultora que exigia trabalho escravizado foi “aperfeiçoada” na América do Sul e no Caribe, como a monocultura da cana-de-açúcar. Isto é maximizada na sua potência produtiva<sup>12</sup>, afinal, é impossível algo abominável como racismo e a escravidão serem aperfeiçoados, senão por sua completa dissolução. Mas, não se deve deixar de compreender que a face lógica na produção das economias açucareiras foi o trabalho escravizado, e que esta dialética foi associada ao fundamento da acumulação primitiva do capital, que estava em deslocamento<sup>13</sup>, no século XVI, pelo advento do colonialismo na América.

Na atualidade, a existência das territorialidades de comunidades tradicionais, tais como os Quilombos no Brasil e os Palenques e Raizales na Colômbia, expressam *(Re)Existências* às imposições do modelo econômico de concentração da riqueza pelas *nações europeias*, diante da espoliação sistemática das áreas coloniais com a exploração do trabalho escravizado<sup>14</sup>. Séculos depois, esses grupos étnicos negros que, resistiram bravamente, configuram-se nos territórios com diferentes demandas (política, cultural, agroecológica<sup>15</sup>, educacional, econômica, ambiental) numa luta por reconhecimento da sua Existência e, portanto, de seus territórios.

Havia, e ainda há, as violências moral (da dignidade), patrimonial (dos meios de produção) e física (da integridade). Logo, como parte dessa conjuntura, adicionaram o cercamento das terras e outras formas da colonialidade no duplo processo da acumulação capitalista - além da desterritorialização do lugar para viver e semear as vidas de múltiplos

<sup>12</sup> Em Cuba, a escravidão, propriedade de homens e mulheres, constituiu a base de uma sofisticada e produtiva indústria açucareira até os últimos trinta anos do século XIX. Em 1868 a ilha produziu mais de 40% do açúcar de cana que alcançou o mercado mundial nesse ano. (SCOTT, 1991, p. 23).

<sup>13</sup> O capitalismo desde a gênese de sua fusão com o Estado revela ciclos sistêmicos que se sucederam de Gênova no século XVII para os Países Baixos no século XVIII, depois para o Reino Unido no Século XIX e finalmente para os Estados Unidos no século XX. Os ciclos sistêmicos iniciam com uma fase da expansão de potência econômica na produção e no comércio. Depois segue outra fase da expansão de potência financeira no câmbio e na acumulação de valores. Chegado ao limite de expansões econômica e financeira, uma terceira fase de crise marca o processo de queda da hegemonia de um Estado sobre a produção e circulação de capital. Finalmente uma quarta fase ocorre quando outro Estado mais forte se apresenta na disputa por esta hegemonia, expandindo espacialmente o regime de acumulação. Cada ciclo sistêmico percorre o período padrão de pouco mais que um século (ARRIGHI, 1994).

<sup>14</sup> Além da imediata liberdade os escravizados queriam maior autonomia econômica, maiores oportunidades para formar e manter famílias, e melhores condições de vida social e valorização do trabalho. As formas de existir não poderiam ser diferentes de uma resistência contra-colonial em toda a América Latina. Há variações de acordo com a proporção populacional de escravizados africanos na sociedade colonial, com a força e as políticas do Estado de cada colônia, além das oportunidades para a rebelião, para a negociação com os senhores, e para recurso desigual ao Poder Judiciário. A maior presença de africanos aumentava a incidência de fugas, quilombos e revoltas (ANDREWS, 2007, p. 20).

<sup>15</sup> O conceito de agroecologia é agora apresentado na América Latina como oposição ao capitalismo no campo. É uma ciência que visa “transformación, el cambio social basado en el conocimiento tradicional, que respeta la naturaleza y construcción de um nuevo corpus teórico y una praxis intelectuais basada en los potenciales y saberes locales” (TAPIA PONCE, 2002, p. 67).

grupos étnicos indígenas nas Américas, assim como os africanos, tanto em África, como ao longo da diáspora.

A importância de manter o sistema colonial ativo é indiscutível, já que em franca expansão durante praticamente cinco séculos, revelou-se a potência lucrativa da circulação comercial de *gente raptada* de suas terras e famílias para a escravidão. Violência deliberada foi a prática dos colonizadores para manter o trabalho nos latifúndios e na mineração.

A acumulação primitiva do capital é o processo histórico de separação entre produtor e território de produção. Segundo Marx (2013), constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde: “[...] a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 341). O que faz época na história da acumulação primitiva são os revolucionamentos tecnológicos e militares que, realavancam ciclicamente, novas gerações em formação na classe capitalista - sobretudo, nos momentos em que grandes massas humanas são arrancadas, súbita e violentamente, do território e do espaço familiar de vivência coletiva.

O sistema colonial na América materializou distintas etapas históricas no espaço, desde as pilhagens dos recursos territoriais ao advento da exploração de trabalho escravizado para as frentes de expansão econômica e construção das fronteiras nacionais. O caso brasileiro ocorreu desde a coleta predatória da *madeira vermelha* que deu nome ao país até os empreendimentos de açúcar, com destaque para a economia do gado, que sustentava a vida nas fazendas e, dessa forma, possibilitou o circuito de reabastecimento no processo de assentamento das vilas nos interiores durante o período de espólio do ouro.

Na era imperial, a economia do café prevaleceu até depois de seu fim, durante a República, na quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, quando por consequência da crise, a borracha adquiriu categoria mercadológica para o desempenho das potências na guerra total (FURTADO, 1959).

Ainda hoje, no século XXI, o Brasil permanece um país agroexportador (produtos primários), haja vista, a relevância dos produtos oriundos do agronegócio e da mineração ilegal na balança comercial brasileira. De acordo com Quijano (2005, p. 237): “La colonialidad del poder aún ejerce su dominio, en la mayor parte de América Latina, en contra de la democracia, la ciudadanía, la nación y el Estado-nación moderno”.

A colonialidade do poder busca dominar as expressões culturais, sejam estas tradicionais ou quaisquer cosmovisões não capitalistas de relações emancipatórias com o território e os recursos territoriais. Essa noção de recurso estabelece tensões entre modelos contraditórios de territorialização: de um lado as capitalistas, tal como as grandes plantações

de monocultora (soja, eucalipto, cana-de-açúcar, palma africana), além da pecuária extensiva, as atividades madeireiras e de mineração ilegal; e de outro lado, as formas não hegemônicas pelo capitalismo, mas numa coexistência espacial, tais como a agroecologia, a permacultura e a vida baseada nos saberes ancestrais<sup>16</sup>.

O Brasil e a Colômbia foram dois países essenciais na lógica da formação e na rota transatlântica de seres humanos negros, todavia, com singularidades. Vistos pela sociedade ocidental branca e eurocêntrica como mercadorias, os negros, mas não apenas, foram feitos de *peça* central do mecanismo sistêmico da ordem colonial. Assim, coadjuvaram como eixo de conexão do motor estrutural da economia na sociedade colonial. Marx (2013) atenta que a história da acumulação do capital e da classe capitalista assumem ações distintas nos diferentes países, além de percorrer fases em sequência diversa à cada época da formação expansionista do modo de produção capitalista no espaço mundial.

A disseminação espacial e geográfica do capital e a sistematização geopolítica, que dela resulta, “passam sempre por uma dialética entre as diversas frações do capital” (SANTOS, 2003, p. 150). Logo, para assimilar o processo de acumulação por espoliação, especialmente na territorialidade das diásporas negra e indígena, torna-se essencial o entendimento desta centralidade dialética, na mediação heterogênea, entre as frações do capital. Suas relações de estrutura são diversas e os efeitos da consolidação do colonialismo agem da mesma forma. De acordo com Quijano (2005, p.11):

El colonialismo, en el sentido de un sistema de dominación política formal de unas sociedades sobre otras, parece pues asunto del pasado. El sucesor, el imperialismo, es una asociación de intereses sociales entre los grupos dominantes (clases sociales y/o "etnias") de países desigualmente colocados en una articulación de poder.

Diferentes fases do capitalismo foram estabelecidas ao longo da história como apontado por Marx, Quijano, Fanon e outros. O sistema capitalista colonial no século XV, e início do século XVI, teve distintas mudanças com a crise do feudalismo europeu, assim como as *grandes descobertas* e o fortalecimento da acumulação primitiva. Essas mudanças

---

<sup>16</sup> De acordo com Manuel Reinaldo Tapia Barrera (2014), Conhecimento Ancestral é o conjunto de saberes, práticas, mitos e valores, que foram transmitidos de geração em geração, dentro de um sistema de educação endógeno e cujo papel na sociedade tem sido colaborar para o desenvolvimento dos povos, por meio do ensino das experiências de seus predecessores em diferentes campos, como o saber agrícola ancestral (rituais e semeadura, chuva, fertilização do solo, colheita), o conhecimento cultural associado ao manejo de eventos cíclicos bióticos (roupas e tecidos); e pecuária (conhecimento ancestral da pecuária leiteira, técnicas de pastoreio, normas reprodutivas, e rituais para a cura de animais).

princípios da constituição da sociedade capitalista e acarretaram transformações espaciais significativas.

No século XX, ao fim da Segunda Guerra Mundial, os países europeus ocidentais estavam, comparativamente aos Estados Unidos, enfraquecidos pelo conflito e, assim, necessitavam se recompor, *dentro do jogo do poder*, no espaço global.

De acordo com Brum (1987, p.45): [...] importante e urgente pensar uma nova estratégia alimentar para o mundo, integrando também no processo a América Latina, a África e a Ásia, sobretudo os países ou regiões mais propícias à agricultura.

As experiências iniciais e mais significativas no México, conhecidas como o pacote tecnológico da Revolução Verde, foram realizadas com o trigo e obtiveram resultados extraordinários. Nas Filipinas, experiências foram feitas com arroz, e nos Estados Unidos, a partir de trigo e milho. Para Brum (1987), a forma encontrada para o melhoramento da produção e da produtividade dos cultivos foi a Revolução Verde. Um programa idealizado e patrocinado pelo grupo empresarial norte-americano Rockfeller, ainda durante a Segunda Guerra Mundial.

O objetivo e estratégia foi contribuir para o aumento da produtividade de alimentos no espaço mundial. Dessa maneira, isso foi possível através de experiências no campo da genética vegetal, aplicadas na criação e na multiplicação de sementes, assim como na adaptação às condições dos mais diferentes solos e climas, com maior resistência a doenças e pragas (BRUM, 1987).

A fim de aumentar a produção e a produtividade da agricultura capitalista, o projeto da Revolução Verde foi patrocinado pela Fundação Rockfeller que financiou projetos-piloto em países selecionados, tais como Brasil e Colômbia. Desenvolveu-se neles pesquisas e experiências em que o papel das corporações transnacionais foi marcante (BRUM, 1987).

Essa estratégia geopolítica, agora hegemônica pelos EUA, reassegurou o controle de base material sobre os meios de produção nos países periféricos para a acumulação capitalista. Isso, numa conjuntura de bipolarização (EUA x URSS) em que o mundo parecia estar dividido, apenas entre dois modelos de sociedade – capitalista e socialista.

A crise e posterior desintegração da União Soviética, iniciada em 1989 com a queda do Muro de Berlim, permitiu e fortaleceu a expansão do neoliberalismo. Por sua vez, essa doutrina articulou a combinação do, já conhecido, livre mercado com advento do Estado Mínimo, que substituiria o Estado Democrático de Direito, preconizado no fim da Segunda Guerra Mundial. Sua orientação são as políticas públicas de privatização das empresas estatais



para exercer domínio sobre recursos territoriais estratégicos, tais como água, terra, florestas, minérios etc.

Em síntese, para fins didáticos, a análise do processo de formação do capitalismo pode ser pensada em três fases: mercantil, industrial e financeira. Estas são significativas para uma compreensão sobre o processo de transformação das práticas espaciais e sobre a lógica temporal da acumulação, bem como as alterações causadas sobre o espaço geográfico brasileiro e colombiano no século XXI<sup>17</sup>.

O capitalismo mercantil se estruturou no início da formação e consequente expansão do comércio internacional de africanos para as colônias europeias nas Américas. Sua prática se totalizou pelo Planeta no período colonial, e, assim, recebeu a formulação técnica de uma doutrina econômica: o liberalismo<sup>18</sup>. Nas colônias, essa doutrina foi sistematizada na prática por meio de um conjunto de dispositivos disciplinadores, tais como: o castigo humilhante, a tortura em praça pública, a mutilação e o assassinato – enfim, sem nenhum poder de defesa. Violência despudorada e barbaridade deliberada como fatores estratégicos de motivação ao controle territorial nas colônias. Houve perversidade na moral desta doutrina em que hoje pode-se colher os resultados de um juízo de valor sobre virtude, através da busca e da exploração de oportunidades para o espólio de recursos territoriais, nos aspectos adjuntos da colonização<sup>19</sup>.

Uma nova fase do sistema econômico e colonial de transformações políticas e tecnológicas estava em curso com o capitalismo industrial, que se iniciava em meados do século XVII, na Inglaterra. Essa nova etapa da acumulação foi intensificada ao longo do espaço global, numa batalha por recursos territoriais que seriam, em seguida, transformados em mercadorias. A divisão internacional do trabalho, em que, de um lado os países colonizados, produtores de matérias-primas espoliadas dos territórios e consumidores do

---

<sup>17</sup> Manuel Castells afirma em sua obra *A Sociedade em Rede* (1999), existir uma quarta fase: o capitalismo informacional. Agora os mercados de capitais são globalmente interdependentes. Isso não é assunto de pouca importância na economia capitalista. O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados. Funciona em tempo real pela primeira vez na história. Transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos conectados via satélites artificiais em órbita por todo o planeta. As novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo. O capital em sua dupla forma de poupança e investimento, está interconectado entre bancos por todo o mundo com em seus fundos de pensão, seguradoras, bolsa de valores e transações de câmbio. Os fluxos financeiros tiveram, portanto, um crescimento impressionante em volume, velocidade, complexidade e conectividade (CASTELLS, 1999, p. 143).

<sup>18</sup> É elemento característico dessa conjuntura no espaço global, a difusão do pensamento econômico de Adam Smith, pensador liberal escocês que no século XVIII escreveu sobre temas diversos, dentre os quais as questões éticas da educação, do crescimento econômico, da livre concorrência de mercado e da divisão do trabalho.

<sup>19</sup> Neste sistema econômico o objetivo foi manter o comércio do tráfico de africanos para os latifúndios no continente americano, assim como, o controle das rotas marítimas. Isto durou mais de três séculos.

trabalho escravizado; e do outro lado, os países colonizadores, industrializados e fornecedores de produtos elaborados na indústria com valor agregado.

A partir da industrialização, alguns países europeus conheceram uma explosão demográfica acentuada pela migração camponesa para as cidades. A força de trabalho destas populações, desprovidas de meios de produção, foi barateada por relação de oferta e demanda de mercado, no intuito de assumirem a função laboral nas linhas de produção. Assim, as fábricas, neste âmbito histórico da divisão internacional do trabalho, estavam em franco crescimento, e com estas também as cidades, por exemplo Londres e Paris.

Assim: [...] lógica do capitalismo industrial e pós-industrial necessita ter acesso a reservas de combustíveis fósseis. Porém, a transformação das riquezas naturais (matéria e energia) na riqueza das nações não é possível para todos os povos (ALTVATER, 2017).

Esta lógica do capitalismo industrial resultou em consequências espaciais, isto é, haja visto os efeitos territoriais diversos que, nos dias atuais, são promovidos pelo agrohidronegócio e pela mineração ilegal nos territórios na América Latina. O que de antemão se percebe sobre as etapas do capitalismo em transição, do século XX para o XXI, é a formalização empreendida com as especulações financeiras mundializadas. Por consequência, essas se tornaram uma espécie de mediador das economias, configurando a terceira fase do capitalismo, em que, a constituição do mercado de ações e da especulação de taxas e juros hegemonomizam as atividades produtivas.

O capitalismo industrial<sup>20</sup>, de acordo com Harvey (2010), finaliza suas “décadas douradas” no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, devido às crises do sistema bancário, como a queda na taxa de lucro, altos índices de inflação e significativo aumento no valor da matéria prima.

Dessa forma: [...] o capitalismo passa por um período de transição, chegando ao século XXI na forma de capital financeiro, com uma hegemonia mundializada, complexa e em crise constante (FERREIRA; VICENTE, 2016).

Essa nova fase do sistema capitalista é estruturada, na década de 1970, pela reestruturação da produção, dos mercados e das relações de trabalho, por meio da intensificação no espaço geográfico dos fluxos internacionais de capital e pelos processos de financeirização da economia. Segundo Ferreira; Vicente (2016), é consenso entre os estudiosos do capitalismo financeiro que, na contemporaneidade, se evidencia um processo de

---

<sup>20</sup> O capitalismo desse período funcionava a partir do fordismo-keynesianismo que adotava “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2010, p.119).

mundialização da economia. O capital financeiro tem se expandido muito além dos limites nacionais, ocasionando a desregulamentação das economias locais em detrimento de uma acumulação constante e globalizada<sup>21</sup>.

Nesse cenário, o capital financeiro assume uma nova forma, em que vigora a regra do “dinheiro gerando dinheiro, contrária à lógica anterior da utilização da matéria prima, produção (trabalho) e comercialização de mercadorias” (FERREIRA; VICENTE, 2016, p. 139).

Harvey (2010) define este processo como acumulação por espoliação. Assim, a maior parte do lucro é obtida pela comercialização via aplicações no mercado financeiro. Sem ser reinvestido, o capital de poupanças é especulado e multiplicado e o lucro fica expropriado pelos setores financeiros, responsáveis por operar tais especulações. Disso, ocorrem transformações substanciais no mundo do trabalho e nas relações ambientais, culturais, econômicas e sociais.

É relevante frisar que os territórios negros investigados no conjunto da construção e estruturação dos conteúdos teóricos e empíricos desta Tese, estão em meio às especulações dos agentes do capital. Sofrendo os efeitos territoriais da espoliação sistemática do capitalismo, os meios autóctones de vida nesses territórios são afetados diretamente<sup>22</sup>.

O foco não é teorizar, excessivamente, as fases do processo histórico da formação do capitalismo, mas retratar, como, desde o período colonial, alguns desses elementos do sistema capitalista podem ser associados às questões atuais, mais precisamente referentes à exploração dos recursos territoriais na *nova* acumulação via espoliação. Sendo assim, estão ligados aos efeitos das diversas formas de espoliação para quilombos, palenques e demais grupos étnicos tradicionais na América Latina.

Luxemburg menciona que:

Em todos os ramos da produção se acumula capital em maior ou menor grau, o que na realidade é condição da produção capitalista, correspondendo a um instinto análogo ao do ávaro que o leva a juntar dinheiro na condição necessária para o desenvolvimento da produção do capital” (LUXEMBURG, 1983, p. 300).

<sup>21</sup> A década de 1970 foi marcada pela internacionalização do capital que unificou as diferentes formas de acumulação. Isto nos permite pensar essa internacionalização nas suas três dimensões mais importantes: o intercâmbio comercial, o investimento no exterior e os fluxos de capital monetário ou financeiro (CHESNAIS, 1996).

<sup>22</sup> Adiante, reforça-se as faces perversas da escravidão nas colônias e as fases da acumulação têm várias interpretações. Dobb (1900-1976) explica que: [...] deu prosseguimento aos debates, com seus Estudos sobre o desenvolvimento do Capitalismo, demarcando-o, a partir da circulação de mercadorias entre cidade e campo, provenientes da ‘crise’ estrutural do sistema feudal (ROIZ, 2009, p. 297).

A interpretação de Rosa Luxemburg é relevante e concreta sobre a acumulação em maior ou menor grau. Para o capital, o que importa é a espoliação e controle do território. Esta é a gênese fundamental do desenvolvimento da produção capitalista no campo e em outras partes do espaço geográfico.

A contradição está nas implicações dos sujeitos que vivem outras experiências produtivas, entre o movimento capitalista e as cosmovisões com a terra. Dessa forma, as populações tradicionais possuem uma relação existencial com a ancestralidade<sup>23</sup>.

Nas palavras de Harvey (2014, p. 115): “[...] exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las, e é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico”.

### **1.1 Comércio transatlântico, violências, expansão econômica europeia**

A *união* geopolítica entre África e a América foi realizada através da expansão econômica e política do mercantilismo europeu e seu consequente movimento territorial, a partir do comércio transatlântico de negros - que foram, sistematicamente, raptados por mais de três séculos para o trabalho escravizado no continente americano. Nenhum outro continente como este esteve tão ligado à África por meio do tráfico humano, destinado entre os séculos XVI e XIX às colônias europeias na América. A lucratividade do comércio tinha como projeto a hegemonia do capital mercantil europeu, que: “[...] organizaria e controlaria a circulação dos cativos através do oceano, dela retirando os maiores benefícios políticos e econômicos” (FLORENTINO, 1997, p. 08).

O quadro 02 apresenta as etapas do processo colonial, conforme a dinâmica econômica do capitalismo mercantil.

---

<sup>23</sup> O Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, define como Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007a).

Quadro 2 - Delineamento da dinâmica da economia entre os séculos XVI e XX

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. | A expansão comercial transatlântica entrelaça todos os continentes e cria pela primeira vez um mercado mundial com divisão intercontinental da produção.                                                                                                                              |
| 2. | Inicia-se e desenvolve-se o colonialismo da época moderna com a subordinação econômica e política às potências da Europa de vastas áreas dos demais continentes. Nos continentes subordinados, surgem variadas formas de colonização europeia (é sempre bom reificar este pleonasmo). |
| 3. | A criação do mercado mundial e a exploração colonialista impulsionam a acumulação primitiva de capital e aceleraram a formação do modo de produção capitalista num grupo de países do Ocidente europeu.                                                                               |
| 4. | Pela primeira vez, a história torna-se universal.                                                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: Gorender (2010).

No contexto do capitalismo mercantil, nos séculos XV e XVI, Portugal e Espanha foram os primeiros empreendedores favorecidos desta conjuntura. Enquanto isso, Holanda, Inglaterra e França entraram em ação, melhor situados e com capitais acumulados, investiram suas reservas nas disputas pelo controle sobre o comércio transatlântico, no século XVII e, posteriormente, na produção de mercadorias.

Outros países europeus participaram, com menor intensidade, da complexa espoliação e desterritorialização dos africanos de suas terras de origem. Havia situações em que os mercadores se beneficiavam de conflitos e guerras locais entre etnias para a organização de um sistema de sequestros. Aristocratas, rainhas e reis africanos foram *levados na marra* para um continente desconhecido, sob a condição miserável de prisioneiros enquanto mercadorias<sup>24</sup>. Dessa forma, houve a apropriação da sua força de trabalho e de seus saberes imateriais na construção involuntária de um *novo mundo*.

Conforme pontuado por Luxemburg, as bases econômicas da circulação: “[...] são os sistemas primitivos de exploração praticados pelo capital europeu, tanto nas colônias africanas quanto na América, países que representam diversas combinações de escravidão e servidão” (1983, p. 308).

A partir do século XVI, os países latino-americanos se distinguiram essencialmente entre si no que se refere “ao desenvolvimento econômico e social” (GORENDER, 2010, p. 101).

Nessa dinâmica socioespacial, observa-se algumas questões substanciais do movimento da expansão econômica, no que diz respeito às principais potências europeias. Sendo assim, o crescimento econômico dos grupos capitalistas europeus e mundiais esteve

<sup>24</sup> O mercantilismo semeou um ambiente de guerras internas na África, onde da luta entre povos o vencedor aprisionava os vencidos e transformavam em mercadoria para os mercadores de escravizados europeus.

conectado à circulação de seres humanos enquanto mercadoria, desde o latifúndio monocultor até o espólio de recursos territoriais, como os minérios<sup>25</sup>.

Por conseguinte, através do domínio espanhol e português - mas, posteriormente, francês e inglês - que no sistema europeu de colônias, entre África e América, a escravidão negra alcançou as características mais perversas, de configuração jamais vista até então, e com efeitos territoriais centenários que perduram na vida contemporânea. Dessa maneira, hoje, tem-se enraizado, na estrutura do pensamento coletivo, o racismo e o preconceito de classe. Naturalizado, oculto, subdividido e violento.

Sobre este assunto Quijano declara que:

En América, la idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva id-entidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo, llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos (QUIJANO, 2005, p. 203).

Ao analisar esta citação, centrada na ideia de raça e construída pelas relações de dominação - impostas desde a expansão do colonialismo até os dias atuais - nota-se a presença dessas mesmas relações nas práticas espaciais e nas ideologias de empreendedores, governadores, prefeitos, professores, senadores, policiais, deputados, dentre outros sujeitos. Exemplificando, destacam-se as declarações feitas, em 2017, pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (RJ), quando o mesmo mencionou que os afrodescendentes de quilombos “não servem nem para procriar”.

Evidentemente, tamanho racismo ainda alimenta estereótipos sobre negros e negras na América, e, ainda certifica, falsamente, as teorias eurocêntricas da hegemonia do conhecimento ocidental. Em tempos de negacionismo da ciência, isto se torna motivo de preocupação, já que fazer ciência também é um modo fazer política.

Com a chegada dos portugueses e espanhóis, esse percurso de territorialização do capital mercantil foi materializado, como no Brasil e na Colômbia, a partir de conflitos de cunho racial, social e econômico. Nota-se a materialidade evidente nas espoliações de recursos territoriais e na violência estrutural do pensamento, na sociedade colonial e pós-colonial.

---

<sup>25</sup> Inegavelmente, durante o período mercantil, a violência deliberada foi uma das marcas fundantes da acumulação primitiva de capital.

Mais do que instrumentos de tortura em praça pública para humilhação dos subalternos, os *pelourinhos* - constituídos por um tronco de madeira, com buracos onde os membros eram presos para que não tivessem possibilidade de se mover - foi a prática de punição mais comum nessa conjuntura histórica<sup>26</sup>.

Na Colômbia, os negros africanos começaram a ser escravizados pelos espanhóis, na primeira década do século XVI. Eram obrigados a trabalhar na extração de ouro, na monocultura de cana-de-açúcar e no latifúndio pecuarista (criação de gado). Além disso, na formação territorial da Colômbia, o trabalhador e a trabalhadora escravizados estiveram presentes em quase todas as fases da expansão econômica.

Nessa perspectiva, os métodos utilizados pelos colonizadores foram diversos, mesmo depois do “fim” da escravidão no século XIX<sup>27</sup>. Segundo Miguel Angel, o traficante e estrategista de dominação, Julio Arboleda, sintetizou sua cosmovisão sobre o colonialismo na Colômbia, a partir dos seguintes escritos:

donde no hay riqueza no puede haber sabiduría, la riqueza es precursora de la sabiduría como la sabiduría es precursora de la libertad. Un pueblo ignorante y pobre no podrá ser libre jamás. Mantengamos este pueblo en la pobreza y la ignorancia para que no pueda ser nunca libre (ANGEL, 2012, p. 60).

Segundo Florentino (1997), pontuar esse aspecto implica repensar a articulação entre a economia escravista colonial e os diversos elementos estruturais para a viabilização e permanência da escravidão na América; além da ação dos mecanismos do capitalismo na atualidade e os efeitos territoriais na vida dos indígenas, dos negros e da sociedade civil.

Dessa forma, no intuito de captar a territorialização das empresas nas áreas dos territórios negros e tradicionais do Brasil e Colômbia, implica-se constatar o caráter desigual e contraditório que se efetivavam nos deslocamentos espaciais do capital.

Dessarte, pensar nas áreas da investigação implica perceber, na relação espaço-tempo, o conteúdo material e imaterial das relações estabelecidas entre a acumulação por espoliação e controle do território. Além disso, a Geografia, enquanto ciência, assegura as leituras dos

---

<sup>26</sup> São elementos constitutivos desta violência colonial, o negro exposto, publicamente no pelourinho, após constantes açoites, humilhações e a vergonha de ser tratado como coisa; as correntes que pressionavam os punhos, as mãos e os pés imobilizados para que a pessoa escravizada não tivesse possibilidade de se defender; as máscaras de flandres para impedir que comesse terra e para provocar o suicídio. Esses maus tratos criaram uma “arqueologia da violência”, onde o senhor de engenho se torna a autoridade máxima impondo seu poder perverso e abusivo, de uma autoridade macabra, marcada e registrada no corpo e na memória do negro. Este é o contexto real na história da civilização brasileira e colombiana (PENA, 2019).

<sup>27</sup> A partir de 1851, o estado colombiano promoveu a ideologia de cruzamento, ou a miscigenação. Este embranquecimento da população negra africana foi uma tentativa por parte do governo colombiano e similarmente brasileiro para minimizar ou, se possível, eliminar totalmente qualquer vestígio de negro africano ou ascendência indígena entre os espanhóis (PENA, 2019).

espaços e territórios a partir das comunidades tradicionais e negras no Brasil e Colômbia, que são territórios usados no processo de espacialização do desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

## **1.2 Capitalismo, acumulação por espoliação e controle territorial**

A princípio, a distinção entre capital e capitalismo é de significativa relevância para ater-se ao ciclo atual do capitalismo, assim como suas marcas no espaço geográfico contemporâneo. O capital é “[...] na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência” (MÉSZÁROS, 2007, p. 97).

Mendonça (2005, p. 67) diz que: “[...] o capitalismo é a forma de realização do capital na atualidade e onde conseguiu mais êxito, pois atingiu a hegemonia sobre todas as formas sociais existentes” e conflita com quem se contrapõe à expansão deste modelo, baseado em construir riqueza, via espoliação e controle do capital sobre o trabalho.

É explícito que este aspecto do sistema capitalista e da dinâmica espacial torna essa sistemática distinta de todas as anteriores juntas, na percepção do cenário e do quadro da exploração do trabalho, assim como dos recursos territoriais. Na lógica do capital, não existem espaços ou territórios que não sejam penetráveis para a espoliação e a expansão da acumulação do capital, a partir de conflitos no processo de espacialização, sejam, em territórios camponeses, assim como quilombolas, quebradeiras de coco, palenques e indígenas.

Ao pronunciar sobre colonialismo, parece que retorna-se ao passado. No entanto, o presente revigora a mesma imperfeição e relações de poder, claro que, com dimensões distintas e com escala elevada de contradições, conforme a ação do capitalismo no espaço latino-americano.

Desse modo, as relações de poder - estabelecidas no processo de espacialização da acumulação, juntamente com os conflitos resultantes das práticas espaciais – são decifráveis em virtude das totalidades materializadas dos fenômenos, seja no espaço brasileiro, seja no espaço colombiano. Assim, como exemplo, destaca-se o espaço geográfico colombiano, onde os efeitos territoriais da mineração ilegal<sup>28</sup> de décadas produziram, e tem produzido,

---

<sup>28</sup> Em 2011, A Procuradoria-Geral da República/Colômbia, produziu um relatório sobre os efeitos e os conflitos territoriais e ambientais da mineração ilegal - que confirma que essa prática tem séculos de história. Neste mesmo relatório: a la minería ilegal se le otorgan todo tipo de características negativas, tales como destrucción



resultados inquietantes para os grupos negros, indígenas e camponeses, que se espacializaram nas proximidades ou às margens da Bacia Hidrográfica do rio Cauca ou Magdalena.

A Foto 1 complementa as ações das práticas espaciais e os consequentes efeitos territoriais da mineração ilegal na biodiversidade do rio Cauca.

Foto 1 - Extração de ouro no rio Cauca, norte do Departamento de Cauca/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2020).

Historicamente, na América Latina, o Brasil e a Colômbia não estão fora da seletividade espacial do capital, mediante a extração dos recursos territoriais no século XXI. Na Foto 01, vê-se um trabalhador, de camiseta vermelha, entre as duas retroescavadeiras; e do lado esquerdo, nota-se um sujeito armado com o uniforme do exército colombiano.

Segundo os moradores de Pílamó, na atualidade, é difícil identificar quem são as guerrilhas armadas no norte de Cauca, especialmente depois do Acordo de Paz<sup>29</sup>, entre o

---

ambiental, evasión de cargas tributarias y regulación, incidencia en los intentos de ordenamiento territorial y en las políticas de seguridad, alejamiento del régimen laboral y utilización de menores de edad para el trabajo (Procuraduría General de la Nación, 2011).

<sup>29</sup> O histórico acordo, assinado em 26 de setembro de 2016, tornou-se símbolo de esperança para a democracia mais antiga do continente americano. Prometia-se o fim de uma guerra interna que já vitimou mais de 260 mil vidas e marcou a vida de outras milhões de pessoas. Após o acordo, sete mil guerrilheiros ingressaram na vida civil, as Farc-EP entregaram as armas e se transformaram no partido Força Alternativa Revolucionária do Comum. O fim do conflito e a garantia de participação política são, no entanto, apenas dois dos seis eixos pactuados entre o movimento guerrilheiro e o governo colombiano, em um acordo de 324 páginas. O documento também previa iniciativas para a substituição dos cultivos ilícitos, a reforma agrária integral e políticas de reparação para as vítimas do conflito armado. Disponível

Estado colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia/Exército do Povo (FARC-EP), assinado em setembro de 2016. As disputas pelos recursos territoriais contribuíram para o aumento de vários grupos armados, com segmentos na mineração ilegal e no narcotráfico, que usam o uniforme do exército para serem confundidos com o *Exército Colombiano*.

Conforme os moradores do Palenque, desde 2018 até a atualidade, o norte do Departamento de Cauca serve de refúgio e abrigo para diferentes grupos armados, já que, nesta região, a *Cordilheira dos Andes* se divide em *Ocidental, Central e Oriental*, fato que, também dificulta a entrada do Estado para combater estes grupos.

Por fim, outra questão complexa que parafraseia os fatos referentes à Colômbia, como mencionados nos parágrafos acima, é o Brasil. Como demonstrado na (Foto 02), vê-se o estrago causado pelo avanço sem limite da mineração ilegal e do desmatamento em territórios dos povos indígenas Yanomami - que corresponde, aproximadamente, a trinta e cinco mil indígenas, que vivem espacializados em cerca de 200 a 250 comunidades na floresta amazônica, no estado de Roraima/Brasil.

Foto 2 - Área desmatada para mineração ilegal de cassiterita e ouro nos Territórios dos Indígenas Yanomami (Roraima/Brasil)



Fonte: Christian Braga/Greenpeace (2020).

A Foto 2 retrata os efeitos territoriais que esse tipo de espoliação faz com a biodiversidade e o ecossistema local. Em conclusão, os efeitos são antagônicos às atividades das relações econômicas, culturais e ambientais, em que os grupos étnicos estabeleceram, com seus recursos territoriais, a base da sobrevivência.

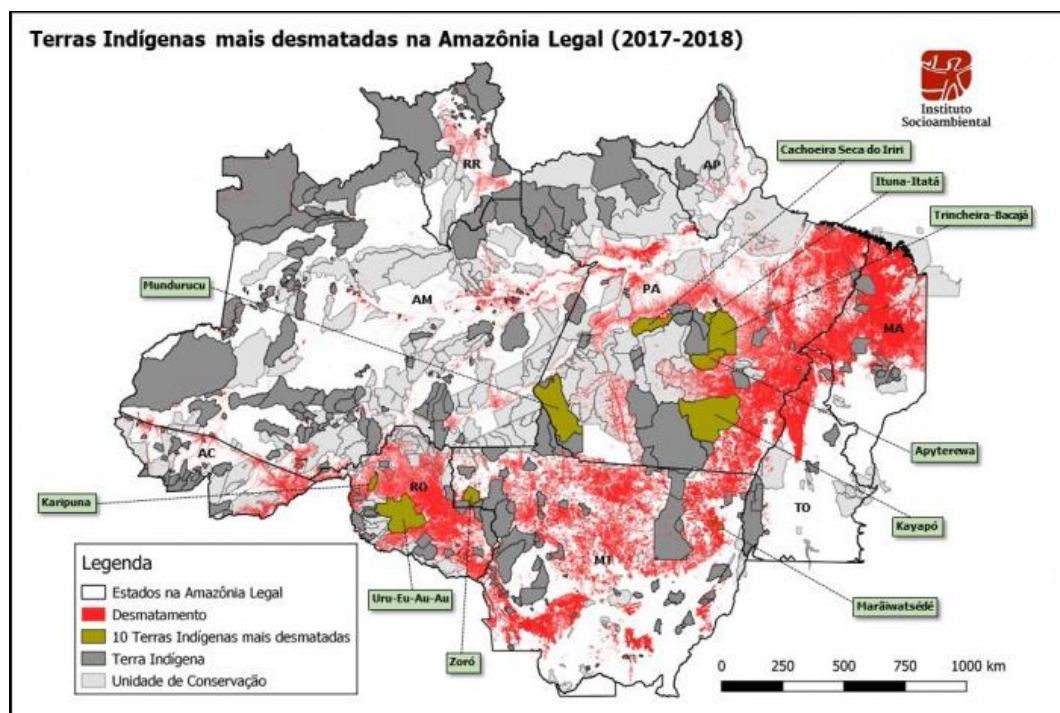
Essa condição foi registrada em 2020 em três territórios indígenas, o Kayapó, o Munduruku e o Yanomami, que representam territórios demarcados. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, são reconhecidos aos indígenas, sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que, tradicionalmente, ocupam, competindo à União demarcá-las e protegê-las, exigindo o respeito a todos os seus bens. Entretanto, o que se nota na Foto 02 é que estes direitos constitucionais não são obedecidos ou respeitados nem pelo Estado brasileiro, que deveria ser “o protetor e fiscalizador dos direitos dos povos”.

Assim, a mineração ilegal do ouro, prata e cassiterita resultou no desmatamento sistemático de milhares de hectares de floresta, em meio aos territórios indígenas na Amazônia brasileira. Para o Instituto Socioambiental (ISA), o desmatamento em terras indígenas cresce 124% e as áreas mais devastadas continuam no sudoeste do Pará e segue concentrada em poucos territórios. Na atualidade, dez Terras Indígenas responderam por mais

de 80% da devastação, entre agosto de 2017 e julho de 2020. Por outro lado, na comparação com o período anterior, o desmatamento total no conjunto dessas terras saltou, assustadoramente, 124%, de 11,9 mil hectares para 26,7 mil hectares, uma extensão maior do que a da cidade de Recife (ISA, 2021).

O Mapa 01 apresenta o aumento do desmatamento em Terras Indígenas na área demarcada como Amazônia Legal.

Mapa 1 - Desmatamento em Terras Indígenas (2017-2018). Brasil



**Fonte:** Instituto Socioambiental (ISA)/ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2021.

As informações do Mapa 01 permitem analisar que os Territórios Indígenas continuam sendo a principal barreira contra a destruição da biodiversidade da floresta. O desmatamento observado nessas áreas, como um todo, representa pouco mais de 3% do total da Amazônia Legal. Cerca de 23% da região está em Terras Indígenas, com destaque para os Territórios Indígenas Cachoeira Seca (PA), Marãiwatsédé e Zoró (MT), onde as taxas de desmatamento cresceram, respectivamente, 333%, 2.851% e 43.903% (Tabela 01).



Tabela 1 - Desmatamento em Terras Indígenas por Hectares

| Terra Indígena |                              | Desmatamento<br>2017-2018 (ha)      | Comparação<br>2016-2017 / 2017-2018 |
|----------------|------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1ª             | Cachoeira Seca do Iriri (PA) | 5.472,4                             | 333%                                |
| 2ª             | Marãiwatsédé (MT)            | 4.327,6                             | 2.851%                              |
| 3ª             | Zoró (MT)                    | 3.808,6                             | 43.903%                             |
| 4ª             | Apyterewa (PA)               | 1.977,8                             | 351%                                |
| 5ª             | Ituna-Itatá (PA)             | 1.594                               | 118%                                |
| 6ª             | Karipuna (RO)                | 1.384,5                             | 253%                                |
| 7ª             | Trincheira-Bacajá (PA)       | 1.266,9                             | 516%                                |
| 8ª             | Uru-Eu-Wau-Wau (RO)          | 937,1                               | 141%                                |
| 9ª             | Kayapó (PA)                  | 776,5                               | -89%                                |
| 10ª            | Mundurucu (PA)               | 659                                 | 158%                                |
| <b>Total</b>   |                              | <b>22.204,92<br/>(82% do total)</b> |                                     |

**Fonte:** Instituto Socioambiental (ISA)/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2021.

Além disso, o índice de 124% equivale a quase dez vezes o aumento no ritmo do desflorestamento de toda a Amazônia, de 13,7%, na comparação entre 2016-2017 e 2017-2018. Em toda a região, foram destruídos 790 mil hectares de mata, o equivalente a mais de cinco vezes o município de São Paulo<sup>30</sup>.

De acordo com estimativas da Organização Não Governamental (ONG) de direitos humanos *Survival International Brasil*, o presidente Jair Bolsonaro e suas políticas acarretam a perda de floresta; a poluição por mercúrio nos rios; as rupturas sociais e também a proliferação de doenças, como a malária, decorrentes da mineração. Além disso, a organização afirma que a retórica do presidente a favor do desenvolvimento da Amazônia

<sup>30</sup> Os números foram produzidos pelo Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA com base na estimativa preliminar divulgada, em novembro, pelo Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O Prodes calcula a taxa oficial do desflorestamento da Amazônia. O índice definitivo será anunciado em 2019. Em toda a Amazônia, há 422 TIs demarcadas, mas a estimativa preliminar do Prodes abrange 401 áreas.

fortaleceu possíveis garimpeiros<sup>31</sup>, tanto aqueles “legalizados” quanto os ilegais e não só na Amazônia<sup>32</sup>, mas em outras regiões e estados brasileiros.

As práticas espaciais (Fotos 1 e 2) demonstram a mesma tecnologia no processo de exploração dos recursos territoriais no Brasil e na Colômbia. As retroescavadeiras sugerem um elemento simbólico na paisagem das práticas violentas da espoliação sobre a biodiversidade, bem como o descaso e desrespeito às culturas e as relações socioambientais construídas, historicamente, pelos grupos negros e indígenas na América Latina. Aliás, as mineradoras, no conjunto da acumulação por espoliação, são elementos das práticas políticas atrasadas e coloniais da pilhagem territorial<sup>33</sup>.

Sendo assim, cabe a ressalva de que todos esses fatos, universais da nossa época, são motivados pela “[...] necessidade ampliada de acumulação do capital, acompanhada de sua concentração e da necessidade de uma circulação em escala mundial” (SANTOS, 2003, p. 165).

Portanto, é óbvio afirmar que os efeitos das contaminações são fatos que afetam, diretamente, a vida nas Comunidades. Assim, ocorrem choques de relações com os saberes e as práticas ancestrais, relativas à mineração ancestral, já que em muitas regiões ainda são praticadas, em sua maioria, por mulheres negras e indígenas na Colômbia.

O Brasil e a Colômbia têm uma longa história de presença humana e exploração dos recursos territoriais, assim como do racismo, mediante estrutura de dominação e manutenção do poder, por partes das elites coloniais. Inclusive, isso pode ser observado dentro das relações da construção social e da classe econômica dominante nesses países ou quem são os sujeitos privilegiados com essa *desordem* estrutural de acumular dinheiro de forma excludente e violenta.

---

<sup>31</sup> Em nome do progresso o governo mata rios, florestas e os seres humanos, manifesto indígena. Disponível em: < <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

<sup>32</sup> Esta realidade amazônica tem que ser mais explorada do ponto de vista de como viver, sob baixo efeitos territoriais, mas superando a miséria que atinge grande maioria da população isto perante um estado que apresenta órgão de controles corrupto, truculento, por agentes que desconhecem a realidade local, sem uma alternativa para se viver melhor dentro do quadro atual da Amazônia.

<sup>33</sup> Para Perpetua, (2016, p. 102), junto dos demais fatores, são as condições especiais já mencionadas, dadas pelo solo e seus acessórios, presentes nas novas regiões produtoras que interessam à fração de capital ora perquirida, enquanto recursos capazes de permitir a apropriação de imensas somas de renda da terra diferencial, na forma de mais-valor pago a si mesmo, pois a maior parte das terras exploradas é propriedade das próprias empresas. Daí enxergarmos o mecanismo da mobilidade espacial e seu princípio da seletividade, tal como aqui deslindados, como base da *pilhagem territorial*. Essa, por sua vez, se dá como territorialização e imposição de uma nova territorialidade que reorganiza e reproduz a base material do território, redefinida pelas novas relações sociais de poder nela consubstanciadas.

Ademais, essa *desordem* estrutural atrai empresários/especuladores de diferentes direções, com objetivos e técnicas diversas para acumular riqueza, seja com o trabalho nos latifúndios, na espoliação de terras indígenas e negras ou na pilhagem dos recursos territoriais.

O território, na sua totalidade, não é “outro” com relação ao processo capitalista, mas, ao contrário, é usado e se transforma em função daquele processo geral. Isto significa duas coisas: a) que o processo de desenvolvimento econômico tende a abarcar com as suas relações, todas as esferas da produção de mercadorias e, em consequência, todo o território; b) e que na base deste processo está a tendência à concentração do capital (CALABI, INDOVINA, 1992).

Além disso, ainda há a utilização da Força Militar para reprimir os movimentos sociais e a sociedade civil organizada para o genocídio da população, principalmente negra e indígena como regra de dominação, privilégio e poder.

Para Tim Boekhout van Solinge (2016, p. 2):

Hoy en día, la abundancia de recursos sigue atrayendo a actores económicos, tanto nacionales como internacionales. En las dos zonas, no sólo el oro es un recurso explotable y valioso, también la tierra y el agua se han convertido en recursos de alta demanda para las explotaciones económica destinadas finalmente a mercados de otros lugares.

Os grupos capitalistas na América Latina são heterogêneos, tanto os nacionais como os internacionais, e utilizam mecanismos e demandas de explorações, às vezes, opostas. No entanto, os efeitos territoriais nos territórios dos grupos étnicos do Cafundó/Brasil e Pílamo/Colômbia estão em acordo. Decerto, a conflitualidade é resultante da expansão do capitalismo, sem diálogo com os grupos ou camponeses, os quais estão em meio aos efeitos territoriais do movimento territorial do capital e do Estado, o que é inerente à forma de ser capitalista.

Nesse sentido, a exploração dos recursos territoriais em certas regiões do Brasil e da Colômbia são coordenadas com inversões públicas e privadas, tendo como aspecto a construção de infraestrutura como estradas, hidrovias, portos, armazém e ferrovias. Toda essa estrutura sustenta as exportações de *commodities*, como por exemplo, soja e eucalipto. Dessa forma, esse cenário atua para consolidar o capital global acumular riqueza, mediante a expropriação e espoliação dos minerais, além da superexploração do trabalho.

Sendo assim, o capitalismo caracteriza-se por uma expansão do processo sistemático da estruturação da acumulação do capital, seja local ou global. Por conseguinte, o capital apossa-se dos mercados por dentro, apropriando-se dos setores essenciais da indústria local e

regional<sup>34</sup>. Assim, conquista ou constrói as fortalezas decisivas de onde domina o resto (GALEANO, 1976). Ademais, o interesse do capital busca atender aos interesses das corporações globalizadas, além de se apropriar do florescimento industrial latino-americano e “[...] capitalizá-lo em seu benefício não implica, claro está, um desinteresse por todas as outras formas tradicionais de exploração” (GALEANO, 1976, p. 193).

Como já dito, o capital, para István Mészáros (2011), antecede ao capitalismo, como também é a ele posterior. À vista disso, o capitalismo se pauta como uma das formas possíveis da realização do capital, assim como uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital.

Assim, esse sistema se efetiva como aniquilador de sonhos, de vidas e de famílias, destruídas física e psicologicamente e pelo racismo institucional e estrutural<sup>35</sup>. Em alguns casos, famílias inteiras foram deslocadas, forçadamente, do seu lugar de viver e semear, *jogadas* em qualquer favela ou *de baixo de uma ponte*, ou ainda assassinadas de forma brutal no jogo espacial dos poderes desiguais da acumulação.

Além disso, o desenvolvimento capitalista, que processa suas ações a partir de práticas espaciais há séculos, move-se em várias frentes, com funções e estratégias de seletividade espacial. De toda maneira, vale ressaltar que as vantagens fiscais são características que influenciam na seletividade espacial. Dessa forma, as grandes corporações capitalistas transnacionais desempenham papel fundamental na organização espacial, já que exercem determinado controle sobre o amplo e diferenciado território.

Ainda, esse controle constitui-se em um dos meios do qual a corporação garante, com máxima eficiência, a acumulação e a reprodução de suas condições de produção e seletividade espacial. Há uma necessidade da proximidade da matéria-prima e das condições de acesso ao mercado consumidor, e, para isso, as vias e redes de acessos curtos aos portos de exportações, como o porto de Santos/Brasil e de Buenaventura e Cartagena/Colômbia, são relevantes.

---

<sup>34</sup> Pensado nestas situações como ao capitalismo interessa o lucro, se expande um modelo que tenta honogear um padrão mundial de desenvolvimento vindo do mundo temperado para nós. Isto não dá. Temos de reinventar a forma de viver nos trópicos, embora a luta é também contra a forma tradicional euro-ianque-centro sulista que nós impomos padrões/modelos. A academia/geografia também está refém disso! Se quer conseguimos propor uma outra classificação climática – mesmo quando nossa dinâmica não se enquadra base de Straller ou Koppem.

<sup>35</sup> A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica - ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2019). Já a concepção estrutural é a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica (ALMEIDA, 2019).



Enfim, o capitalismo é a forma pura do desenvolvimento desigual e excludente no espaço global e suas práticas espaciais se tornam opostas aos interesses dos grupos étnicos e dos camponeses, além daqueles que praticam atividades produtivas, mais precisamente no âmbito das economias locais não capitalistas.

Desse modo, o sistema capitalista, sustentado pelo Estado brasileiro e colombiano, por exemplo, opera, na América Latina, como um sistema de extraordinária capacidade expansiva. Sendo assim, o mesmo é capaz de assimilar formas, consideradas anacrônicas de produção, mas a partir do qual é nutrido e configurado, historicamente, conforme Corrêa (1992). À medida em que avança nas investigações “[...] temos uma compreensão cada vez mais ampla das relações internas que mantêm o capitalismo em perpétuo estado de unidade contraditória e, portanto, em perpétuo movimento” (HARVEY, 2013, p. 39).

Nesse sentido, Bagú (1992) comenta que a incorporação dos países latino-americanos em sua dinâmica emergente afeta, tanto a formação do capitalismo globalizado, quanto as realidades locais assimiladas e colonizadas. Por conseguinte, isso destaca o caráter capitalista da modernidade e muito mais.

Conforme Marx (2013), a transformação usurpadora, executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade coletiva em propriedade privada moderna, se deu por meio da acumulação primitiva. Os capitalistas “[...] conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária” (2013, p. 355) de trabalhadoras, além de uma disputa territorial constante entre os territórios comunitários não capitalistas e o capitalismo desigual e excludente.

Somado a isso, como se viu nos casos anteriores, a escala geográfica do capitalismo e a estabilização do sistema em questão, transcorre num conjunto espaço-temporal acoplado aos ciclos contínuos da acumulação. São jogos do poder, material e temporal, no espaço produzido. Na América Latina, essencialmente Brasil e Colômbia, os recursos territoriais, como água, terra e minérios são disputados, marcando as realidades territorializadas.

Logo, o acesso aos insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante (HARVEY, 2014, p. 117).

As matérias-primas, o trabalho, o racismo e a violência são partes do conjunto integrante da ampliação do capital e das problemáticas dos empreendimentos lucrativos em territórios não capitalistas – já que nunca são discutidos, entre os opostos, o modelo de

desenvolvimento, como se os sujeitos de direitos, também não tivessem sugestões e projetos de empreendimentos. A diferença é que esses projetos são coletivos e não individuais.

No Brasil e Colômbia, o cenário político e econômico é complexo em várias questões, o que dificulta o fluxo dessas sociedades em direção a uma cidadania plena e igualitária. Ademais, o latifúndio é a dimensão espacial de um sistema político persistente e é coeso em relação a capacidade devastadora de vidas e da biodiversidade. Martins (1999) informa que a sociedade civil não é, se não o esboço de um sistema político, em que, de muitos modos, encontra-se dominada pelo Estado, além de ter sido transformada em instrumento do Estado. Aliás, é um Estado baseado em relações políticas, extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, expressas no oligarquismo.

Além disto, essas sociedades evidenciam um mundo, no qual a representação das coisas, através do sistema político, encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos por meio do contrato social e da propriedade privada (LATOUR, 1994). Por isso, para que essas representações sejam concretizadas de forma democrática no campo político, é preciso fazer uma Reforma Política que tenha a participação dos cidadãos, mas também da sua diversidade em equidade. Só assim, crê-se que se pode construir um sistema político estruturado desde a base, a partir da diminuição e/ou eliminação das disparidades representativas, além da necessidade de apresentar, no conjunto dos espaços de poder, como no legislativo, executivo e judiciário, a presença significativa de negros, indígenas e mulheres.

Na América Latina, a narrativa do “atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1999, p. 13) torna-se uma máxima. Contudo, as recentes denúncias de corrupção<sup>36</sup>, que poderiam ter levado, mais do que qualquer coisa, a uma revisão profunda do sistema político latino-americano e mais do que, exclusivamente, dos Estados brasileiro e colombiano, apenas “[...] revelam como a sociedade inteira está profundamente envolvida naquilo que a constrange e que denuncia. A denúncia da corrupção serviu exatamente para mostrar a natureza viciosa do sistema político” (MARTINS, 1999, p. 13).

Assim, a acumulação, por espoliação e controle do território pelo capital, requer a associação com o poder político local, estadual e nacional, no intuito de viabilizar as práticas espaciais de exploração e controle territorial. Contudo, a lógica territorial da organicidade das relações dos grupos étnicos com os recursos territoriais, investigados na construção da Tese,

---

<sup>36</sup> O conceito de corrupção foi difundido e interpretado como sinônimo de roubo, de apropriação indébita de coisa pública. E o que os fatos revelados indicavam era o recebimento de doações materiais vinculadas a prováveis retribuições e favorecimento políticos aos doadores. Portanto, o tradicional mecanismo de troca de favor (MARTINS, 1999, p. 45).

são opostas à lógica capitalista, lançando “assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial” (HARVEY, 2015, p. 118). Ao analisar, de forma detalhada, os conflitos territoriais, no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, é possível observar a expressão da desterritorialização constante das famílias do território.

Harvey (2015) aponta e revela uma ampla gama de processos e materializações da acumulação do capital no espaço, que são os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação dos recursos territoriais; a privatização da terra; a expulsão violenta das populações tradicionais dos seus territórios ancestrais; além da conversão de várias formas de direitos de propriedade comum e coletiva do Estado em direitos exclusivos de propriedade privada. Outros elementos são o comércio de escravizados; os conflitos raciais, religiosos e de gênero; ainda, a usura e a dívida nacional; e, em última análise, o sistema de crédito, enquanto meios radicais de acumulação primitiva.

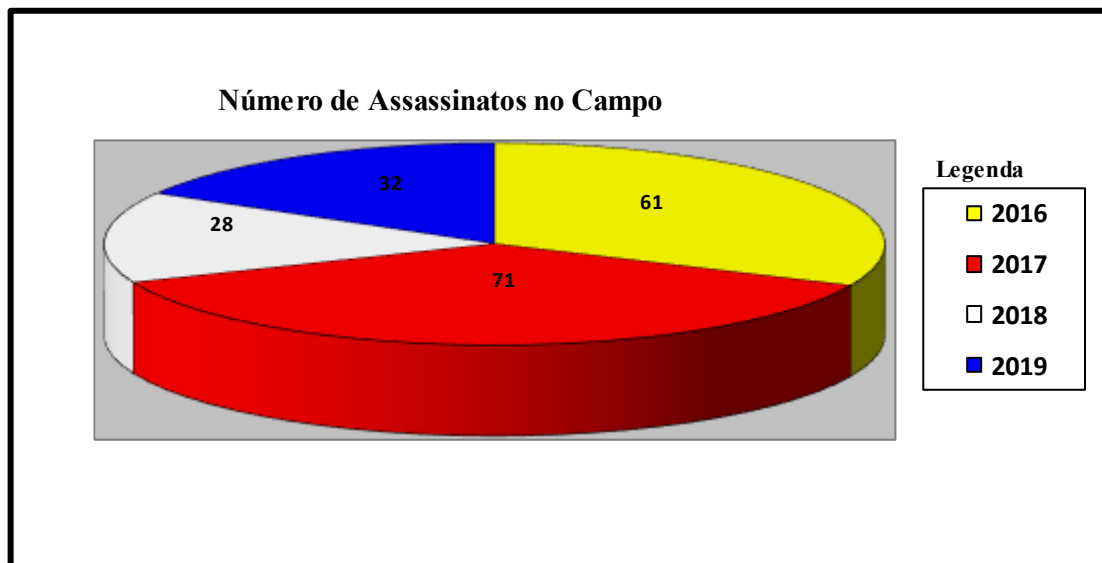
Assim, o Estado, com o monopólio da violência e suas definições da legalidade, possui papel crucial no apoio e na promoção desses processos, a partir de consideráveis provas de que o desenvolvimento capitalista dependeu, e continua a depender, de maneira vital, do agir do Estado. Portanto, “[...] o papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes” (HARVEY, 2015, p. 121)

O Estado brasileiro e colombiano são *amorosos* com os atores da violência. Além disso, Brasil e Colômbia são dois países que registram números relevantes de lideranças dos movimentos negros, indígenas e sociais, tanto do campo, quanto da cidade; assim como assassinados, decorrente dos processos de espacialização do capitalismo e dos interesses de grupos armados, ou pelo racismo estrutural e institucional. Os gráficos 01 e 02 são referentes aos dados quantitativos dos assassinatos de lideranças no Brasil e na Colômbia.

Em 2020, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou a 34ª edição do Relatório Anual dos Conflitos no Campo no Brasil (2019). Os resultados demonstraram um ano de escala crescente da violência e do ódio contra as Comunidades Tradicionais e os *povos do campo*, assim como os negros e os pobres, no espaço geográfico brasileiro e colombiano por intermediários de figuras públicas, “dentre elas, principalmente, o presidente da república brasileira e colombiano. Diante disso, os *povos gritam* e o conflito se expande e ganha dimensões inimagináveis” (CPT, 2020, p. 07).

O Gráfico 01 revela o número de assassinatos de lideranças no campo brasileiro, entre os anos de 2016 e 2019.

Gráfico 1 - Assassinatos no campo brasileiro (2016 a 2019)



Fonte: CPT, 2020.

O Gráfico 01 nos mostra uma situação complexa da ação capitalista no campo, em que uma das regras é a prática da violência. Vale ressaltar que, de umas décadas para cá, a dimensão dos conflitos e das contradições tomaram um rumo de conflito territorial, cujos efeitos territoriais foram e ainda são visíveis, como por exemplo, no Cafundó e Pílamó. Certamente, a luta pela terra, no contexto brasileiro e colombiano, esteve no cenário da conflitualidade. Em 2022, a Comissão Pastoral da Terra tornou públicos os dados de conflitos ocorridos no campo, no Brasil, no ano de 2021 (Tabela 02).

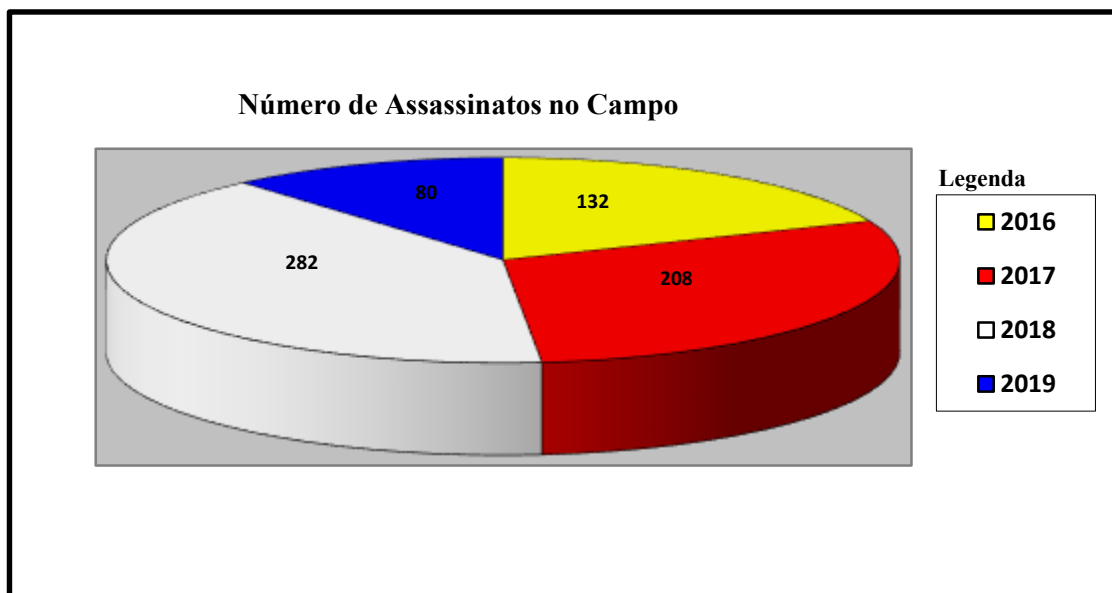
Tabela 2 - Assassinatos por Estado no campo brasileiro (2021)

| Estados           | Municípios             | Data       | Vítimas   | Categoria                   |
|-------------------|------------------------|------------|-----------|-----------------------------|
| Bahia             | Ilhéus                 | 23/09/2021 | 1         | Indígenas                   |
| Bahia             | Oliveira dos Brejinhos | 07/09/2021 | 1         | Assentado                   |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>2</b>  |                             |
| Goiás             | Baliza                 | 03/08/2021 | 1         | Assentado                   |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>1</b>  |                             |
| Maranhão          | Arari                  | 02/07/2021 | 1         | Quilombola                  |
| Maranhão          | Arari                  | 29/10/2021 | 1         | Posseiro                    |
| Maranhão          | Bom Jardim             | 17/11/2021 | 1         | Indígenas                   |
| Maranhão          | Codó                   | 11/06/2021 | 1         | Quilombola                  |
| Maranhão          | Junco do Maranhão      | 18/06/2021 | 2         | Posseiro                    |
| Maranhão          | Pamarama               | 07/01/2021 | 1         | Quilombola                  |
| Maranhão          | Penalva                | 12/11/2021 | 2         | Quebradeiras de coco babaçu |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>9</b>  |                             |
| Mato Grosso       | Cotriguaçu             | 16/11/2021 | 1         | Sem Terra                   |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>1</b>  |                             |
| Pará              | Capitão Poço           | 12/02/2021 | 1         | Indígenas                   |
| Pará              | Pau D'Arco]            | 26/01/2021 | 1         | Sem Terra                   |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>2</b>  |                             |
| Rio Grande do Sul | Nonoai                 | 15/11/2021 | 1         | Indígena                    |
| Rio Grande do Sul | Ronda Alta             | 16/10/2021 | 2         | Indígena                    |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>3</b>  |                             |
| Rondônia          | Cujubim                | 20/11/2021 | 1         | Posseiro                    |
| Rondônia          | Porto Velho            | 12/08/2021 | 3         | Sem Terra                   |
| Rondônia          | Porto Velho            | 29/10/2021 | 2         | Sem Terra                   |
| Rondônia          | Porto Velho            | 23/09/2021 | 2         | Posseiro                    |
| Rondônia          | Porto Velho            | 21/05/2021 | 1         | Sem Terra                   |
| Rondônia          | Porto Velho            | 15/04/2021 | 1         | Sem Terra                   |
| Rondônia          | Porto Velho            | 27/04/2021 | 1         | Aliado/a                    |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>11</b> |                             |
| Roraima           | Mucajá                 | 30/09/2021 | 3         | Indígena                    |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>3</b>  |                             |
| Tocantins         | Lagoa da Confusão      | 16/09/2021 | 1         | Indígenas                   |
| Tocantins         | Palmas                 | 16/10/2021 | 1         | Pequeno proprietário        |
| Tocantins         | Palmeirante            | 06/08/2021 | 1         | Pequeno proprietário        |
| <b>Subtotal</b>   |                        |            | <b>3</b>  |                             |
| <b>Total</b>      |                        |            | <b>35</b> |                             |

Fonte: CPT, 2022.

O gráfico 02, exemplifica-se, de 2016 a 2019, o número de assassinatos no campo colombiano.

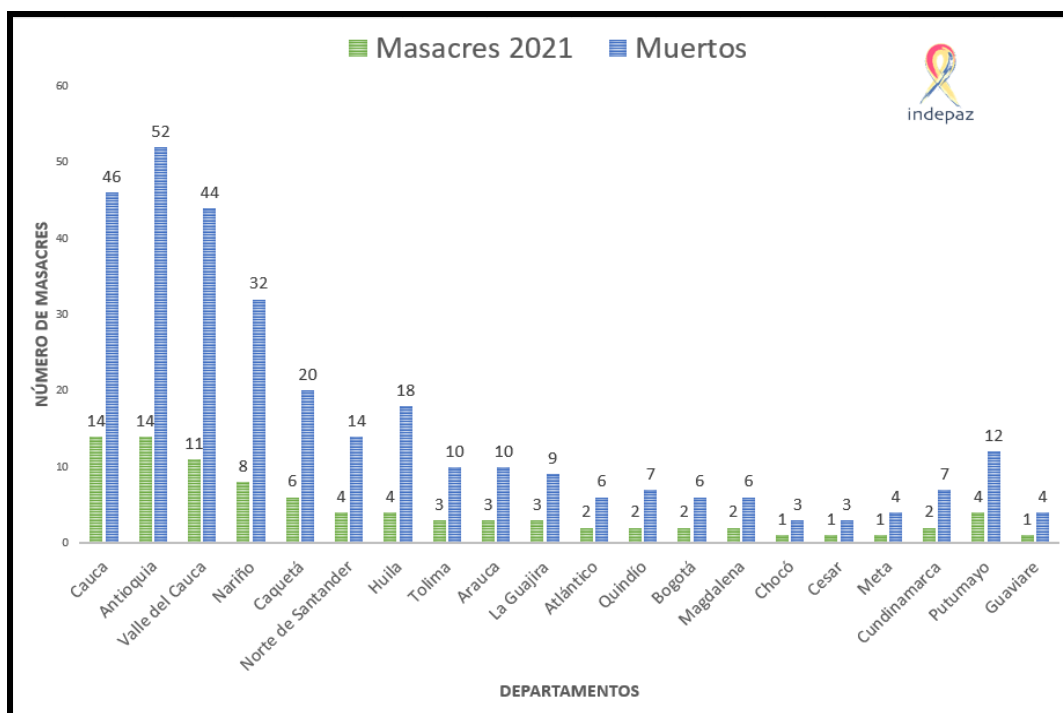
Gráfico 2 - Assassinatos no campo colombiano (2016 - 2019)



Fonte: INDEPAZ, 2020.

Das 702 mortes de líderes e defensores de Direitos Humanos no território colombiano, a maioria ocorreu em 2018 (282 pessoas), segundo o Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ), de 2020. Os assassinatos de lideranças de Norte a Sul na Colômbia são episódios relacionados à territorialização da mineração ilegal, assim como do narcotráfico e das guerrilhas e paramilitares, situados em diversas áreas da Colômbia, como no norte do Departamento de Cauca e no território do Palenque Píamo. No Gráfico 03, é descrito o número de assassinatos no campo colombiano, em 2021.

Gráfico 3 - Exemplifica-se, número de assassinatos no campo colombiano (2021)



Fonte: INDEPAZ, 2021,

Diante disso, o crescimento econômico sem limites não é possível em um meio limitado e perecível, assim como o imperativo de ambição e ganância leva à guerra e à eliminação dos opositores. Assim, a modalidade econômica representada pelo agrohídronegócio e a mineração ilegal, além de grande parte dos setores agroindustriais, exigem o fim de muitas comunidades - camponesas, negras, indígenas e tradicionais - para que o poder político, burocrático e monetário mantenha seus privilégios e controle sobre a terra, o território e a sociedade, sem nenhum senso de solidariedade ou compensação social e ambiental.

Na Colômbia, mesmo com a Lei de Justiça e Paz<sup>37</sup> e com algumas mudanças, feitas em 2017, as ações das guerrilhas não foram inibidas, tampouco dos paramilitares e do Estado.

Embora eu não julgue que a acumulação por espoliação esteja exclusivamente na periferia, é indubitável que algumas de suas manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2014, p. 142).

<sup>37</sup> O objetivo da Lei: Facilitar los procesos de paz y la reincorporación a la vida civil de miembros de grupos armados al margen de la ley que se hayan desmovilizado individual o colectivamente, garantizando los derechos de las víctimas a la verdad, la justicia y la reparación integral. Disponível em: <<https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/justicia-transicional/Paginas/Ley-de-Justicia-y-Paz.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Dessa maneira, percebe-se que os conflitos resultantes do desenvolvimento geográfico em desigualdade, no contexto latino-americano, são acoplados numa heterogeneidade de episódios, aparentemente, desordenados. Assim, as relações contemporâneas com a natureza obtêm o seu caráter específico e devastador de vidas a partir das relações sociais do capitalismo (SMITH, 1988), que, no conjunto do sistema, são percebidas e questionadas pelos povos, pelas sociedades civis organizadas e pelos movimentos negros, indígenas e sociais, tanto do campo, como da cidade. Exemplificando, destacam-se as *(Re)Existências* às práticas espaciais da territorialização do eucalipto e palma africana, monoculturas materializadas em Cafundó/Brasil e Pílamó/Colômbia.

Todavia, “[...] de um modo ou de outro, de fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não capitalistas” (LUXEMBURG, 1983, 315) para a multiplicação e a expansão dos negócios econômicos, como a mineração ilegal e o agrohidronegócio. É a partir daí que nasce a relevância, na atualidade, dos territórios tradicionais.

A geografia latino-americana retrata, no espaço, os “[...] grandes empreendimentos de mineração e do agronegócio, bem como as infraestruturas que demandam, engendram novas territorialidades, estranhas ao lugar de vida de diferentes povos e comunidades tradicionais” (RIGOTTO, 2018, p. 223). Equador, Venezuela, Peru e Bolívia são países que fazem parte das práticas espaciais da territorialização do capitalismo. Já no Equador, o jogo da acumulação por espoliação é análogo aos outros países da América Latina e a luta contra as mineradoras, seguidas por emancipação das comunidades tradicionais, é constante nos territórios.

Em 2018, por exemplo, os territórios negros e indígenas equatorianos se organizaram contra a empresa chinesa Juneel Mineral Resources Holding, que espolia ouro e prata dos territórios tradicionais da região de Cuenca - capital da província de Azuay, localizada na Cordilheira dos Andes, a 3.550 m acima do nível do mar, caracterizada como uma região abundante em rios, como o río Blanco.

Segundo os movimentos sociais da região, a luta não é só contra as mineradoras, mas também contra as porteiras que controlam o acesso dos moradores dentro do seu próprio território. Nesse caso, os conflitos foram herdados da empresa canadense International Minerals Corporation (IMC), comprada pela companhia chinesa, em 2013.

Embora quase todos os moradores de Rio Blanco tenham trabalhado para a mineradora no passado, eles hoje a acusam de não cumprir seus compromissos trabalhistas, de não gerar melhorias na qualidade de vida do local, de entulhar uma



lagoa com escombros, de promover cisões dentro das comunidades e, sobretudo, de não lhes ter consultado previamente<sup>38</sup>.

No Equador e na Colômbia, por exemplo, a consulta prévia é obrigatória. Entretanto, na maioria das vezes, esse processo acontece somente na teoria, já que, nesta conjuntura, os grupos tradicionais não ficam sabendo das relações econômicas e políticas referentes à territorialização das práticas capitalistas no território. O Estado, que deveria ser o mediador, não o faz de forma clara e, dessa forma, as comunidades ficam vulneráveis às barbáries dos capitalistas, os quais vêem os recursos territoriais apenas como fonte de elevados lucros, desconsiderando qualquer cosmovisão que tenha a Natureza como expressão das relações ancestrais com a terra, a água e a floresta, enfim, o território<sup>39</sup>. Esse processo também ocorre em diversas regiões no Brasil, a exemplo da invasão dos territórios Kalunga em Goiás.

O assédio de fazendeiros por suas terras, o turismo gradativamente presente, a iminência de construção de uma Pequena Central Hidrelétrica PCH em suas proximidades. A existência e resistência do território dos Kalunga implica em hipotetizar explicações que considerem sua relação com a terra e as identidades territoriais, e, em buscar interpretar as territorialidades em curso (ALMEIDA, 2010 p. 42).

Esse conjunto de contradições e lutas possibilita compreender, de forma concreta, a dinâmica espacial e os conflitos decorrentes do processo da acumulação por espoliação, além do controle sobre os territórios tradicionais e camponeses. Nesse contexto, o fortalecimento coletivo da identidade, do território e da materialização da cultura dos grupos étnicos são visíveis e observados nos cenários de *(Re)Existência*, contra o agrohidronegócio e a mineração ilegal, na América Latina. Assim, destaca-se a importância da categoria *território* no avanço da pesquisa, no intuito de depreender-se sobre os efeitos territoriais nos territórios do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó.

---

<sup>38</sup> LIÉVANO, Andrés Bermúdez. No Equador, luta contra mineradora se torna disputa por identidade indígena. 2019. Disponível em: <<https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/28022-no-equador-luta-contramineradora-se-torna-disputa-por-identidade-indigena/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

<sup>39</sup> Nesse cenário, no Brasil, aparecem diversas conflitualidades, por exemplo, nos Territórios Quilombolas Kalunga, que abrange três municípios goianos: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros. Conforme Almeida (2010) tem-se efeitos territoriais referentes à lógica da espoliação que interfere na dinâmica espacial e biodiversidade.

## 1.2 Formação Histórica e Territorial da América Latina: Colonização e Temas Essenciais da Conjuntura Geopolítica

A formação histórica e territorial moderna dos países latino-americanos se estende no tempo e no espaço, desde as invasões dos europeus na América<sup>40</sup>. A conquista do Continente Americano ocorreu nesse longo período em um processo que constituiu durante séculos, um verdadeiro mosaico de contradições, culturas e violências. Politicamente, indígenas, negros e brancos estavam na sociedade colonial diferenciados entre si por suas religiões e visões de mundo, com distintos níveis de complexidade socioeconômica e interesse cultural para o engajamento no capitalismo.

Conforme Saquet; Alves (2020), a América Latina, no contexto colonial e atual, se transformou em um grande território *descoberto*, utilizado sistematicamente para sustentar o crescimento econômico europeu, a partir da pilhagem territorial<sup>41</sup> e da força de trabalho dos povos no Continente. De acordo com Calainho (2014), uma importante expansão comercial entre os séculos X e XIV, com o fortalecimento da vida nas cidades do Mar Mediterrâneo (Veneza e Gênova, Portugal e Espanha) e do Mar Báltico (Noruega, Suécia, Filândia, Dinamarca), e na subsequente criação de algumas associações mercantis.

Muitas cidades se formaram, a partir do século XI, na conexão e no intercruzamento das rotas comerciais terrestres e fluviais. Para Braudel (1987), pode-se afirmar que a vida pública era definida pela cidade em conjunção com a moeda. Isto é, os Estados em aliança com o Capital, em seu processo primitivo de acumulação multissecular, condicionaram a vida na modernidade - influência tamanha da moeda e da cidade na vida coletiva, que acabou por constituir, decisivamente, a expansão territorial na América.

Os sujeitos originários da terra foram considerados, nesse contexto da colonização no continente americano, como: selvagens, desumanos e sem alma. Por isso, eram conquistados espiritualmente por meio da imposição universalizante do cristianismo, no engajamento do crente à resignação mansa de sua vida miserável, sem reconhecimento de outras formas de religiosidade.

---

<sup>40</sup> Houve outros fatores que auxiliaram para a expansão europeia como o crescimento urbano e mercantil dos mercados regionais, em especial as feiras livres na Idade Média entre os séculos XII e XIII. Também contribuíram as atividades ligadas à cartografia no interesse dos escritores, militares, banqueiros, empresários dentre outros agentes sociais do colonialismo (FOSSIER, 2018). Para Saquet; Alves (2020), a sociedade tornou-se mais complexa, especialmente em cidades onde as atividades mercantis estavam concentradas

<sup>41</sup> Assim, a pilhagem territorial se dá por meio da combinação entre as diversas formas de acumulação, entre espaços não incorporados ou apenas formalmente subsumidos ao metabolismo do capital (como as terras camponesas, indígenas e tradicionais) e espaços realmente subsumidos. Inerente à forma de atuação do grande capital agromineral produtor e exportador de commodities no Brasil (e em vastas áreas do Hemisfério Sul do globo), ela é diretamente proporcional à lógica rentista e especulativa imperante na era da hegemonia do capital financeiro (PERPETUA, 2016, p. 167).

Assim, a América Latina se constitui neste processo de ingerência e controle racista, classista e patriarcal, “ha sido hasta ahora mediación del proyecto de aquellos que nos han interiorizado o alienado en su mundo como entes o cosas desde su fundamento” (DUSSEL, 1995, p. 93). Por sua vez, Dussel (1995) a chama de totalidade dominante e criadora da dependência religiosa, bem como da dependência cultural, política e econômica.

O longo processo de conquista se deu histórica e geograficamente pelas relações de dominação e dependência. Estas relações são traduzidas pela colonialidade da dominação ou do controle em uma espécie de *pedagogia da escravidão*, além da extorsão que passa por uma "dialética do abuso pelo outro", em que se considera um ser humano como se não tivesse conhecimento, memória, cultura etc. (SAQUET; ALVES, 2020).

Como aponta Dussel (1995), indígenas são considerados inferiores sexualmente, pedagogicamente, religiosamente e politicamente, pelos dominadores de origem europeia que, por sua vez, se achavam civilizados. Dessa maneira, consideravam os povos indígenas e negros como bichos. A potência de corpos humanos, então, dominados em seu próprio território, foi, portanto, reduzida pelo modo de produção instaurado pelos conquistadores europeus, com forte separação material e ideológica, entre trabalho manual e intelectual.

De acordo com Singer (1987), as características internas e fundamentais do modo de produção capitalista são reproduzidas no transcorrer histórico como o redundante enriquecimento dos mais ricos e o empobrecimento dos pobres. Esse processo, como afirma Braudel (1987), ocorre, no tempo e no espaço, a partir das sociedades mais remotas, em que havia investimento na vida de acumulação material e na economia de mercado.

Isso também é explicado por Bagnasco (1988), quando reflete sobre a construção social do mercado na Itália. Nesse caso, observa-se um país considerado a "pátria do primeiro capitalismo", onde a cultura mercantil, juntamente com a cultura da manufatura na Idade Média e no Renascimento, foi perpetuada ao longo de muitos séculos, contribuindo para a configuração da atual complexidade das sociedades europeias.

Durante o século XVIII, ocorreu a aceleração econômica e financeira na Europa Ocidental, mediante a expansão das bolsas de valores de Amsterdã, Londres, Genebra, Paris etc. Por conseguinte, desde o século XVI, houve um aumento da circulação de metais preciosos (ouro e prata), lastreando o dinheiro que levou os limites europeus até o império turco, à Pérsia e à China, (SAQUET; ALVES, 2020). Segundo Braudel (1987), as redes comerciais da Itália, Alemanha, França, Holanda, etc, se fortaleceram, e, no final do século XVIII, Londres ultrapassou, economicamente, Amsterdã. Esse cenário exerceu importante

influência posteriormente, mais precisamente na independência político-administrativa de vários países, como por exemplo o Brasil, em 1822<sup>42</sup>.

Segundo Ramirez-Miranda (2014), a expansão do capitalismo na América Latina, gerou - nessa conjuntura econômica, política e histórica dos séculos XVI e XVII - um modelo agroexportador até o final do século XX e início do novo milênio, a partir da instalação de governos neoliberais dependentes, nos países da periferia pós-colonial do capitalismo global. De fato, para Quijano (2005), a América Latina se configura como um espaço dependente da modernidade capitalista. Assim, prevalecem a segregação, a subordinação, o racismo, a exploração do trabalho e a espoliação dos recursos territoriais.

Mais recentemente, esses efeitos territoriais se verificam no fortalecimento hegemônico do agrohidronegócio; das monoculturas ligadas aos agrocombustíveis; da introdução de organismos geneticamente modificados; dos insumos químicos; da financeirização da produção de alimentos; enfim, de todos os processos que produzem colonização/colonialidade na América Latina.

Segundo aponta Bethell (2009), do ponto de vista histórico, o termo América Latina é essencialmente de origem francesa. Derivado da terminologia “*Amérique Latine*” foi manuseado, primeiramente, por intelectuais franceses em meados do século XIX, para justificar o imperialismo francês no México, sob domínio de Napoleão III. No entanto, segundo Souza (2011) e Morse (1988), Napoleão III utilizou o termo América Latina quase quatro séculos após à *descoberta* das Índias Ocidentais - termo este que fez parte de um discurso “geoideológico” a fim de situar uma suposta unidade linguística, cultural e racial dos povos latinos. Sendo assim, os latino americanos estão na condição de dominados, em contraposição aos germânicos e anglo-saxões, que estão na condição de dominadores.

Dessa maneira, de acordo com Furtado (2007), nos Estados Unidos é que a expressão América Latina foi popularizada, utilizada apenas com um sentido geográfico, para designar os países situados ao sul dos EUA. Por sinal, uso este muito distante do interesse que existiria de comum entre as terras de colonização ibérica das Américas<sup>43</sup>. Por conseguinte, os países

---

<sup>42</sup> A proclamação da independência do Brasil foi um evento histórico relacionado ao conjunto das revoluções burguesas, que marcou a passagem de períodos entre colônia e império. Crise do sistema colonial com trabalhadores (escravizados), logo, sem renda para aquecer a economia interna, ideais iluministas que possibilitaram direitos civis na Europa e as independências nas Américas Inglesa e Espanhola, beneficiaram a elite agrária brasileira para a separação política e tributária com Portugal.

<sup>43</sup> A colonização ibérica das Américas ocorreu entre 1580 e 1640, período em que Espanha e Portugal intensificaram a exploração de suas colônias. Os espanhóis encontraram metais preciosos na região do Peru, e os portugueses comercializaram o açúcar produzido no litoral brasileiro. A Holanda entrou nesse período em guerra contra a Espanha em busca da sua liberdade de mercado, pois era parceira de Portugal no comércio do açúcar. Enquanto os portugueses plantavam a cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, os holandeses recebiam refinavam o açúcar e o comercializavam na Europa. Mas o acordo comercial entre Holanda e Portugal acabou por causa da

nelas surgidos deram ênfase ao traço próprio de cada terra, num esforço inventivo de definição de suas respectivas personalidades nacionais.

Segundo o Anuário Estatístico de 2020, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o espaço geográfico da América Latina corresponde, na atualidade, a uma região que abarca aspectos demográficos e sociais. Exemplificando-os, consideramos os indicadores de população referentes ao trabalho, a educação, a saúde, a habitação e ao saneamento básico, além da pobreza e distribuição da renda, assim como as específicas questões raciais e de gênero de cada país. Segundo estes dados, a população da América Latina chegou a 654 milhões de habitantes em 2020, com uma taxa de crescimento anual de 0,8%.

Portanto, de um ponto de vista geopolítico, observa-se que a América Colonial ao sul do rio Grande, é constituída, principalmente, por países de tecnologia clássica e economia primário-exportadora. Do ponto de vista da territorialidade (sociocultural), essa mesma América Colonial é compreendida como, de um lado, a América Latina, pois é predominantemente ibero-falante a prevalecer em toda extensão das Américas Central, e do Sul, face à América Anglo-Saxã que, de outro lado, é anglo-falante e permanece tardiamente em alguns pontos no Caribe e nas Américas Central e do Sul<sup>44</sup>.

De acordo com Furtado (2007), o mesmo pode-se dizer com respeito a contribuição étnico-cultural da diáspora africana, que, não menos, se distribuiu, de forma quantitativa e qualitativamente, desigual. Mesmo sem considerar o caso específico do Haiti, cujas origens franco-africanas o singularizam, pode-se afirmar que as diferenças entre países de forte influência africana, da região do Caribe ou da América do Sul, são tão grandes quanto o que possa haver entre, estes países caribenhos e sul-americanos que tenham uma parte de sua história diaspórica em comum; e, de outro lado, os países andinos onde predominam os elementos étnico-culturais indígenas. Portanto, na América Latina, predomina-se a mais

---

União Ibérica. Como Portugal era domínio da Espanha, os holandeses invadiram o Nordeste brasileiro para manter o comércio do açúcar. A Holanda criou o empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais para obter o controle da produção do açúcar e do tráfico negreiro. Os holandeses tentaram invadir o Brasil em 1624, atacando a cidade de Salvador capital na época colonial. Contudo, os invasores não conseguiram avançar para o interior e logo foram expulsos da Bahia e montaram novo empreendimento. Isto quebrou o monopólio das fazendas brasileiras, e gerou crise de produção seguida de declínio do período açucareiro na história econômica do Brasil. Disponível em :<<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/uniao-iberica>> Acesso em: 18 mar. 2021.

<sup>44</sup> O fato de que a herança sociocultural de territorialidade pré-colombiana haja contribuído de forma tão politicamente desigual para a formação dos perfis nacionais atuais, faz, contudo, com que as dissimilaridades socioculturais entre países como Argentina e México sejam, qualitativamente, tão grandes quanto suas similitudes da colonialidade (FURTADO, 2007).

complexa multiplicidade sociocultural dos países, por detrás de sua heterogênea história colonial<sup>45</sup>.

A formação de uma consciência latino-americana é um fenômeno recente. Assim, esse processo é caracterizado em decorrência dos problemas relativos ao efeito territorial do processo de acumulação do capital por espoliação do território, a partir da segunda Guerra Mundial. Quer dizer que a territorialização capitalista foi apoiada com a expansão das exportações de produtos primários e, dessa forma, transformou os países da América Colonial na periferia ocidental do capitalismo, a partir de economias de dependência primário-exportadora. Ainda hoje, segue exportando as mesmas matérias-primas e importando, como sempre, produtos de valor agregado (FURTADO, 2007).

Furtado (2007) e Ramirez-Miranda (2014), apontam que a forma tradicional do capitalismo colonial contribuiu para consolidar a fragmentação regional dos países colonizados, no quadro da divisão internacional do trabalho, que surgia desde a época do *Pacto Colonial* e se ampliava na primeira fase da Revolução Industrial. A *desorganização* do comércio internacional, que se seguiu à Crise de 1929, teve consequências profundas nos países da América Latina. Assim sendo, foram os problemas desencadeados a partir de então, que abriram o caminho para a formação da atual consciência latino-americana.

As dificuldades de abastecimento de produtos tradicionalmente importados, que se agudizaram durante o segundo conflito mundial, deram origem a um comércio mais diversificado, dentro dos países da América Latina. Logo, veio a modificar os padrões tradicionais de intercâmbio entre, de um lado, países exportadores de produtos de *clima temperado*, tal como a *Argentina* e, de outro lado, países exportadores de produtos tropicais, tal como o *Brasil*. Bem ou mal, terminada a guerra e reestabelecidas as linhas tradicionais de abastecimento, ocorreram fortes pressões de mercado, no sentido de recuperar os antigos padrões de intercâmbio. A experiência serviu para que se criassem os contatos e se explicitassem possibilidades, como a do negócio agropecuário, minerador e madeireiro (FURTADO, 2007).

A partir da segunda metade dos anos 50 do século XX, para Furtado (2007), foi quando a industrialização, apoiada na “substituição de importações”, começou a evidenciar suas limitações. Abrir-se-ia pela primeira vez, na América Latina, ampla discussão em torno

---

<sup>45</sup> A ênfase que ainda assim se dava às dissimilaridades refletia menos a extensão real destas mesmas do que a consciência da origem colonial comum. Como se as novas nacionalidades se sentissem ameaçadas em seu processo formativo por forças superiores. Estas que as levariam a reintegrar-se mais cedo ou mais tarde, no leito de uma história comum que foi interrompida pelas circunstâncias da queda com o império colonial espanhol (FURTADO, 2007, p. 29).

dos obstáculos criados ao crescimento dos países latino-americanos pela estreiteza dos mercados internacionais. Entretanto, o controle de grande parte das fontes de matérias-primas, de serviços públicos e de atividades comerciais, por empresas norte-americanas, criara vínculos de estreita dependência<sup>46</sup>.

Em vista disso, os países de maior importância econômica e política, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela, conheceram importantes modificações estruturais em suas economias. De acordo com Harvey (2004) e Furtado (2007), tais países conjugam o modelo latino-americano de desenvolvimento desigual do processo de acumulação por espoliação dos recursos territoriais, além de um processo de substituição de importações, em parte, provocado pela ação governamental; em outra, decorrente de iniciativa de empresas internacionais, que procuram se antecipar na defesa de suas posições nos mercados locais/regionais.

Esse é o caso da Venezuela e do Peru. De acordo com Furtado (2007), em ambos os países, esse modelo de desenvolvimento entrara em crise nos anos 1960, o que se traduz em declínio na taxa de crescimento. Ainda, são países em que o coeficiente de importação conheceu um longo período de declínio, mas também onde o impulso de industrialização foi suficientemente forte para sustentar o desenvolvimento capitalista.

Por isso, os países da América Latina apresentam, desde o colonialismo até os dias atuais, dependências e quedas de exportações e importações. São vistos pelas potências europeias e EUA como espaço e território para acumulação, por meio da espoliação dos recursos territoriais. Ao compreender a dinâmica geopolítica internacional da movimentação econômica dos países latino-americanos, o sistema capitalista, por meio de mecanismo de controle financeiro e outros, não deixam os países da América Latina crescerem de forma igualitária.

Dessa maneira, para Luxemburg (1983), o capitalismo expande-se cada vez mais graças às suas relações recíprocas com os círculos sociais e com os territórios não capitalistas, acumulando seu capital. Além disso, à medida em que vai crescendo o número de participantes dessa *caçada* em busca de novos campos de acumulação de capital, também vai diminuindo o número de regiões não capitalistas ainda abertas, tendo em vista a expansão

---

<sup>46</sup> Desde a Primeira Guerra Mundial intensificou-se a penetração dos capitais norte-americanos, tanto sob a forma tradicional de investimentos de carteira como sob a forma de controle de empresas. Esta segunda forma de penetração ganhou grande impulso, a partir dos anos 30, no setor manufatureiro, exatamente aquela em mais rápida expansão. Assim configurou-se uma clara situação de dominação econômica sobre os países Latino-americanos pelos Estados Unidos, o que vinha ampliar e aprofundar a tradicional dominação política e institucionalizada (FURTADO, 2007, p. 31).

universal do capital, tornando mais acirrada a luta e a competição, visando a conquista dessas regiões e territórios.

Acontece, porém, que por meio desse processo o capital prepara a própria cova. Expandindo-se a expensas das demais formas de produção não capitalistas existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subsequente se torna impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados (LUXEMBURG, 1983, p. 335).

Os apontamentos de Rosa Luxemburg levam à percepção lógica das dinâmicas das relações sociais de produção capitalista sobre a produção não capitalista, como por exemplo, as produções agrícolas ancestrais do Quilombo Cafundó/Brasil e do Palenque Pílamó/Colômbia. À tais relações, adicionam-se os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohídronegócio, no processo da acumulação por espoliação durante o século XXI.

Nesse cenário, conforme apontado por Porto-Gonçalves (2016), há uma dimensão geopolítica a ser devidamente considerada para compreender as transformações espaciais e territoriais que estão em curso na América Latina. Sobretudo, tendo em vista os desafios que se colocam para os grupos/classes sociais em situação de subalternização ou de conflitos territoriais, como ocorrem no Brasil e na Colômbia.

Entretanto, a base do desenvolvimento capitalista na América Latina, mesmo no sistema colonial, teve, e ainda tem, como base a escravidão e o latifúndio, desde os colonizadores até as corporações transnacionais. Para compreender as tensões na formação histórica e territorial da América Latina, e a sua respectiva conjuntura geopolítica, é importante perceber as dinâmicas do capital.

O agrohídronegócio é a expressão dos usos da terra e da água enquanto mercadorias. Ademais, é orientado para a utilização dos recursos territoriais, que, segundo Furtado (2007), ocorre mediante aplicações reduzidas de capital e a partir do viés de violência e espoliação sobre os territórios dos povos tradicionais. Além do mais, trata-se de uma agricultura onde há um número reduzido de produtos, entre os quais destacam-se os que se destinam à exportação - a exemplo da cana-de-açúcar, celulose e soja, que gozam de posição privilegiada, monopolizando o crédito e os serviços infraestruturais disponíveis pelo Estado.

No decorrer do século XX e XXI, as mudanças pelas quais a sociedade latino-americana passou, até mesmo a manifestação de suas crises e seus ajustes, devem ser vistas como fatores característicos, conforme aponta Almeida (2017), em relação ao capitalismo em sua forma de organização e reprodução, resultantes da concentração de riquezas. Fruto dessa perversa dinâmica acumulativa, há uma esteira de vidas e sangue (custos humanos, sociais e



econômicos), que se esvaiu em monumentais disputas interimperialistas, responsáveis por marcar, e continuar marcando, a vida dos povos latinos.

O agrohídronegócio especializado nas Américas, com viés e práticas espaciais diversas, posicionou, historicamente, os países da América Latina como produtores de *commodities*, como por exemplo, Brasil e Colômbia. Neste sentido, os setores da pecuária, pesca, alimentos, bebidas, tabaco e outros serviços, geraram o maior número de exportação em 2018, (CEPAL, 2021).

Portanto, as contradições das práticas espaciais e dos efeitos territoriais do agrohídronegócio, além da mineração ilegal – no processo da acumulação por espoliação dos recursos territoriais, como exemplo, dos Quilombos/Brasil e dos Palenques/Colômbia – são episódios revelados na territorialidade do Cafundó e Píamo, fatos e temas essenciais para conjuntura geopolítica latino-americana.

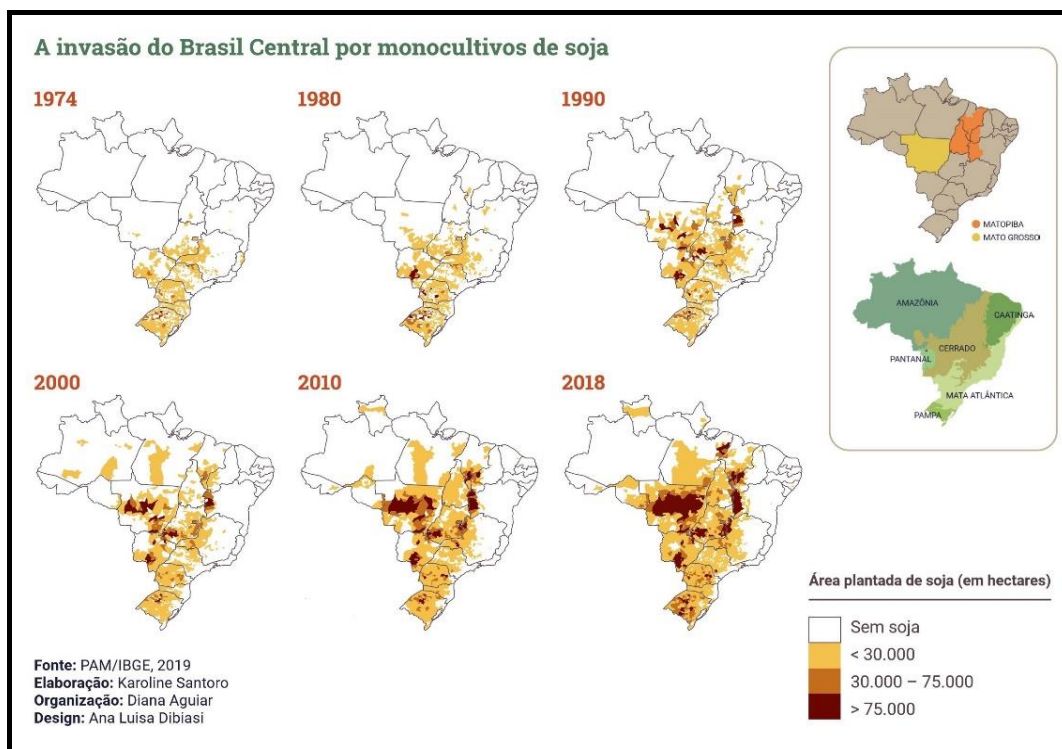
Assim, para Silva; Mendonça (2021), o aumento das *commodities* do agrohídronegócio e da mineração no espaço geográfico latino-americano está associado aos avanços da expansão das exportações capitalistas e da grilagem de terras, bem como ao processo de acumulação por espoliação do território pelo capital, tanto científico e tecnológico, quanto pelas monoculturas da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, dentre outras. Enquanto isso, de Sul a Norte do Brasil e Colômbia, espacializam-se conflitos territoriais (indígenas, quilombolas, camponeses), principalmente em comunidades tradicionais<sup>47</sup>.

A cadeia logística do complexo da soja, neste contexto, (SILVA; MENDONÇA, 2021) já seria motivo suficiente para questioná-la e demandar mudanças, mas os motivos não param por aí. Ou seja, as transformações agrárias na América Latina nos últimos 40 anos – cuja maior expressão é justamente o complexo soja, como no Brasil – fragilizaram as estruturas de abastecimento alimentar no país, assim como a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Além disso, destacam-se os conflitos territoriais diversos, ocasionados pelas práticas espaciais de megaprojetos de estrutura (ferrovias, portos, estradas etc), com o objetivo de escoar as monoculturas e a mineração (AGUIAR, 2021). O Mapa 02 mostra a expansão da soja no espaço brasileiro.

---

<sup>47</sup> Um exemplo concreto trata-se de uma tese que não está prevista na Constituição e que, na prática, impossibilita as demarcações de terras. A tese do Marco Temporal diz que os povos indígenas só podem reivindicar a demarcação de áreas, nas quais, já estivessem estabelecidos na data de promulgação da Constituição, em 1988. Então, os grupos que não estavam em suas áreas naquela ocasião não podem reivindicar a posse, mesmo que, estivessem sidos desterritorializados. Os maiores defensores do Marco Temporal são os *ruralistas* sob o argumento de que ela trás segurança jurídica, limitando as desapropriações. Disponível em: < <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/entenda-a-questao-do-marco-temporal-dos-territorios-indigenas/> > Acesso em: 20 ago. 2021.

Mapa 2 - Expansão do monocultivo de soja no Brasil (1974 – 2018)



**Fonte:** PAM/IBGE, 2019. **Elaboração:** Karoline Santoro. **Organização:** Diana Aguiar. **Design:** Ana Luisa Dibiasi.

O Mapa 02 é referente à expansão da monocultura de soja no espaço brasileiro de 1974 a 2018. Sobre as origens e destinos da soja no espaço, segundo os dados de Aguiar (2021), o maior produtor de soja no espaço latino-americano é o Brasil e a China é o país que mais importa a soja do Brasil.

O Mapa 02 também retrata o avanço da soja nas regiões dos Biomas Cerrado, Amazônia, Caatinga, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica, que são regiões de conflitos territoriais constantes pelo uso dos recursos territoriais, como água, minérios etc.

Silva; Mendonça (2021) informam que, atualmente – na região entre chapadas e baixões do MATOPIBA/Brasil<sup>48</sup>, Cerrado, bordas da Amazônia e franjas da Caatinga – ocorre a mais intensa dinâmica, decorrente dos avanços da monocultura de soja, responsável pelas mudanças nas estruturas territoriais das comunidades tradicionais que vivem nesses territórios, como camponeses, indígenas e quilombolas.

As contradições da agricultura capitalista, em expansão no MATOPIBA, revelam as dinâmicas territoriais, assim como os conflitos territoriais na fronteira da expansão do agrohidronegócio no Cerrado. No entanto, para Harvey (2004), as leis que analisam o

<sup>48</sup> Todas situadas no amplo espaço geográfico que vem sendo chamado de MATOPIBA: a vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí. (FAVARETO, NAKAGAWA, PÓ; SEIFER, KLEEB, 2019).

processo de acumulação primitiva, descritas por Karl Marx, continuam vigentes, mas agora, sob novas configurações. De fato, o que a acumulação primitiva por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a um custo muito baixo (e, em alguns casos, custo zero).

No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem-terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. (HARVEY, 2004, p. 124).

A tese de Harvey (2004) é, sem dúvida, uma importante contribuição no que se propõe discutir a problemática da atualidade, como no caso dos territórios tradicionais e negros. De fato, nos últimos anos, o capital se internacionalizou, incentivado por políticas neoliberais, que, por meio da privatização dos bens públicos e/ou “bens comuns”, gerou espaços e territórios para sua acumulação<sup>49</sup>.

Assim, pode-se ter um conjunto de conteúdos que buscam ajudar a interpretar e compreender as *desordens* e as contradições da territorialização do capitalismo no século XXI, no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia. Ainda, é uma realidade os variados tipos de violações e violências, desenvolvidas com o aumento da escala do agrohidronegócio e da mineração ilegal, a partir das ideologias coloniais de ampliação das fronteiras de negócios, por meio da acumulação por espoliação do território.

À vista disso, áreas do Brasil e Colômbia, como parte do recorte espacial relativo à pesquisa, retratam dimensões de múltiplos territórios tradicionais e negros. O Cafundó e Pílamó são exemplos de territórios em disputa, tanto pelo capital, quanto pelos atores armados, como as guerrilhas na Colômbia<sup>50</sup>.

As Fotografias 03, 04 e 05 são referentes aos efeitos territoriais da mineração ilegal no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó.

<sup>49</sup> SILVA, Cristiano Monteiro da. Acumulação por centralização de capital: novos traços da fase imperialista na América Latina. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-esquisa/gepal/segundosimposio/cristianomonteirodasilva.pdf> > Acesso em: 20 ago. 2021.

<sup>50</sup> “A Colômbia expressa melhor do que qualquer outro país o significado do território até porque, ali, a tensão de territorialidades está posta de modo aberto enquanto guerra civil” (PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 21).

Foto 3 - Quilombo Cafundó. Porto de areia/Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).

A mineração no Quilombo Cafundó (Foto 03) faz parte do conjunto das contradições, materializadas na territorialização do capitalismo, no território em questão. Ainda, outra questão de cunho contraditório é a monocultura de eucalipto, que foi efetivada no local por um dos grileiros das terras, assunto que será abordado no capítulo seguinte.

Foto 4 - Rio Palo. Piscina formada a partir da extração de ouro ilegal no Palenque



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).



Foto 5 - Caminhões basculantes e retroescavadeira na extração de material de arrasto no



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

Vale ressaltar que os efeitos territoriais colocam em risco, as agriculturas tradicionais, que ficam próximas ao rio Palo, além da própria vida das pessoas que estão sofrendo diretamente com o processo, e, portanto, lutam contra a mineração ilegal. Durante os trabalhos de campo, em 2018 e 2020, segundo depoimentos de pessoas de Pílamo, alguns desses efeitos territoriais já acontecem há décadas no território. Além disto, os latifundiários da região fizeram um crime ambiental, social e econômico, quando desviaram o leito do rio. Sobre isso, um dos moradores, diz:

[...] que uma vez a gente teve uma enchente porque o rio voltou ao seu curso e que teve um desastre tremendo, então afetou o rio. Eles tiraram terras, colheitas, ali parece que Cosme tirou a fazenda, outras, como dois ou três companheiros foram levados pela correnteza forte do rio, em 2008, as fazendas foram tomadas pelo rio, porque rio voltou ao seu leito novamente<sup>51</sup>.

E, é justamente nesse contexto de disputas e contradições sociais e territoriais no Cafundó/Brasil e em Pílamo/Colômbia, que se formam, e se fortalecem, as *(Re)Existências* dos movimentos sociais do campo. Desse modo, retomaram da ancestralidade, práticas agroecológicas, assim como a mobilização e a ação política em defesa do território.

---

<sup>51</sup> Depoimento oral dos moradores de Pílamo, em 2020

O próximo capítulo trata-se da relevância da ciência geográfica e da categoria *território* para o debate e compreensão a respeito dos quilombos e palenques na América Latina.

## CAPÍTULO 2 A RELEVÂNCIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA O DEBATE SOBRE QUILOMBOS E PALENQUES

As décadas finais do século XIX marcam a passagem do capitalismo à sua fase superior: o imperialismo. E o nascimento do imperialismo traduzir-se-á, no plano da política internacional, como intensa luta entre as potências imperialistas pela divisão dos continentes em “zonas de influência”. Dessa forma, a entrada do capitalismo em nova fase trará profundas transformações na geografia contemporânea, no espaço geográfico e no território, no plano da realidade e, consequentemente, no plano do saber (MOREIRA, 1981).

A “[...] geografia, como a história e como o teatro, é conhecimento diluído na filosofia, que é uma reflexão colada à prática da vida e, referenciada pelo conhecimento” (MOREIRA, 1981, p.16). Assim, a pesquisa em questão se propõe a contribuir com os debates, teóricos e práticos, relacionados aos territórios dos quilombos no Brasil e dos palenques na Colômbia.

Nesse sentido, os debates serão empreendidos por meio das categorias conceituais da ciência geográfica a serem aplicadas na problemática do tema da Tese, como por exemplo, espaço, território, lugar, dentre outras. Ainda, é importante frisar que a relevância da Geografia para compreender as temáticas apontadas é o elemento fundante, essencial e norteador dessa pesquisa.

De fato, “[...] a opção do tema de pesquisa e de quem nos auxiliará a trilhar esta estrada revela, a um só tempo, o compromisso e a ciência que pretendemos fazer” (MARCOS, 2006, p. 107). Logo, é desde a escolha do tema que o pesquisador se vê interessado a investigar a realidade que se propôs a compreender, no intuito de descobrir suas contradições e assimilar a dinâmica da realidade espacial e territorial. Esse processo é feito a partir do conjunto das relações de conflito e poder, materializadas, nesse caso, no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, investigados no Brasil e na Colômbia.

Parte-se dos conflitos para fazer a reflexão e o debate, no campo das ciências humanas e geográficas, enquanto elemento importante para compreender as contradições da dinâmica no processo de acumulação por espoliação do capital, mais precisamente sobre os territórios dos quilombos e palenques. Assim, de acordo com Tavares dos Santos (2000), os conflitos nos espaços rurais envolvem, principalmente, os conflitos de terra; ocorrência de trabalho escravizado; conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos vinculados à seca; o movimento sindical e à política agrícola ou étnico-racial.

Em face disso, o enfrentamento representa um momento do conflito e “para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade” (FERNANDES,

2013, p.02). Fernandes (2013) comenta que a conflitualidade<sup>52</sup> está ligada diretamente ao capitalismo e diz respeito a um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do mesmo. Tavares dos Santos (2000), geograficamente, define o conflito como a luta pela terra. Equanto isso, a violência política e costumeira dos proprietários fundiários, assim como a seletividade do Estado nos conflitos agrários, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, mas revelam também o vigor das lutas agrárias na América Latina.

As pesquisas em Geografia tratam as questões dos quilombos e palenques com vieses diversos, como exemplo, no II Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombos Kalunga, através de políticas sociais e pesquisas no território Kalunga, realizado em 2015 pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG) e organizado pelas professoras Rosiane Dias Mota, Isabella de Faria Bretas e Maria Geralda de Almeida.

Uma das questões colocadas no Encontro, por Sarh (2015), é que é necessário e urgente que a historiografia, a sociologia e a geografia busquem confirmar as vivências de seus sujeitos de pesquisa, evitando caminhos que os alienem de suas próprias experiências.

Ademais, durante o IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento<sup>53</sup>, realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2017, a reflexão pautou-se no diálogo e fortalecimento dessas temáticas no âmbito da Geografia e áreas afins. O Evento expandiu-se para a América Latina com intercâmbios das experiências, lutas, *(Re)Existências* e conquistas dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, os Colóquios permitem compartilhar e estabelecer marcos conceituais noutros espaços acadêmicos, enquanto espaços de reivindicações para povos e comunidades negras rurais (LUSTOSA, 2018).

O problema de uma pesquisa é o seu processo de pensar reflexivo e contínuo, com base empírica e corpo teórico. Ademais, também depreende da compreensão de cada pesquisador, em sua relação no tempo e no espaço, responsáveis por ajudar no desenrolar da pesquisa de campo e na construção do tema na ciência.

Portanto, para entender esses fatos, é importante retomar a correlação entre capital agroindustrial e financeiro, mais precisamente após a década de 1960, quando se intensificou

---

<sup>52</sup> A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2013, p.08).

<sup>53</sup> Organização - Adryane Gorayeb; Antonio Jeovah de Andrade Meireles; Isis Maria Cunha Lustosa; Maria Geralda de Almeida.



as disputas territoriais ao norte do Departamento de Cauca/Colômbia, no Cafundó e adjacências na região sudoeste do Estado de São Paulo/Brasil.

Nesse contexto, as disputas por territórios são marcadas pelos sujeitos – quilombolas, palenqueiros, camponeses, indígenas, *Raizales*, dentre outros grupos sociais – e também empresas, tanto nacionais quanto transnacionais, além do próprio Estado. Ainda, exemplificando, comparece na área de pesquisa as empresas de turismo, agroindústrias, mineração, entre outras ações, coordenadas pelo capital mundializado. Dessa forma, tudo isso compõe o conjunto dos conflitos territoriais étnico-raciais, especificamente, nos territórios negros do sudoeste de São Paulo e do norte de Cauca.

Por conseguinte, essa apropriação está estruturada na lógica hegemônica dos circuitos da acumulação capitalista das transnacionais, especialmente, aquelas que transformam os recursos do território em *commodities*. Constatou-se elementos conflituosos do movimento contraditório e, dentre os efeitos territoriais mais expressivos, estão a degradação do solo, o desmatamento, a contaminação da água e a expulsão das famílias.

Ademais, esse cenário é potencializado espacialmente pela La Zona Franca Permanente Especial de Guachené/Colômbia<sup>54</sup> e pelas diversas empresas que atuam e expandem seus negócios, nos municípios de Salto de Pirapora/Cafundó.

Isso posto, apontam-se as seguintes questões:

- Como se deu a constituição dos palenques e dos quilombos (sujeitos quilombolas e palenqueiros) no Brasil e na Colômbia?
- Quais são os aspectos fundamentais da identidade territorial nas territorialidades do Quilombo Cafundó e Palenque Pílamó?
- Quais são os efeitos das políticas públicas territoriais sobre o território do Quilombo Cafundó e Palenque Pílamó?
- Quais são os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal na organização territorial das áreas pesquisadas?
- Existem lutas construídas por movimentos sociais e associações diversas pelos grupos étnicos - configurando *(Re)Existências* mediante a territorialização da mineração

---

<sup>54</sup>Se encuentra en el Norte del departamento del Cauca, en los municipios de Puerto Tejada, Caloto y Guachené. Su cercanía a la ciudad de Santiago de Cali, 19 minutos, al aeropuerto Alfonso Bonilla Aragón, 51.2 kilómetros, y al Puerto de Buenaventura, 205 kilómetros, representados en 3 horas y 27 minutos, convierten a la Zona Franca del Cauca en una atractiva oportunidad de negocio en proyectos industriales, logísticos y comerciales. Disponível em: < <https://www.zonafrancadelcauca.com/> > Acesso em: 20 ago. 2021.

ilegal e o agrohidronegócio no Brasil e na Colômbia - especificamente, nos municípios de Salto de Pirapora/Brasil e Guachené/Colômbia?

Tais perguntas são peças fundantes das reflexões que, inicialmente, foram propostas e que, dessa forma, passaram a ser decisivas no processo de investigação da construção desta Tese. Dialeticamente, isso demandou um olhar geográfico, constituído de um movimento de reflexão e debate sobre os aspectos da história, assim como a epistemologia da Geografia e a contribuição de outras áreas da ciência social e humana, a partir da noção de que os territórios são materiais, simbólicos, culturais e ancestrais<sup>55</sup>.

Dessa maneira, os conflitos - como consequências das relações de poder, estabelecidas conforme as propostas de desenvolvimento - implicam na invisibilização de quilombolas e palenqueiros, tanto na perspectiva do Estado, quanto da própria academia, uma vez que são insuficientes os estudos sobre a temática. Sendo assim, o reconhecimento do objeto pesquisado - no caso, os próprios sujeitos - provém do espaço existente como unidade fundamental para atingir a sua compreensão.

As relações estabelecidas na formação das comunidades negras, no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, se manifestam territorialmente, o que instiga o pesquisador a interpretar as mediações entre espaço e território. De toda forma, vale ressaltar que o processo deve ser desenvolvido de maneira que o território possibilite compreender as relações de poder, além de sistematizar a conflitualidade, que se torna parte essencial da abordagem espacial.

Portanto, as categorias geográficas integram as opções conceituais. Além disso, Santos (1996) considera que as categorias de análises são indispensáveis ao entendimento do que as coisas e os seres humanos são, assim como o modo que operam - o que requer posição filosófica estabelecida pela movimentação política do pesquisador, no seio de sua temporalidade.

Os conceitos são construídos de forma diversa na ciência geográfica e nas ciências sociais, conforme a interpretação de cada autor. Segundo Santos (1996, p. 11), para que o “[...] espaço possa aspirar a ser um ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais, é indispensável que conceitos e instrumentos de análise apareçam dotados de

---

55 A concepção de ancestrais pode ser percebida por duas formas básicas de iniciação. A primeira, e mais evidente, é a herança genética, biológica, sanguínea. Nasce-se numa determinada tradição e as provações da iniciação se pautarão sempre pelo exercício da memória: nunca esquecer o que se é e de onde se veio. Já a segunda se faz pela escolha, quando, intencionalmente e conscientemente se quer fazer parte de uma tradição onde não nascemos. As provações neste caminho iniciático serão, então, demonstrar a sua fidelidade e aptidão para ser herdeiro da tradição escolhida. (FERREIRA-SANTOS, 2012).

condições de coerência e de operacionalidade”. Assim, ao mesmo tempo, demonstra-se sua indispensabilidade e também legitima-se o estudo de caso nos territórios.

Aliás, o “[...] espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar” (SANTOS, 1996, p. 16). Nesse sentido, o espaço deve ser considerado como uma totalidade, embora considerá-lo desta maneira seja “uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1996, p. 5). Sendo assim, o espaço como totalidade permite analisar, com mais detalhes, os efeitos territoriais, além dos atores armados nos territórios do Cafundó e Pílamo.

Já a categoria território, que será aprofundada mais adiante, perpassa por uma relação simbólica, cultural e de relações de poder. Isso pois, como aponta Haesbaert (2012), embora o território seja uma categoria espacial central para a Geografia, por referir-se às espacialidades humanas, é também investigado pelas demais ciências.

Território e territorialidade são categorias centrais para a Geografia e outras ciências, especificamente, em relação à espacialidade humana. Logo, isso, ocasiona várias perspectivas, como por exemplo, a forma que Haesbaert (2012) entende a intersecção das disciplinas científicas com o território:

- ✓ O geógrafo tende a enfatizar a relevância do território nas suas múltiplas dimensões (que deve incluir a interação sociedade-natureza);
- ✓ A ciência política enfatiza sua construção de relações de poder (na maioria das vezes, ligadas ao conceito de Estado);
- ✓ A economia, que prefere a noção de espaço ao invés de território, percebe-a muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (como "força produtiva");
- ✓ A antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente, no estudo das chamadas sociedades tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo);
- ✓ A sociologia, a partir de sua intervenção nas relações sociais, aborda-a em um sentido amplo;

- ✓ E a psicologia, finalmente, incorpora-a ao debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal, estendendo-a a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2012).

Esse conjunto de interpretação dos territórios concebe diferentes definições para denominar as múltiplas diferenças de Estado, culturas, religiosidades e conflitos. Para Braudel (2014), o tempo histórico, em sua pluralidade e totalidade, é condição para fazer ciência. Sim, a história é também meio geográfico e sociedade, e não apenas política e biografia. Assim, seu devir não é teleológico e unitemporal, mas ritmado, segundo variações climáticas, assim como distâncias, barreiras naturais, crescimento demográfico, epidemias, alimentação e códigos civilizacionais. Dessa forma, tudo isso impõe a necessidade de apreensão do processo histórico enquanto a combinação de mudança e permanência, velocidade e lentidão, evento e estrutura.

E, diante desse movimento, a Geografia, ao entrar em cena pela dialética da duração, ganha consistência e materialidade, já que a incorporação de espaços e territórios variados revela uma gama de tempos e de histórias, expostas para quem quiser ver, na apreensão da história, à escala do mundo. Apreensão esta, que reforçou não apenas mundialização eurocêntrica, ditando os rumos dos fenômenos, mas a diversidade de histórias segundo a variedade de espaços e territórios, além da consciência de uma história construída à luz de um intercâmbio global (BRAUDEL, 2014).

A propósito, para Martins (1993, p. 40), “[...] é na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudioso dos movimentos sociais se transforma em instrumento e momento do seu objeto, através da experiência de se transformar em experiência do outro”. Certamente, a dimensão do tempo é essencial para decifrar os movimentos sociais e suas lutas por direitos humanos, já que apresenta implicações metodológicas, às quais, na temporalidade exibem proporção de relações dinâmicas: histórica, social, racial e étnica, tanto no tempo quanto no espaço. Na compreensão de Santos (1996), um estudo da divisão do trabalho, comporta, pelo menos, dois acessos e duas acepções:

1. Uma delas analisa as divisões do trabalho sucessivas ao longo do tempo histórico, uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e consequências, tal como os períodos estabelecidos e a sua duração, além dos lugares de sua incidência.

2. A outra entrada leva a reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas num mesmo momento histórico. Aliás, este último enfoque é mais propriamente geográfico, o que obriga o *casamento* objetivo de noções, frequentemente, tão vagas como as de tempo e espaço.

As relações com essas categorias analíticas, também vistas como ferramentas, nos levam à compreensão e desvelamento da investigação no Cafundó e Pílamó. Além disos, são também categorias temporais que acarretam desvelamento das problemáticas dos efeitos do agrohídronegócio e da mineração ilegal. Conforme relatado por uma moradora de Pílamó, a problemática da água é um tema muito complexo para Pílamó, já que a mineração ilegal de ouro no rio Palo representa uma situação gravíssima. Ou seja, isso polui demais a água com mercúrio e, devido esta complexidade, não se pode pescar e nem praticar a nossa mineração ancestral em decorrência da contaminação<sup>56</sup>.

Assim sendo, a poluição mercurial, decorrente da atividade garimpeira da mineração ilegal, tem sido objeto de estudos no Brasil e na Colômbia. “A atividade extrativa mineral altera o meio ambiente, tornando-se fonte de degradação, quando empreendida sem as medidas de controle adequadas” (DE-PAULA; LAMAS-CORRÊA, TUTUNJI, 2006, p. 102). Para Tannús (2001), O mercúrio metálico, lançado no meio ambiente, é volátil, podendo ser oxidado e metilado para a forma mais tóxica, o metil-mercúrio, incorporando-se aos organismos vivos pela cadeia alimentar. Dessa forma, isso pode ocasionar sérios danos à saúde dos animais e do ser humano.

Dando continuidade às diversas formas de interpretações sobre algumas categorias e conceitos geográficos, percebe-se que o lugar, para Santos (1996, p. 50): “[...] torna-se o mundo verídico e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união”.

Dessa forma, o lugar é definido como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário, que se caracteriza por dois gêneros de constituição: um é a própria configuração territorial e o outro representa a norma, a organização e os regimes de regulação impostos.

---

<sup>56</sup> Depoimento oral concedido por Bertha Nelly, moradora de Pílamó, em 2018.

A investigação proporciona, fundamentalmente, importante significação para as particularidades territoriais. Além disso, desencadeia o modo como deve-se operar o posicionamento filosófico e político na compreensão da composição espacial e temporal nos quilombos e palenques no Brasil e Colômbia.

## **2.1 Geografia e o espaço brasileiro e colombiano: pressupostos para explicar sobre os territórios negros**

Os conflitos territoriais, diante dos avanços do capitalismo no campo, exigem o entendimento do processo histórico e geográfico, no que diz respeito à análise dos dilemas enfrentados nos territórios ancestrais, negros e rurais da América Latina. Isso pois a dinâmica territorial atinge, diretamente, as garantias dos direitos étnicos territoriais, a partir da conjuntura de reparação cultural e territorial.

A geografia está presente nas atitudes e nos conhecimentos que sempre mobilizamos em nosso cotidiano, nas práticas e fundamentos considerados pelos empreendedores para suas ações e produções. Está também nas decisões dos governos, em suas ações para dirigirem seus países. (ALMEIDA, 2013, p. 124).

Desse modo, a Geografia é fundamental no processo de caracterização das comunidades quilombolas e palenqueiras que, na atualidade, padecem de políticas territoriais. Esta consideração, concernente à conjuntura política latino-americana e a colonialidade do poder capitalista mundial, “[...] está vinculada a concentração do capital na Europa, aos assalariados, ao mercado do capital, enfim, a sociedade e a cultura associada a essas determinações” (QUIJANO, 2005, p. 125).

Logo, “a teoria geográfica que derivam desta perspectiva” (REIS, 2009, p. 111), vinculada às categorias das ciências geográficas e sociais, propicia a compreensão dinâmica da construção da identidade e do território, em Pílamó e no Cafundó. Entretanto, vale considerar que ambas as realidades analisadas se caracterizam pelas relações ancestrais, culturais, ecológicas, econômicas e políticas perceptíveis na territorialidade dos povos ali fixados.

A identidade territorial é um conceito arrojado, complexo e disputável, centralizado na unidade de existências geográficas, físicas e humanas, de palenques e quilombos. Assim, tem representado, gradualmente, uma realidade em disputa, diante das ações da globalização econômica e a imposição de um padrão cultural. É importante frisar que a identidade dos palenqueiros e quilombolas, no que diz respeito à sua construção e materialização, perpassa

pela luta do reconhecimento territorial e pelas relações com os recursos do território, que são elementos preponderantes nas territorialidades desses grupos étnicos. Nesse sentido, essa é uma luta marcada por questões complexas e, às vezes, difusas, por consequência da formação histórica e da dinâmica particular dos espaços brasileiro e colombiano.

Assim, apropriar-se de uma identidade legítima, para os quilombolas e palenqueiros, é superar a estigmatização sofrida e ter autonomia nas conquistas de seus interesses, pautados, sobretudo, nos seus direitos legais (SANTOS, 2011, p.11). Todavia, seus interesses são marcados também na relação ancestral dos conjuntos das ações junto aos recursos territoriais, como água, terra, ouro e plantas medicinais, que estão estabelecidos no processo da construção territorial de Pílamó e Cafundó.

No âmbito da Geografia e das ciências sociais, a abordagem das redefinições dos territórios quilombolas e palenqueiros inclui os problemas enfrentados por essas populações nas Américas. Apesar da relevância dessa inserção étnica para o Brasil, por exemplo, devido à forte influência negra na formação social e cultural do espaço brasileiro, “[...] a reflexão sobre a temática vive de textos produzidos sob a pressão da encomenda ou dos embates políticos. Lentamente essas reflexões se somam a um quadro interpretativo articulado” (ARRUTI, 2006, p.27).

A Geografia, por sua vez, “[...] se constitui enquanto ciência social e tem como objeto de estudo as relações entre a sociedade e o espaço, objetivadas a partir dos conceitos-chave de forma, função, estrutura e processo” (SANTOS, 1986, p.50). Nesse sentido, o contexto do estudo assume um papel importante na análise das práticas das pesquisas acadêmicas direcionadas às comunidades negras no Brasil (quilombos) e na Colômbia (palenques). Por isso, a natureza de investigação requer cuidado, já que “[...] as comunidades negras estão assentadas numa codificação para além da ascendência afro-brasileira e afro-colombiana e, pois, constroem sua alteridade numa distinção étnica, cultural e relacional com o território” (SILVA, 2012, p.29).

Logo, vantajosamente, a ciência geográfica se correlaciona com variadas metodologias dinâmicas, às quais proporcionam perspectivas de reflexões diversas. Para Mendonça (2004, p. 54), “[...] a escolha teórico-metodológica é eivada de significados, de trajetórias, de posicionamentos políticos. Qualquer interpretação e/ou análise espacial demonstra o nível de comprometimento social do pesquisador”. Dessa maneira, a escolha teórico-metodológica fornece novas ferramentas de metodologia para o estudo das realidades, o que concede uma nova dimensão das pesquisas de campo.

Para Lacoste (2006), a metodologia e os problemas da pesquisa, e do campo a ser pesquisado, não são para enumerar receitas metodológicas, mas para colocar certo número de problemas muito raramente evocados, talvez por serem fundamentais. Isso já foi dito anteriormente, mas quer-se fortalecer essa compreensão.

Na concepção de Turra Neto (2012), o que define a opção metodológica é, na verdade, a problemática da pesquisa. Portanto, o procedimento metodológico é a chave complementar e determinante no processo da investigação, já que nos auxilia no conjunto numérico das contradições registradas no Cafundó e Pílamó, tanto qualitativo, quanto quantitativo, no que diz respeito à realidade da pesquisa.

O estudo dos territórios negros no espaço geográfico latino-americano exige a compreensão de determinadas categorias. Então, o modo de construir o texto e a análise da função da ciência geográfica são formas de dizer como pensar as “coisas no espaço”, tal como a possibilidade de alterá-las está diretamente relacionada à escolha metodológica, que não é aleatória ou espontânea, mas sim política, social e cultural (MENDONÇA, 2004).

No que diz respeito à Geografia, Dematteis (2007, p.7) afirma que:

A geografia como saber científico tem mais de dois mil anos, é porque quem a praticou durante esse longo período, soube dar as respostas pertinentes aos problemas característicos de cada período histórico, adaptando à realidade o aparato conceitual e metodológico da disciplina.

É importante considerar que o objetivo aqui não se trata de voltar às discussões teóricas e metodológicas sobre o conceito de geografia humana, sua natureza ou campo de estudo na disciplina geográfica, onde estão incluídos os fenômenos relacionados aos aspectos físicos, biológicos e humanos.

Nas teorizações de Sorre (1984), o conceito de relação, desde a simples conexão até a mais intrincada causalidade, existente entre os elementos do complexo do tema da pesquisa, tal como o encontro entre os procedimentos geográficos e etnográficos “[...] não é motivo para eternizar discussões de parede-meia; ao contrário, é uma excelente condição para se captar a realidade integral, inda que ao preço de uma certa sobreposição de ideias. O que importa, na verdade, é a unidade do conhecimento” (SORRE, 1984, p. 87).

Assim, os “elementos do complexo geográfico são tão interligados entre si que, ao separá-los, devemos prestar atenção para não os isolar arbitrariamente” (SORRE, 1984, p. 92). Por isso, há necessidade de destacar a relevância da teoria e da metodologia como forma de explicar a empiria.



### 2.1.1 Território no contexto estudado

O território é, em primeiríssimo lugar, o poder (SOUZA, 2013, p. 88).

A teoria, a metodologia e a problemática da tese nessa investigação, visam indagar a relação social de poder e do capital, juntamente com o território do quilombo e do palenque, no espaço geográfico latino-americano. Vale ressaltar que tal observação é feita dentro da perspectiva do pertencimento étnico e ancestral das famílias ao seu lugar de origem, de modo que a pesquisa possa instrumentalizar as leituras dos territórios, a fim de fomentar e ampliar a natureza reivindicatória para as lutas dos movimentos quilombolas/Brasil e dos palenqueiros/Colômbia.

No final do século XX, o surgimento dos movimentos políticos rurais, como a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), no Brasil, e o Processo de Comunidades Negras (PCN), na Colômbia, em decorrência de um forte sentimento de abandono social, procuram uma nova forma de organização com foco reivindicatório cultural, econômico, político, histórico e étnico. Isso se desdobra nas relações étnico-raciais, construídas pelos grupos étnicos dos quilombos e palenques e direcionados na luta pelas demandas dos seus direitos à vida, à liberdade e à titulação do território ancestral.

Para Ricci (2002, p. 71),

[...] o território como elemento articulador de ações políticas que geram nova institucionalidade pública, novos mecanismos regulatórios e nova identidade social vem sendo valorizada nos estudos de cientistas políticos e das ciências humanas nas últimas décadas.

No nosso caso, os territórios negros e ancestrais – como elemento político e articulador das relações material e imaterial na luta política nos territórios do Cafundó e Pílamo – estão presentes e caracterizados nos conjuntos de práticas e ações que geram relações com a água e terra, construindo religiosidades e outras questões dos grupos étnicos, no Brasil e Colômbia.

Do ponto de vista das novas formas de acumulação de *commodities*, o capital pode ser encarado como “o criador da propriedade da terra moderna” (HARVEY, 2013, p. 317) que destrói simbologias e cosmovisões de mundos e, além disso, nas territorialidades camponesas, indígenas e negras, desestabiliza os ordenamentos territoriais. Entretanto, ao mesmo tempo, isso reconstrói uma visão da propriedade privada, inclusive, fazendo com que populações tradicionais vejam a terra também sob o ponto de vista mercantil. Assim, novas

conflitualidades nas Comunidades se constroem, convenientes aos efeitos da lógica produtiva mundializada do capitalismo.

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980 (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Para compreender essa lógica dos movimentos conjuntos interligados, mas também das conflitualidades nos territórios negros, o território assume um papel determinante na estruturação do capitalismo mundial. Entretanto, pensar o território exige compreender os processos de apropriação do espaço. Para Moreira (1981, p. 89), “[...] o espaço geográfico tem peso relevante no processo de reprodução, seja ele simples ou ampliado. Além disso, a sua estrutura será tanto mais complexa quanto mais integre uma produção ampliada da sociedade”.

Segundo Martins (2007, p. 39), “[...] a Geografia nasce, portanto, com a relação entre a sociedade e a natureza”. Por isso, é propriedade dos seres humanos e também é propriedade do meio, mas acima de tudo, é propriedade de um todo, no qual o meio e a natureza são a extensão/projeção dos seres humanos e da sociedade, na medida em que também são a criação e a representação dos mesmos.

De acordo com Moreira (1981), o espaço geográfico é, a um só tempo, resultado e agente impulsor do desdobramento da história dos seres humanos. Ora, o processo de desenvolvimento é processo de acumulação. Desse modo, o espaço “ocupa-se em definir propriamente os elementos ontológicos constituídos do espaço” (MARTINS, 2007, p. 33). Aliás, a problemática do tema é a particularidade histórica e geográfica, essencial para a investigação no território de Pílamo e Cafundó, territorializados no espaço latino-americano – Colômbia e Brasil, mais especificamente nos municípios de Salto de Pirapora e Guachené.

O espaço, conforme relata Reis (2009), trata-se de assimilação da dimensão social como o conteúdo qualitativo e quantitativo, que determina tanto o ser, enquanto tal, como por extensão, a determinação do ser do espaço. De fato, em geral, as contribuições que abordam, tematicamente, “[...] a ontologia do espaço a partir do movimento de renovação crítica da geografia estabelecem a equivalência entre o espaço e sociedade, através da qual a sociedade é assumida como noção equivalente ao próprio ser” (REIS, 2009, p. 112).

A partir da explanação sobre a relação da sociedade com espaço e a dimensão dos efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio, produzindo conflitualidades no Quilombo Cafundó e Pílamó, ressalta-se a importância da teoria e do procedimento metodológico da pesquisa. Para isso, observa-se mais uma vez o processo que a descrição representa no contexto da investigação que “[...] resulta da observação do fenômeno presente na materialidade do mundo que cerca o sujeito. E para que a descrição se realize, enquanto ato expositivo, ela tem de ter para si o sentido da coabitação e do co-pertencimento” (MARTINS, 2007, p. 39). Nessa perspectiva, considera-se, a localização e a distribuição no espaço do território palenqueiro e quilombola.

Ademais, a descrição das comunidades negras demanda um procedimento cognitivo em que, de antemão, as coisas necessitam ser percebidas em sua localização e, por conseguinte, em sua distribuição espacial. Para Martins (2007), é isso que o sentido do geográfico invoca na sua constituição mais básica e, portanto, a descrição trata da existência do que vê – a materialidade do mundo e do local, os entes em geral.

Assim, em função desse contexto, o território assume relevância na pesquisa, mesmo que o debate ainda possua pouca interlocução, quando comparado às outras áreas do conhecimento, como Antropologia, Sociologia e História. Contudo, entende-se que os estudos geográficos são fundamentais para se compreender a dinâmica territorial quilombola e palenqueira na América Latina (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

É dado que o território, como categoria de análise, busca fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos para a renovação da crítica do pensamento geográfico. Tal renovação ocorrida, especialmente a partir do século XX, década de 1970, contribuiu para a utilização de conceitos e de pontos de vistas da teoria marxista. Na geografia brasileira, os principais expoentes dessa corrente estão: “Armando Corrêa da Silva, a quem é atribuído pioneirismo em relação ao tema; Antônio Carlos Robert Moraes; Ruy Moreira e Milton Santos” (REIS, 2009 p. 111), dentre outros. Ainda, acerca de território, salienta-se:

O conceito de território juntamente com seus derivados, a territorialidade, a territorialização e outros permite repropor, hoje, em termos sociais e políticos, um discurso geográfico que, em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos. (DEMATTEIS, 2007, p. 7).

Os conceitos da ciência geográfica são dinâmicos e mudam, segundo Santos (2008), a cada momento, já que modificam-se, simultaneamente, o tempo, o espaço e a forma de viver dos quilombolas e palenqueiros no território. Ainda, tempo, espaço e território “são realidades

históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora” (SANTOS, 2008, p. 39).

Além disso, considere que os territórios, enquanto relações de poder materializadas no espaço geográfico, só existem por conta do processo de apropriação do espaço (desigual e combinado). Em sua tendência constante para acumular quantidades de riqueza social, cada vez maiores e sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro e:

[...] nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado. Em consequência, os problemas da natureza, do espaço e do desenvolvimento desigual são colocados juntos pelo próprio capital. O desenvolvimento desigual é o processo e o padrão concreto da produção da natureza sob o capitalismo (SMITH, 1988, p. 20).

O desenvolvimento desigual no espaço afeta a dinâmica das famílias no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, que se preocupam com a manutenção do modo de vida material, imaterial e simbólico, interrelacionado ao meio natural. Uma vez que, através de seus conhecimentos ancestrais, a busca por apreender sobre os elementos amplia a nossa percepção de território, tal contexto interessa ao corpo teórico da ciência geográfica e a essa investigação. Nesse sentido, “[...] o território, visto como unidade e diversidade é a questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas no momento atual” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20). Ainda, vale ressaltar que:

O território é na sua essência um fato físico, político, social, econômico, categorizável, possível de dimensionamento, onde, geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política, social, econômica e territorial. (ANJOS, 2009, p. 148).

Dessa forma, esses são elementos consideráveis, mas não únicos, já que existem outros que complementam a construção da identidade destes grupos, configurando territorialidades – expressão espacial (material e imaterial) dos grupos sociais. Ou seja, é o trabalho social em movimento que cria normatizações espaciais.

Ratzel (1990), um dos pioneiros sobre a categoria território enquanto parte do espaço geográfico, nos diz que um povo decai quando sofre perdas territoriais e pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos<sup>57</sup>.

Sendo assim, o entendimento de Ratzel e o seu interesse pela formulação sobre o território, na composição da estruturação do conceito nas ciências humanas, são necessários para compreensão das relações entre Estado, fronteira e capitalismo, que se espacializam na geografia política e nas ações de controle sobre o território pelo capital na Alemanha recém-constituída.

Outro geógrafo importante, Raffestin, no intuito de depreender sobre as relações no espaço, território e poder, explica que “[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ainda, é uma face em que se materializam as relações de poder e da qual os gestores dependem, partilham e utilizam de forma heterogênea, tendo em vista o seu papel na estrutura social, política e econômica no espaço geográfico.

O espaço é campo das relações humanas, já que é produto e produtor do humano social; portanto, não antecede, mas representa o processo criador e criado por relações humanas. Dessa forma, o território consiste na marcação do poder no espaço em que se projeta e realiza ação social/humana; logo, está tanto antes, como depois da produção do espaço.

Outro autor, como Moraes (2000), entende a formação do território como resultado empírico do processo abstrato de valorização do espaço. Segundo Gomes (2014), “[...] a operacionalização do conceito, frequentemente, em associação com a geopolítica dos Estados Nacionais e com a delimitação destes, por meio das fronteiras, fez com que a ideia de território se tornasse carregada desse sentido” (GOMES, 2014, p. 80). Além disso, de acordo com Moraes (2000), o conceito é retomado no contexto do movimento de renovação crítica do pensamento geográfico<sup>58</sup>, ocorrido na década de 1970, que tornou hegemônico o marxismo

---

<sup>57</sup> Não é possível conceder um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (RATZEL, 1990, p.73).

<sup>58</sup> A Geografia conhece hoje um movimento de renovação considerável, que advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à perspectiva tradicional. Há uma crise de fato da Geografia Tradicional, pois esta enseja a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação. As certezas ruíram, desgastaram-se. E, novamente, pergunta-se sobre o objeto, o método e o significado da Geografia. A crise da Geografia Tradicional e o movimento de renovação a ela associado, começam a se manifestar já em meados da década de cinquenta e se desenvolvem aceleradamente nos anos posteriores. A década de sessenta encontra as incertezas e os questionamentos difundidos por vários pontos. A

histórico e dialético como orientação teórico-metodológica. Nessa orientação, prevalece uma concepção que qualifica o território pelo seu uso social, onde o seu uso pressupõe a apropriação e o domínio.

Logo, a expansão e a discussão da abordagem territorial, no século XXI, correspondem a um conjunto de práticas e suas manifestações sociais, materiais e simbólicas, que são efetivadas para garantir a apropriação e o controle do território. Assim, essas práticas provêm de grupos sociais e étnicos, tanto do Estado, quanto das empresas. Nesse viés, “[...] a territorialidade, dessa forma, tem um sentido de pertencimento e corresponde à nacionalidade” (SAQUET, 2007, p. 98).

É importante observar, na atualidade, o papel das diversas formações territoriais, sociais e étnicas no espaço geográfico. Assim, o caminho teórico que se mostra pertinente ao estudo dos territórios quilombolas e palenqueiros – cuja formação inegavelmente remonta ao passado, mas permanece como uma realidade presente e em luta – exige que se leve em consideração o resultado de três séculos de ocupação. Além disso, Moraes (2000) acredita que, para entender o território colonial brasileiro, e também colombiano, é necessário captar a lógica da valorização colonial do espaço e as respectivas contradições dos efeitos coloniais na formação territorial do Cafundó e Pílamó.

A partir disso, nesta pesquisa, pretendeu-se compreender o território quilombola e palenqueiro em uma perspectiva integradora (HAESBAERT, 2012), no intuito de abranger as várias grandezas presentes na realidade, o que compreende o território tanto como expressão das relações de poder, quanto de expressão material das relações econômicas, construídas nas referências simbólico-culturais. Isto porque, nas palavras de Haesbaert (2012, p.74), “[...] o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza, predominantemente, econômico-política”.

Certamente, as diferentes esferas políticas, econômicas e culturais, que envolvem o território do Quilombo Cafundó e do Palenque Pílamó, tornam a concepção do território dinâmico. Desse modo, essa perspectiva analítica possibilita ver a interação sociedade-natureza das influências políticas, econômicas e culturais.

---

partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada; suas manifestações, dessa data em diante, vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado. Instala-se, de forma sólida, um tempo de críticas e de propostas no âmbito dessa disciplina. Os geógrafos vão abrir-se para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados. Isto implica uma dispersão das perspectivas, na perda da unidade contida na Geografia Tradicional. Esta crise é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros (MORAES, 1994, p. 50).

Esse vínculo de abordagem, a partir das relações e do avanço na produção teórica sobre o tema – tal como as reflexões dos autores sobre espaço, território, capital, racismo e suas contradições no espaço geográfico – se apresentam materializadas no Cafundó e no Pílamo, tanto na humilhação pelos direitos negados, quanto pelas espoliações de suas áreas. Como exemplo, é possível citar que, nas Comunidades pesquisadas, de forma diversa, isso se dá por meio da monocultura de eucalipto e da mineração ilegal. Sobre isso, serão apresentados, nas caracterizações e descrição das áreas de pesquisa, mais adiante.

Outra questão é que a espacialização das comunidades negras no Brasil e na Colômbia, tanto no presente, quanto no passado, expressa a complexidade do espaço geográfico, assim como da própria espacialização e preservação das identidades territoriais dessas Comunidades. Por isso, a forma como se organizam, territorial e economicamente, fortalece a luta política e cultural, no que tange às garantias dos seus direitos étnicos e culturais<sup>59</sup>.

É relevante frisar que os quilombos e os palenques incorporam um sentido étnico, protagonizam um contexto de luta e preservam vínculos com a ancestralidade. Por outro lado, sua inserção na discussão se estende sobre o campesinato, assim como a posse da terra e a reforma agrária (no Brasil, por exemplo), além de permitir ampliar as perspectivas da reflexão relacionada à temática.

Defende-se assim, que a leitura do espaço brasileiro e colombiano, assim como suas dimensões territoriais e a sua diversidade étnica, em particular, devem contemplar os estudos referentes às territorialidades dos quilombos e dos palenques. Dessa forma, urge interpretar os territórios negros, considerando as suas contradições enquanto formação geográfica, histórica, social e econômica, que se fragmentou e territorializou com dinâmicas diversas, em oposição ao modelo hegemônico capitalista, com matriz eurocêntrica.

---

<sup>59</sup> Os sujeitos (quilombolas, palenqueiros e indígenas) espacializaram suas ações por meio de viver na terra e no conflito com os espoliadores de suas terras e forças de trabalho. Daí provem a territorialização como processo de formação do território.

### 2.1.2 A construção da identidade e do território

Entendo por identidade o processo de construção de significados com base em atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados (CASTELLS, 1999, p. 255).

Manuel Castells diz que o processo de construção da identidade correlaciona várias fontes, tanto material, quanto imaterial. Assim, o território, no contexto da investigação, torna-se o ponto central das relações identitárias e das contradições, sendo fortalecidas pelas *(Re)Existências* nas lutas por reconhecimento dos quilombolas do Cafundó e dos palenqueiros de Pílamó.

Ademais, o conjunto de diversas formas de desrespeito e de humilhação social são fatos preocupantes. Nesse contexto, os territórios negros são ameaçados constantemente, e da mesma maneira, a sua identidade territorial, intimada por meio de práticas insustentáveis do processo de acumulação dos recursos territoriais (água, terra, florestas e subsolo), que estão presentes no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó.

Desse modo, a territorialização dos quilombos, no Brasil e dos palenques na Colômbia, ocorrem na construção dinâmica do tempo e do espaço geográfico. Então, as relações contínuas com os recursos territoriais, juntamente com elementos materiais e simbólicos, caracterizam os grupos étnicos e correspondem aos saberes tradicionais, os quais são exercidos na forma de vida e de trabalho. Isto é, a identidade para os grupos étnicos é algo fundamental para a conservação e permanência no território.

Nesse sentido, observa-se que a movimentação da construção da identidade e dos territórios negros, no Brasil e na Colômbia, são faces de um contexto de invisibilidades, devido à política universal construída pela ciência eurocêntrica, em favor da universalidade e da democracia racial.

Essa condição foi reforçada no Brasil, por exemplo, com Gilberto Freyre, em “Casa Grande & Senzala” (1933) e Nina Rodrigues, na publicação de “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil” (1894). Ainda, esse último livro é dedicado aos consagrados médicos e juristas da área, como Lombroso, Ferri e Garófalo<sup>60</sup>.

Contudo, em decorrência das lutas e das movimentações sociais, essas invisibilidades estão sendo questionadas por educadores, pesquisadores e militantes, como também pelos

---

<sup>60</sup> No referido livro, há uma exposição explícita de preconceito e racismo contra índios e negros. Ainda, Nina Rodrigues defende um tratamento diferenciado para tais grupos sociais – produtos das chamadas raças inferiores – no Código Penal Brasileiro. É importante frisar que seu argumento parte do pressuposto de que há uma diferença fundamental entre as raças no que se referia à sua constituição mental.



grupos sociais e étnicos, desde o final do século XX. Aliás, sobre as particularidades, considera-se que muitas comunidades negras na América Latina se constituem como espaços interétnicos. Essa característica, contudo, não descaracteriza a identidade negra como fundamental para a construção desses grupos (SOUZA, 2008). Ademais, o caráter relacional dessas identidades não hegemônicas configura suas especificidades nas dinâmicas conjuntas das relações materiais e imateriais, econômicas e políticas, entre outros aspectos.

Segundo Kabengele Munanga:

Qualquer grupo humano, através de seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição das outras (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade de grupo, a proteção do território, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos. (2009, p. 177-178).

É importante destacar que as identidades palenqueiras e quilombolas são materializadas em condições dinâmicas. Logo, isso significa que a identidade e a resistência se configuram ao longo da história da Colômbia e do Brasil, a partir de uma multiplicidade de formas estabelecidas com base nas lógicas de cada grupo e de cada contexto (SOUZA, 2008).

Nesse movimento complexo das relações identitárias com o território, constam aspectos relacionados à ancestralidade, às *(Re)Existências* e às religiões tradicionais africanas, como é o caso do Candomblé. Portanto, em ambos, há o reflexo dos saberes-fazeres tradicionais coletivos e das vivências sociais comuns aos territórios tradicionais. Sobre identidade, é oportuno salientar que:

[...] constitui-se a partir de referências em torno de valores, modos de vida social e configurações sócio-culturais. Reforça a realização e constituição de processos, fatos e comunidades, incluindo possibilidades fragmentárias do indivíduo no cotidiano. A identidade é, portanto, representação, reflexo da cultura e das vivências sociais, em interação com os processos de contextualização econômica e política de um determinado período histórico. (NOVA, 2009, p. 02).

A constituição da valorização dos modos de vida das populações tradicionais, no contexto brasileiro e colombiano, é construída diante das contradições coloniais, assim como da acumulação por espoliação e do controle do capital sobre os territórios. Nessa conjuntura, a identidade passa a ser materializada na territorialidade das lutas e, por conseguinte, nas vivências sociais, bem como nas relações culturais, econômicas e políticas, que determinam o movimento e o conjunto da dinâmica da construção da identidade e do território das famílias que vivem no Cafundó e Pílamó.

Assim, o *intelectual colonizado*, que resolve travar combate contra as mentiras colonialistas, segundo Fanon (1968, p. 176), “[...] há de lutar em escala latino-americana e caribenha, o passado é valorizado. A cultura, que é arrancada do passado para ser exibida em toda” construção identitária, não é a de seu país. Este cenário, posto por Fanon, revela o jogo da negação que a sociedade ocidental e as oligarquias regionais e nacionais fazem, como por exemplo, a formação espacial do Brasil e Colômbia, além da diversidade dos povos do campo, resquício da colonização.

Então, “o colonialismo, que não graduou seus esforços, nunca cessou de afirmar que o negro é um selvagem” (FANON, 1968, p. 150). Nesse sentido, a luta por reconhecimento histórico, político e identitário sempre é constante nas territorialidades dos territórios negros estudados.

Dessa forma, Calventel (2017) pontua que a identidade territorial é a busca pela compreensão da construção da mesma, em uma comunidade com um passado comum e, no caso dessa Tese, em um passado quilombola e palenqueiro. Desse modo, “como se viu, a identidade territorial está ligada a uma ideia coletiva da história de uma parcela do espaço geográfico” (CALVENTEL, 2017, p. 585). No Brasil e Colômbia, as relações com estes elementos postos fazem complementação na produção da territorialidade dos grupos étnicos do Cafundó e Pílamó.

Consequentemente, para dialogar sobre identidade no Brasil e na Colômbia, principalmente com base em um dos elementos fundamentais da construção socioespacial, é importante compreender a dimensão dos grupos étnicos no espaço geográfico brasileiro e colombiano. Tais grupos lutam de geração em geração para manter seus espaços familiares e o território para produzir, além de outras questões que complementam a dinâmica da construção da identidade e do território.

É necessário considerar as religiões tradicionais africanas e outras praticadas nestas localidades. Isto porque tais realidades nunca foram aceitas e compreendidas, a partir das religiões ocidentais e da sociedade latifundiária, tal como ocorre no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, aqui investigados.

Assim, Huntington explicita:

[...] não é uma rejeição da modernidade, mas sim uma rejeição do Ocidente e da cultura secular, relativista e degenerada, associada com o Ocidente. É uma rejeição do que se denominou a ocidentalização das sociedades não-ocidentais. É uma declaração de independência cultural em relação ao Ocidente, uma declaração ativa de que nós seremos modernos, mas não seremos vocês (HUNTINGTON, p. 124, 1997).

Indiferentes à lógica individualista ocidental, as identidades territoriais quilombolas e palenqueiras constituem significados em forma de ligações culturais e simbólicas, como por exemplo, a capoeira, a Festa da Santa Cruz e rodas de conversas<sup>61</sup>.

Os indivíduos, nestes locais, totalizam suas relações com os outros por meio do seu modo de ser. Diante disso, a identidade territorial desses grupos étnicos se baseia também nos recursos territoriais, como os minerais (metálicos e não metálicos); ouro e carvão; ou os recursos energéticos renováveis, como por exemplo, o carvão, o solo, a água, o oxigênio, a energia oriunda do sol, as florestas, os animais e os recursos territoriais, de uma maneira geral.

Em conformidade com Araújo; Haesbaert, as identidades territoriais:

Em seu caráter mais ou menos múltiplo são sempre configuradas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, isto é, à sua dimensão geográfica (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, P. 33).

A identidade dos quilombolas e palenqueiros simboliza a luta histórica pela relação com os recursos territoriais disponíveis, além da ancestralidade no território. Para observar esses importantes elementos, temos em vista que:

[...] a terra, o terreiro, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática da pluralidade cultural brasileira, no seu processo de ensino, planejamento e gestão, sobretudo no que diz respeito às características territoriais dos diferentes grupos étnicos que convivem no espaço nacional. Preconizamos que é possível apontar as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, um contato com um Brasil de matriz territorial complexa, multifacetada, cuja população não está devidamente conhecida, nem valorizada e que não pode ser interpretada de maneira simplista. (ANJOS, 2009, p. 148).

A identidade, que se manifesta nos territórios dos grupos étnicos palenqueiros e quilombolas, configura, no espaço, as características e os aspectos identificados como legítimos. Tal legitimidade é que abre precedente para o reconhecimento do direito às terras, às culturas e aos recursos territoriais, conforme aponta Bartolomé (2006).

Essas identidades são, portanto, relevantes para as comunidades negras aqui estudadas, posto que essas mudanças refletem não só nos territórios, mas também nos resultados dos

---

<sup>61</sup> A festa da Santa Cruz, São Benedito e Nossa Senhora Aparecida na comunidade quilombola do Cafundó, em Salto de Pirapora/SP/Brasil é uma destas tradições que é realizada há mais de 150 anos, na qual é feita a queima de fogos, a derrubada do mastro e diversos festejos.

próprios pesquisadores, com base nas relações complexas da dimensão étnico-racial, que complementa a constituição do quilombo e do palenque.

Aliás, o Quilombo Cafundó/Brasil e o Palenque Pílamó/Colômbia apresentam suas identidades de forma dinâmica e semelhante. Porquanto, a ancestralidade, a cultura, a identidade e a interação – que os membros dessas comunidades negras estabelecem com o território e com os recursos territoriais – determinam as relações de trabalho nesses espaços e territórios. Adiante, explicita-se a diversidade dessa dinâmica.

A identidade territorial também é uma identidade de luta e caráter político. Dessa forma, as relações sociais de produção, a partir da relação capital/trabalho, correlacionam com as relações sociais associadas à ancestralidade dos povos, por exemplo. Ainda, é importante frisar que o Brasil e a Colômbia são pluriétnicos em suas composições sociais. Assim, não é possível estabelecer a separação entre Estado e economia ou entre as relações de poder e as de produção, na territorialidade dos grupos étnicos.

À vista disso, a identidade territorial das comunidades negras se organiza para enfrentar os grupos capitalistas dominantes. Então, a esperança precisa se tornar a consciência do desejo coletivo para que, de fato, seja possível caminhar em direção à transformação estrutural e social dos quilombolas do Cafundó e dos palenqueiros de Pílamó. A identidade dos palenqueiros e quilombolas é centrada no trabalho familiar e na relação com o território.

Isto posto, a cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado e o território não capitalista e o capitalista. Isso pois é uma arena de elementos conflitivos que, somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema que, às vezes, materializa-se de forma desigual e excludente no espaço geográfico (THOMPSON, 1998).

Então, o “costume é local, assim o costume está vinculado à terra” (THOMPSON, 1998, p. 86), tal qual à formação da identidade territorial emancipada, pois a questão da emancipação é de real importância, já que a mesma distingue entre direitos por prescrição e direitos estabelecidos pelo costume. Por isso, o costume está vinculado à terra de seus ancestrais e, neste contexto da pesquisa, é alegado em relação aos grupos étnicos investigados no Brasil e Colômbia, que estão envolvidos nas contradições sociais e culturais, bem como expressam as fraturas e oposições existentes.

Nas palavras de Souza (2008, p.105), a identidade:

[...] é a base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, constituídos pelo próprio grupo, tais como a ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos e religiosos. Em relação ao movimento quilombolas, essa identidade nasce da determinação de afirmar-se como alteridade, de lutar pelo seu território a partir de sua perspectiva constitutiva, de compartilhar lutas e caminhos comuns.

A identidade territorial dessas comunidades negras em disputa, formatada no diálogo entre diferentes campos de conhecimento – antropologia, direito, sociologia, história e geografia – juntamente aos movimentos sociais negros, têm reivindicado seus direitos territoriais por meio da comunicação social e, mais recentemente, na gestão pública (SILVA, 2012).

Antes e depois da Constituição Brasileira de 1988, por exemplo, os indígenas, negros, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), feministas, CONAQ, dentre outros, partem das relações dos/nos territórios e das identidades em construção, para conquistar seus direitos históricos, culturais e sociais.

Além disso, os movimentos ou as organizações citadas anteriormente, denominados minorias étnicas, culturais e sociais no Brasil, têm configurado um novo panorama nas discussões. Assim, todo o processo tem ganhado espaço no meio acadêmico, sendo, frequentemente, protagonizada por geógrafos, sociólogos, antropólogos, políticos, cientistas e juristas dispostos a compreender o processo de desconstrução e construção do território, além da identidade territorial dos quilombolas, no espaço geográfico.

Na Colômbia, o movimento de Proceso de Comunidades Negras (PCN), por exemplo, se firmou com a nova Constituição da Colômbia de 1991. Tal movimento viabilizou novos processos de reivindicações de direitos à titulação de terras, o que introduziu o conceito de múltiplas culturas étnicas. Ainda, a mudança alterou o discurso colonial na referida Constituição, e assim, mudou paradigmas por reconhecer outra história: uma história não registrada. Ademais, o movimento das lutas territoriais ancestrais e sociais, das famílias do Cafundó e do Pilamo, faz objeção às políticas de genocídio, à dominação cultural, às espoliações dos recursos territoriais e desterritorialização das famílias.

Dessa forma, o caráter político da identidade, enquanto elemento central na construção das comunidades negras, assim como o caráter político da formação da territorialidade e das categorias sociais e étnicas, possibilitou, para os territórios étnicos ancestrais dessa pesquisa, elementos concretos para compreender certa conflitualidade. Mais precisamente, o processo conflituoso em questão paira sobre o viés voltado para os interesses do agrohídronegócio e da

especulação imobiliária espacializada, geograficamente, das áreas em estudo, em que o território efetivamente importa para reprodução, por exemplo, da mineração ilegal.

Dessa forma, os quilombolas e palenqueiros assumem uma identidade territorial na luta política pelas terras, que, em partes, são griladas e espoliadas por latifundiários. Aliás, são empresas nacionais e internacionais, às quais visualizam as terras para fins do agrohídronegócio, especulações imobiliárias e mineração ilegal, conforme já destacado. Portanto, a relação com o espaço vai além da luta política, pois a intimidade com seus lugares de viver se completa pelas relações com os fatores simbólicos, ancestrais, culturais e históricos, como veremos adiante.

### **CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESQUISA NO CAFUNDÓ/BRASIL E PÍLAMO/COLÔMBIA**

Situações muito diversas da história são aquelas em que se inserem os países latino-americanos. Situações em que ora a riqueza foi produzida com base na escravidão africana, ora com a escravidão indígena, ora com outras formas de submissão do trabalho do indígena que não a escravidão, como la encomienda ou la mita. (SUZUKI, 2006)

A partir da epígrafe, podemos analisar a dimensão dos estudos latino-americanos e a noção espacial da riqueza nas nações europeias, com base no trabalho escravizado, tanto no Brasil como na Colômbia. Ainda, as etnias indígenas foram as primeiras a serem exploradas no colonialismo, por meio do processo da espacialização do capitalismo no Continente Americano, onde as demandas por mão-de-obra aumentavam e, a saída escolhida pelos colonizadores foi sequestrar, comprar ou trazer à força as negras e os negros do Continente Africano. Dessa forma, durante o crescimento e o avanço do capitalismo na América e diante desse contexto temporal de ações e contradições, é que o trabalho forçado e não remunerado se intensificou no espaço geográfico latino-americano.

#### **3.1 Formação territorial do Quilombo Cafundó**

No estado de São Paulo, como em outras regiões do Brasil, os territórios quilombolas foram se espacializando de formas diversas, antes ou depois da Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que “dava fim à escravização negra” depois de séculos de escravidão. Ademais, havia forte pressão dos ingleses, que também tinham como interesses as rotas comerciais e o afastamento dos traficantes de escravizados portugueses da costa africana no mar atlântico, já que estes afetavam o comércio britânico na região.

O Cafundó, especificamente, se formou depois da Lei de Terras de 1850 e se inseriu na complexa questão fundiária, no espaço brasileiro e latino-americano. É válido ressaltar que a doação das terras para as famílias da comunidade do Cafundó nunca foi respeitada pelos parentes do doador e grileiros da região. Segundo Otávio Caetano, um dos protagonistas da

história do Quilombo Cafundó, ex-mestre da *cupópia*<sup>62</sup>, falecido em 1988, com 67 anos de idade, “as terras sempre foi alvo de disputa para nós<sup>63</sup>”.

Desde a promulgação da Lei de Terras de 1850, observa-se que no território brasileiro foi facilitado o plano dos fazendeiros para registrarem terras griladas, na maioria das vezes, ocupadas por negros, indígenas, camponeses e outros grupos, que já estavam materializados nos territórios há séculos ou décadas. Acerca dessa legislação, no contexto da formação socioespacial do Brasil, ao examinar os artigos referentes à Lei, observa-se que a mesma certifica, historicamente, as ações dos grupos oligárquicos locais/municipais a se organizarem para expansão da grilagem até os dias atuais. Esse processo, por meio da legalidade jurídica, é viabilizado pelas práticas da violência sistemática e da acumulação por espoliação e controle do capital sobre o território.

Em meados do século XIX, o Estado imperial elaborou a primeira legislação agrária de longo alcance da nossa história, que ficou conhecida como a Lei de Terras de 1850. Esta lei pretendia impor os princípios da política de intervenção governamental no processo de apropriação territorial, representando uma tentativa dos poderes públicos (o Estado imperial) de retomarem o domínio sobre as terras chamadas devolutas, que estavam perdendo em função da vertiginosa ocupação que se processava então sob a iniciativa privada. (SILVA, 1997, p. 17).

Nesse processo, alguns fazendeiros se deslocaram de um estado para outro, além dos seus de origem, concentrando enormes extensões de terra e ampliando os já imensos latifúndios, desde o período das Sesmarias. A Lei de Terras legitimava os interesses da elite hegemônica desse período, além de estabelecer as normas legais que impediam o acesso à terra para as comunidades negras quilombolas, camponesas e indígenas.

Então, a formação do Quilombo Cafundó iniciou-se com a doação das terras, em meados do século XIX, de Joaquim Manuel de Oliveira à Joaquim Congo<sup>64</sup>, trazido da África para o Brasil como escravizado em 1840, que, aos doze anos de idade, veio para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira. Tais doações eram “reservadas para alguns escravizados eleitos do senhor, no medo que o senhor tinha de pagar numa outra vida os sofrimentos infligidos aos

<sup>62</sup> Língua africana falada pelos quilombolas do Quilombo Cafundó. O maior patrimônio do local é a cupópia, língua de raiz africana derivada do quimbundo (ou kimbundo), idioma falado principalmente em Angola, o mais precioso tesouro cafundoense. A língua secreta era a arma dos escravizados para manter seus planos de fuga incompreensíveis aos ouvidos dos capangas de fazendeiros e latifundiários escravocratas (Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/comunidade-de-ex-escravos-resiste-para-sobreviver/> >. Acesso em: 10 jan. 2022

<sup>63</sup> Informação coletada da Revista Salto de Pirapora de 1977 – 1982, em setembro de 2017, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora/SP.

<sup>64</sup> Recebeu o nome de seu senhor acrescido de Congo no final, referência ao seu lugar de origem na África, prática comum no período da escravidão.



escravizados nesta, na compra de indulgências por parte da escravizada na cozinha, ou até mesmo na cama do senhor” (VOGT; FRY, 1996, p. 69).

Assim, a construção do território do Cafundó provém das junções familiares dos negros (as) do Quilombo Caxambu com os negros (as) do Quilombo Cafundó. Um dos territórios pertencia a Joaquim Manoel de Oliveira, que escravizou Joaquim Congo, Ricarda e seus filhos, Antônio e Ifigênia. Ricarda casou-se com Joaquim Congo em 1855, mas só depois do falecimento do Joaquim Manoel de Oliveira, em 1877 – nove anos depois da sua morte – é que Ricarda, Joaquim Congo e seus filhos se tornaram donos do território do Cafundó (RELATÓRIO, 1999).

As duas filhas de Ricarda e Joaquim Congo, Ifigênia e Antônia, que ficaram morando com eles no Cafundó, deram origem às linhagens Almeida Caetano e Pires Pedroso. Antônia casou-se com Joaquim Pires Pedroso, descendente de escravizado e Ifigênia casou-se com Caetano Manoel de Oliveira, originário do Caxambu, localizado do outro lado do rio Sarapuí. Nesse contexto, duas filhas de Ifigênia e Caetano casaram-se com dois irmãos do Caxambu. Trata-se dos casais: Maria Augusta e José Norberto Rosa de Almeida, Olívia e Antônio Norberto Rosa de Almeida, que ficaram morando no Caxambu até meados da década de 1940 (RELATÓRIO, 1999).

As negras e os negros escravizados, procedentes do território Caxambu, pertenciam ao latifundiário Pedro de Almeida Lara, cujas terras eram vizinhas às de Maria Perpétua Ayres e Joaquim Manoel de Oliveira, senhores dos negros que originaram o Cafundó. Devido a essa proximidade e ao fato de que, nos dois casos houve doação de terras em testamento, junto com a alforria, além de que os casamentos de negros ocorriam predominantemente com negros, estabeleceram-se vínculos de parentesco entre as duas Comunidades, através de laços matrimoniais construídos na dinâmica da vida no território do Quilombo Cafundó. (GOMES, 2015).

No contexto das relações de subordinação, devido às necessidades dos escravizados em trabalhar em outro espaço, que eram construídas em relação aos latifundiários de terras de Salto de Pirapora e região, os territórios adquiridos em doação, mediante testamento, foram aos poucos sendo grilados, por variados meios, sobretudo, no início da segunda metade dos anos 1940, por negócios desvantajosos ou enganosos para os quilombolas, além da subordinação das relações de compadrio e/ou uso da violência sistemática e direta. A partir de fontes orais pesquisada por Vogt; Fry (1996), o território que “trocado” por Rafael Teixeira com Joaquim Congo e Ricarda, e que originou o Cafundó, no último quartel do século XIX, correspondia a 80 alqueires (RELATÓRIO, 1990).

As práticas da violência são configuradas no quilombo a partir de ações e formas distintas, como por exemplo, o caso do antigo fazendeiro Honório de Almeida: “Embora ele seja reconhecido como um dos principais grileiros das terras do Cafundó, era ele também o empregador por excelência da mão-de-obra existente na comunidade, principalmente na lavoura de algodão” (RELATÓRIO, 1999, p. 22). Além da contratação de trabalho assalariado, o fazendeiro estabelecia relações de parceria ou meação com boa parte dos quilombolas ou sitiantes localizados nas proximidades, fornecendo as sementes e, muitas vezes, pagando os agricultores “com vales a serem trocados, exclusivamente, por mercadorias no armazém de Elizário de Almeida, filho de Honório, local onde também funcionava a máquina de descaroçar algodão” (RELATÓRIO, 1999, p. 23).

Isso significava a dependência absoluta dos quilombolas e dos sitiantes, evidenciando um prolongamento da escravidão. Dessa forma, foi o caso em que “os moradores pagavam as contas pendentes no armazém com a safra futura [...] ninguém ganhava nada, era só pela comida” (RELATÓRIO, 1999, p. 23).

Nesse contexto, o quadro dos descendentes de escravizados foi agravado pelo fato de não possuírem os documentos comprobatórios do recebimento das terras em testamento, por não dominarem a linguagem escrita e não terem conhecimento das formalidades da lei<sup>65</sup> (GOMES, 2015). Aos poucos, foram sendo roubados e confinados em pequenos pedaços de terras.

Tais fatores contribuíram para reforçar as relações de dependência e subordinação aos latifundiários. Outro caso, que envolveu o mesmo Honório de Almeida, consistiu no cercamento de áreas pertencentes à Comunidade, com a promessa de que os moradores poderiam continuar plantando ou produzindo nas mesmas. Segundo o relato de Adauto Rosa de Almeida, falecido morador do Cafundó, o fazendeiro lhes dizia, “pode plantar que a terra é boa”, mas, à noite, soltava sua criação para destruir as roças dos moradores do Cafundó. “Vovó Ifigênia passava a noite tocando o gado de Lizáro [Elizário de Almeida] para fora das roças” (RELATÓRIO, 1999).

---

<sup>65</sup> Os estudos realizados na área da Antropologia Jurídica têm mostrado, sistematicamente, o descompasso entre o direito costumeiro ou consuetudinário e o direito oficial, mormente, no que diz respeito aos efeitos da lei sobre comunidades tradicionais, muitas vezes iletradas. Não só o desconhecimento das leis, o analfabetismo, a falta de recursos materiais para o custeio de profissionais, mas, sobretudo, o estranhamento do homem pertencente à chamada cultura rústica em precisar de uma mediação externa, alheia aos seus valores e crenças, para dirimir os conflitos que se lhe avizinham, faz com que este tenha enorme dificuldade para acompanhar os trâmites legais-burocráticos com os quais a Justiça opera (SCHMITT; TURATTI, 1999, p. 32). No caso do Cafundó, outro complicador era o fato de que, na época das primeiras reivindicações pela garantia oficial da posse das terras historicamente ocupadas, a maioria dos moradores do Cafundó não tinha documentos pessoais e não assinava o próprio nome. (SCHMITT; TURATTI, 1999, p. 38)

Tal prática terminava por impedir os usos das terras pelos quilombolas, além de comprometer sua territorialidade, forçando-os a trabalharem para os latifundiários da região. Por outro lado, o abandono das terras pelos quilombolas, em consequência de tais práticas coloniais e coercitivas, facilitava a continuidade dos cercamentos e o posterior registro em cartório das terras pelos latifundiários, como se fossem suas (RELATÓRIO, 1999).

Em linhas gerais, essa foi a primeira forma de espoliação das terras das Comunidades Cafundó e Caxambu, o que demonstra que, desde a sua origem, a permanência nas terras que lhes foram doadas foi marcada por conflitos territoriais, mais especificamente, por conflitos fundiários. E assim, as práticas de violência se intensificaram, precisamente, na década de 1960, com o avanço do capitalismo agroindustrial e financeiro no campo. Em 1966, o quilombola Benedito Rosa de Almeida, neto de Ifigênia Maria das Dores, foi assassinado pelo matador de aluguel Benedito de Souza, jagunço designado pelo latifundiário Fernando Ortiz, que havia espoliado o território de Caxambu por meio de uma transação controversa.

Para Vogt; Fry (1996), fundamentados pela fala de Adauto Rosa de Almeida, também neto de Ifigênia, Fernando Ortiz se apossou das terras do Caxambu por meio de um cartório, no qual o fazendeiro subornou um dos moradores para convencer os demais a assinar um suposto arrendamento, que, na verdade, se tratava de um documento de venda, assinado pelos moradores pelo fato de serem enganados pelos fazendeiros (GOMES, 2015).

Vieram falar em arrendamento por vinte anos. Mas será que dá certo isso? “Dá”, disse Emiliano [morador do Caxambu pago por Ortiz], “pode deixar por minha conta”. Aí eles combinaram tudo. Combinaram com meu tio também, que não podia ver dinheiro. Aí o Emiliano veio aqui junto com eles e trouxeram cartório. E ele mandou nós assinar, que era um arrendamento. Quando foi descobrir, o negócio já estava feito. Aí ele disse: “Vocês venderam, o negócio tá vendido, vocês venderam, desistiram da terra”. Aí meu pai falou: “Mas desistiu como? Eu assinei arrendamento”. E Emiliano: “Você assinou arrendamento, mas lá está venda” [relato de Adauto Rosa de Almeida] (VOGT; FRY, 1996, p. 97).

Na luta na terra e pelo território no Brasil e Colômbia, os fatos relacionados desenham um cenário temporal dinâmico e diverso, no sentido da totalidade das técnicas de sedução, entre outras práticas coloniais, desenvolvidas para se apropriar da vida, da religiosidade, da cultura e dos recursos territoriais, como do Cafundó. No relato acima, fica evidente as formas e técnicas de espoliação, isto é, por arrendamento, cercamento, corrupção, enganação e violência.

Nesse sentido, segundo Gomes (2015), Benedito Rosa de Almeida teve sua morte encomendada por Fernando Ortiz, porque procurou recorrer à justiça ao tentar reaver as terras, perdidas por meio da falsa transação. Na época, a justiça oficial foi conivente com o

latifundiário e seu *capanga*, por conseguinte, o processo envolvendo as terras e o assassinato não foi levado adiante, em decorrência de várias questões:

Adauto Rosa de Almeida, irmão da vítima, conta que ele e sua mãe foram a Itapetininga procurar por justiça para o caso do assassinato de seu irmão e das terras do Caxambu, mas encontraram apenas negativas, acompanhadas de um conselho de desistência vindo de um juiz, porque se “mexessem” com a história da terra, só teriam prejuízos. Ainda segundo Adauto Benedito de Souza, o assassino, contou com um advogado pago por Francisco Ortiz e saiu impune (RELATÓRIO, 1999, p. 33).

Doze anos mais tarde, em 18 de julho de 1978, ocorre outro assassinato no Cafundó, mais uma vez, motivado pelos conflitos envolvendo a espoliação das terras. Porém, dessa vez, o assassinado foi Benedito de Souza, o mesmo que em 1966 matou o quilombola Benedito Rosa de Almeida, a mando de Fernando Ortiz (GOMES, 2015). “O capanga foi assassinado por três membros da comunidade ao tentar cercar uma área pertencente ao Cafundó e ameaçar os moradores com uma arma, sob as ordens de outro fazendeiro de Salto de Pirapora, Fuad Marum” (VOGT; FRY, 1996, p. 100).

Nesse jogo das relações opostas, o quilombola Otávio Caetano argumentou que só permitiria a colocação do arame farpado cercando as terras se *os mandados do latifundiário* trouxessem um “papel da lei”. Benedito de Souza foi para Salto de Pirapora com o pessoal que trouxera para fazer o serviço. Ao regressar ao Cafundó, “[...] ao invés de ordem legal, exibiu para Otávio e seus três sobrinhos, Noel, Adauto e Marcos, um revólver, ameaçando-os de morte. Houve discussão entre os três rapazes e o jagunço. Este acabou morto por aqueles [...] a golpes de foice e faca” (VOGT; FRY, 1996, p. 101).

E, segundo os moradores do Cafundó, os envolvidos no crime foram defendidos pelos advogados Antônio Santana Marcondes Guimarães e Bernardino Antônio Francisco e, dessa forma, acabaram absolvidos por legítima defesa. Porém, esse evento trouxe consequências para a comunidade, já que todos os moradores, envolvidos ou não no acontecimento, passaram a ser ameaçados pelos familiares do *capanga* assassinado, sendo vistos como perigosos pela população de Salto de Pirapora (GOMES, 2015). Por esses motivos, além de não poderem usar as terras para agricultura, os moradores também se viram impedidos de sair do território para procurar emprego, em razão das ameaças recebidas. “Desse modo, a situação que já era carente passou a ser miséria total” (VOGT; FRY, 1996, p. 116)

As dimensões dos conflitos se multiplicam por causa das ações dos latifundiários. Por exemplo, outro assassinato ocorreu no território, também relacionado aos conflitos por terra que abrangeu dois moradores do Cafundó: Júlio Pereira, assassinado por seu cunhado Silvino

Pires, na segunda metade de 1973<sup>66</sup> (GOMES, 2015). Cenas que se repetem em todas situações de conflitos por terra no espaço geográfico brasileiro e colombiano: morte dos dois lados. Porém, raramente o desfecho favorece ao lado dos mais agredidos – os quilombolas, camponeses, indígenas e palenqueiros.

Na época, Otávio Caetano disputava com o Fazendeiro Armando Landulfo a posse de vinte alqueires de terra (correspondente à área conhecida atualmente como “Área B”), por meio de uma ação de usucapião<sup>67</sup>.

Nessas circunstâncias, “Júlio Pereira, amigo de Otávio, era contrário ao fazendeiro Armando Landulfo na questão dos vinte alqueires. Silvino Pires era a favor” (VOGT; FRY, 1996, p. 111). Ao que parece, Silvino era pago por Landulfo e, por causa da disputa pela terra, matou Júlio. Esse fato expôs também a tensão existente entre as duas parentelas que formam o Quilombo Cafundó: os Almeida Caetano, descendentes de Ifigênia e os Pires Pedroso, descendentes de Antônia. (GOMES, 2015).

A questão principal da motivação para as tensões estabelecidas entre as famílias é a atitude diferenciada que ambos assumem nas questões ligadas à propriedade da terra. Principalmente segundo os Almeida Caetano, os Pires Pedroso teriam feito alianças com os latifundiários que esbulhavam suas terras. Com esse episódio, pode-se ainda ilustrar as diferenças de comportamento dessas parentelas, de acordo com os tipos de alianças e os distintos níveis de poder que realizam. Os Pires Pedroso parecem mais afeitos à união com o dito “poder local”, relação expressa pela sua proximidade com os proprietários de terra, enquanto os Almeida Caetano apresentam maior afinidade com os agentes do chamado “poder distante”, representados por pesquisadores, entidade de defesa dos direitos dos negros e órgãos da defesa pública (RELATÓRIO, 1999).

Mas, em meio ao contexto de expropriação e violência, o Quilombo Cafundó virou notícia em 10 de março de 1978, no Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, e em O Estado de São Paulo, no dia 19 de março de mesmo ano, mediante a *descoberta* da língua e do quilombo no estado de São Paulo (VOGT; FRY, 1996).

(...) Ao Cafundó acorreram jornais e revistas das mais representativos dos pais: O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo, Veja, IstoÉ, entre outros.

<sup>66</sup> Fonte: Procuradora Geral do Estado/Procuradoria Regional de Sorocaba/Processo Nº 384/72 – Ação de Usucapião.

<sup>67</sup> Usucapião é o direito que um cidadão adquire devido à posse de um imóvel ou móvel, por utilizá-lo por determinado tempo. Disponível em: < <https://advogadaandrearibeiro.jusbrasil.com.br/artigos/357650431/o-que-e-usucapiao>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Em matéria de televisão, a Rede Globo lá esteve mais de uma vez e mais de uma vez o Cafundó foi notícia do Fantástico (VOGT e FRY, 1996, p. 17).

Portanto, a *descoberta* da língua por um jornalista, em 1978, pode ser considerada o evento mais importante no século XX para a transformação das relações dos quilombolas do Cafundó, com a população de Salto do Pirapora e o mundo exterior. De acordo com Gomes (2015), o “exotismo” da língua e o consequente interesse por esta, representaram um dado que atraiu para aquela fração do território, novos olhares, não somente de jornais, revistas e emissoras de televisão, mas também, o interesse de pesquisadores e pesquisadoras, principalmente Carlos Vogt, Peter Fry e Silvio Viera de Andrade Filho, citados ao longo desta investigação<sup>68</sup>.

Na década de 1980, subsequente a essa *descoberta*, coincidiu com as mobilizações e reivindicações no espaço brasileiro dos movimentos negros e das comunidades negras rurais, que se organizavam cada vez mais, devido à expansão do capitalismo em seus territórios. Ainda, essas mobilizações de relevância concreta e importante do cenário da formação do espaço brasileiro, resultaram na construção e na anexação na Constituição Federal Brasileira de 1988 do Artigo 68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>69</sup>.

O processo de *descoberta* da língua africana no Cafundó simboliza a materialização temporal do grupo étnico no território, que, de acordo com Vogt; Fry (1996), trazem observações pertinentes, às quais permitem identificar algumas das primeiras transformações territoriais ocorridas no lugar, resultantes do alargamento de suas “fronteiras sociais”, como consequência da descoberta do quilombo.

Assim, “[...] seus habitantes foram postos diante de uma fonte alternativa de poder, representada não só pelos pesquisadores, mas por todos aqueles que, de um modo ou de outro, se interessam pelo ‘tesouro’ escondido na comunidade: a sua ‘língua’ ou falange” (VOGT; FRY, 1996, p. 114).

Entende-se que, nessa situação, os quilombos não foram apenas movimentos de resistência e rebeldia, como o senso comum e alguns pesquisadores registraram, mas sim, uma forma de resistência e organização étnica e social, que tinha como objetivo a não submissão ao modelo capitalista racista de exploração física e psicológica contra a população

<sup>68</sup> Fundação ITESP, Comunidade Cafundó: Realidade e Desafios, p. 9 (s/d). Fonte: Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó).

<sup>69</sup> 68 - ADCT - “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos”. Constituição Federal do Brasil (1988).

negra. Além disso, também totalizou, no espaço geográfico brasileiro e em outros países das Américas, diversas formas de luta, conquista, formação e construção do território, como no Quilombo Cafundó.

Observa-se que, no Brasil, houve outras formações de quilombos, não apenas através de doações dos senhores de terras às famílias dos escravizados negros, mas também por intermédio da compra de terra pelos mesmos. É o caso, por exemplo, do Quilombo Júlia Mulata, localizado no Município de Luislândia, na região norte do estado de Minas Gerais, que teve seu território formalmente comprado em 1947 pela alforriada Júlia Mulata. Tal território era de 780 ha, restando atualmente apenas 2%, já que o restante foi espoliado e grilado<sup>70</sup>.

O Cafundó possui sua característica no conjunto da formação dos territórios quilombolas no espaço brasileiro, por apresentar aspectos, material e imaterial, da sua cultura, religiosidade, agricultura ancestral e, principalmente, da língua, que reflete na sua formação espacial. Assim, basta observar ao redor para enxergar as diversidades religiosas e culinárias. Um exemplo da religiosidade no território do Cafundó é a Festa da Santa Cruz<sup>71</sup>.

### *3.1.1 Localização do Quilombo Cafundó*

A região de Campinas, o Vale do Paraíba, o Vale do Ribeira e, posteriormente, o conjunto do Oeste Paulista, no final do século XIX e começo do XX, se despontam geográfica e economicamente, de acordo com Straforini (2001), como regiões fortes do ciclo da cafeicultura e da banana etc.

A agricultura produzida no município de Sorocaba, assim como a de Salto de Pirapora, esteve focada na produção de alimentos atribuídos ao abastecimento interno, além da produção de algodão no município de Salto do Pirapora.

De fato, já no final do século XIX, em associação clara com fim da escravidão e a disseminação do trabalho livre, houve um surto industrial no Brasil, especialmente em São Paulo. Quando ocorreu a crise de 1929, já existia uma indústria relativamente importante no País, especialmente na região cafeeira. Não só uma

70 Contexto relatado no 1º Tabelião e Oficial do Registro de Imóveis de Brasília de Minas, Livro 16, fls 4; 1º Região Norte do Estado de Minas Gerais, 2010.

71 Tradição de mais de 150 anos, a Festa da Santa Cruz, que ocorre a cada mês de maio, é religiosa. Trata-se de uma homenagem com dança e música feita ao longo de vários dias à Santa Cruz, Nossa Senhora e São Benedito. Durante os festejos, cânticos evangélicos, católicos e africanos entoados em um dialeto variante do Banto, fundem-se quando cai a noite. Disponível em: <

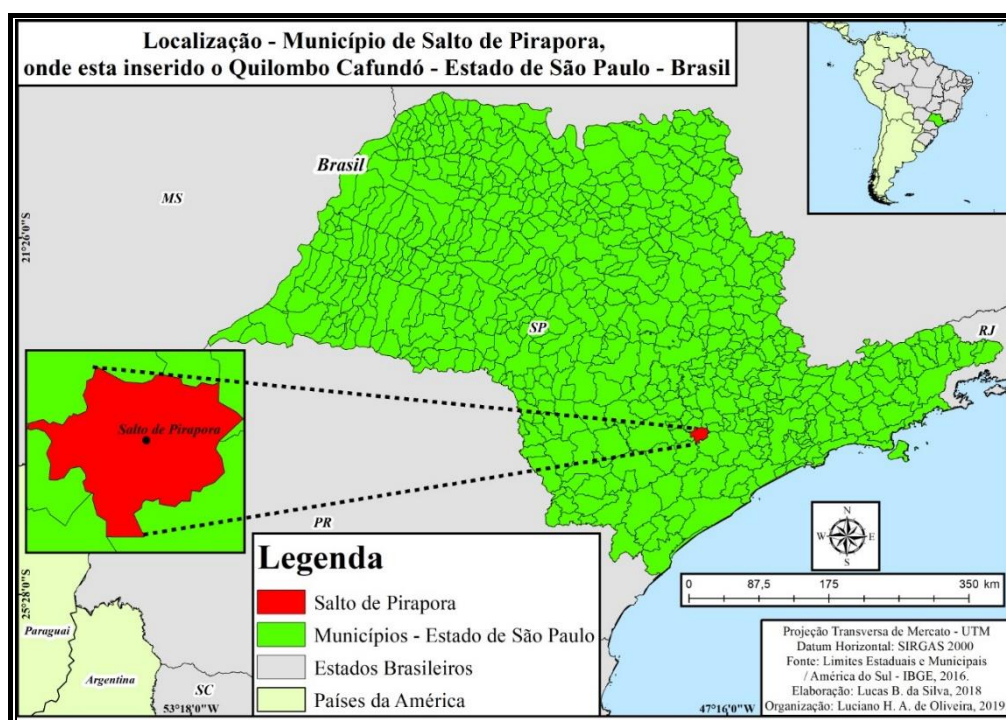
indústria de bens de consumo, mas também uma indústria de bens de produção (MARTINS, 1999, p. 57).

Nesse sentido, as indústrias de bens de consumo e de produção, com escala maior, no Estado de São Paulo, se instalaram principalmente na região do ABCD, como por exemplo, na cidade de São Bernardo do Campo. De acordo com (GOMES, 2015), apesar da região de Sorocaba não ter conhecido a expansão cafeeira na mesma configuração da região do Vale do Paraíba, o seu entorno acabou sendo influenciado indiretamente, já que o crescimento da produção e a concentração de escravizados nas áreas de expansão cafeeira ampliavam a demanda por animais utilizados no transporte, assim como pelo fornecimento de alimentos, tanto para o abastecimento das tropas, como também para as fazendas de café especializadas no Estado.

Nesse contexto, o Quilombo Cafundó se encontra localizado na região de Sorocaba, sudoeste do estado de São Paulo, no município Salto de Pirapora e se integra aos municípios da região administrativa de Sorocaba. A extensão do território de Salto de Pirapora é de 281 km<sup>2</sup>, o tipo de vegetação é Mata Atlântica e é banhado pelo rio Pirapora, de onde se originou o nome da cidade.

Na linguagem “Tupi Guarani, Pirapora quer dizer Salto de Peixe” (SILVA, 2016, p. 50). Atualmente, quarenta famílias se encontram no Cafundó. No Mapa 03, localiza-se o município em que esse Quilombo materializa suas relações no território.

Mapa 3 - Município de Salto de Pirapora em que se localiza o Quilombo Cafundó/SP



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2019. **Fonte:** IBGE, 2016.



A geologia e a geomorfologia de Salto de Pirapora são dinâmicas e o município está localizado na Depressão<sup>72</sup> do Médio Tietê, responsável por integrar a Depressão Periférica Paulista<sup>73</sup> que, por sua vez, está associada à Bacia Sedimentar do Paraná. Além disso, a Depressão do Médio Tietê se caracteriza por possuir formas de relevo denudacionais<sup>74</sup>, com modelado constituído basicamente por colinas de topos amplos, tabulares e conexos. As altimetrias<sup>75</sup> predominantes estão entre 500 e 600 metros, enquanto as declividades variam entre 5 e 10%. Quanto à litologia<sup>76</sup>, é constituída por diabásios<sup>77</sup> e arenitos e os solos são do tipo latossolo<sup>78</sup> vermelho-amarelo, latossolo vermelho-escuro e latossolo roxo.

Na área de pesquisa, Quilombo Cafundó, os solos predominantes são argissolos vermelho-amarelos, antigo podzólico vermelho-amarelo, com distróficos a moderado, textura arenosa/média e relevo ondulado. Há também o latossolos vermelho-amarelos, com distróficos e textura média mais neossolos quartzênicos órticos que distróficos, ambos a moderado e relevo suave ondulado. A Foto 06, mostra a textura e acúmulo na análise do solo no Cafundó.

---

72 Área ou porção do relevo situada abaixo do nível do mar, ou abaixo do nível das regiões que lhe estão próximas (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 191).

73 O mesmo que circundesnudação – área deprimida que aparece na zona de contato entre terrenos sedimentares e o embasamento cristalino. A depressão periférica tem a forma alongada (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 193).

74 Trabalho gliptogenético, de desbastamento das diversas rochas da superfície do globo, só pode ser percebida quando se examina a disposição relativa das camadas da crosta terrestre e a superfície do solo (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 187).

75 Refere-se à distribuição das altitudes de uma determinada área. As curvas de nível, em carta topográfica, expressam linhas, ao longo das quais as altitudes são iguais (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 33).

76 Estudo científico da origem das rochas e suas transformações (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 394).

77 Rocha eruptiva intrusiva básica, de coloração preta ou esverdeada, composta de plaglioclásios (labradorita) e piroxênios, principalmente a augita (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 201).

78 Solo submetido ao processo de laterização (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 201).

Foto 6 - Amostra de solo (argissolo) no Quilombo Cafundó/SP



Fonte: André L. Gomes, 2015.

Na Foto 06, os argissolos, por apresentarem, em geral, textura média ou arenosa em superfície e baixa atividade da fração argila, são facilmente preparados para o plantio. Desse modo, “[...] são, na sua maioria, solos muito profundos, isto é, não apresentam qualquer impedimento físico à penetração radicular pelo menos até 200 cm de profundidade” (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

As dinâmicas espaciais e as mudanças ocorridas no espaço geográfico de Salto de Pirapora, integram uma sequência histórica complexa, que, a partir de 1850, possibilitou a efetivação do que os grileiros já haviam executado, como por exemplo, a expulsão forçada e sistemática dos indígenas, negros e camponeses das próprias terras. É importante frisar que “[...] o desenvolvimento de Salto faz parte de um processo desigual, de um sistema construído por grupos de lavradores, operários, grileiros, latifundiários e outros – em sua maioria, de ascendência europeia” (SILVA, 2016, p. 138).

A partir disso, buscou-se examinar as pesquisas sobre territorialidade de quilombos no Brasil, especialmente a dinâmica da construção de identidade e do território no Quilombo Cafundó, em São Paulo. Ainda, esse processo proporcionou observar a dinâmica de dois atributos, muito concretos na paisagem da região de Sorocaba, controladas por megaempresas

nacionais e dependentes das *commodities* agrominerais. Essas, por sua vez, desfiguram quaisquer atividades agrícolas não capitalistas de produção e trabalho com a terra, como no Cafundó:

- Primeiro, a mineração de areia para fins de cimento, onde a empresa que compra e processa a areia é a transnacional Votorantim Cimentos Brasil<sup>79</sup>;
- Segundo, a monocultura de eucalipto, espacializada na maioria dos municípios da região sudeste do Estado de São Paulo, pela Eucatex e controlada pela família Maluf<sup>80</sup>.

Em Salto, o fato preponderante é a mineração legal/ilegal de areia, que fragilizou os solos com erosões, além do eucalipto, situado no Cafundó, cujos efeitos territoriais ao meio ambiente são irreversíveis (Foto 07). Por conseguinte, tal procedimento configura o processo de degradação do solo no Quilombo Cafundó.

---

<sup>79</sup> Votorantim Cimentos, companhia de controle familiar com 100 anos de história, um dos maiores grupos empresariais do Brasil, possui um portfólio com operações em setores estratégicos da economia – cimento, metais e mineração, siderurgia, energia, celulose, suco de laranja e financeiro – e hoje está presente em 20 países. As sete empresas do Grupo – Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Banco Votorantim, Fibria, Citrosuco, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) e NEXA – fazem parte de um negócio que abriga mais de 536 unidades operacionais. Disponível em: < <https://www.votorantimcimentos.com.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>80</sup> A Eucatex é uma indústria de papel e celulose brasileira, criada em 1951. A fábrica de Chapas, a primeira, começou a operar em Salto de Pirapora/SP, no ano de 1954, voltada à produção e comercialização de forros e isolantes a móveis, abastece grandes indústrias da construção civil, de embalagens, automóveis e brinquedos, além do mercado externo, com portas e chapas. O Grupo está presente nos segmentos da construção civil e indústria moveleira. É formado por um complexo de três fábricas: Chapas, Tintas e Vernizes operam em Salto de Pirapora. Painéis Pisos funciona em Botucatu. Disponível em: < <http://www.eucatex.com.br/sobre-a-eucatex/historia>>. Acesso em: 10 fev. 2019. É importante salientar, que em março de 2013, a família Maluf, segundo o Jornal Folha de São Paulo, burlou a legislação. A Promotoria entende que a família está buscando escapar do pagamento de condenações judiciais com a transferência do patrimônio da Eucatex para uma nova companhia do grupo, a ECTX. Para o Ministério Público do Estado de São Paulo, a operação constituiu fraude e visa “desidratar” a Eucatex.

Foto 7 - Porto de areia e ao fundo plantação de eucaliptais. Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2017).

A Foto 07 retrata uma configuração sistemática de efeitos territoriais irreversíveis. Ademais, observa-se que a degradação ao meio ambiente e do solo só aumentam na área, devido à falta de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e, tampouco do INCRA/SP. Destaca-se que, além do eucalipto, a principal atividade econômica se firmou por décadas em Salto, ainda hoje atual no Cafundó e na região, foi à extração desenfreada de areia, encontrada em grandes extensões, inclusive no próprio Quilombo Cafundó<sup>81</sup>.

A história de vida das famílias quilombolas do Cafundó está inserida no conjunto de luta, conflito, disputa e desafio para manter uma parcela do que restou do território original. Segundo alguns moradores do Quilombo, “[...] a história de vida nossa, desde quando criança, eu escutava os mais velhos dizer que a luta nunca vai cessar, porque aqui no Cafundó temos muitos recursos e enquanto eles não ver o fim, eles não vão paralisar de agredir e matar nossa gente”<sup>82</sup>. Percebe-se assim, que a disputa territorial no Cafundó foi um fato constante na constituição do território e na territorialidade da vida.

<sup>81</sup> Existe a especulação de que o minério que há no município de Salto de Pirapora apresenta características que o colocam entre os de melhor qualidade encontrados no país. Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993, em setembro de 2017, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora.

<sup>82</sup> Depoimento oral concedido por Alex Aguiar Pires, Quilombo Cafundó, integrante do grupo de jovens do Cafundó, em outubro de 2015.



Foto 8 - Conjunto de moradias das famílias quilombolas no Cafundó. Ao fundo área



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).

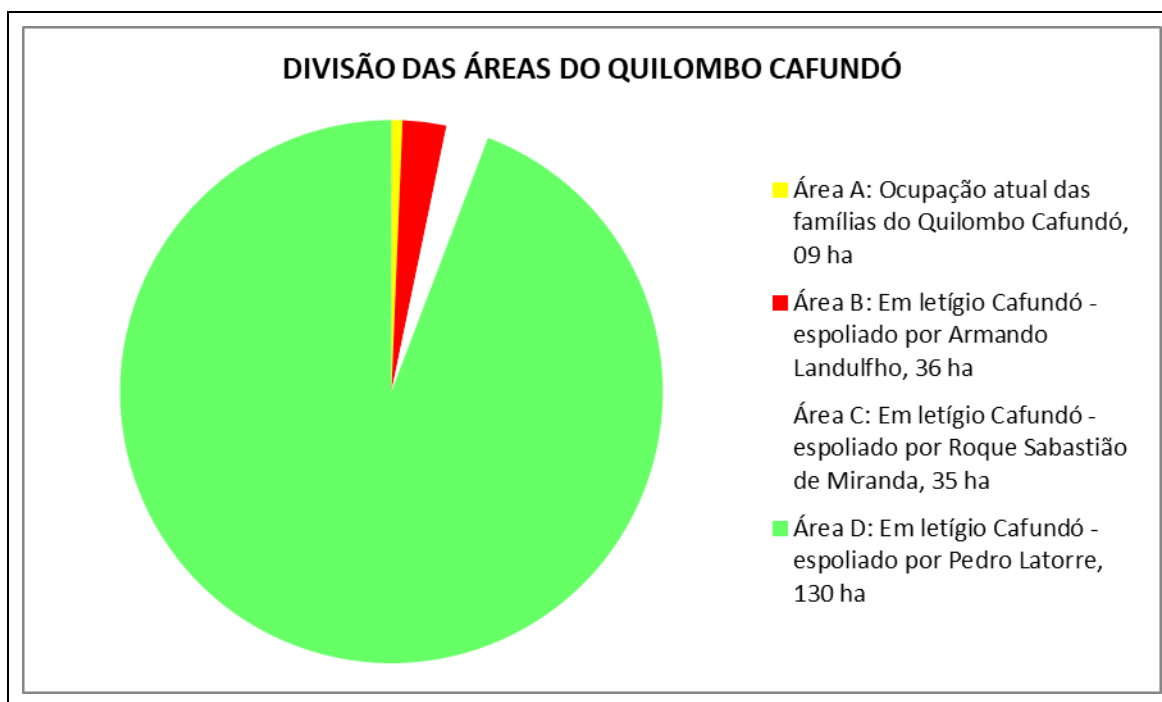
Na Foto 08, é possível descrever que a paisagem do Cafundó nos retrata uma Área de Preservação Permanente/APP (área protegida) coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos e a biodiversidade. As APPs são áreas naturais, com rígidos limites de exploração, logo, não é permitida a “exploração econômica direta”. Observa-se a declividade que há na área e nas casas das famílias, além do porto de área da fazenda ao lado, que faz divisa com o perímetro do território do Quilombo. Visualiza-se a pastagem e a vegetação baixa e alta. Na pesquisa de campo, foi possível ver diversas árvores frutíferas como a goiabeira, o abacateiro, a mangueira, além de três estufas de produção orgânica de alface, almeirão e couve.

### *3.1.2 Perímetro territorial do Quilombo Cafundó*

O Quilombo Cafundó, antes da titulação dos 220 hectares pelo INCRA/SP, entre os anos de 2010 a 2019 – que foi obtida coletivamente, por meio das lutas durante décadas contra a grilagem, espoliação e a violência colonial – ocupado pelos quilombolas do Cafundó compreendia 210 há. Considera-se que o mesmo estava dividido em quatro áreas espoliadas: a

área A cuja extensão é de 09 ha; área B, com 36 ha; área C, com 35 ha; e a área D, com 130 ha, conforme Gráfico 04.

Gráfico 4 - Áreas do Cafundó



**Fonte:** Elaboração própria: Lucas Bento, com base em INCRA – SP e ITESP, 2017.

O Gráfico 04 apresenta a dinâmica da grilagem, do litígio e da espoliação dos latifundiários no território quilombola. Dessa forma, essas áreas, na formação do Quilombo foram negociadas várias vezes por sujeitos diversos e, em cada situação, com uma variedade de conflitos, mediante a conjuntura da luta na terra. Segundo Gomes (2015), as famílias do Cafundó estão concentradas na área A e a territorialidade da formação do território, com as atuais famílias localizadas no Quilombo, é proveniente de casamentos entre famílias do Quilombo Caxambu com as do Quilombo Cafundó, como relatado anteriormente sobre a formação histórica do Cafundó<sup>83</sup>.

Segundo Gomes (2015), em 1982, é aberto outro processo, por Roque Sebastião de Miranda, reivindicando a posse, por usucapião, de uma área de 13 ha, correspondente à atual Área C. Miranda alegava que a área lhe havia sido vendida por um membro do Quilombo,

<sup>83</sup> Em 1985, em ofício da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE) datado de 14/10/1985, requisita o desarquivamento do Processo Nº 384/72, correspondente à ação de usucapião movida por Otávio Caetano em 1972, o Procurador Luiz Rosatti afirmava que os(as) quilombolas do Cafundó não se conformam estar apenas em 08 ha.

entretanto, no processo apresenta Faud Marum como seu antecessor, o mesmo que, em 1978 havia mandado Benedito de Souza cercar essa área contra a vontade da Comunidade e que, após ameaça por parte do *capanga*, seguida de luta corporal, resultou no assassinato do mesmo pelos quilombolas.

A partir de 1983, por meio de uma carta enviada por Otávio Caetano, – inicialmente ao Governador do Estado – o Cafundó passa a receber auxílio jurídico do então Procurador do Estado, Luiz Rosatti, que desarquivou o processo, em 1977, movido por Otávio Caetano, reivindicando 28 ha. para o quilombo. Esse processo se deu ao mesmo tempo em que a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA)<sup>84</sup> iniciou aos trabalhos de demarcação do território para elaboração da planta e do memorial descritivo, o que resultou na primeira demarcação das áreas conhecidas como Áreas A, B, C e D. Atualmente, são essas áreas que compõem o território quilombola do Cafundó, reconhecido pela INCRA através da Portaria Nº 235/2006 (GOMES 2015).

Nesse cenário de contradições e conflitos, (RELATÓRIO, 1999), como resposta à demarcação realizada pela SUDELPA, Armando Landulpho entrou com uma Ação de Interdito Proibitório<sup>85</sup> contra alguns membros do quilombo: Silvino Pires Pedroso, Otávio Caetano e Marcos Norberto de Almeida. Estes, por conseguinte, acompanharam os técnicos da SUDELPA, indicando os limites do território historicamente ocupado e alegando que, estes quilombolas, estariam turbando sua posse mansa e pacífica das terras, correspondentes à Área B, abrindo picadas e realizando medições.

Outro sujeito que integra o jogo do grupo de latifundiário espoliador das terras do Cafundó, em reação à demarcação empreendida pela SUDELPA, partiu do fazendeiro Pedro Latorre, que cercou a Área D, logo após o fim dos trabalhos de demarcação, em 1985, proibindo “[...] a entrada dos moradores do quilombo que, anteriormente, utilizavam a faixa de terra em questão para retirar lenha e obter água” (RELATÓRIO, 1999, p. 37). Para o grupo

<sup>84</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, criada a partir do Decreto Estadual Nº 37.546/93.

<sup>85</sup> O Interdito Proibitório trata-se de um mecanismo processual de defesa da posse. Sendo uma ação de preceito cominatório utilizada para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. As ações possessórias em sentido estrito correspondem às ofensas referidas no Art. 1.210, do Código Civil, o qual confere ao possuidor o direito de pleitear a tutela à posse, em face de três diferentes graus de ofensa à posse: esbulho, turbação e justo receio de moléstia. Respectivamente, essas agressões comportam a ação de reintegração de posse, a de manutenção de posse e o interdito proibitório, cujo procedimento especial está previsto nos artigos 554 e seguintes do Código de Processo Civil. Portanto, as ações possessórias estão relacionadas ao grau de violência que se pretende afastar. Disponível em: <

do Cafundó, essa proibição não foi bem-vinda, em decorrência das relações ancestrais que as famílias do Quilombo tinham com as plantas medicinais que existem na área, assim como a água para banhar e beber, além dos efeitos territoriais que se intensificaram com a monocultura de eucalipto e a extração de minério no porto de areia, situado na área.

Sobre a expansão do agrohidronegócio e da mineração ilegal – questões opostas aos interesses coletivos dos quilombolas referentes à Área D – é seguro afirmar que, uma vez julgadas as contestações do latifundiário Pedro Latorre, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA, datada de 15/02/2005, teve êxito em ratificar a área definida pelo Relatório Técnico Científico (RTC) elaborado pelo ITESP em dezembro de 1990.

No RTID, o território do Cafundó foi reconhecido por esta autarquia com o perímetro total de 220 ha, formado pelas áreas: A (20 ha), B (35 ha), C (40 ha), D (125 ha), conforme foto 09. A partir da conclusão do RTID, foi elaborado, em abril de 2005, o Edital de reconhecimento do Quilombo, pela Superintendente Regional do INCRA/SP, Edital que foi publicado no D.O.U em 16/05/2005<sup>86</sup>.

Foto 9 - Paisagem das áreas A, B, C e D no Quilombo Cafundó/SP



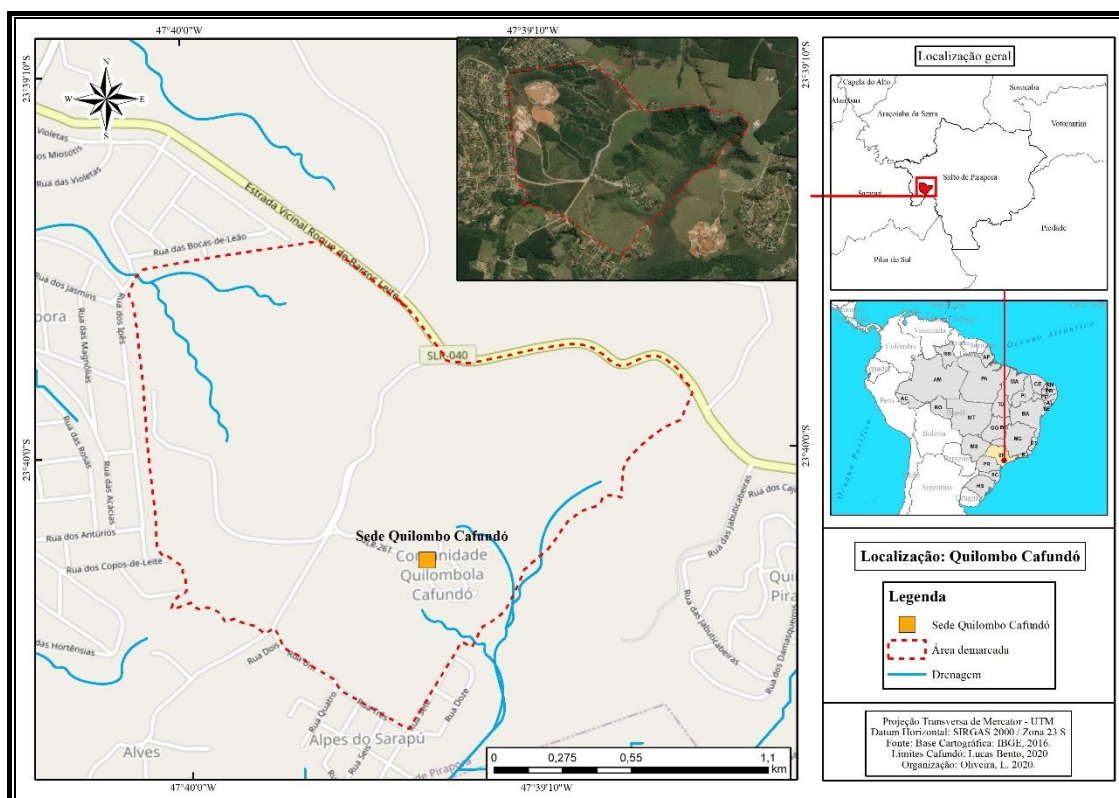
Fonte: André Luís Gomes, 2017.

<sup>86</sup> Fonte: Processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento de Área Remanescente do Quilombo Cafundó) /INFORMAÇÃO/INCRA/SR (08)F/Nº11/2012, de 13 de junho de 2017.



Na Foto 09, observa-se as paisagens das Áreas A, B, C e D no território. O Mapa 04, refere-se ao perímetro atual do Quilombo Cafundó, que, após décadas de conflito, grilagem sistemática, espoliação e violência, os quilombolas, conseguiram recuperar no processo da luta, 220 ha do território. De certo, essa conquista para o grupo é bastante significativa e importante, observando a lógica das possibilidades que eles têm, atualmente, de produzirem agricultura orgânica, entre outros tipos de saberes praticados no território – além do uso das técnicas ancestrais do manejo da terra e a preservação das nascentes localizadas no território.

Mapa 4 - Área territorial do Quilombo, denominada de perímetro territorial do Cafundó/SP



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2020. **Fonte:** Base Cartográfica - IBGE, 2016.

No Mapa 04, relativo ao perímetro territorial do Cafundó, verifica-se, em cor vermelha, a área total demarcada, de 220 ha desapropriado e titulado pelos órgãos governamentais responsáveis por tal finalidade, ITESP e INCRA/SP. Ainda, também se observa, sinalizado pela cor laranja, o núcleo coletivo onde o grupo vive, como as casas no núcleo que são próximas umas das outras, como atestado nas Fotos 08 e 09. Ainda, representado pela cor azul, observa-se a drenagens localizadas no Quilombo, em que a água é fundamental para a produção orgânica do Quilombo e por onde produzem alimentos para merenda escolar, feiras e cestas para o consumidor de Salto de Pirapora e Sorocaba/SP.

### *3.1.3 Economia: áreas de produção agrícolas - lotes e roças*

As áreas de produção do Quilombo Cafundó são dinâmicas, com destaque para a agricultura quilombola, como denominam na região. Segundo o agricultor, Marcos Norberto “[...] se a produção agrícola não relacionar com nossa ancestralidade africana e cultural, no entendimento que sem estas relações as produções de alimentos não têm sentido e vida, porque não existe amor com a terra e a vida<sup>87</sup>”.

Os espoliadores das áreas do Cafundó praticam e defendem um modelo de desenvolvimento no campo a partir da agricultura capitalista. Nesse sentido, a terra é vista como mercadoria e negócio, onde produzem sem limites e com todos os tipos de agrotóxicos, fato que traz consequências gravíssimas para biodiversidade da região, além de afetar todo o Quilombo.

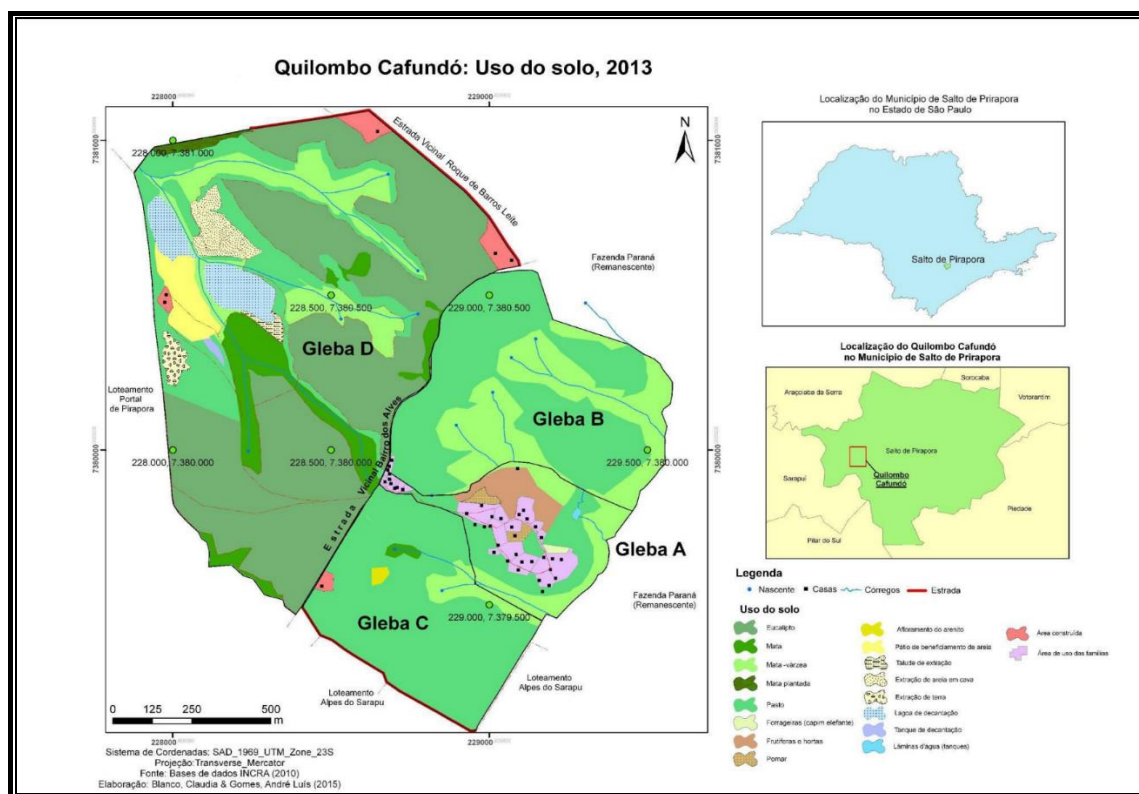
Para Silva (2016), as relações com o uso do solo apresentam características singulares nas produções agrícolas ancestrais/tradicionais do Quilombo. Nos dias atuais, foi possível identificar o uso de técnicas rudimentares para produção destinada quase que, exclusivamente, para o autoconsumo. Por vezes, comercializam, em quantidades reduzidas, o excedente da produção. Assim, as atividades são desenvolvidas pelos vários grupos de trabalhos de ajuda mútua e a parcela dos plantios é realizada no sistema de agrobiodiversidade. “O termo agrobiodiversidade é formado por agro, do latim, campo, cultura, bio, do grego, vida, diversidade. Significa, portanto, diversidade da vida no campo, das culturas” (MACHADO, 2012, p. 48).

Adiante, o Mapa 05 certifica conteúdos relevantes sobre os usos dos solos nas áreas do Quilombo. Dessa forma, a territorialização da agricultura dos quilombolas no Cafundó se consolidou a partir do conjunto de conhecimentos, assim como dos reflexos da ancestralidade e de uma memória coletiva da agricultura africana e indígenas.

---

<sup>87</sup> Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Marcos Norberto Almeida, símbolo de resistência e coordenador do Cafundó – 10/09/2014.

Mapa 5 - Mapa 05 - Uso do solo nas áreas do Quilombo Cafundó/SP



**Sistema de Coordenadas:** SAD\_1969\_UTM\_zone\_23S

**Fonte:** Bases de dados INCRA, (2010).

**Elaboração:** Blanco, Claudia & Gomes, André Luis, (2015).

O Mapa 05 permite visualizar as áreas e os usos do solo, entre outros elementos no conjunto do território do Quilombo Cafundó. Dessa forma, as características das práticas culturais agrícolas nessas áreas são variadas e dinâmicas: na área A, aglomeram-se os espaços de vivência e as casas familiares materializadas nos lotes, sendo que, em alguns desses lotes, dispõe de duas ou três casas de alvenaria e árvores frutíferas e hortaliças.

A Área A possui, aproximadamente, 20 ha, que permaneceu, integralmente, sob a posse do Quilombo desde Joaquim Congo e Ricarda. Antecedente ao reconhecimento do perímetro territorial do Cafundó, essa área foi certificada e registrada por meio da Matrícula 9.725 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Sorocaba (SRI), garantida por meio de ação de usucapião e ajuizada por 12 quilombolas, em 1976, além de deferida pelo Juízo, em 1978. Essa área também compõe os espaços de uso coletivo e comunitário, tais como o Barracão Multifunção (Foto 12), Telecentro e Biblioteca; o Centro Comunitário, espaço de reuniões e posto de saúde; a casa de pau-a-pique<sup>88</sup>, cujo espaço também é usado para reuniões e recepção

<sup>88</sup> Técnica construtiva que utiliza a terra crua como principal componente, juntamente com madeira, bambu ou cipó, para criar uma trama que sustentará a construção. A trama feita com sarrafos de madeira tem seus espaços vazios preenchidos com terra umedecida. Possui função estrutural e de vedação. Disponível em: < <https://portalvirtuhab.paginas.ufsc.br/pau-a-pique/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

de grupos externos. Ademais, nas Fotos 10 e 11, observa-se a reforma de uma das paredes da casa de pau-a-pique por um dos jovens do Quilombo.

Foto 10 - Reforma da Casa de pau-a-pique no Quilombo Cafundó/SP



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).



Foto 11 - Casa de pau-a-pique Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).

Foto 12 - Barracão multifunção e palco para atividades culturais e musicais no Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).

Na Foto 13, está a Rua de Acesso, à esquerda na área A do Cafundó; o Barracão multifunção e, ao lado, as barracas de madeira, que são usadas para festas no Quilombo. À direita, onde tem um homem sentado, é a Capela da Santa Cruz com o Mastro levantado, pintado de azul e branco; e, ao fundo da Capela, encontra-se o Centro Comunitário, onde acomoda reuniões e práticas culturais e artísticas. Sobre o conjunto paisagístico, observa-se diversas árvores frutíferas e, ao fundo, é possível ver pastagens – inclusive, com o uso de queimadas, ação inadequada para o manejo do solo. Ainda, mais adiante as casas da Fazenda Paraná.

Foto 13 - Paisagem da entrada da Área A do Cafundó/SP



**Fonte:** André Luís Gomes, (2017).

As Fotos 14 e 15 mostram uma cobertura construída para abrigar caminhonete, trator, carretinha e alguns implementos agrícolas, responsável por complementar as técnicas rudimentares, praticadas pelas famílias do Quilombo Cafundó no território. Na mesma área, encontra-se ainda outro barracão agrícola; o telefone público comunitário; o campo de futebol; a Capela em homenagem à Santa Cruz, que simboliza o contexto da formação do Quilombo; as barracas de madeira, construídas com eucalipto retirado da área D e utilizadas na Festa da Santa Cruz, além de outras atividades; e o templo da Igreja Congregação Cristã do Brasil, estabelecido no território há mais de duas décadas. Além dos espaços de vivência



cultural, religioso e dos equipamentos de uso coletivo e comunitário, essa área também se caracteriza pela produção agrícola.

Foto 14 - Implementos agrícolas do Quilombo Cafundó/SP



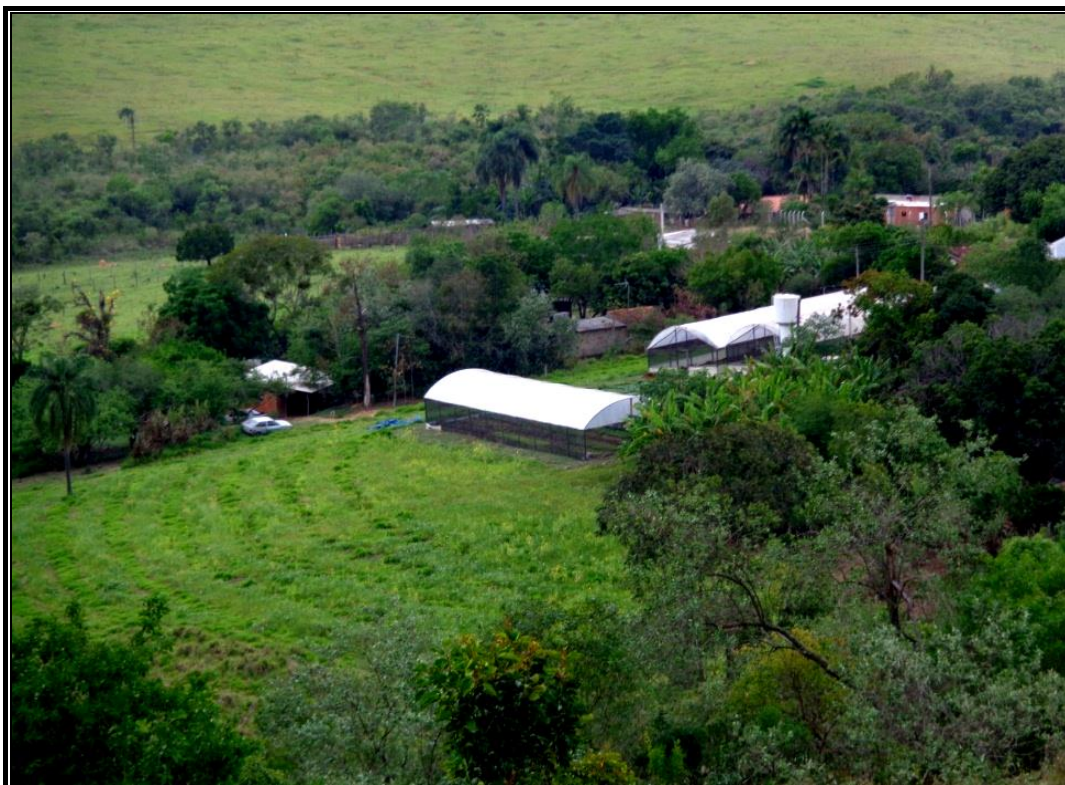
**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).

Foto 15 - Trator de uso coletivo dos quilombolas em Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).

Foto 16 - Área A – as três estufas e o local escolhido pelas famílias do Cafundó/SP para a produção de arroz e feijão



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).



Foto 17 - Área A – Estufas de hortaliças, árvores frutíferas ao fundo e casas no Quilombo Cafundó/SP



Fonte: André L. Gomes, (2017).

Adiante, observa-se algumas imagens (Fotos 18, 19 e 20) que retratam as práticas agrícolas desenvolvidas no Quilombo Cafundó.

Foto 18 - O Sr. Marcos Norberto Almeida jogando adubo nas carreiras da estufa orgânica Área A do Quilombo Cafundó/SP



Fonte: André L. Gomes, (2017).



Foto 19 - Área A – Centro experimental agrícola em um dos lotes e roça no Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 20 - Área A, Centro experimental agrícola em escala menor pronto para colher no Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

As fotografias mostram um panorama da produção agrícola do Quilombo Cafundó na Área A. Os alimentos produzidos são laranja, mexerica, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, manga, abacate, cenoura e abóbora. Há também três estufas de produção orgânica, nas quais trabalham seis famílias revezando-se nas práticas agrícolas. Essa produção é para autoconsumo e comercialização, individual e/ou em grupo, como por exemplo, através dos programas do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

A produção agrícola hibridiza conhecimentos ancestrais e técnicas mais recentes, permitindo um mosaico de práticas agrocológicas no Quilombo Cafundó e configurando conhecimentos diversos. Assim, parte dos quilombolas do Cafundó possuem em seus lotes, hortaliças, canteiros de ervas medicinais e pomares. Criam cachorros, porcos e galinhas nos quintais. (GOMES, 2015). Essa área, assim como o conjunto do território após a demarcação, é de propriedade coletiva, mas, cada família delimita a sua parcela de terra, geralmente, nos fundos dos quintais – onde alguns moradores chegam a plantar uma pequena roça, principalmente de mandioca, milho, feijão.

Já Área B nos apresenta um outro cenário, evidenciando as disputas entre o latifundiário/grileiro Armando Landulfo e os quilombolas, moradores do Cafundó (GOMES, 2015). Os quilombolas alegam que o uso do território pelo latifundiário causa diversos transtornos, devido às proibições do latifundiário em não deixar os quilombolas entrar na área, já que, colocou *jagunços armados* para vigiar o movimento das famílias do Cafundó, no perímetro da Área A com a B.

Para Gomes (2015), mesmo após a demarcação das terras, o caso de segregação territorial daquela população ainda é uma realidade, uma vez que, reduziu a capacidade do território de promover a autossuficiência da comunidade quilombola. Antes, os moradores podiam pescar, buscar água e lavar roupa usando as nascentes do próprio local; hoje em dia, tais práticas não são mais possíveis, devido ao fluxo reduzido de água das nascentes.

As Fotos 21 e 22 demonstram a represa formada pelas nascentes e a APP, que complementa a paisagem. Apresenta uma multiplicidade de animais e diversidade de plantas medicinais, às quais também são usadas para fins religiosos. Nessa área, alguns moradores construíram trilhas culturais e ecológicas para turismo e realização de trabalho de campo, com fins didáticos e estudantes de escolas, universidades etc. Além disso, ainda há um pesqueiro.



Foto 21 - Represa formada pelas nascentes e APP na Área B no Cafundó/SP



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019)

Foto 22 - Área de Preservação Permanente na Área B no Cafundó/SP



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).

A situação na Área B, Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, em 2019, se configurava da seguinte forma: do total de 35 ha, 08 ha estavam cobertos com mata e vegetação típica de várzea. Além disso, a área não preservada e antropizada é de 9 ha. Ademais, a área de Reserva Legal a ser recuperada é de 20% do território, total de 5 há, sendo que a área total que deverá ser preservada da APP mais RL é de 13 ha.

As Áreas B e C, aquelas em que são maiores as concentrações de vegetação, atualmente, estão cobertas por pastagens naturais ou artificiais, além de estarem ocupadas por pastagens, com algumas cabeças de gado. Já a Área C, a partir de 2014, vem passando por transformação no uso do solo, sendo que os quilombolas, juntos com os técnicos do ITESP, trabalham na área no sentido de preparar o solo para produção agrícola. (Fotos 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29).

Foto 23 - Estudo para preparo do solo pelos quilombolas para produção agrícola na Área C. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).



Foto 24 - Quilombola regando a produção de hortaliças na Área C. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 25 - Solo preparado pelos quilombolas para produção agrícola na Área C. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

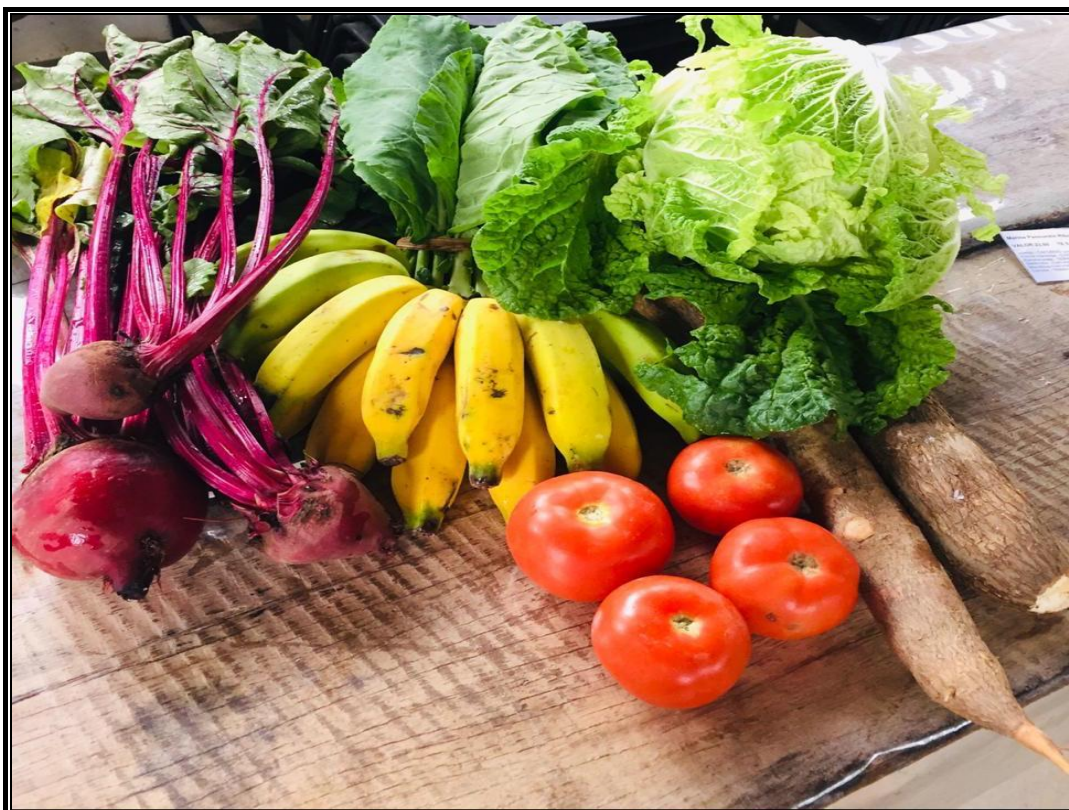


Foto 26 - Produção de hortaliças na Área C. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).

Foto 27 - Produtos colhidos para integrar a cesta de hortaliças. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).



Foto 28 - Produtos destinados às cestas comercializadas nas áreas urbanas. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).

Foto 29 - Produtos agrícolas destinados as cestas orgânicas. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).



A área C foi destinada às famílias quilombolas do Cafundó, em 2013, pelo INCRA/SP, e está em processo de reestruturação com auxílio e orientação técnica do ITESP – como pode-se ver nas fotografias anteriores, que mostram desde o preparo do solo da área para produção agrícola orgânica até a colheita dos produtos cultivados.

Uma parte dessa área está em processo de reflorestamento, feito pela ONG Iniciativa Verde e a partir do projeto Plantando Águas, cujas áreas “serão destinadas a APP e RL, representando 37% da área C do território. A ONG pretende recuperar uma área relevante da mata nativa, com a implantação do Sistema Agroflorestais - SAF's e saneamento ecológico, com recursos do edital da Petrobrás Ambiental (2013)”. (MIKLOS; GOMES, 2014, p. 38). Mas, segundo os moradores do Quilombo Cafundó, no final do mês de setembro de 2015 “teve um incêndio e o fogo atingiu algumas partes onde estava sendo desenvolvido o projeto de Reflorestamento na área C<sup>89</sup>”.

Uma equipe do ITESP ficou com o trabalho da geomorfologia do centro experimental da área C, definindo o local e o nome pelos os associados do Quilombo Cafundó, uma vez que, área C é uma área em declive e com ocorrência de erosão. Também foi feita análise do solo, no sentido de diminuir a acidez. Além da nascente d'água, os quilombolas e o agrônomo responsável (equipe técnica do ITESP), estão fazendo poços em locais onde há escoamento de água das chuvas para armazenamento. Esses reservatórios medem 6m de profundidade, com finalidade para irrigação do plantio de milho e outras culturas orgânicas, como mandioca e abóbora, utilizados na comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA em 2018.

As técnicas utilizadas para produção agrícola variam conforme as necessidades e as demandas dos quilombolas do Cafundó. As cacimbas para irrigação dos cultivos agrícolas é um exemplo, já que são usadas nos meses que não chovem e as curvas de nível do centro experimental de agricultura foram feitas pelos técnicos do ITESP e pelos jovens do Cafundó. (SILVA, 2016).

Na Foto 23, ao fundo, pode ser notado o porto de areia da Fazenda Paraná, que faz fronteira com o perímetro territorial do Quilombo Cafundó, além de ser possível observar, na Foto 24, um quilombola regando as carreiras de hortaliças com o regador de água. As fotos 25, 26, 27 e 28 complementam o conjunto da agrobiodiversidade para a produção agrícola e, além disso, as carreiras de hortaliças dão o tom verde da riqueza do produto, sem agrotóxicos

---

<sup>89</sup> Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Alex Aguiar Pires, integrante dos grupos de jovens e futuro líder do Cafundó – 08/11/2015.

e com trabalho coletivo, bem como o amor e o respeito no manejo com a terra e o consequente aumento da produção.

As Fotos 27, 28 e 29 são dos produtos colhidos: alface, tomate, banana, mandioca e beterraba. Além do mais, nas caixas de concreto do chão, um montante de alface e almeirão agregam no conjunto da cesta orgânica do Quilombo Cafundó, que serão vendidas e distribuídas na cidade de Salto de Pirapora e Sorocaba. Isso pois os quilombolas estruturaram as entregas das cestas para duas vezes na semana (terça-feira e quinta-feira) e por meio de um Grupo de WhatsApp, construído pelo grupo técnico de jovens do Quilombo. Além disso, no dia da entrega das cestas, é feito um mutirão com todas as famílias envolvidas no projeto da agricultura orgânica, no intuito de organizar as cestas. Atualmente, a produção agrícola na área C ocupa, segundo o grupo de trabalho do projeto, 2 ha para a produção.

Um outro panorama de complexidade da formação territorial do Quilombo Cafundó é a Área D, onde não existe produção, nem em lote ou coletiva, devido às disputas territoriais com a monocultura do eucalipto (Foto 30), preponderante no local. Em 2023, deverá ser retirada a madeira e a área destinada à prática da agricultura tradicional pelas famílias quilombolas do Cafundó. Ainda, o dinheiro da venda da madeira dos eucaliptos será repassado para a associação do Cafundó, sendo que 80% será destinado para a recuperação estrutural do solo da área, e, só depois dessa recuperação, é que os quilombolas poderão produzir e usar as nascentes que existem no território.

Foto 30 - Monocultura de eucalipto na Área D (2018). Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 31 - Eucalipto e porto de areia na Área D (2007). Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2007).

Foto 32 - Porto de areia e o efeito territorial da mineração ilegal na Área D (2019). Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2019).

Foto 33 - Porto de areia e o efeito da mineração ilegal na Área D (2020). Quilombo/SP

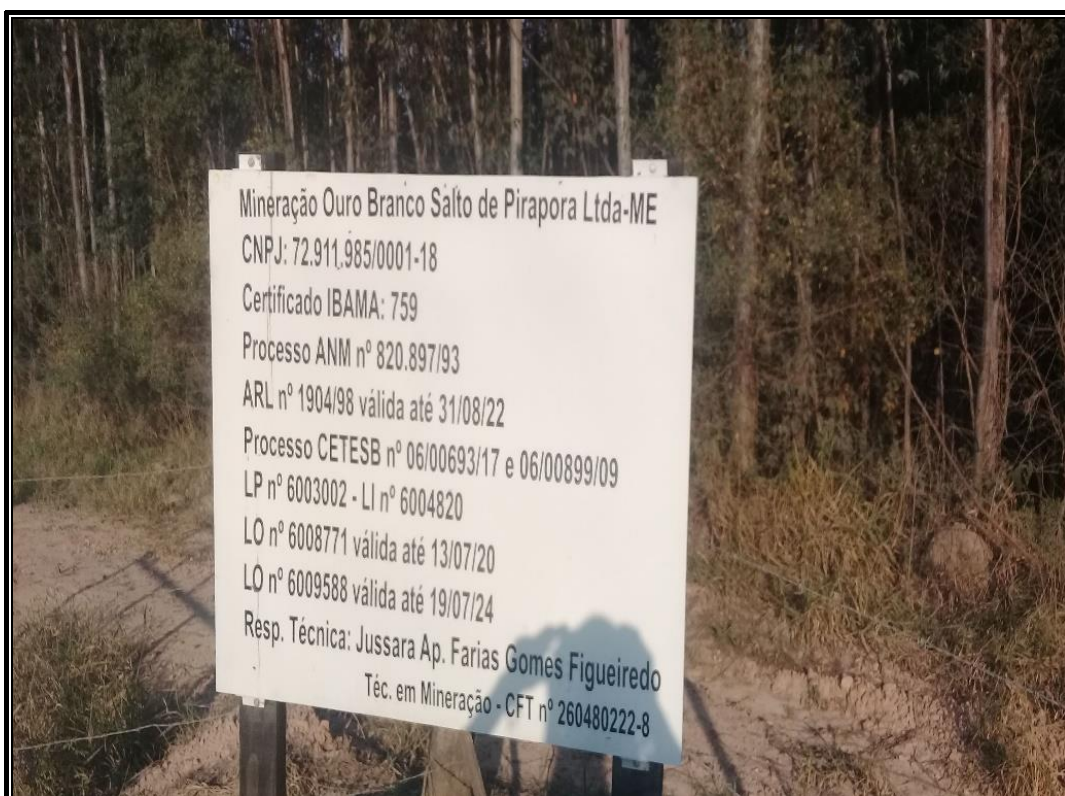


**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).



As Fotos 31, 32 e 33 são casos reais e atuais das práticas espaciais da mineração no território do Quilombo Cafundó, no século XXI. Assim, vale ressaltar que os efeitos territoriais, nas territorialidades dos quilombolas do Cafundó, são irreversíveis ambientalmente e culturalmente, em virtude da contaminação dos solos e nascentes, relativos aos resíduos depositados das práticas ilegal da mineração. Na Foto 34, vê-se a Placa da Mineração Ouro Branco.

Foto 34 - Placa da Mineração Ouro Branco na Área D. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

Dentre os efeitos territoriais na área, além do eucalipto, destaca-se o porto de areia, conforme já mencionado. A partir da desapropriação da área – na 3ª. Vara Federal de Sorocaba, em 11 de dezembro de 2011 – proferiu-se decisão favorável à desapropriação, pelo INCRA/SP. Assim, o dinheiro que era repassado para o latifundiário Pedro Latorre – através de um acordo entre o INCRA/SP, a Mineradora Ouro Branco e a Associação Comunitária do Quilombo Cafundó – agora, é transferido para a Associação, mais precisamente os 15% do lucro da empresa. No entanto, quando a mina fechar, em 2024, restará apenas um passivo ambiental que, para a comunidade, será uma área inutilizável.

Até o momento, a mineradora não tem cumprido as medidas de recuperação ambiental, previstas no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental

(EIA/RIMA). Mesmo que se consiga a recuperação parcial da área, dificilmente, conseguirão convertê-la para a prática de agricultura, em decorrência dos efeitos desastrosos, provocados pela mineradora.

Ademais, as empresas que exploram e desconfiguram a área, no momento atual, ainda não desenvolveram um projeto que apresentasse medidas concretas de recuperação dos mananciais, que estão sumindo por causa do eucalipto e da mineração. Segundo Ferreira (2005), os conflitos relacionados ao uso dos recursos no Quilombo Cafundó incluem-se nos estudos sobre conflitos sociais, que estão na base dos usos dos recursos territoriais. Assim, “[...] buscando compreender os padrões e as clivagens que caracterizam as opções recentes por modelos de análise dos processos de mudança social e que envolvem a dimensão ambiental” (op. cit., p. 106), nota-se que poucos trabalhos científicos estudam as relações sociais dos grupos étnicos com os recursos territoriais ou mesmo os efeitos do agrohidronegócio e da mineração ilegal, na territorialidade dos grupos étnicos nos territórios.

Nessa linha, há uma larga, porém desigual, produção sobre pequenos usuários de recursos territoriais, sejam populações tradicionais em parques ou camponeses, “[...] sejam assentados em áreas de mananciais, ou em outras áreas de interesse ambiental para a conservação, a sustentabilidade ou a recuperação ambiental”. (FERREIRA, 2005, p. 113). Nessa perspectiva, a Área D apresenta, até os dias atuais, um problema grave de degradação do solo. Por conseguinte, a dificuldade para recuperar a área levará décadas, o que impede o uso para fins agrícolas, além da possibilidade de posse por parte dos quilombolas, atualmente, também para fins agrícolas. Ainda, a Comunidade também sugere destinar uma parte da área para pista de motocross ou arenacross.

### *3.1.4 Demografia*

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Brasil, em 2020 é de 211.755.692 pessoas espacializadas no espaço geográfico. Portanto, de acordo com a projeção, o espaço brasileiro ganhou de 2019 a 2020 mais 1,6 milhão de habitantes. Conforme o levantamento feito, em 2020, pelo IBGE, São Paulo é o Estado mais populoso das federações, com 46.298.333 pessoas. Ademais, o Estado de São Paulo, no jogo do desenvolvimento desigual do capital, é importante para compreender o surto industrial no Brasil, pois se torna responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

A população estimada de Salto de Pirapora é de 45.860 pessoas. Entretanto, parte se desloca, diariamente, para a cidade de Sorocaba, com o objetivo de trabalhar e estudar, já que a distância entre os locais é de apenas 25 km.

Em 2017, os jovens e os adultos do Quilombo Cafundó participaram da elaboração de um projeto do ITESP, referente à produção agrícola e à construção de alguns barracões para guardar as ferramentas e produções agrícolas, produzidas pelos quilombolas. A partir da formulação do projeto, houve um levantamento demográfico da população residente no Cafundó. (Quadro 03).

Quadro 3 - Distribuição etária e de gênero da população do Quilombo Cafundó

| <b>Pílamo</b> | <b>Total</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |
|---------------|--------------|---------------|-----------------|
|               |              |               |                 |
| <b>TOTAL</b>  | 150          | 72            | 78              |
| 0-4           | 3            | 1             | 2               |
| 5-9           | 6            | 3             | 3               |
| 10-14         | 9            | 5             | 4               |
| 15-19         | 12           | 7             | 5               |
| 20-24         | 15           | 7             | 8               |
| 25-29         | 15           | 7             | 8               |
| 30-34         | 15           | 7             | 8               |
| 35-39         | 10           | 5             | 5               |
| 40-44         | 10           | 4             | 6               |
| 45-49         | 8            | 4             | 4               |
| 50-54         | 10           | 4             | 6               |
| 55-59         | 10           | 5             | 5               |
| 60-64         | 8            | 4             | 4               |
| 65-69         | 10           | 5             | 5               |
| 70-74         | 3            | 1             | 2               |
| 75-79         | 5            | 2             | 3               |
| 80 +          | 1            | 0             | 1               |

**Fonte:** ITESP e Cafundó (2019). **Produzido por:** Lucas Bento, (2020).

Em 2019, um grupo da equipe técnica do ITESP/Regional Sorocaba, realizou a coleta de dados sociodemográficos, em que os moradores do Cafundó participaram e, em alguns dos trabalhos no campo, foram acompanhados pelo pesquisador. Disso, resultou um material

estatístico sobre faixa etária, população masculina e feminina, assim como estado civil, escolaridade/frequência à escola, entre outros dados.

Atualmente, são 40 famílias vivendo no Quilombo. Portanto, optou-se por aproveitar esses dados, mais precisamente de gênero e faixa etária da população. Tais dados foram, gentilmente, disponibilizados pelos técnicos do ITESP, envolvidos na pesquisa sociodemográfica realizada pelo Escritório Regional do ITESP em Sorocaba – no dia 10 de junho de 2019<sup>90</sup>.

### *3.1.5 Práticas socioculturais e religiosas*

As comunidades negras rurais e tradicionais na América Latina vêm reafirmando seu território político, segundo a sua identidade territorial e étnica, e também, através da organização social de ações articuladas, com base em sua formação geo-histórica. Além disso, dentre os grupos tradicionais, hoje, organizados no Brasil destacam-se: faxinalenses; quilombolas; ciganos; pescadores tradicionais e artesanais; ribeirinhos; caiçaras; quebradeiras de coco; cipozeiros; seringueiros; geraizeiros; indígenas de diferentes etnias; entre outros.

A identidade territorial e étnica quilombola é a identidade formada a partir das vivências e experiências coletivas comuns à indivíduos e grupos que, têm por base, o território do Quilombo, assim como suas práticas, tradições e visões de mundo construídas. Dessa forma, o território é vital para a construção e valorização dessa identidade. Aliás, a identidade quilombola também tem como princípio fundamental a valorização e o respeito à ancestralidade, que é o elemento responsável por reafirmar as práticas e ideais que definem a condição de quilombola.

A construção da identidade dos quilombolas do Cafundó se deu, principalmente, pelas *(Re)Existências* na luta pela permanência em seu território, além de guardar traços de uma cultura específica. Ainda, a Festa da Santa Cruz, que acontece todos os anos no mês de maio, marca um tempo de reverência, semelhante aos outros grupos rurais no Brasil. É quando “[...] a capela representa um marcador territorial e se configura como espaço histórico do quilombo, simbolizado pela religiosidade. Nos dias da festa da Santa Cruz, as celebrações

---

<sup>90</sup> E como mostra os indicadores sociodemográficos, as colunas das idades de 15 a 44 anos evidencia um crescimento entres essas idades, sobretudo, entre 20 a 40 anos. Desse modo, é pertinente destacar que em 2020, ano correspondente a pandemia do Coronavírus no espaço global e suas questões sanitárias, que estimularam muitos jovens e adultos que estava vivendo na cidade de Campinas, Sorocaba, Jundiaí e São Paulo, por exemplo, a reterritorialização para Comunidade.



começam em frente à capela, antes de sair em caminhada pelo território com o mastro” (SILVA, 2016, p. 97).

Para tanto, há que entender o processo de constituição da condição quilombola em oposição aos outros sujeitos é uma condição de afirmação. Além disso, esse processo ocorre a partir do posicionamento político frente ao Estado e aos atores hegemônicos, que, dessa forma, os singulariza.

Tomando como ponto de partida a dupla condição de exclusão, política e econômica, como negro e como camponês, proponho discutir a construção da identidade política de “remanescentes de quilombos” como uma das possibilidades de posicionamento de tais pessoas ante processo de interação com poderes públicos. Tal reenquadramento traz consigo implicações políticas e lutas simbólicas reveladoras de tensões que permeiam uma parte dos estudos do campesinato. (MULLER, 2005, p. 30).

Assim, a Festa da Santa Cruz é uma expressão cultural, hibridizada com elementos diversos por conta dos séculos de aprendizados, imposições, permanências e trocas. Ainda, a capoeira, praticada pelos jovens, e o samba de roda integram o conjunto das expressões artísticas, culturais e religiosas praticadas no Quilombo, evidenciando um Existir diferenciado. No samba de roda, as mulheres dançam e cantam e os homens batem os tambores, demarcando as formas simbólicas de uma etnicidade materializada no território. Vale ressaltar que todas essas festividades são realizadas na Capela (Fotos 35 e 36).

Foto 35 - Espaço externo da Capela de Santa Cruz. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2017).

Foto 36 - Altar com diversos Santos e Santas de devoção na Capela de Santa Cruz, Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2017).

Assim, a identidade territorial construída perpassa as relações com a Capela e as festividades, devido à ancestralidade dos ritos e dos saberes, em uma relação com transcendentalidade. Como exemplo, estão as orelhas de algumas lideranças do Cafundó, que foram enterradas na Capela, simbolizando um espaço único e religioso. Isto é, diante dos outros grupos sociais e étnicos, define-se a identidade territorial quilombola dos moradores do Cafundó, mas não só na história, raça ou cultura, como também no aspecto imaterial do processo da formação da territorialidade quilombola.

Outro aspecto fundamental são as plantas medicinais que fazem parte dos rituais realizados, compondo a base dos conhecimentos tradicionais sobre os processos de cura. Como exemplo, é evidente citar a folha-da-costa ou saião, usada no ritual do Orixá Oxalá e Yemanjá; o alecrim usado para o Orixá Oxossi e Oxalá, além da arruda para o Orixá Oxóssi. Dessa forma, a “[...] prática em relação ao meio físico natural e todo referencial simbólico que as acompanha se reconhecem também por suas tradições ancestrais” (CASTRO, 2009, p. 7).

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’ (HALL, 2006, p. 38).

Entretanto, a questão considerada mais relevante é que os quilombolas do Cafundó mantêm uma língua chamada *cupópia*, dialeto africano derivado do Banto, principalmente do quimbundo. “Os habitantes do Cafundó têm como língua materna o português, mas se utilizam também de um léxico de origem *bantu*, predominantemente *quinbundo*, que usam só em ocasiões estratégicas ou de lazer” (CORRÊA, 2001, p. 204). “A *cupópia*, nome que se dá à mistura de três dialetos angolanos: o kikongo (falado no norte de Angola), o kimbundo (do centro do país) e o umbundo (do Sul), é uma língua que resiste ao tempo apenas por meio da fala<sup>91</sup>”.

Nesse sentido, a dinâmica da identidade desses quilombolas é uma construção histórica, tanto na forma de organizar o espaço em que vivem e sobrevivem com seus costumes e tradições, quanto pela *cupópia* - língua falada no Cafundó. Por conseguinte, o Quadro 4 apresenta um glossário de muitas palavras faladas no Cafundó.

<sup>91</sup> REVISTA TERRA, Disponível em: <<http://www.revistaterra.com.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Quadro 4 - Glossário do Quilombo Cafundó/SP

| <b>Palavras usadas na língua Cupópia dos quilombolas do Cafundó</b> | <b>Significados em português</b> |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| Tata                                                                | Pai                              |
| Tenhora                                                             | Enxada                           |
| Téqui                                                               | Noite                            |
| Tipoque                                                             | Feijão                           |
| Tipune                                                              | Vagina                           |
| Tudo                                                                | Fezes                            |
| Tuim                                                                | Soldado                          |
| Tutupã                                                              | Deus                             |
| Orunanga                                                            | Roupa                            |
| Nascente                                                            | Fogo                             |
| Nhamanhara                                                          | Homem                            |
| Nhapecava                                                           | Café                             |
| Nique                                                               | Fruto                            |
| Muiombo                                                             | Defunto                          |

**Fonte:** Informações colhidas oralmente pelo autor no Quilombo Cafundó, em maio de 2015.

No Cafundó, segundo Silva (2016), esses bens culturais são representados principalmente, pela língua africana que, diga-se de passagem, ainda é falada por poucos moradores. Sendo assim, estes, já com idade avançada, atualmente, podem ser considerados os “mestres” da cupópia. Os artesanatos e a capoeira também simbolizam as relações com o território material e imaterial, já que são atividades que marcam o modo de vida das famílias no Quilombo e, dessa forma, fazem parte da formação do território a partir de um espaço de relações diversas, assim como de sentidos e sentimentos pelos locais naturais, além dos objetos sagrados, (Fotos 34, 35) e também simbólicos, do patrimônio cultural do Quilombo Cafundó (Fotos 37, 38, 39, 40, 41).



Foto 37 - Tambores construídos pelos moradores para práticas socioculturais. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 38 - Bonecas que representam os orixás construídas pelo grupo de mulheres. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2020).

Foto 39 - Arte feita pelos jovens. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 40 - Artesanato feito pelo grupo de mulheres. Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2019).



Foto 41 - Festa do baobá. Cafundó/SP



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2015).

Ainda, quando se analisa o papel das artes, do artesanato, da capoeira e das festas no Quilombo Cafundó, pode-se perceber que estas são formas de reafirmação da identidade territorial e étnica na reprodução do conhecimento, bem como dos valores culturais identitários no Quilombo. A Festa do baobá, por exemplo, celebrada com rituais religiosos e muito samba de roda, foi realizada no Cafundó com objetivo de festejar a plantação de dois baobás na área A.

O território do Cafundó se configura espacialmente, a partir de formas históricas de *(Re)Existências*, que o mantém. Disso, resultou o fortalecimento da identidade fundamentada em realizações materiais e imateriais. Os quilombolas do Cafundó se diferenciam da população regional em função de aspectos culturais como as danças, artesanatos, língua e rezas; também pelas práticas agrícolas ancestrais e, mais recentemente, agroecológicas, que pemeiam os elementos concretos das práticas e das expressões cotidianas no Quilombo.

### 3.2 Formação territorial do Palenque Pílamó

Ao norte do Departamento de Cauca, no Pacífico, assim como em outras localidades departamentais da Colômbia, destacam-se os palenques, lugares de resistência que se espacializaram de formas variadas na formação do território. Como exemplo, é válido citar o caso do Palenque Pílamó. Assim, mudanças espaciais significativas foram possíveis graças a promulgação da Lei de Abolição da Escravatura, em 21 de maio de 1851, denominada Lei de Manumisión de 01 de janeiro de 1852, que entrou em vigor nesta data<sup>92</sup>. Além disso, observa-se que região em que predominava população escravizada é, hoje, a região que concentra grande parte da população negra na Colômbia.

Segundo Villegas (2005), a referida lei afirmava que todos os escravizados foram oficialmente declarados livres e, diante disso, títulos de compensação começaram a ser distribuídos aos proprietários. Entretanto, alguns latifundiários e donos de trabalhadores escravizados não ficaram satisfeitos com a decisão e criticaram, duramente, o governo colombiano. A questão central passou a ser o controle das terras (renda fundiária).

Segundo Suzuki (2006), a renda da terra, fundada na mão de obra escravizada ou outra forma similar de trabalho subjugado, é parte do processo de espoliação e grilagem das comunidades negras rurais, investigadas no Brasil e Colômbia.

Los esclavizados partían de los puertos negreros del continente africano conducidos por traficantes europeos, quienes llegaban con el cargamento al puerto de Cartagena, lugar de la venta, desde allí se distribuían al interior de la Nueva Granada, conducidos por el río Magdalena y luego por el río Cauca para finalizar en la capital de la provincia del sur occidente, la ciudad de Popayán (DOMÍNGUEZ, 2012, p. 24).

Por essa razão, a movimentação dos escravizados<sup>93</sup> negros para outras áreas e regiões da Colômbia foi constante, do século XVI ao XIX. Naquele momento, havia um grande número de negros que tinham escapado dos cativeiros, de forma que, mesmo após a Lei de Manumisión, essas pessoas se instalaram nas margens dos rios Palo, Cauca e outros. Assim, o

<sup>92</sup> En definitiva, la manumisión en Nueva Granada suscitó toda clase de discusiones en lo que a economía, política, sociedad e incluso ética se refiere. Ello derivó en la conjugación de un proceso realmente complejo que se caracterizó por su lentitud, por una fuerte oposición y polarización de sectores tanto políticos como económicos y finalmente por una re-configuración social que, inevitablemente, traería como consecuencia el proceso mismo. Por otra parte, la élite esclavista abogaba por la conservación de dicho sistema no solo como una forma de defender su derecho de propiedad y las importantes sumas de dinero invertidas en la compra y manutención de sus esclavos – lo cual se pretendió alivianar con la compensación efectuada durante el proceso de manumisión mismo – sino también como una forma de garantizar el orden social (PALACIO, 2016)

<sup>93</sup> Em 1518 se inicia el tráfico masivo de africanos a la Nueva Granada, (nombre de Colombia em el período colonial) em condición de esclavizados, ante el exterminio de la población indígena diezmada por el genocidio, las enfermedades y la esclavización (DOMÍNGUEZ, 2012, p. 24).



objetivo era uma nova vida, a de não escravizados, semeando cultivos diversos e, além disso, se estruturando como palenques.

Os negros que foram chegando ao município de Guachené e ao Palenque Píamo vieram em sua totalidade da cidade de Popayán, atual capital do departamento de Cauca, “[...] el procedían de Guinea o del Cabo Verde y se denominaban Balanta, Viafara, Mina, según la región de donde venían o de los nombres de los ríos de Guinea, Ardas, Ararat, Carabalí, Lucumí”<sup>94</sup>. Neste cenário, Domínguez (2012, p. 40) ressalta que los Lucumí:

[...] significa amigo o los amigos, es el nombre que se les daba a los integrantes de la cultura Yorubá, quienes provienen de la costa de Guinea y las regiones del bajo y medio Níger, en la actual Nigeria; La Cultura Yorubá se destacaban por los hábitos agrícolas y arte, pero, su gran aporte está en sus concepciones filosóficas y religiosas que influyeron en otros pueblos africanos y están hoy presentes en América con la regla de Ocha o Santería, una combinación sincrética de los santos de la religión católica con los dioses y orichas del panteón Yoruba.

Os Yorubás é um dos duzentos e cinquenta idiomas falados, ainda hoje, na Nigéria. “É também uma das línguas naturais faladas em alguns outros países da África Ocidental, a saber, as repúblicas do Benin (antigo Daomé), Togo e Gana” (BENISTE, 2006, p. 50). Além disso, a cultura Yorubá, tal como outras, especializou-se por vários países do Continente Americano e chegaram até nós, durante o período colonial. Diz Beniste (2006) que esta toma forma espacial através das comunidades de candomblé, chamadas roças, casas e Ilê, como por exemplo, em Cuba, a partir dos rituais da religião de matriz africana *Santería*<sup>95</sup>.

No Brasil, utilizam elementos culturais nagôs, os quais têm sido mantidos por meio de cânticos, rezas e expressões diversas<sup>96</sup>. Na Colômbia, a cultura e religião Lucumí, está presente, assim como, pôde ser observada no Palenque Píamo.

Os africanos que foram levados à Cuba e Colômbia, por exemplo - se compreendiam como LUCUMIS, pois ainda não tinha sido introduzido o termo YORUBÁ em suas mentes. Foi então que os missionários cristãos denominaram YORUBÁS todos os escravos oriundos dessas regiões e que falavam a mesma língua. A religião se conhece também como “La Regla de Ocha, é uma das grandes religiões do mundo,

94 Página oficial do município de Guachené, Cauca. Informação geral. Disponível em: < <http://guachene-cauca.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Pasado,-Presente-y-Futuro.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

95 Santería é uma religião da nação Yorubá da Nigéria, na África Ocidental que veio através dos escravizados que foram trazidos para Cuba para trabalhar nas plantações de açúcar. Esses escravizados trouxeram as suas tradições espirituais e quando forçados pelos donos a converter-se ao catolicismo, engenhosamente, esconderam os seus segredos religiosos dentro do imaginário dos Santos Católicos dos seus donos. Santería, também conhecido como o “caminho dos Santos,” é o termo aplicado aos escravizados, que adoravam os seus Santos “primitivos” em detrimento dos Santos Católicos (BENISTE, 2009).

96 Omolocun ajeun bó, omolocun/Omolocun ajeun bó, omolocum. A cantiga é entoada nos terreiros de candomblé de Kétu para as rodas do Òrisha Logun Edé. Apenas uma frase, repetida duas vezes, em yorubá e precisamos desdobrá-la em muitos sentidos (BENISTE, 2009).

comparável ao hinduísmo ou a religião do Egito antigo. O termo LUCUMI ainda é usado em Cuba e Colômbia para definir e determinar todos os praticantes da Tradicional Religião YORUBÁ (BENISTE, 2009, p. 70).

Em algumas reuniões, no ano de 2018, para discutir estratégias políticas de ações coletivas entre os moradores de Pílamo, o pesquisador, ao observá-las e participar do processo, ouviu relatos de que os primeiros negros que chegarem em Pílamo foram os Lucumís. Tanto é verdade que a escritura das terras está em nome de José Julián Lucumí e toda sua descendência familiar ainda vive em Pílamo e Guachené. Há nessas localizações, como por exemplo, nas cidades de Puerto Tejada e Villa Rica, outros sobrenomes tradicionais, como: Abonía, Aponzá, Banguero, Ararat, Guazá. Puerto Tejada e Villa Rica. Tais nomes também são cidades do norte de Cauca, em que a composição demográfica da população negra ultrapassa 90%<sup>97</sup> do total de habitantes.

Desde a segunda metade do século XIX, com a abolição da escravatura, e durante o século XX, a atividade mineradora, que era fundamental, sofreu um declínio. Isso acabou por pressionar o fortalecimento da agricultura, enquanto eixo articulador das comunidades da região, garantindo autossuficiência, autonomia e liderança.

Así, entre la segunda mitad del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX se consolidó demográficamente en la región norte caucana una población rural negra auto sostenible. No obstante, paralelo a este proceso, se desarrolló un período de conflictos sociales entre campesinos, negros e indígenas que pretendían establecerse en las tierras de sus antiguos propietarios y latifundistas que aspiraban mantener el control del territorio<sup>98</sup>.

No início do século XX, a terra teve um papel preponderante, uma vez que os latifundiários da região passaram a monopolizar milhares de hectares para o desenvolvimento das agroindústrias através da implantação de usinas de cana-de-açúcar<sup>99</sup>. Por conseguinte, isso deteriou as condições para a evolução da finca tradicional<sup>100</sup>, que estava se expandindo com o trabalho coletivo entre as comunidades étnicas e as famílias de Pílamo.

Naquela época, a formação de Pílamo se deu em um convívio, inicialmente pacífico com os indígenas, para a comercialização de alimentos através do sistema de escambo. No

<sup>97</sup> Página oficial do DANE, Colômbia. Estadísticas por tema. Disponível em: < <https://www.dane.gov.co> > Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>98</sup> Instituto Colombiano de Desarrollo Rural -INCODER- y Pontificia Universidad Javeriana –PUJ- Cali. Proceso de Fortalecimiento Territorial a Consejos Comunitarios y Capitanías. Historias Locales. 2019.

<sup>99</sup> MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. Estudio de caso. Reivindicación por el territorio en el departamento del Cauca: Consejo Comunitario Comunidad Negra del Pílamo y Palenque. 2018.

<sup>100</sup> El término empleado por la comunidad para referirse a los espacios de cultivo reconocidos como la finca tradicional del Pacífico. En ésta, los cultivos no están en espacios continuos sino que se ubican en diferentes partes del territorio alrededor del río dependiendo de los suelos; así una familia tiene su finca ubicada en distintas partes de acuerdo con el tipo de cultivos que tenga (CASTELBLANCO, 2005).

entanto, indígenas e palenqueiros de Pílamó viveram um processo de disputa, com o intuito de assegurar o reconhecimento territorial de suas áreas.

No fim do regime escravista, os negros libertos se estruturaram nas margens dos rios da região, como no rio Palo, por exemplo. As primeiras décadas do século XX, segundo Hurtado Saa (2000), são caracterizadas pelo nascimento da economia palenqueira, representada na finca tradicional e na consolidação da área como uma região de lideranças políticas, sendo capaz de exercer autonomia econômica e cultural.

No Pacífico colombiano, os recursos territoriais e o ecossistema são diversos, além de importantes para os territórios negros – não apenas no passado, mas também no presente, já que dependem dessas riquezas para (Re)Existir e viver. Esses recursos territoriais, como a terra, o subsolo e a água, são fundamentais para a Existência dessas comunidades tradicionais, que ainda praticam a mineração ancestral, as rezas, as agriculturas e, portanto, produzem culturas.

Porquanto, essas atividades se territorializam às margens ou proximidades dos rios Atrato, Cauca, Magdalena, Hato e Palo, inclusive, por conta das condições orográficas e de formação geológica da região.

Las condiciones geológicas de la costa pacífica (vulcanismo reciente, gran actividad tectónica, presencia de anticlinales terciarios, los aportes de sedimentos de los ríos y las condiciones climáticas han originado una costa con topografía muy accidentada y gran dinámica geomorfológica (CAÑAS, et. al. 2008, p. 50).

Para os negros de Pílamó, essa localização que ocupa as margens dos rios, representa outros significados, além da noção de aproveitamento dos recursos territoriais. Ou seja, o espaço atua não somente enquanto significado econômica, mas como condição de Existência. Desse modo, as famílias de Pílamó, e também de outros territórios, aproveitam o final de semana para nadar e brincar às margens do rio Palo (Foto 42).

Foto 42 - Rio Palo: diversão e lazer para as famílias palenqueiras. Palenque Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Colombiamagnífica, (2018).

A partir das histórias contadas, a identidade étnica é reafirmada na constituição do território palenqueiro. Por esse entendimento, o rio (espaço) não é inerte, já que está sempre em movimento – ligando-se a outros rios que, por sua vez, são incorporados a ele, além de ampliar a escala de seu percurso e da vida, até lançar-se ao mar. Além dos rios, a identidade territorial dos palenqueiros movimenta-se por outras relações, como por exemplo, nas cores e nas sementes de milho, arroz e feijão, Estas são pertencentes ao *círculo da oferenda* que, para os palenqueiros, simboliza a fartura na agricultura e a força para continuar lutando pelos seus direitos. Ademais, representam significados simbólicos expressivos para as famílias que vivem no território, como demonstra a Foto 43.

Foto 43 - O círculo da representatividade material e imaterial. Palenque Pílamu/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Para os palenqueiros, o *círculo da oferenda* contém vários significados simbólicos e identitários. Assim, os corações e a rosa no meio do círculo representam a corrente de ligação entre as irmandades. Já a cor vermelha e rosa, junto às cores restantes, assim como o milho, o feijão e o arroz, representam a fartura na mesa e a ligação com a África, a partir dos seus recursos, como a própria água para a agricultura.

As velas são acesas pelas pessoas que estão no *círculo da oferenda*. Dessa forma, cada pessoa faz os seus pedidos de paz, luta, amor, liberdade, o que quiser. Esse *círculo* de continuação representativa, material e imaterial, é construído sempre que acontecem atividades políticas na Comunidade ou em outros espaços. A mística também faz parte desse *círculo da oferenda*, mais precisamente no encontro pessoal com os deuses de cada pessoa, que, para os palenqueiros, representam também a espiritualidade, expressa nos cultos religiosos e culturais.

Assim, as relações materiais e imateriais são construídas em meio aos conflitos que perpassam o racismo e o preconceito por parte da população das cidades ao redor do Palenque ou mesmo por funcionários do Estado, que têm dificuldade em compreender as diferenças étnicas e sociais no país. Dessa forma, compreende-se que as relações sociais, culturais, simbólicas e religiosas são condições para a Existência territorial.

Por outro lado, a utilização dos rios na Colômbia esteve ligada às atividades econômicas com fins agroindustriais e/ou minerais. De acordo com Mesa (2010, p. 30), “[...] la región del Cauca se configuró como um centro económico minero, agrícola y ganadero, bajo el funcionamiento del modelo de la hacienda que se instaura como un orden, una entidad socio-económica”, cuja base resulta do sistema colonial escravista.

Os interesses capitalistas intensificaram estratégias de expropriação territorial através da compra direta das terras, assim como arrendamentos e ameaças de despejo para as famílias que se opunham à perda de suas terras, além da gestão pública que incentivava as populações negras palenqueiras a adotarem o modelo de monocultura. Isso teve êxito, em parte, destacando-se o cultivo da palma africana, territorializada na paisagem do Departamento de Santa Marta, Caribe colombiano. Além disso, ocorreram intimidações, assassinatos e desaparecimentos, o que gerou uma nova ordem territorial, responsável por excluir a maioria das comunidades negras dos territórios e transformou em mão de obra sob a sujeição dos novos latifundiários<sup>101</sup>.

Hurtado (2000) ressalta que o período entre 1850 e 1920 é também o ciclo de maior consolidação demográfica da população negra no norte do Cauca, bem como o palco de conflito social na região. Esse processo foi desenvolvido por palenqueiros e indígenas, que, historicamente, já estavam no local, mas em contrapartida, os latifundiários, que queriam manter o controle e posse das terras, fortaleceram os processos de espoliação e de grilagem, apoiados pelo Estado.

Não obstante, na segunda metade do século XX, em Cauca, especialmente no norte, houve um longo processo de acumulação por espoliação e controle dos territórios pelo capital, assim sendo, esse movimento resultou na incorporação do modelo produtivo da monocultura de cana-de-açúcar, presente, na atualidade, nas paisagens no sul do Departamento do Valle do Cauca e Norte do Departamento de Cauca.

Recentemente, a territorialização do agrohíbrido se deu de várias formas, ocasionando a desterritorialização das famílias do território e do espaço de vivência coletiva. Esse processo foi pautado pela violência e pela prática do arrendamento, por parte de alguns moradores dos territórios negros. Por conseguinte, as agroindústrias, responsáveis por controlar a maior parte das terras – arrendadas, compradas ou griladas para a monocultura de cana-de-açúcar, no norte de Cauca – possuem 95% das atuais terras cultivadas com cana.

---

<sup>101</sup> MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA. Estudio de caso. Reivindicación por el territorio en el departamento del Cauca: Consejo Comunitario Comunidad Negra del Píamo y Palenque. 2020.



Segundo Bertha Nelly – moradora e militante dos direitos ambiental, cultural, econômico e político de Pílamó – as três usinas de açúcar estão presentes *na Zona Franca do Norte de Cauca, são el ingenio La Cabaña, el ingenio Cauca y el ingenio Río Paila*. Essas empresas fazem parte do conjunto de atores e sujeitos envolvidos no cenário dos conflitos territoriais, causados por este modelo econômico e oposto às fincas tradicionais, além das relações ancestrais palenqueiras com o território da vida.

As Fotos 44 e 45 retratam uma das vias de acesso para Pílamó. Em suas margens, pode ser vista a monocultura de cana-de-açúcar e, nas fotos 46, 47 e 48, que é outra via de acesso à Pílamó, podem ser vistos os cultivos alimentares nas Fincas Tradicionais.

Foto 44 - Via de acesso ao Palenque Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Na Foto 44, as margens da via de acesso permitem visualizar a monocultura de cana-de-açúcar, que constitui um elemento importante na economia regional. Observa-se também o trator (Foto 45), com as três carretas que o acompanha, já que pelo fato da estrada ser estreita, o acesso é algo difícil para caminhões. Nos dias de chuva, o trator é o transporte mais usado, pois além de dificultar o acesso dos caminhões ao Pílamó, corre o risco de atolarem no barro. Assim, a cana é conduzida até um ponto específico, onde encontra-se outra via de acesso e



transfere-se a carga para os caminhões que as levam para as agroindustriais. Como exemplo, está a Propal S.A., produtora de papéis finos para impressão, a qual utiliza a fibra de cana-de-açúcar como matéria-prima básica<sup>102</sup>.

Foto 45 - Trator utilizado para transportar a cana-de-açúcar. Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

---

<sup>102</sup> A Propal é pioneira e única empresa colombiana que produz 100% papel e papelão a partir do bagaço de cana-de-açúcar, alcançando assim o uso desse subproduto agroindustrial para a produção de papel.

Foto 46 - Via de acesso e às margens cultivos alimentares. Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

Foto 47 - Finca tradicional com cultivos de cacau e banana. Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).



Foto 48 - Finca tradicional com cultivos alimentares diversos. Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

Durante o trajeto até Pílamo, na estrada de terra que se inicia no perímetro urbano de Guachené, é possível observar fincas tradicionais, com diversidades de árvores frutíferas como graviola, manga, banana e abacate. Ademais, estas fizeram parte do itinerário de ida e vinda do trabalho de campo na Comunidade e se apresentam concretas nas paisagens. Todavia, a presença da cana-de-açúcar na região, apresenta uma escala ainda maior e mais nítida no conjunto paisagístico. Na Foto 49, está outra estrada de acesso ao Palenque Pílamo.

Foto 49 - Estrada de acesso ao Palenque Pílamo/Colômbia



Fonte: Berta Nelly Paz, (2018).

Na Foto 49 nota-se o trabalho coletivo, promovido às terças-feiras. Neste dia, estávamos espalhando rochas na estrada para que fosse possível passar com a camionete dos trabalhadres palenqueiros. Essa estrada também leva à sede do Palenque, mas quando chove é de difícil trânsito e, em muitas vezes, os veículos atolam nessa via. Ao observar a fotografia, vê-se do lado direito, onde existem três árvores de troncos finos, a monocultura de cana-de-açúcar, além do canal de água retirada do rio Palo. À esquerda, visualiza-se uma vegetação mais densa, pertencente ao perímetro territorial do Palenque Pílamo.

Para reforçar a argumentação, no período entre 1950 e 1970, várias estratégias de espoliação territorial foram executadas, por exemplo: a compra direta de terras; os arrendamentos; as ameaças de mortes e desapropriação forçada; além de iniciativas políticas que encorajavam os palenqueiros de Pílamo a se adaptarem ao modelo agroindustrial, com especialização em um só produto<sup>103</sup>.

<sup>103</sup> Dessa forma, as estratégias de controle territorial se especializaram no norte de Cauca e em Pílamo com variados traços. Nesse ponto, vale ressaltar que o Banco Agraria teve papel fundamental para tornar mais vantajoso o processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar nos territórios negros e indígenas. En el Banco Agrario ponemos a tu disposición múltiples soluciones financieras para impulsar las diferentes fases de producción, transformación y/o comercialización de bienes y servicios agropecuarios, forestales, acuícolas, pesqueros y mineros, así como las actividades de mejoramiento y procesos de la cadena agropecuaria y agroindustrial. Adicionalmente, apoyamos el turismo rural, artesanías, transformación de metales y piedras

Según el documento “*Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios y capitánías del Cauca y sur del Valle*”<sup>104</sup>, dentro de esta institución se llevó a cabo un proceso cuya finalidad era impulsar los modelos agrícola y desarrollista, este último promovido por el Estado colombiano y apalancado por la Caja Agraria, con base en la llamada “Revolución Verde”, que tuvo su mayor popularidad entre la década de los sesenta y los setenta. En el marco de estos se pretendía reemplazar las actividades del cultivo tradicional por otras más tecnificadas, con base en desarrollos de la ingeniería agronómica. De esta manera los campesinos negros comenzaron a reemplazar sus cultivos tradicionales por diferentes tipos de monocultivos, apoyados por la institución bancaria bajo el sistema de préstamos.

A estratégia de intervenção da instituição estatal Banco Agrário foi fundamental para as mudanças espaciais na região, promovendo o discurso do desenvolvimento a partir da implantação do cultivo de cana-de-açúcar, cujo objetivo era “[...] promover o modelo agrícola baseado na Revolução Verde, ideologia capitalista reforçada na ideia que alavancaria o modelo desenvolvimentista promovido pelo Estado colombiano”<sup>105</sup> (CEI, 2013, p. 60).

Essa narrativa tinha como tendência globalizar o capitalismo a partir da ciência e tecnologia, na produção agrícola da Colômbia e em diversos países do mundo, como o Brasil – descaracterizando assim, as técnicas tradicionais e ancestrais das culturas agrícolas das comunidades tradicionais, por cultivos baseados em conhecimentos profissionalizados. Para tanto, implantaram cursos de agronomia, negócios, administração rural etc., em várias universidades e centros de formação, ensinando a aplicação de tecnologias intensivas, insumos diversos e adoção de maquinários e implementos agrícolas.

Conforme Hurtado (2000), o século XX se destacou pela consolidação da monocultura da cana e, conseqüentemente, do agronegócio canavieiro na região norte do Departamento de Cauca na Colômbia, especificamente. Esses processos são determinados pela industrialização da cana, desde a segunda década do século XX.

A expansão da monocultura da cana resultou em tensões que já existiam, mas foram intensificadas com os conflitos de terra, os quais se acentuaram na região norte de Cauca e potencializadas em Píamo, onde se organiza contra a expansão da cana-de-açúcar. Sendo assim, a partir desses conflitos decorrem diversas barbáries, como por exemplo, os assassinatos de lideranças, as respectivas ameaças e o deslocamento forçado de centenas de famílias do seu espaço de viver.

---

preciosas. Disponível em: < <https://www.bancoagrario.gov.co/BancaAgropecuaria/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>104</sup> Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

<sup>105</sup> Idem. Ver nota anterior.

Paralelamente, os palenqueiros começaram a construir processos organizacionais das comunidades negras, através de conselhos comunitários. Assim, foi possível aproveitar o marco da Lei 70, de 1993 e as expedições do decreto 1745 de 1995<sup>106</sup>, para a titulação de terras como propriedade coletiva, étnica e cultural.

Dessa maneira, numa síntese, vê-se que o século XX foi marcado pelos processos de desterritorialização forçada, despojo e reterritorialização dos palenqueiros de Píamo. Ainda, caracterizaram-se mobilizações conjuntas entre indígenas e negros de Píamo. Nesse contexto, os índios estavam mais organizados politicamente, além de melhor estruturados enquanto movimentos sociais, fato que estimulou a participação dos negros na luta pela terra e pelo território.

El trabajo conjunto entre indígenas Nasa y campesinos negros supuso una mixtura de reivindicaciones sociales que reconocían en estas haciendas terrenos que habían sido explotados por mano de obra esclava. Para el momento de la recuperación de la hacienda Carrizal, cuyo propietario, al igual que en el caso de la hacienda Píamo, era el señor Ángel Raffo, se presentaron dos situaciones que facilitaron la negociación entre el INCORA y el mencionado dueño y así, la venta del terreno para las comunidades negras e indígenas que lo estaban ocupando y reclamando. Por una parte, desde la decadencia del modelo económico de la hacienda en la época colonial, Píamo fue paulatinamente abandonada y empleada fundamentalmente para el pastoreo de ganado sin presencia continua de sus propietarios y, de otro lado, como lo señala un líder comunitario, Ángel Raffo era amigo y realizaba negocios con el señor Harold Eder, quien en el año 1965 fue secuestrado y asesinado en el municipio de Corinto por la emergente guerrilla de las FARC por lo que el señor Raffo determinó no frecuentar su finca por temor a correr la misma suerte del señor Eder.

Os cenários da formação territorial de Píamo são heterogêneos, cujas relações entre negros e indígenas na Colômbia foram, e ainda são, constantes, tanto nos vínculos econômicos, quanto políticos. Nessa conjuntura, os conflitos se ampliam a partir da presença das FARC, mas também, dos paramilitares. Além disso, a participação da *etnia indígena Nasa* foi importante e relevante para as conquistas recentes das famílias de Píamo.

Além do fato de estarem organizados politicamente, os indígenas participaram, em maior número, da construção dos artigos sobre as questões étnicas rurais inscritas na Constituição da Colômbia de. Desse modo, nesse período, a contribuição dos indígenas foi considerada relevante para os primeiros processos, que se deram de maneira coletiva e previamente organizados, entre os indígenas e negros de Píamo. Ademais, em 1984,

---

<sup>106</sup> Dicho ley es fruto de la lucha organizada de las comunidades negras, las cuales por primera vez después de la abolición de la esclavitud, son sujeto de una legislación particular (...) la ley 70 de 1993 (...) no es una dádiva del Estado. Por el contrario, es fruto de la lucha organizada de nuestras comunidades: Es una conquista del pueblo negro de Colômbia (VILLEGAS, 2005).

aconteceu a primeira recuperação coletiva de 900 hectares do território Pílamó, entre indígenas e palenqueiros.

Entretanto, essa relação termina quando os palenqueiros de Pílamó se retiram da luta com os indígenas, em decorrência das divergências políticas e questões relacionadas aos costumes, trabalho na terra, religiosidade e espiritualidade. Em 1993, retoma-se a luta de recuperação de mais 394 ha<sup>107</sup>, sem contar com a participação indígena, nesta ocasião. Essa parte do território foi dividida em lotes de maneira individual, que, dessa forma, foram destinados, exclusivamente, para “siembra plátano, yuca o cacao”<sup>108</sup>.

De esta manera os palenqueros fue desplazándose y avanzando por el territorio, rodeando, la siembra, los terrenos que se querían recuperar. Previo a la toma de cualquier área se realizaba una jornada de preparación para planear los procedimientos y recorridos<sup>109</sup>.

Os motivos da desagregação com os indígenas relacionam-se aos costumes e à ancestralidade construída no território, de geração em geração, tanto na agricultura, quanto na cultura e na relação com os recursos territoriais, como água e solo. Entretanto, o estímulo se deu depois de três moradoras de Pílamó terem sido despejadas do local onde viviam pelos indígenas, em decorrência das suas reclamações feitas sobre os arrendamentos das terras para a monocultura de cana-de-açúcar. Assim, a partir de 1993, as famílias de Pílamó começaram a lutar pelo reconhecimento do território negro e coletivo.

Nos depoimentos e relatos, quando se referem a formação territorial de Pílamó, os mais velhos dizem que esses dois momentos são claramente distinguidos: o primeiro estágio, que começou em 1984, em parceria com os indígenas; e o outro que começou em 1993, sem a participação dos mesmos. As ações coletivas, realizadas entre indígenas e palenqueiros em 1984, serviram de estímulo a um processo organizacional incipiente. Já em 1993, as famílias de Pílamó, fortalecidas pelos aprendizados com os indígenas, estabeleceram uma organicidade dos palenqueiros e, assim, agregaram à luta pelo território coletivo, no intuito de não ter mais problemas com arrendamento e venda de lotes, conforme ocorrido no passado por algumas famílias.

107 A partir da lei 70 de 1993, os negros de Pílamó se organizaram de forma coletiva para recuperar o restante do território grilado.

108 Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

109 Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.



Antes do reconhecimento enquanto território étnico, Pílamó configurava-se, formalmente, como Junta de Acción Comunal e, depois, como Asociación Agropecuaria Comunal Negra de Pílamó y Palenque. Entretanto, essa forma de titulação foi inadequada, segundo os moradores de Pílamó, já que o título do território não foi coletivo, mas sim individual. A partir de 1993, e depois de várias reuniões, os palenqueiros decidiram estabelecer o Consejo Comunitario Comunidad Negra de Pílamó y Palenque, que assegurava o direito territorial coletivo étnico e cultural dos territórios negros na Colômbia. Posteriormente, em 1998, se deu a fundação do Consejo Negro do Palenque Pílamó.

Sobre esse processo, em particular, deve-se acrescentar que a sua consolidação na forma do Conselho Comunitário não teve uma correspondência direta com a emissão da Lei 70, de 1993. Segundo alguns moradores de Pílamó, não foi essa legislação que estimulou a iniciativa de organização comunitária. No entanto, no momento, os mesmos buscam se ajustar à legitimidade e dar luz à figura do Conselho Comunitário, algo que lhes permite participar como uma autoridade representativa da comunidade negra. Além disso, esse processo ainda lhes dá a capacidade de proteger o território contra a entrada de paramilitares e guerrilhas, bem como se posicionarem contra a venda ou arrendamento de terras.

Assim, as famílias de Pílamó estão lutando há vinte anos para a titulação coletiva como comunidade negra rural, com especificidade cultural, religiosa e ancestral. O processo está em procedimento pelo Ministerio del Interior e o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural, desde 1998. Sobre a preferência das famílias por esta forma de titulação étnica do território, fica claro que acontece em decorrência dos problemas estruturais, como por exemplo, pela venda e o arrendamento de lotes para monocultura de cana-de-açúcar, plantio de coca e/ou maconha. Ademais, tais plantações são responsáveis por impasses no convívio entre alguns palenqueiros – os quais tiveram as mesmas atitudes de desfazerem do seu pedaço de terra para o capital. Segundo alguns moradores, isso tudo ocorreu após deslocamentos forçados e também pelas necessidades econômicas, que fizeram com que arrendassem as terras para fins do agrohíbrido.

O esforço das famílias de Pílamó para se organizarem e se configurarem como uma autoridade, representando a comunidade negra em seu território, foi percebido e aqui está evidenciado. Acresce-se que a luta, em alguns casos, está vinculada à uma questão geracional, na medida em que o seguimento remonta os processos organizacionais do país e aos anciãos da Comunidade – que adquirem continuidade através da participação ativa de seus filhos no território, no Conselho, na atividade comunal do trabalho na terra e nas atividades políticas, culturais e econômicas, e, sobretudo, na construção do território.

### 3.2.1 Localização do Palenque Pílamo/Guachené/Colômbia

A década de 1990 marca o momento em que a população negra de Pílamo se organiza sob a figura do Conselho Comunitário<sup>110</sup>, o que fortalece os processos de organização de outros grupos negros nos municípios de Caloto e Guachené. Ademais, é preciso destacar a participação das lideranças de Pílamo na política regional e municipal.

Tal es el caso de Francisco José Paz Zapata, quien fue Alcalde del municipio de Caloto entre los años 2001 y 2003 – cuando aún Guachené se constituía como corregimiento - y del municipio de Guachené entre 2012 y 2015; el líder Jaime Carabalí actualmente funge como Concejal del municipio y la líder Yamileth Lasso<sup>111</sup>.

Percebe-se a participação efetiva dos palenqueiros nas decisões políticas regionais.

Así mismo, es de destacar que el Consejo Comunitario de Comunidades Negras de Pílamo el Palenque desempeñó un rol fundamental en la iniciativa ciudadana que desembocó en la separación del corregimiento de Guachené del municipio de Caloto, para erigirse como entidad territorial independiente, hecho que, después de múltiples intentos, se consolidó en el año 2006<sup>112</sup>.

O Palenque Pílamo está localizado no município de Guachené, região norte do Departamento de Cauca. A extensão do espaço é de 392 km<sup>2</sup>, distribuídos em 2.18 km<sup>2</sup> de área urbana e 390.03 km<sup>2</sup> de zona rural<sup>113</sup>. Essa extensão do território de Guachené é banhada por dois rios principais da região, Hato e Palo, sendo que a maioria da população vive no campo.

Além disso, o município de Guachené possui uma morfologia predominantemente plana, com encostas que atingem um percentual máximo de 7º, equivalente à 12% da área. As áreas baixas e em menor extensão com encostas somam quase 50% da área com drenagem média a excessiva, associadas aos complexos vulcânicos como o Nevado del Huila,

<sup>110</sup> Finalmente, es importante señalar que el Consejo Comunitario de Comunidades Negras de Pílamo el Palenque forma parte, así como otros 40 consejos ubicados en el norte del Cauca, de la Asociación de Consejos Comunitarios del Norte del Cauca – ACONC – instancia organizativa regional que surge en la década de los años noventa y promueve iniciativas de reivindicación social, política y territorial de las comunidades negras. OBSERVATORIO DE TERRITORIOS ÉTNICOS Y CAMPESINOS. Zona Norte Del Cauca: Por El Fortalecimiento De Las Organizaciones Afrocolombianas. Disponível em: < <http://www.etnoterritorios.org/VallesInterandinos.shtml?apc=h-xx-1-&x=11>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

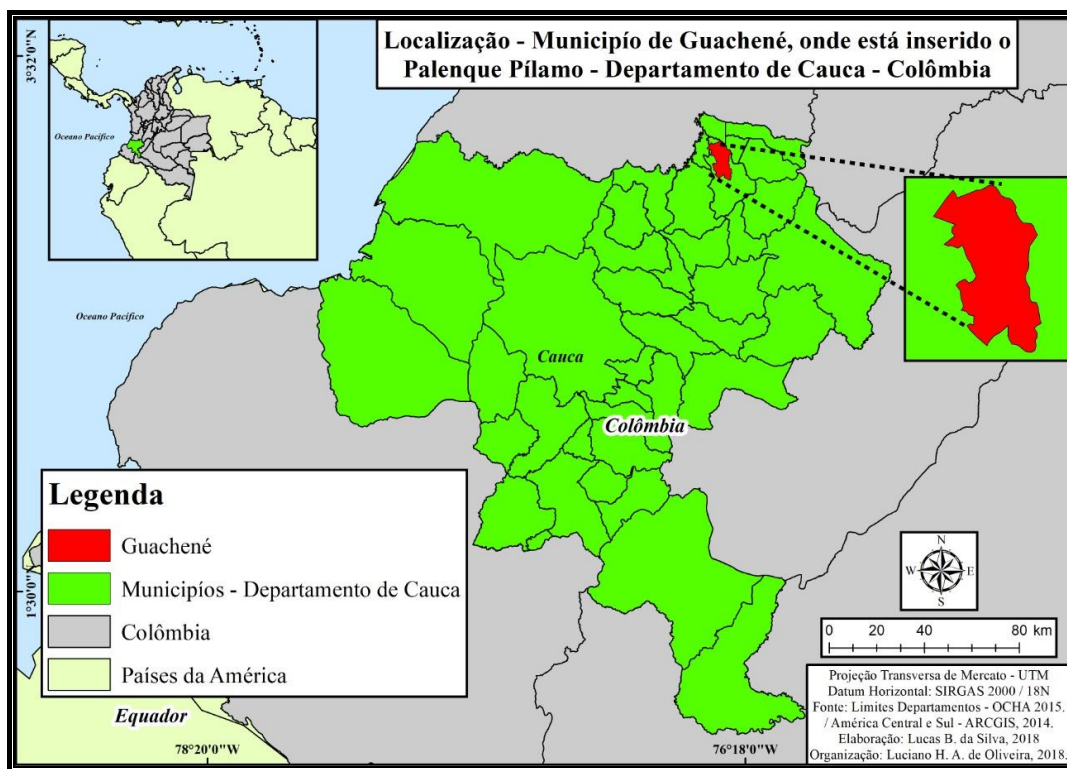
<sup>111</sup> Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

<sup>112</sup> Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

<sup>113</sup> Página oficial do município de Guachené, Cauca. Informação geral. Disponível em: < <http://guachene-cauca.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Pasado,-Presente-y-Futuro.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

correspondendo montanhas médias. Ainda, sua altitude é de cerca de 967 a 1.073 metros acima do nível do mar. No Mapa 06, localiza-se o município de Guachené e Pílamó.

Mapa 6 - Localização do município de Guachené e do Palenque Pílamó/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2019.

**Fonte:** Limites Departamental – OCHA, 2015.

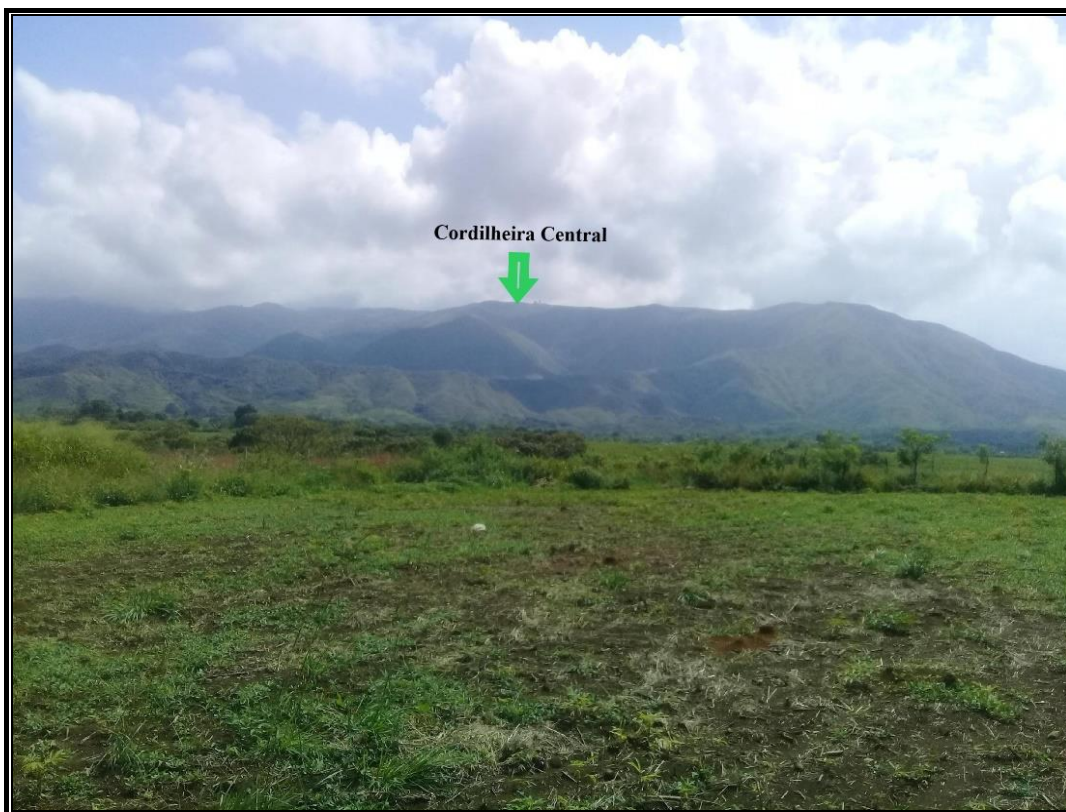
A geologia de Guachené se constitui em um mosaico de diversas litologias que se diferenciam: Cordilheira Central (Fotos 49 e 50) composta de rochas de médio a baixo grau de metamorfismo e cuja idade estabelece-se entre o pré-cambriano (Unidade gnaiss de Quintero) e Pleozóico (Complexos Cajamarca e Arquía), possuindo intrusões de corpos plutônicos e metamórficos mesozoicos; Complexo Quebrada Grande (Glaucofânico Esquitos de Jambaló, Granones de Bellones); além da sequência sedimentar de São Francisco, diques, estoques e corpos vulcânicos do Cenozóico (INGEOMINAS, 1999).

O município de Guachené e a capital do Departamento de Cauca, a cidade de Popayán, se distanciam por 89 km e a capital do Departamento del Valle del Cauca e a cidade Santiago de Cali estão em uma distância de 50 km.

Geograficamente, o Palenque Pílamó está localizado no terraço superior da planície aluvial do rio Palo, ao sul do município de Guachené e ao norte do município de Caloto. Assim, apresenta uma superfície plana a ligeiramente declivosa, um clima quente e seco, com temperaturas que podem ultrapassar os 24°. Ademais, o território é atravessado pela estrada

municipal, que liga o município de Guachené ao município de Caloto; com ligação na localidade de El Palo com a estrada departamental, que leva ao município de Corinto, Jámalo e Miranda; e com o município de Flórida do Sul do Departamento de Valle del Cauca. (Fotos 50, 51) Cordilheira Central.

Foto 50 - Cordilheira Central que integra a dinâmica da paisagem de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 51 - Cordilheira Central que integra a paisagem de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Nas Fotos 50 e 51, que apresentam a Cordilheira Central, observa-se pastagens e vegetação baixa, o que complementa as paisagens do território de Pílamo. É importante dizer que a Cordilheira Central é a mais elevada e fica entre duas cordilheiras, sendo separada da Oriental por um vale onde passa o rio Magdalena e da Ocidental, pelo vale no qual corre o rio Cauca.

Diante de tamanha diversidade, a flora e a fauna são extremamente variadas. Existem manguezais, savanas, matas tropicais e selva nas quais habitam grande variedade de espécies de animais, como tamanduás, gambás, preguiças, veados, antas, macacos de várias espécies, onças, quatis, entre outros (INGEOMINAS, 1999). Ainda, a área de pastagem, mostrada na fotografia, não apresenta fins econômicos. Na atualidade, os palenqueiros de Pílamo usam essa área para selecionar as bananas que não estão estragadas, no intuito de vendê-las para as feiras do município de Guachené e também em outras cidades.

O território de Pílamo possui uma morfologia predominantemente plana e levemente inclinada em direção ao Noroeste. Assim sendo, está associado às planícies dos principais rios (Palo e Hato), que partem do Sudeste em direção a Noroeste, vindo da frente montanhosa – Cordilheira Central, que tem uma orientação marcada do Sudoeste-Nordeste, ortogonal às várzeas e planícies aluviais (INGEOMINAS, 1999).



As fotos 52 e 53 representa a área de plantio de abacaxi e um barraco para guardar as ferramentas para os trabalhos coletivos nas áreas de plantios.

Foto 52 - Área de plantio de abacaxi no Palenque de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 53- Barraco para guardar as ferramentas para manejo do solo. Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

A área das Fotos 52 e 53 dizem respeito ao espaço onde os palenqueiros cultivam, de forma coletiva, os abacaxis. Em novembro de 2018, quando foram tiradas as fotos, a área estava em processo de preparo para a produção de abacaxis visando a próxima safra. A mangueira preta é utilizada para tragar a água do córrego – localizado ao lado do barraco – com objetivo de ser utilizada na irrigação dos abacaxizeiros. Neste barraco, são guardadas as ferramentas do manejo com a terra, como as enxadas e carriolas. Além disso, observa-se no chão um couro de animal branco e preto, além das coroas secas do abacaxi no chão. Ademais, a estrutura do barraco é feita de bambus, material disponível no local.

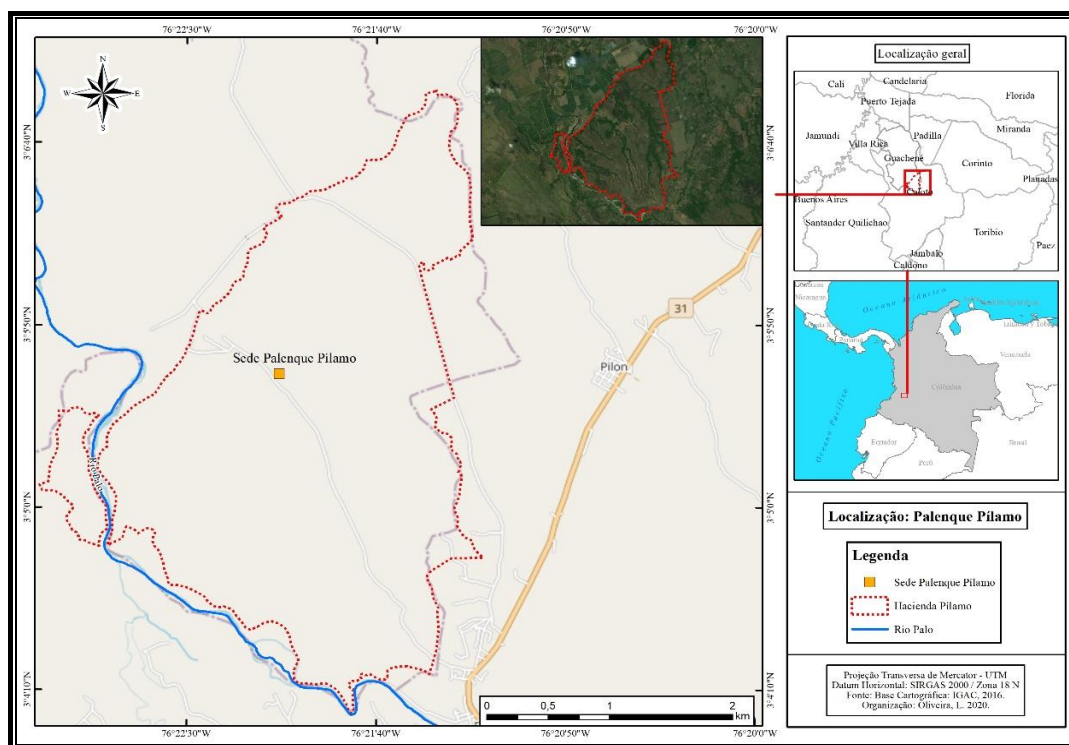
### *3.2.2 Perímetro territorial do Palenque Pílamó*

O perímetro da área territorial do Palenque Pílamó foi determinado e demarcado, a partir das informações prestadas pelos líderes da comunidade, assim como pelas informações cadastrais contidas no estudo dos títulos. Além disso, tais explicações só foram possíveis, mediante a verificação dos dados obtidos por uma equipe – de antropólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiro ambiental e outros profissionais – no intuito de caracterizar as incumbências territoriais dos limites cadastrais. Aliás, vale ressaltar que essa equipe, direcionada para o trabalho de demarcação e reconhecimento, são de Bogotá e, dessa forma, desenvolvem, especificamente, trabalhos de reconhecimento, demarcação e titulação de territórios negros no espaço geográfico rural da Colômbia.

Por conseguinte, os elementos utilizados para delimitação territorial do perímetro da comunidade negra de Pílamó foram variados, como por exemplo, a Escritura nº 600 de dezembro de 1996 do Tabelião Único de Caloto; Arquivo de propriedade da antiga Fazenda Pílamó; Certificado de tradição da propriedade de Pílamó; Consulta de informações cadastrais de 33 propriedades vizinhas; Base patrimonial digital do município de Guachené e Carta cadastral. Essas informações primárias foram obtidas em viagens de campo, realizadas no ano de 2018 e 2020, no Palenque Pílamó e outros espaços e departamentos.



Mapa 7 - Localização do perímetro territorial do Palenque Pílamo/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2020.

**Fonte:** Base Cartográfica – IGAC, 2016.

É importante discorrer que a conjuntura do pedido de inclusão do Palenque Pílamo – no processo de demarcação territorial como território negro, mais precisamente no espaço geográfico colombiano, com base na Constituição colombiano de 1991 e da lei 70 de 1993 – proporcionou aos afrocolombianos e para as comunidades negras rurais, os fundamentos legais para reivindicar seus direitos territoriais, étnicos e culturais. Desse modo, os representantes do território negro de Pílamo forneceram uma cópia da escritura nº 600, de 10 de dezembro de 1996, do Cartório Único de Caloto, pertencente ao imóvel da Fazenda Pílamo. Sendo assim, a partir desse documento, foi possível validar e identificar o código do imóvel e a matrícula.

Com as informações coletadas em campo, a partir dos palenqueiros de Pílamo e dos funcionários do Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER), foram identificadas as informações cadastrais do território. A partir da sistematização desses dados, ainda foram obtidos aos registros de propriedade do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) Colômbia, os certificados de tradição da propriedade e das propriedades rurais adjacentes ao palenque. Com estes documentos de apoio, também foi organizado o material com informações imobiliária, hidrográfica e rodoviária.

O Mapa 07 possibilita visualizar o perímetro territorial, demarcado para titulação durante o processo de reconhecimento da territorialidade das famílias do Palenque Pílamó no território, entretanto, a titulação definitiva, como território negro, deve terminar em 2021. Vejamos no mapa, o perímetro do território de 921, que pertence ao grupo da comunidade. Em linha azul, está o rio Palo, o qual, no passado, foi utilizado pelos palenqueiros para mineração ancestral e também para banhar, pescar e para a própria sobrevivência. No entanto, devido à expansão da mineração ilegal e do agrohidronegócio – como exemplo o da cana – o grupo étnico não pratica mais nenhuma dessas atividades no rio. Além do mais, existe a estrada estadual do km 31, que faz ligação com outras cidades da região, como Caloto e Guachené.

As informações institucionais do IGAC é de que a propriedade pertencente à Pílamó apresenta diferença de área no desenho e no banco de dados. Por outro lado, não foi possível adquirir o Plano nº 482 -706 que cita a escritura nº 600, de 10 de dezembro de 1996, visto que nenhuma resposta foi obtida ao ofício URT – 02791, de 12 de dezembro de 2016, dirigido à Agência Nacional de Terras e ao INCODER. Nessa ordem de ideias, decidiu-se proceder ao reconhecimento patrimonial dos limites e divisas do Pílamó, constante na referida escritura pública, já que os dados referentes aos limites foram coletados em campo e na companhia de membros da comunidade.

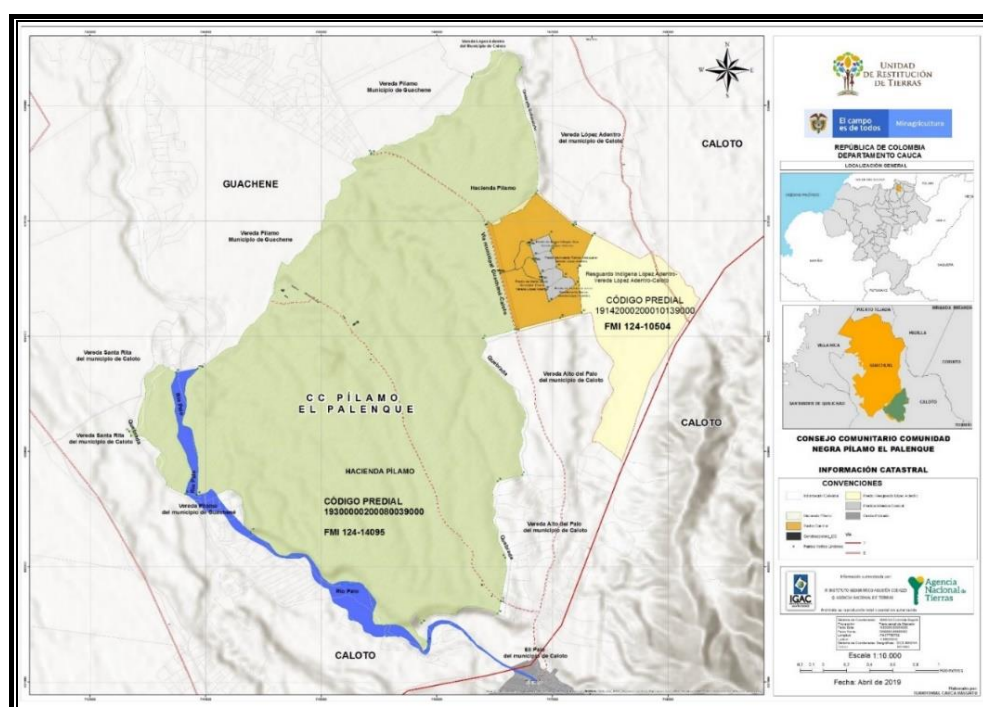
Assim, como resultado do processo, determina-se que o território tradicional de Pílamó é constituído por duas áreas, onde a comunidade exerceu a ocupação ancestral. A primeira delas denominada pelas famílias de Setor Carrizal, enquanto a segunda parte, de maior extensão, representa o território de Pílamó. Relativamente, ao imóvel Carrizal, importa referir que o Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (INCORA) adquire dois imóveis à José A. Raffo y CIA. S., por meio da Escritura nº 3.711, de 6 de dezembro de 1990 do 2º Cartório de Popayán, tradições registradas nas folhas de registro nº 124-1895 e 124-10503, por meio da Resolução nº 034 de 14 de agosto de 1996 do INCORA.

Nesse contexto, o Setor Carrizal foi constituído como reserva indígena, em nome da Comunidade Indígenas Páez de Corinto e também foi incluído dentro deste processo administrativo. Consequentemente, a propriedade foi incluída como parte do território indígena titulado e a adjudicação do território foi formalizada por meio do registro da referida resolução, no registro de imóveis nº 124-10504, em 11 de junho de 1997 (de acordo com código do título 6 do registro de propriedade).

Aliás, a propriedade Carrizal – que está localizada no território de Pílamó, alto do município de Caloto, nos limites da Reserva Indígena López Adentro – registra o número de

matrícula 124-10504 e possui uma área de 197 hectares, dos quais 57, 8.272 hectares estão em posse pacífica dos membros do palenque. Ademais, essa área de 57, 8.272 hectares foi determinada pela Unidade de Restituição de Terras, por meio de georreferenciamento, tomando 16 pontos com GPS simétrico, de acordo com os limites indicados em conjunto por membros da comunidade da Reserva Indígena López Adentro e membros do Palenque Pílamó em 6 de junho de 2017 e com prévia autorização das autoridades do Resguardo de López Adentro<sup>114</sup>.

Mapa 8 - Identificação espacial do território de Pílamó com detalhe das proximidades da Setor Carrizal



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2020.

**Fonte:** Base Cartográfica – IGAC, 2016.

No Mapa 08, observa-se os perímetros das áreas do Palenque e do Carrizal, em uma das visitas de campo no território negro de Pílamó, em 2020, no setor de Carrizal foram identificados quatro imóveis privados que não fazem parte do território ancestral e da gestão do conselho comunitário, que são identificados com os códigos de propriedade 19142000200010137000. Esses imóveis estão localizados no centro do setor de Carrizal, onde foi identificada uma via de trânsito de 1.733 metros lineares com uma área de 0,2874 hectares. A via liga as referidas propriedades à estrada municipal Caloto – Guachené.

<sup>114</sup> Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

A segunda porção de território ancestral, caracterizada pela maior extensão da área, compreende o território do Palenque Pílamó, extensão que foi adquirida pela comunidade a partir do financiamento do subsídio integral a que se refere o artigo 20 da Lei 160, de 1994. Ademais, este subsídio será equivalente ao valor de la Unidad Agrícola Familiar (UAF):

y será otorgado por una sola vez, con arreglo a las políticas y a los criterios de planificación, focalización, priorización, exigibilidad y calificación que, para el efecto, determine el Gobierno Nacional a través del INCODER. Quienes hayan sido beneficiarios del subsidio exclusivamente para la compra de tierras, podrán ser objeto del presente subsidio únicamente por el monto destinado a cubrir los requerimientos financieros para el establecimiento del proyecto productivo agropecuario<sup>115</sup>.

O território do palenque representa a maior parte da área ocupada pela comunidade, embora o território ainda esteja em processo de titulação coletiva, nos termos da Lei 70, de 1993, como já posto, de extrema importância espacial para titulação coletiva das comunidades negras rurais da Colômbia e para o grupo étnico de Pílamó (IGAC, 2016). Logo, o reconhecimento patrimonial do Palenque Pílamó iniciou-se com a interpretação da Escritura nº 600, de 10 de dezembro de 1996, com base gráfica do IGAC e a partir da informação constante dos autos de propriedade, além dos limites identificados. Por isso, o referido trabalho foi concluído durante a caracterização de forma mais oportuna e com o apoio dos líderes da comunidade. O Quadro 05 representa a área territorial de Pílamó.

Quadro 5 - Área territorial do Palenque Pílamó

| PREDIO                                          | ÁREA (Has)      |
|-------------------------------------------------|-----------------|
| Hacienda Pílamó                                 | 920,2690        |
| Sector Carrizal                                 | 57,8272         |
| <b>Área territorial del Consejo Comunitario</b> | <b>978,0962</b> |

Fonte: Unidad De Restitucion De Tierras (URT), Colômbia, 2017.

<sup>115</sup> Para mais informações acesse:

<<https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Leyes/Ley%20160%20de%201994.pdf>>  
Acesso em: 12 dez. 2019.



Foto 54 - Espaço de convivência das famílias do Palenque Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 55 - Espaço de convivência das famílias de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Nas Fotos 54 e 55, as árvores são grandes e se fecham entre elas, além disso, o verde complementa o tom da paisagem junto à sede da casa do antigo latifundiário e a caretinha, o que possibilita um lugar agradável e fresco com a vegetação do local. Ainda, tal sede está incluída também no processo de titulação pelo INCODER. As motos são de alguns palenqueiros que vivem no território ou na cidade de Guachené, devido às ameaças sofridas no processo da luta pelo direito ao território – vale ressaltar que as mesmas são utilizadas para o deslocamento das suas casas até a sede e as fincas, que estão localizadas longe de suas casas. Em conclusão, o perímetro será tomado como referência para o pedido de restituição de direitos territoriais, como demonstra no (*Quadro 05*). Além disso, constitui a aspiração territorial do palenque e corresponde a 978.0962 ha – de acordo com a área geográfica e identificada pela equipe de caracterização URT - DT Cauca no território, com o apoio dos referidos instrumentos e informação dos palenqueiros.

### 3.2.3 Demografia

As famílias de Pílamó também contribuíram para o processo metodológico do último censo nacional demográfico da população, em 2018, que foi produzido pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), órgão oficial vinculado ao Poder Executivo na Colômbia. A população total da Colômbia, atualmente, é de 48.258.495. Nesse sentido, os dados com os quais a comunidade contribuiu são extremamente úteis, embora contenham as variáveis mais básicas, como nota-se: nomes; apelidos; tipos de documento de identidade; número do documento de identidade; sexo e idade. Infelizmente, não foi registrado o endereço atual de residência das pessoas ou, na sua falta, do próprio núcleo familiar.

Em geral, os dados apresentam uma distribuição etária consistente com a do município e do Departamento de Cauca, mas com diferenças nas primeiras faixas etárias – o que pode ser considerado um indicador da qualidade da informação. Da mesma forma, destaca-se que não foram encontradas lacunas importantes de informação. Os dados, na íntegra, continham os registros de idade e sexo, como veremos na tabela, sendo que apenas 14 pessoas do palenque não possuem seus respectivos números de identificação. Dessa forma, é necessário recordar que Guachené foi distrito de município de Caloto até 2006, no penúltimo censo (2005), realizado pelo Governo Nacional da Colômbia, quando a sua população não estava registrada em especificidade.

Assim, serão aqui tomados como base os dados fornecidos pela Administração Municipal de Guachené, referente ao último Plano de Desenvolvimento (2016-2019) e ao

conjunto do censo comunitário – construído coletivamente com as famílias de Pílamó, além dos funcionários do DANE, entre os anos de 2018 e 2019, os quais, no ano de 2018, colaboraram com os palenqueiros na metodologia da organização e sistematização dos dados relativos ao Pílamó. De acordo com o disposto nas referidas pesquisas demográficas, o número de pessoas registradas no Departamento de Cauca é de 1.243.503 e a população do município de Guachené representa 19.815 pessoas, das quais 14.748 estão localizadas na zona rural e, no caso do Palenque Pílamó, a população total é de 277 pessoas.

**Tabela 03 - Distribuição etária e de gênero - Pílamó/Colômbia.**

| <b>Pílamó</b> | <b>Total</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |
|---------------|--------------|---------------|-----------------|
| <b>TOTAL</b>  | 277          | 120           | 157             |
| 0-4           | 17           | 6             | 11              |
| 5-9           | 22           | 6             | 11              |
| 10-14         | 26           | 14            | 12              |
| 15-19         | 33           | 12            | 21              |
| 20-24         | 20           | 10            | 10              |
| 25-29         | 20           | 9             | 11              |
| 30-34         | 26           | 10            | 16              |
| 35-39         | 21           | 9             | 12              |
| 40-44         | 12           | 3             | 9               |
| 45-49         | 13           | 7             | 6               |
| 50-54         | 17           | 6             | 11              |
| 55-59         | 10           | 5             | 5               |
| 60-64         | 15           | 5             | 10              |
| 65-69         | 8            | 5             | 3               |
| 70-74         | 2            | 0             | 2               |
| 75-79         | 4            | 2             | 2               |
| 80 +          | 11           | 4             | 7               |

**Fonte:** DANE e Pílamó (2019). **Produzido por:** Lucas Bento, (2020).

De acordo com os indicadores demográficos socializados na Tabela 03, pode-se observar uma tendência de envelhecimento da população de Pílamó. É possível que esse resultado seja em decorrência dos problemas da comunidade em capturar os registros de crianças menores de um ano – seja por não possuírem registro de nascimento ou pelo fato de seus pais ainda não os considerarem membros da comunidade, em consequência de sua idade. Por exemplo, o indicador de proporção criança-mulher – que estabelece a relação entre mulheres de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 4 anos – mostra que para cada 10 mulheres em idade fértil, há 2 filhos. Portanto, esse dado permite inferir que há uma pequena proporção de



filhos em relação às mulheres do grupo, fato considerado um indício de população envelhecida, com diminuição da fecundidade.

### *3.2.4 Práticas socioculturais*

A dinâmica temporal da comunidade negra de Pílamó determinou sua configuração atual, o que gerou múltiplas transformações nos padrões e manifestações culturais, que outrora eram tradicionais para as populações étnicas negras, sequestradas do continente africano. No entanto, persistem nas territorialidades do grupo étnico as práticas que podem ser entendidas, espacialmente, como tradicionais. Por conseguinte, algumas delas foram transformadas, com o passar do tempo e/ou com os processos de doutrinação, levados a cabo pelos latifundiários e pela religião católica. Dessa maneira, em algumas atividades culturais e políticas – as quais estávamos presentes, nos anos de 2018 e 2020, em Pílamó e em outros espaços – foi possível evidenciar práticas religiosas associadas ao catolicismo, com fortes elementos de sincretismo em algumas dessas atividades.

Assim sendo, um exemplo da materialização desse contexto encontra-se na celebração das novenas por ocasião de alguma morte, fato que mescla elementos religiosos e cantantes, associados à tradição oral africana. Essas relações são relativas e temporais das práticas e das expressões culturais, associadas ao catolicismo em conflito com sincretismo. Dessa forma, são correspondentes à ideologia eurocêntrica, ocidental e doutrinária ao impor a hegemonia nas relações heterogêneas, culturais e religiosas, das etnias indígenas e negras no espaço geográfico Latino-Americano. Por conseguinte, os grupos tradicionais no Brasil e Colômbia, não encontram-se afastados destas relações, na construção da identidade e dos territórios, em Pílamó:

Cuando se muere una persona la novena que se le realiza, es una tradición cultural realizar una novena, se reza una novena que se hace, se reza nueve noches y luego se tiene al final de las nueve noches, se hace lo que se llama el remate donde pues se reza toda la noche hasta las seis de la mañana, donde se hace un altar, donde pues con figuras propias de la comunidad y se hace un altar el cual se levanta a las seis de la mañana se debe levantar y con un canto que se llama Las Salves, se va levantando se va desbaratando la tumba hasta que tiene que ser, antes tiene que empezarse, pues antes de las seis de la mañana porque es cuando el alma se va de la casa, esa es una práctica cultural que desarrollamos bastante (Depoimento oral concedido por Bertha Nelly, moradora de Pílamó e militante do PCN, em novembro de 2018).

No relato de Bertha Paz, ficam esclarecidas as relações simbólicas e ancestrais das práticas religiosas e culturais em Pílamó. Entretanto, é válido frisar que, no Brasil, Colômbia e em outros países da diáspora negra Latino-Americano e Caribenho, é que as expressões

culturais de origem africana – no sentido temporal da territorialidade dos grupos étnicos – foram amplamente demonizadas pela religião católica. Além disso, atualmente, tais expressões culturais ainda são rechaçadas por algumas igrejas evangélicas, que as descrevem como demoníacas, de modo que a população se colocou a imitá-las em suas práticas.

Nessa perspectiva, existem outras práticas que estão em declínio nas últimas duas décadas, segundo alguns moradores de Pílamó. Dentre estas, destaca-se a mineração ilegal no rio Palo, principalmente, devido ao conflito armado e aos fatores que lhe estão subjacentes. Antigamente, os vales fluviais eram grandes extensões de praias e, dessa forma, eram constantemente visitados pelas famílias para atividades lúdicas e tradicionais, como a lavagem de roupa e espaços de coesão comunitária. Tais atividades permitiam estreitar os laços da comunidade, além de transmitir, por meio da narração oral, as tradições culturais e a história da comunidade negra para jovens e crianças<sup>116</sup>. Hoje em dia, as margens do rio Palo estão cheias de resíduos, não existem mais praias e, ainda, há constante medo da população de Pílamó pela presença de atores armados, como por exemplo, da FARC, que também pratica atividade de mineração ilegal, como veremos mais adiante.

Foto 56 - Resíduos da extração da mineração ilegal no rio Palo. Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

<sup>116</sup> Informações reunidas na Prefeitura de Guachené. Historias Locales, no Livro: Proceso de fortalecimiento territorial a consejos comunitarios. Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER); Centro de Estudios Interculturales (CEI); Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2013. Julho de 2020.

A Foto 56 apresenta um fato corriqueiro da temporalidade das práticas tradicionais de espoliação e controle do território pelo capital – seja por meio da violência e/ou da intimidação ou ainda pelos efeitos territoriais, associados ao agrohidronegócio e à mineração ilegal, os quais são concretos no território do Palenque Pílamó. Sobre os resíduos de extração da mineração ilegal nas margens do rio Palo, revela-se uma problemática de décadas em relação ao desrespeito à territorialidade das práticas e das expressões culturais, promovidas pelas famílias de Pílamó, nas margens do rio.

Por outro lado, existem algumas celebrações e espaços comunitários de grande importância para a população negra de Pílamó, sendo algumas semanais e outras anuais. Desde a recuperação da fazenda, no final do século XX até hoje, todas as terças-feiras realiza-se uma jornada comunitária de trabalho, com o intuito de gerar oportunidades para estreitar os laços entre os membros da comunidade; entretanto, devido à situação de deslocamento forçado, ainda há risco de que tal realação seja perdida. Da mesma forma, segundo alguns membros de Pílamó, no mês de dezembro de cada ano, uma assembleia geral é realizada para celebrar uma missa em homenagem às pessoas que morreram no âmbito do processo organizacional e, também, como resultado do conflito armado.

En este espacio también se entregan incentivos a quienes participaron más activamente en el proceso organizativo y en los trabajos que se realizan en las parcelas agrícolas colectivas. Actualmente la comunidad está gestando una iniciativa para incluir dentro del reglamento comunitario la conmemoración de dos hitos históricos de gran importancia: la fecha de la toma de la hacienda y la de entrega formal del predio a la comunidad negra<sup>117</sup>

Dessa conjuntura, vale destacar que, nos meses de maio, se celebra o dia afro-colombiano, festa que reúne toda a população negra de Guachené e de Pílamó, além de agrupar os diferentes conselhos comunitários existentes da região. Em 2021, foi a única vez em que a festa não foi realizada, desde a sua fundação no início dos anos 1990, já que o povo estava de luto pela incursão e massacre cometidos pelas AUC, nos primeiros dias do mês de maio desse ano – conforme os relatos feitos por alguns membros do palenque, em 2018. Neste sentido, sugeriram, a partir do fim de algumas organizações subversivas no espaço geográfico colombiano, as organizações paramilitares que se espacializaram e se intensificaram, como conjunto da luta anti-subversivas da extrema-direita e que “entre 1996 y 1997, se aglutinaron

---

<sup>117</sup> Depoimento oral concedido por Bertha Nelly, moradora de Pílamó e militante do PCN, em 2018.

en torno a las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), comandadas por Carlos Castaño Gil<sup>118</sup>” (VELÁSQUEZ RIVERA, 2007, p. 138).

Por fim, vale destacar a formação da Guarda-Marrom, uma iniciativa que está em diálogo nas reuniões coletivas em Pílamó desde 2019, e que não só simboliza a uma tradição cultural, mas que também simboliza autonomia, soberania e autogoverno. Embora seja uma iniciativa incipiente para sua consolidação, a comunidade conta com o apoio da Asociación de Consejos Comunitarios del Norte del Cauca (ACONC), visto que a organização regional vem promovendo essa instância de autogoverno em outros conselhos comunitários, mais precisamente nos municípios de Santander de Quilichao, Buenos Aires e Suárez. Logo, o objetivo desta instância é a proteção do território e a continuação da construção de um território autônomo e soberano em Pílamó, assim como a garantia da segurança no processo de reterritorialização de algumas famílias deslocadas à força do seu lugar de viver.

### **3.2.5 Economia: modos e meios de produção agrícolas**

Conforme indicado nas seções anteriores, o solo de Pílamó teria sido utilizado para pecuária e cana-de-açúcar, o que determinou a sua vocação e levou à compactação e aridez dos solos. Assim, a partir da escassez de recursos hídricos, a população do palenque tem enfrentado grandes dificuldades no estabelecimento de várias culturas para que garantam, entre outras, a solvência econômica dos habitantes, além da segurança e soberania alimentar. No entanto, a economia da região gira em torno das fincas tradicionais e culturas temporárias (banana e mandioca), além de algumas culturas permanentes, como cana-de-açúcar, cana-de-panela, banana, cacau e fruteiras, alternadas com atividades industriais e agroindustriais.

No caso específico de Pílamó, conforme destacado anteriormente, persiste um grave problema de disponibilidade de água, fato que tem estimulado algumas famílias a adotarem a dinâmica da monocultura. Assim, em Pílamó é possível encontrar, principalmente, lavouras de banana, mandioca e abacaxi, em média escala de produção. No entanto, as safras são plantadas e colhidas principalmente para a venda nas feiras de Guachené e Puerto Tejada ou ainda em alguns minimercados. Além disso, algumas partes da banana-da-terra e da mandioca colhida são usadas para consumo familiar. Vale ressaltar que atualmente, apenas cerca de trinta pessoas têm cultivos agrícolas no território.

---

<sup>118</sup> Un balance general del desarrollo del paramilitarismo de los años comprendidos entre 1979 y 1994, afirma Carlos Medina Gallego, refleja la persecución sistemática, el hostigamiento, la detención arbitraria, la práctica de la tortura y la realización de consejos verbales de guerra que caracterizaron la administración del presidente Julio César Turbay Ayala (1978-1982) (VELÁSQUEZ RIVERA, 2007, p. 138).



Foto 57 - Produção de abacaxi no território de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 58 - Separação para comercialização do abacaxi no território de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).



Foto 59 - Colheita do abacaxi no território de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

As Fotos 57, 58 e 59 certificam o modo e o meio de produção do abacaxi em escala média. Assim, as fotos registram um dia do Trabalho coletivo no palenque, no território espacializado em mais dez lugares com o mesmo modo e meio de produção. A mulher negra, que pode ser vista nas fotos, é uma palenqueira e em todas as terças-feiras, que é o dia do trabalho coletivo, ela e seu companheiro se dedicam seis horas do dia para o manejo e colheita dos abacaxis, além de outros afazeres e cultivos. A mesma palenqueira, depois de meio dia de trabalho no corte das coroas do abacaxi, se prepara para separação dos mesmos. Dessa forma, é intensa a movimentação do deslocamento dessa mulher para transportar os abacaxis na sacola vermelha até o caminhão – que levará até o lugar da distribuição, em Guachené, para depois ser comercializados em mercados e feiras populares da região.

Em relação à mandioca, é fundamental destacar que a comunidade possui rallanderías – espaço físico estruturado para tritar e ralar, por exemplo, as mandiocas. Assim sendo, esse estabelecimento é destinado à ralação da mandioca amarga e à produção de fécula de mandioca na comunidade. Segundo os relatos das famílias de Pílamo em 2020<sup>119</sup>, a população desse palenque tentou operar as rallanderías por um tempo. No entanto, diversos problemas surgiram e, sendo assim, os obrigaram a arrendar as instalações a um particular, que vivia na

<sup>119</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamo, em 2018.

cidade de Santander de Quilichao. Além disso, segundo os moradores, houve o aumento da mosca-branca ou mariposa, praga que se alimenta da cultura da mandioca e gera problemas de abastecimento de matéria-prima.

Por sua vez, outra questão complexa é a queima da cana-de-açúcar, que gera um resíduo altamente volátil denominado pavesa, responsável por prejudicar a qualidade do amido, já que este deve ser seco ao ar livre para evitar ser contaminado com cinzas. Por fim, a comunidade não tinha recursos econômicos suficientes para fazer rallanderías sólidas e sustentáveis e, por isso, demorava entre um mês e quarenta e cinco dias para pagar os produtores, que também eram do palenque, conforme a explicação dos membros da comunidade<sup>120</sup>. A partir de então, instalou-se uma crise e, conseqüentemente, houve a necessidade de arrendar, por três anos, o espaço físico e sua infraestrutura. Por conseguinte, algumas famílias consideraram essa decisão um retrocesso, já que para a comunidade, as rallanderías representavam autonomia simbólica e econômica e estava dentro das projeções de curto prazo para retomar a produção de amido.

---

<sup>120</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamo, em 2018.



Foto 60 - Rallanderías do Palenque Pílamó/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018 - 2020).

A foto 60 exhibe o espaço e a estrutura onde a mandioca é moída para virar amido. Por sua vez, o amido consiste em um produto alimentar utilizado em padarias, por exemplo, para fazer biscoitos ou pão. Além disso, o amido também é utilizado para fazer outros tipos de produtos, entretanto, segundo os moradores do palenque, este é, fundamentalmente, destinado a fazer pão, já que o modo e os meios do processo têm como base a moagem. Nesse processo, há um espaço onde a mandioca é colocada e descascada; depois, migra para o processo no

moedor; a partir do moedor passa para os tanques, já convertidos em amido, conforme demonstrado nas fotos. Ademais, Bertha Nelly<sup>121</sup> fica por um período de um ou dois meses, aproximadamente, e depois tira dos tanques e os coloca ao sol, nos pátios verdes que demonstra o processo de secagem e de, então, finalização.

A rallanderia, que está arrendada para terceiros – por, mais ou menos, um milhão de pesos mensais colombianos (\$ 1.000.000) – faz todo o processo de produção, já que o território de Pílamo não tem mandioca plantada atualmente. Esse dinheiro, segundo os moradores do palenque<sup>122</sup> pertence à comunidade e ao conselho de administração, responsável por determinar o uso do dinheiro. Atualmente, a comunidade Pílamo, por meio do apoio da Asociación de Consejos Comunitarios del Norte del Cauca (ACONC), promove diversas iniciativas produtivas, que visam a autonomia econômica e a garantia da segurança alimentar da população.

Assim, como resultado das manifestações das comunidades negras rurais do norte de Cauca em 2016 e, de acordo com os moradores do palenque, está sendo conduzido um projeto de criação de porcos e galinhas poedeiras. No caso dos suínos, estes são concebidos como complementares dentro do modelo das rallanderías, uma vez que seria aproveitado o farelo resultante da produção do amido. Por fim, pretende-se promover um projeto de plantio de cacau, que faz parte de incentivos produtivos que visam garantir, como mencionado anteriormente, a segurança alimentar da população do Palenque Pílamo.

Por último, deve-se destacar, no conjunto das dinâmicas econômicas, os modos e os meios de produção agrícola e da prática do manejo ancestral que, há anos, não é praticada pelas famílias no rio Palo; e a pesca, como meio de sobrevivência e obtenção de fontes de proteína animal. No entanto, foi a partir da deterioração desse afluente e também devido à atividade ilegal da mineração, que tais práticas desapareceram, como exemplo da mineração ancestral, a qual era praticada na sua totalidade por mulheres palenqueiras. A pesca desenvolveu-se, principalmente, no rio Palo, durante décadas. Assim, em algumas das reuniões em que estávamos presentes, os palenqueiros contestaram que antes dos efeitos territoriais e socioambientais, era possível encontrar variáveis espécies de peixes, como por exemplo, o sabaleta, a tilápia, a rabricolorada e o bocachico.

No próximo capítulo, vamos contextualizar a dinâmica da constituição dos territórios dos quilombos na historicidade brasileira e, além dos palenques na conjuntura colombiana. Ademais, também será discorrida uma síntese do contexto histórico e do debate nos

---

<sup>121</sup> Depoimento oral concedido por Bertha Nelly, moradora de Pílamo e militante do PCN em nov. 2018.

<sup>122</sup> Relato oral ouvido em reunião com os moradores de Pílamo em nov. 2018.

movimentos sociais e academias sobre o que é quilombo e o que é palenque, na América Latina.

## **CAPÍTULO 4 CONSTITUIÇÃO DOS QUILOMBOS E PALENQUES NA AMÉRICA LATINA: O CONTEXTO HISTÓRICO E O DEBATE SOBRE O QUE É QUILOMBO E O QUE É PALENQUE**

O debate sobre o que é quilombo e o que é palenque, na América Latina, é necessário e relevante para compreender as contradições envoltas no que, Quijano (1998), denomina de colonialidade do poder, retratada como uma dependência histórica-estrutural. O autor lembra as estruturas de dominação produzidas e reproduzidas ao longo dos últimos séculos na América Latina e propõe desconstruí-las, já que a sua contribuição é “quebrar” as leituras hegemônicas eurocêntricas. Uma nova leitura a partir *dos de dentro*: “[...] determinados grupos étnicos que, desde el punto de vista eurocéntrico, han sido y son considerados inferiores e incapaces de participar efectivamente en el conjunto de la sociedade” (ACHINTE, 2010, p. 197).

Essas estruturas de dominação colaboram para explicar, justificar e legitimar a formação socioespacial das comunidades negras na diáspora africana, territorializadas na Colômbia e no Brasil. Assim, a formação das comunidades negras nas Américas não pode ser interpretada fora dos fatos históricos e, espacialmente, devem ser determinadas num movimento conjunto através de uma formação social, cultural, econômica, simbólica, ancestral e de luta.

Segundo Santos (1996, p. 135), “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitirá uma correta noção da realidade”. Por isso, é importante assimilar a formação socioespacial dessas territorialidades negras na totalidade da América Latina para apreender as realidades e as contradições no Quilombo Cafundó e do Palenque Píamo. Por conseguinte, ambos integram a conjuntura do complexo mundo de territórios negros que sofrem, diretamente, os efeitos territoriais da acumulação por espoliação, mediante a territorialização do agrohidronegócio e da mineração ilegal, no século XXI.

Os territórios negros foram estabelecidos em oposição à lógica capitalista, desenvolvida com a exploração da força de trabalho dos negros nos latifúndios, especificamente, nos cafezais e nos garimpos. Desse modo, “[...] la colonialidad se constituyó como la piedra fundacional del patrón de poder mundial capitalista, colonial, moderno y eurocentrado” (QUIJANO, 2010, p. 184). Portanto, “[...] tal colonialidad del poder ha probado ser más profunda y duradera que el colonialismo en cuyo seno fue engendrado y al que ayudó a ser mundialmente impuesto” (QUIJANO, 2010 p. 184).

Tais imposições foram relatadas por vários autores, no contexto da construção e da estruturação dos conteúdos teóricos, subjetivos ou empíricos, que influenciam na construção

desta Tese. Entretanto, a leitura aqui visa possibilitar a compreensão da complexidade na formação socioespacial das comunidades negras rurais, que apenas recentemente, foram inseridas numa elaboração pensante com os sujeitos. Sendo assim, essa abordagem permitiu compreender a colonialidade do poder, que aponta para uma leitura não hegemônica, questionando as estratégias utilizadas para manter a imposição do pensamento colonial e, consequentemente, do controle territorial por séculos.

Nesse contexto, enquanto a “[...] plantagem constituiu o eixo do modo de produção escravista colonial, durante toda a sua existência, a mineração de ouro e diamantes compartilhou esta posição dominante no decurso de três quartos de século” (GORENDER, 2010, p. 465). No Brasil e na Colômbia, os fatos se assemelham em sua conjuntura. Ademais, um caso análogo é o garimpo na Colômbia, que, no transcorrer do século XVIII, deu origem aos movimentos mineiros e, assim, provocou lutas e revoltas que resultaram em alguns casos de materialização territorial dos palenques. Por conseguinte, esse processo se deu essencialmente no Pacífico colombiano, onde o garimpo ainda é fundante para o sistema colonial na região, tanto na exploração do ouro, quanto do diamante, até os dias atuais.

Assim, a circulação do capital e o sistema econômico colonial foi introduzido, também, por meio do lucrativo “tráfico negreiro” para o continente americano. Isso se deu principalmente no Brasil, a partir do tráfico do continente africano de diversos grupos étnicos negros, promovido pelos colonizadores europeus. Por isso, essa prática foi um dos eixos principais de acumulação de capitais para as metrópoles. Ainda, de acordo com Williams,

os escravizados negros eram ‘a força e a energia deste mundo ocidental’. A escravidão negra exigia o tráfico de escravizados negros. Portanto, a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico na África eram ‘uma questão de extrema importância para este reino e as fazendas pertencentes a ele’. (WILLIAMS, 2012, p. 63).

Tal modelo de acumulação resultou no processo da formação espacial brasileira e colombiana e, assim, se consolidou dando origem às diferentes formas de ocupação, o que gerou contradições diversas, produzindo os territórios dos quilombos e palenques. Essas comunidades foram forjadas em contextos históricos e, conforme as expressões identitárias, quase sempre, produzidas pelos conquistadores que, no âmbito da opressão, nomearam as categoriais de quilombolas: Quilombos e/ou Mocambos (Brasil); Palenques, Cimarron e Cumbes (Colômbia, Cuba e Venezuela); Maroons (Haiti, Jamaica e outras Ilhas Caribenhas) (SILVA, 2012).

Aliás, essas denotações “[...] quilombos, maroons, palenques, mocambos) foram introduzidas nos documentos coloniais, normalmente de forma depreciativa. O termo inglês maroon, por exemplo, deriva do castelhano cimarrón, inicialmente utilizado para denominar animais fugidos” (SOUZA, 2008. p. 25). Dessa forma, tais interpretações tendenciosas foram construídas, no sentido de desconectar e descaracterizar os sujeitos excravizados de suas formações culturais.

Além disso, as constituições históricas desses territórios são distintas em vários países, como por exemplo, Suriname e Jamaica, que estabeleceram tratados de paz com os poderes coloniais. Ademais, as comunidades negras rurais, como Saramacá, Djuka, Paramaka, Matawai, Aluku e Kwinti, eram compostas de estruturas políticas próprias, por meio de seus reis, tal como mantinham relações comerciais com a ex-colônia e, ao longo de sua história, puderam efetivamente se expressar a partir de seus códigos culturais, sociais e políticos (SOUZA, 2008). Por conta disso, as dinâmicas das constituições históricas dos territórios negros e tradicionais são tão complexas de compreender. Como exemplo, Souza (2008), relata uma proximidade entre o colonizador e as comunidades negras, no processo de formação socioespacial dos territórios e também na estrutura econômica e política de cada grupo.

Em uma perspectiva latino-americana, tanto com foco na cidade como no campo, as relações no campo geográfico e nas ciências humanas exigem dos pesquisadores sensibilidade e conhecimento teórico e metodológico. Assim sendo, há que se ter clareza para não homogeneizar as distintas territorialidades. No espaço em que se territorializam raízes, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, indígenas, quilombolas, palenques, entre outros grupos sociais e étnicos, há uma complexidade de coexistências, que mesclam aproximações e resistências mediante as contradições do modelo de apropriação capitalista.

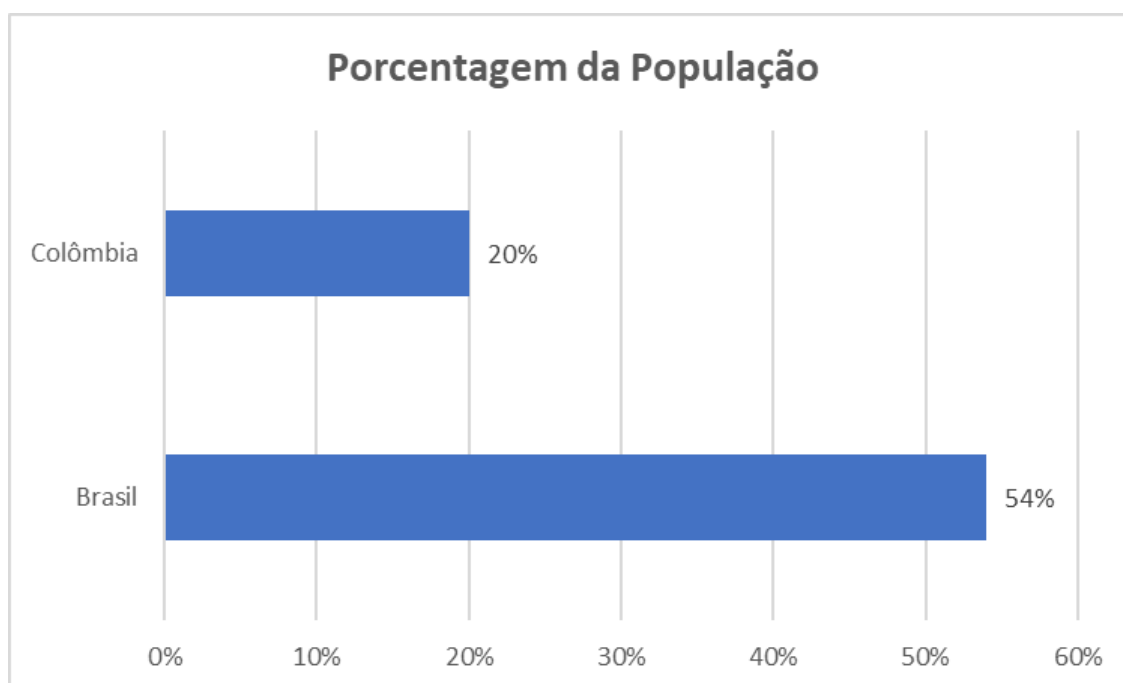
Na América Latina, são diversas as resistências e dinâmicas das constituições dos sujeitos ou dos formadores de organizações territoriais/sociais, no cenário decorrente da diáspora africana. Dessa forma, as diversidades materializadas e as especificidades ancestrais, culturais, sociais, ecológicas fundamentam suas características simbólicas, imateriais, materiais nos territórios negros.

Ademais, a América Latina é o Continente Americano que, na sua composição social, apresenta número amplo de negros. Assim, as estratégias de *(Re)Existências* e o fortalecimento da identidade territorial, pelos sujeitos quilombolas e palenqueiros no espaço geográfico do Brasil e da Colômbia, são diversas, assim como as comunidades negras e as comunidades tradicionais.

Oliveira; Silva (2017, p. 416) constataram que “[...] tais aspectos que norteiam o território e, conseqüentemente, os grupos que vivem nele e suas territorialidades, acabam de alguma forma influenciando, em diferenciações entre os grupos. Isto é, no surgimento de identidades, que no território adquirem o status de identidade territorial”. Nesse sentido, tal *status*, por sua vez, fortalece as *(Re)Existências* na perspectiva do movimento e na dinâmica da construção do território, assim como na oposição ao modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil e na Colômbia, no século XXI.

O Gráfico 05 é referente a porcentagem da população negra no Brasil e Colômbia.

Gráfico 5 - População negra no Brasil e Colômbia



**Fonte:** Elaboração do autor. Dados do Brasil: IBGE – 2019.

**Dados da Colômbia:** DANE – 2019. (2019)

Assim sendo, o Gráfico 05 constata que os dados do autorreconhecimento da população negra da Colômbia são estatisticamente de 20%, segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE/2019). Esse grupo se localiza, principalmente, na região do Caribe e Pacífico colombiano. No Brasil, de Sul ao Norte, conforme os dados de autodeclaração, a estimativa é 54% (IBGE/2019). Dessa forma, fica evidente a quantidade de quilombos e palenques espacializados nesses dois países, embora com especificidades na produção agrícola, assim como nas expressões culturais, religiosas ou simbólicas.



Segundo o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER/2018), o número de processos abertos, concernentes à regularização e titulação das comunidades negras, sobretudo, no Pacífico, somam 180 processos. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/2019), no espaço geográfico brasileiro, aponta para 1.600 processos abertos.

Restrepo (2004), diz que as comunidades negras enquanto um território, com práticas de produção tradicionais próprias e um conjunto de direitos específicos, representam um exercício na construção da diferença social dessa representação espacial. Desse modo, esses territórios étnicos e sociais apontam para processos sistemáticos de abuso do Estado: acumulação via espoliação dos recursos territoriais; conflitos armados; paramilitares; contaminação da água; barragens diversas; conflitos raciais; conflitos de gênero; homofobia; além de outros problemas sociais e ambientais. Vale ressaltar ainda que há recorrência de semelhantes processos em localidades específicas na América Latina, tais como Brasil e Colômbia.

O contexto de conflitualidade e de espoliação dos recursos territoriais<sup>123</sup>, como dito anteriormente, nega e/ou descaracteriza a cosmovisão sobre terra, água, fauna e flora, que os quilombolas e palenqueiros constroem sobre o território. Assim, há uma tentativa histórica de destruir os elementos estruturantes do imaginário e suas dimensões na vida cotidiana. Em alguns casos, esse processo obtém êxito, já que muitos sujeitos dessas Comunidades se insurgem contra as demandas históricas dos negros, em decorrência da assimilação do “mundo branco capitalista”.

É neste cenário de contradições que se constitui os aquilombamentos. Assim sendo, no contexto latino-americano, como também em outras regiões, países como Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Panamá e Haiti registram – em sua formação social, histórica, cultural, e também na construção do próprio território – as lutas étnicas e raciais como estratégia de aquilombamento<sup>124</sup>. Além disso, presentemente, incorporam elementos simbólicos e culturais nas lutas sociais e políticas, a partir da ancestralidade e dos movimentos sociais e da própria dinâmica da construção territorial, por cada grupo étnico. Enfim, vê-se, a seguir, a constituição dos palenques e dos quilombos.

---

<sup>123</sup> Para (LOUARGANT; PERRIN-BENSAHEL, 2008), recursos territoriais implica localização, conhecimento, escolhas e estratégias, que são apresentadas por mulheres e homens das comunidades negras, pois se abrem para um conjunto socialmente construído para a melhoria do bem-estar coletivo e não só econômico.

<sup>124</sup> Para Clóvis Moura (1993), os aquilombamentos na América Latina não tinham um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinham potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura.

#### 4.1 Constituição dos quilombos no Brasil

O debate acerca do que é quilombo no espaço geográfico brasileiro prescinde da compreensão, já elucidada, sobre a formação socioespacial dos quilombos e a reconfiguração dos territórios. Esse é o desafio: construir um diálogo interdisciplinar com as ciências humanas. Ainda, significa trazer o conceito de quilombo, assim como sua ancestralidade e sua espacialização, como resultante da dinâmica territorial nas Américas. Dessa forma, vale ressaltar que as várias formas de caracterização e contextualização histórica do passado dos quilombos no Brasil não significam conhecer totalmente a espacialização e as formas de ocupação no território brasileiro.

A dinâmica do sistema colonial na América Latina demonstra que o espaço brasileiro foi o espaço em que mais desembarcaram grupos étnicos escravizados, provenientes de diferentes regiões geográficas costeiras do Continente Africano. Assim, as histórias, as culturas e as identidades dos mesmos eram e, ainda são, distintas.

É importante destacar que, atualmente, se trata de um continente com 54 países, uma superfície de 30 milhões de quilômetros quadrados e uma população de cerca de 1,2 bilhão de habitantes. Entretanto, no período colonial, diante das dinâmicas territoriais próprias, os grupos étnicos africanos eram, em sua totalidade, estruturados para suportar as realizações de assimilação. De acordo com Djibril Tamsi Niane (2010, p. 766):

No plano político, os grupos étnicos na África eram em sua maioria suficientemente estruturados para resistir às tentativas de assimilação: mesmo quando um dos grupos sobressaía e impunha sua lei, daí resultava não a fusão em torno do clã vencedor, mas a criação de uma federação de clãs, na qual cada um mantinha mais ou menos sua personalidade de acordo com o grau de estruturação.

O espaço geográfico do continente africano abriga a diversidade linguística, étnica e cultural. Com raras exceções, os atuais Estados africanos são multiétnicos, ou seja, são compostos por certo número, às vezes centenas, de sociedades que falam línguas diferentes e possuem escalas de valores, crenças religiosas e instituições políticas e familiares distintas. Os grupos que foram trazidos às Américas, e, principalmente, ao Brasil, segundo Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2006, p. 20), foram oriundos da:

[...], África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres da atual Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Camarões; África Centro-Ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana; África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e da Namíbia.

Entretanto, no Brasil e em outros países latino-americanos, como por exemplo, Colômbia, o regime de escravidão se instalou e também houve *(Re)Existências*. Tais processos foram construídos por grupos étnicos, que não aceitavam ser submetidos ao colonialismo e, dessa forma, evadiam e ocupavam áreas nas quais se estabeleciam e organizavam-se em nova estrutura territorial e social – isto é, os quilombos e os palenques.

Ademais, mantiveram relações comerciais entres outros grupos sociais e comerciantes locais. Além disso, estabeleceu-se uma relação de trocas entre os quilombos, os palenques e os indígenas, no sentido da troca de produtos e/ou nas relações culturais ou políticas, como agricultura e artesanato produzidos.

Para Munanga (2001, p. 10), os significados de quilombo provêm da palavra “*Kilombo* da língua *banto umbundo*, tendo conotações diferentes no Brasil e em outros países das Américas. A palavra *Kilombo* da língua *banto umbundo*, falada pelo povo *avimbundo*”, ao que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo *umbundo*, constitui-se em um agrupamento militar composto pelos *jaga ou imbangala* (de Angola) e os *lunda* (do Zaire), no século XVII, conforme cita o referido autor<sup>125</sup>.

Para exemplificar o que até aqui foi discutido, retoma-se o Quilombo de Palmares<sup>126</sup>, já que sua formação integrava diversos grupos étnicos oriundos das regiões do continente africano, conforme cita Kabengele Munanga. Posto isso, Palmares localizava-se na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, e sobre sua importância, decorre-se a luta tenaz que os negros mantiveram em defesa da liberdade contra o colonizador, por meio do enfrentamento com as tropas holandesas e portuguesas, no intuito de manter o Quilombo. Ademais, na Colômbia se

---

<sup>125</sup> O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas banto (Ki-lombo, aportuguesada quilombo). [...] A história do quilombo como a dos povos bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola [...] A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulnerável às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: Luanda, Imbangala, Mbundu, Kongo, Wovimbundu, etc. (op.cit, p. 21-25).

<sup>126</sup> "O Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo que existiu na América Latina. Foi construído na região do atual estado de Alagoas e chegou a reunir cerca de 20 mil habitantes. Foi um dos grandes símbolos da resistência dos escravos no Brasil e foi alvo de expedições organizadas por portugueses e holandeses. Foi destruído em 1694 e seu líder, Zumbi, foi morto no ano seguinte em uma emboscada". Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm>

constituiu a primeira cidade negra livre das Américas: o Palenque de San Basílio<sup>127</sup>, que se organiza numa cidade livre através da luta pela emancipação.

No espaço geográfico do Quilombo de Palmares, existiam culturas, simbologias, formas e técnicas do manejo com a terra, assim como armas e munições para enfrentar as tropas europeias e que, nessa conjuntura, se manifestaram como lideranças contra o anseio de liberdade. Nesse cenário, é possível citar Acotirene<sup>128</sup>, que exerceu grande influência na vida das negras e negros de Palmares. Por conseguinte, ela foi uma das primeiras mulheres a se assentar nos povoados quilombolas de Palmares, antes de Ganga-Zumba assumir o poder. A morte de Ganga Zumba fez com que seu substituto fosse Zumbi, rei de Palmares<sup>129</sup>.

Para compreender a formação dos quilombos no Brasil, perguntas como a seguinte são constantes na sociedade brasileira: onde, como e por qual motivo ocorreu a formação dos quilombos? Porém, a partir de 1988, essas dúvidas vão tomando outros rumos no debate entre quilombolas, geógrafos, historiadores, cientistas políticos, advogados, antropólogos, constituintes e militantes no debate sobre a conceituação do termo quilombo.

Vera Regina da Silva (2012, p.157) ressalta que esse contexto de questionamentos, ressignificações e interpretações parece algo novo, surgido da efervescência do momento vivido no país. “Momento este de pós-democratização com a retomada dos movimentos sociais na área política, acirramento das demandas por cidadania e surgimento de novos sujeitos de direitos, no caso, as comunidades negras quilombolas, na legislação brasileira”.

As ressignificações e as interpretações em torno da categoria quilombo, por sujeitos heterogêneos, culminaram em definições diferentes sobre o que, de fato, são os quilombos. De início, a preocupação aqui não é construir uma moldura histórico-social sobre quilombos na

<sup>127</sup> Fundada por negros que fugiram da escravidão em tempos coloniais, Palenque de San Basílio, na Colômbia, é conhecida por ser a primeira cidade livre das Américas. Além de ser um marco para a independência da população africana no nosso continente, também foi responsável pela cultura dos palenqueros, que sobrevive até os dias de hoje. Disponível em: <https://exclamacion.com.br/2020/11/21/palenque-de-san-basilio-colombia-o-primeiro-territorio-negro-livre-das-americas/>

<sup>128</sup> Acotirene ou Arotirene (registrado em diversos documentos) deu nome a um importante mocambo situado no Quilombo dos Palmares, instalado no litoral dos Estados de Pernambuco e Alagoas, em homenagem a uma das primeiras mulheres que habitou o Quilombo dos Palmares e que exerceu grande influência na vida dos negros quilombolas. Como houve poucos registros documentais, segundo a oralidade perpassada de pais para filhos que contavam a história do Quilombo que resistiu por quase um século, ela foi uma das primeiras mulheres a habitar os povoados quilombolas da Serra da Barriga (AL), antes de Ganga-Zumba assumir o poder. Matriarca do Quilombo do Palmares, exercia a função de mãe e conselheira dos/as primeiros/as negros/as refugiados na Cerca Real do Macacos. Era consultada para todos os assuntos, desde questões familiares até questões político-militares. Disponível em: <http://anamontenegro.org/cfcam/2018/03/23/mulheres-de-luta-acotirene/>

<sup>129</sup> Símbolo de luta e resistência à escravidão, Zumbi foi um herói negro. Nasceu no Quilombo, em 1655. Ainda jovem, foi capturado por soldados e doado ao Pe. Antônio Melo, que o batizou com o nome de Francisco e lhe ensinou português e latim. Em 1670, fugiu da paróquia e retornou ao Quilombo, onde se tornou líder organizando a resistência aos ataques militares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/artigos-institucionais-valeu-zumbi>. Acesso em: 20 ag. 2018.

literatura, mas lançar alguns elementos que contribuam para a análise espacial da questão quilombola, na atualidade. Sendo assim, dialoga-se com alguns autores e militantes sobre os conceitos e as representações sobre quilombos no espaço brasileiro.

A definição de quilombo, conforme a interpretação do Conselho Ultramarino, datada de 02 de dezembro de 1740, era: “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (SILVA, 2008, p. 73). Assim, essa era uma norma ou regra estabelecida para definir padrões através dos conjuntos de regras e funções no período colonial.

A interpretação de quilombo pela Coroa influenciou muitos cientistas, nos séculos XIX e XX, o que fixou as formações de quilombos apenas no sentido histórico, já que, na maioria das vezes, as construções científicas eram e ainda são eurocêntricas. Dessa forma, não houve, nesse contexto geográfico, cientistas preocupados com as diferentes formas de apropriação dos territórios pelos quilombolas e suas dinâmicas territoriais específicas, assim “como Artur Ramos e Edson Carneiro, que cristalizaram a existência dos quilombos no passado” (SILVA, 2008, p. 73). Segundo Abdias do Nascimento (1980, p. 32):

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.

Sendo assim, os quilombos representaram, e ainda representam, uma dinâmica importante para entender algumas das formas de resistências que surgiram, no campo brasileiro e na América Latina, contra o sistema hegemônico capitalista. Mesmo após a abolição, tais espaços continuaram a representar essa resistência, além de promover a visibilidade dos territórios étnicos quilombolas. Nesse sentido, esses territórios estratégicos uniam, principalmente, pessoas de ascendência africana, mas também, indígenas e descendentes de europeus excluídos.

Anjos (2005, p. 338), quando se refere à questão dos territórios quilombolas, afirma que este tema: “[...] constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual. É inconcebível realizarmos leituras do nosso território, de dimensões continentais e diversidade étnica particular, sem contemplar a geografia dos quilombos”.

Os quilombos no Brasil de Sul ao Norte, mesmo com suas especificidades, apresentam diversos aspectos em comum, como: trabalho ancestral com a terra; saberes e fazeres; e características simbólicas e culturais com o território.

Ademais, o debate sobre a constituição dos quilombos e suas formas de ordenamento territorial, bem como seus direitos sociais e étnicos, se materializam na Constituição Federal do Brasil, em 1988. A partir deste contexto, a atualização do conceito de quilombo permite maior amplitude quanto à sua caracterização descritiva que:

[...] perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola [...]. Embora o trabalho destes autores seja importante e legítimo, ele não abarca, porém, a diversidade das relações entre escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriaram-se da terra [...]. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 4).

Dessa forma, a denominação de quilombo no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, ainda passa por várias mudanças, em decorrência da visão reduzida sobre os quilombos, vigente naquela época. Antes da formulação da Constituição, os movimentos negros e sociais já estavam lutando por seus direitos, mas, a partir de 1988, o movimento quilombola, o movimento negro e outros movimentos sociais, tanto do campo quanto da cidade, além de alguns autores, começaram a dialogar mais sobre a conceituação de quilombo. Para Schmitt et al. (2002), os quilombos

se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 4).

As autoras trazem elementos epistemológicos e subjetivos para refletir sobre a formação e conceituação dos quilombos. Assim, observa-se que a territorialização dos quilombos no Brasil se estabeleceu de formas variadas e, dessa maneira, esse processo não se resume apenas às fugas sistematizadas. Sendo assim, também é representado através da compra de terras e, em alguns casos, após as alforrias, pelas doações de terras por serviços prestados aos senhores.

Dessa maneira, a classificação dos quilombos vai ganhando visibilidade no contexto nacional, principalmente, a partir da Constituição Federal de 1988, que no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), aponta que “[...] aos remanescentes das

comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No entanto, efetivamente, as diretrizes no processo de reconhecimento dos territórios quilombolas vão ganhando força política a partir de 2003, quando foi sancionado o Decreto nº 4.887, que, finalmente, rege e reconhece a propriedade das “terras ocupadas tradicionalmente” por quilombolas, e determina ainda, que a emissão da certidão de autodefinição compete à Fundação Cultural Palmares (FCP). Desse modo, os quilombos são compreendidos como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto 4.887/03, Art. 2º).

Há também outros artigos na Constituição Federal que indicam os procedimentos e deveres do Estado com os territórios quilombolas, como o Art. 215 o qual pontua que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais: 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional; 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 1988, Art. 215, p. 222).

Já no Art. 216 da Carta Constitucional de 1988, pontua-se que constituem “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos quilombos e dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, nos quais se incluem, conforme o Quadro 06.

Quadro 6 - Patrimônio cultural brasileiro

|     |                                                                                                                                                          |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| I   | As formas de expressão;                                                                                                                                  |
| II  | Os modos de criar, fazer e viver;                                                                                                                        |
| III | As criações científicas, artísticas e tecnológicas;                                                                                                      |
| IV  | As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;                                             |
| V   | Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 300). |

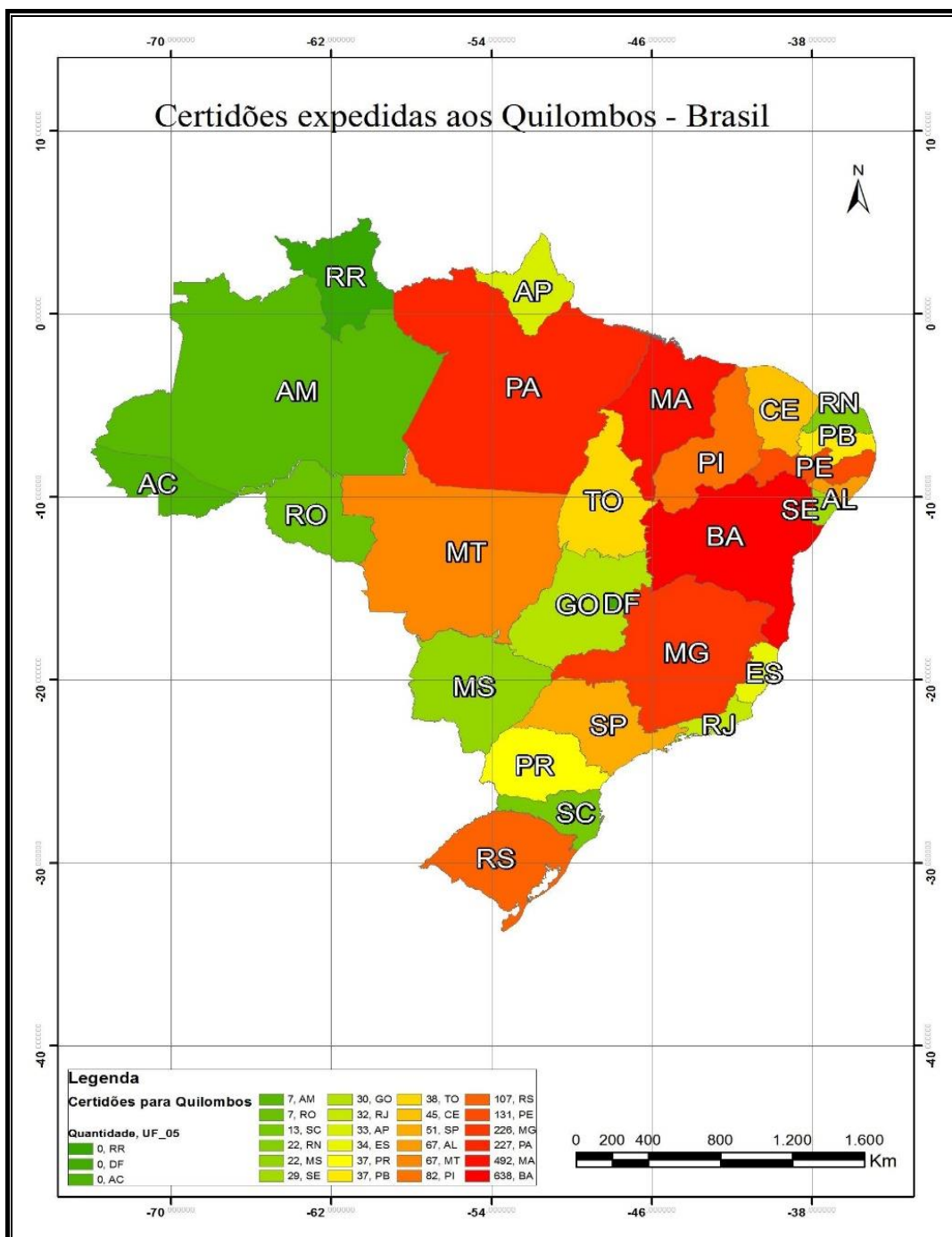
**Fonte:** BRASIL, (1988).

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, aponta como procedimento, regulamentar a conduta para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas. Outra questão importante é a regularização



fundiária e a demarcação do território requeridos pelos quilombolas, feitas, a partir de 2003, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Mapa 09 demonstra a quantidade de comunidades negras quilombolas certificadas.

Mapa 9 - Certidões expedidas aos Quilombos nos Estados brasileiros



Elaboração: Lucas Bento. 2020.

Fonte: INCRA e FCP, 2017.

No Mapa 09 é possível ter uma ideia da escala de reconhecimento e certificações dos territórios quilombolas após o Decreto 4.887, de 2003. Já nas próximas linhas, compreende-se

o processo socioespacial da formação dos palenques no espaço geográfico colombiano. O debate sobre o que é quilombo e palenque – assim como a relevância da coletividade dos movimentos sociais e negros, nas conquistas e lutas por reconhecimento – se deu pela certificação e titulação dos territórios quilombolas e palenqueiros, no Brasil e na Colômbia.

#### *4.1.1 Formação dos palenques na Colômbia*

A formação socioespacial dos palenques na Colômbia expressa diversidade cultural e se define a partir das múltiplas formas culturais e de *(Re)Existências*, existentes no Pacífico e no Caribe colombiano, as quais se manifestam nos “[...] movimientos sociales que buscan que el Estado colombiano consolide una política cultural que incluya la defensa del territorio y su autonomía y el respeto por las tradiciones, las prácticas ancestrales y el conocimiento local” (CAÑAS et al., 2008, p. 32). Odile Hoffmann também diz que os grupos étnicos e sociais, os quais tiveram constituição no sistema colonial – como por exemplo, os palenques – também asseguravam saberes e fazeres dinâmicos com a terra, como na “producción agrícola (tabaco, caña de azúcar, ganadería)”. (2007, p. 54).

A constituição dos palenques na Colômbia se deu de várias formas. Por exemplo, o Palenque de San Basílio – situado a 50 km de Cartagena, no Departamento de Bolívar, região da costa caribenha – destacou-se na história pela sua forma de organizar o território no espaço geográfico colombiano. Aliás, sua importância decorre da luta tenaz que os negros mantiveram em defesa da sua liberdade e da sua cultura contra o conquistador, enfrentando tropas holandesas, espanholas e inglesas (SILVA, 2012).

Assim, San Basílio foi fundado pelos grupos étnicos escravizados que escaparam e se refugiaram nos palenques da Costa Norte da Colômbia, desde o século XVI. “El término palenque se define como aquele lugar poblado por cimarrones o esclavizados africanos fugados del régimen esclavista durante el período colonial” (ESCALANTE, 2002, p. 11). Em San Basílio, até os dias atuais, as famílias preservam seus próprios elementos culturais e musicais, assim como a língua crioula, os ritos fúnebres e o Festival de Tambores, realizados nos meses de outubro no Palenque.

Nesse cenário de luta, conquista e emancipação, tal como na construção dinâmica dos territórios étnicos ancestrais na América Latina é que uma liderança se estabelece, como Benkos Bioho, que se tornou herói e fundador do Palenque de San Basílio. As formas e estratégias de resistência foram marcas centrais de Bioho contra o sistema colonial. Assim,

“Benkos Bioho, el gran cimarrón, el guía que conduce a la libertad, el héroe fundador, para los palenqueros, el rey del arcabuco para la leyenda” (ESCALANTE, 2002 p. 50).

Aquiles Escalante (2002, p.11) relata que Benkos Bioho, também chamado Domingo Bioho, pelas autoridades coloniais, chegou escravizado a Cartagena no último ano do século XVI, “[...] organizó palenques, configuró las formas de resistencia militar y fundamentó las bases y los mecanismos de la negociación política con la administración colonial”. Na escala latino-americana e caribenha, lideranças como Bioho – militante de expressão nas formas de organizar os negros coletivamente para liberdade de viver – dão força à luta e à resistência a qualquer tipo de opressão social, política, econômica e racial.

Assim, a formação dos palenques na Colômbia constituiu a comunidade negra Raizal, em sua maioria, localizada no arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, próximo as ilhas caribenhas e comunidades negras anglófonas da Costa Rica e Jamaica. O arquipélago de San Andrés y Providencia está localizado a 480 km da costa colombiana e a 180 km da Nicarágua. Ademais, a ilha de San Andrés foi originalmente povoada pelos descendentes de colonos europeus e africanos escravizados<sup>130</sup>.

Segundo Natalia Guevara (2009, p. 70), “[...] quienes a finales del siglo XVIII conformaron un territorio estable del cual descenden los raizales del archipiélago, quienes han mantenido constantes vínculos con otros pueblos del borde occidental del mar Caribe”<sup>131</sup>.

Ainda, de acordo com este universo socioespacial da constituição dos palenques, Escalante (2005), um dos pioneiros a escrever sobre as comunidades negras na Colômbia, afirma que, em todo o continente americano, os negros reagiram de várias formas contra a exploração, levando uma vida ociosa e não desempenhando seus trabalhos no latifúndio, rebelando-se ou escapando, individual ou coletivamente, para formar palenques.

A dimensão interpretativa sobre os palenques são diversas, principalmente a partir da Constituição de 1991. A autora Vera Regina da Silva (2012) ressalta que os palenques foram territórios defendidos na luta armada ou em negociações; e concebidos como espaços de demarcação de fronteiras culturais e mágico-religiosas; o apalencado foi aquele que perpetrou

<sup>130</sup> O mito de origem remonta ao século XVII, via presença sucessiva de colonos ingleses e espanhóis. No século XVIII, o processo colonizador continua com outra leva de europeus, dessa vez escocesa e irlandesa, além de colonos vindos da Jamaica ou Trinidad Tobago. Nesse momento, as plantações de algodão e tabaco, em parte do arquipélago, são o destino de africanos escravizados de várias etnias (SILVA, 2012, p. 66).

<sup>131</sup> A pesar de los enormes cambios que el proceso de nacionalización de San Andrés ha representado para la vida de la gente isleña, sus vínculos con otras comunidades negras anglófonas del Caribe occidental, tales como las de Colón y Bocas del Toro (Panamá), Puerto Limón (Costa Rica), Bluefields (Nicaragua), Belice, Jamaica, Islas Cayman e islas Corn o Mangles han permanecido vigentes. Todos estos pueblos, unidos por memorias, redes de parentesco y tradiciones culturales comunes, conforman el Caribe occidental. (GUEVARA, 2009).

uma fuga e se constituiu em uma liderança; também foi o sujeito que retomou sua autonomia, quer pelo suicídio que o levou de volta ao continente africano, quer pela revolta coletiva que nomeou o grupo como *los libres*.

Os palenques “eran grupos de negros cimarrones que se amparaban en la tupida vegetación intertropical para defender sus culturas originales” (ESCALANTE, 2005, p. 385). Na Colômbia, a ressignificação, a interpretação e a requalificação do debate a respeito do que é palenque, estão possibilitando compreensões variadas das formações territoriais dos palenques. Isso é feito a partir de conjuntos de elementos históricos, simbólicos, ecológicos, sociais, étnicos e identitários, que, na conjuntura da construção territorial dos grupos étnicos, são unidades-chave para a construção e conquista do território.

Nesse contexto, Arturo Escobar (2015, p. 90) “[...] ejemplifica las luchas de las comunidades negras contra la discriminación racial y sus organizaciones en la defensa de sus territorios y cultura”, as quais ocasionaram a sistematização das leis e políticas públicas territoriais para palenque e raizal, especialmente a partir da constituição de 1991 e da Lei 70 de 1993. Por conseguinte, esse processo proporcionou elementos jurídicos para os palenqueiros e raizales reivindicarem sua negritude, cultura, água e território – elementos que se correlacionam com os direitos étnico-raciais das comunidades.

Segundo Peter Wade (2003), no espaço geográfico colombiano da década de 1990, as ideias de “negritude” e “África”, que estavam em menor grau, ganharam uma importância política e cultural do país. Logo, desde a reforma constitucional de 1991, as comunidades negras passaram a ter maior visibilidade na arena pública e política, principalmente, graças à inclusão de referências sobre as mesmas na nova Constituição, além da promulgação subsequente da Lei das Comunidades Negras (Lei 70, de 1993).

Consequentemente, essa Lei concedeu direitos de posse da terra aos palenques, principalmente, na região colombiana costeira banhada pelo Pacífico – e na costa caribenha, onde a população também é, notadamente, herdeira do escravismo – e previu a participação dos territórios negros na vida política e econômica da nação (AROCHA, 1992; GRUESO, ROSERO, ESCOBAR, 1998; PARDO, 2000; WADE, 1995). Dessa forma, o reconhecimento estatal das comunidades negras como objeto de atenção *caminhou de mãos dadas* com a organização e o ativismo político dos negros, embora em formas mais limitadas, o que precedeu a legislação de 1991 e 1993 em cerca de trinta anos (WADE, 2003).

A Constituição da Colômbia de 1991 possibilitou novos processos de reivindicação de direitos referentes à titulação de terras, para a população negra do Pacífico e Caribe, já que introduziu o conceito de múltiplas culturas étnicas na Colômbia. Logo, significou uma

mudança do discurso colonial e proporcionou desconstruir a ideia de que: “La nación colombiana era definida por el proyecto decimonónico de una sola lengua, una sola religión y una sola cultura” (RESTREPO, 2004, p. 273).

Nesse contexto, torna-se evidente que os palenques, não tiveram lugar nesse projeto de construção nacional, pois eram vistos como uma sociedade atrasada, de maneira que, com o surgimento da Constituição de 1991, essa compreensão modifica e o *novo paradigma* permite reconhecer que existe outra história, uma história não registrada (CHASQUI, 2015).

A Lei 70, de 1993, por meio do Artigo Provisório 55 da Constituição de 1991, permitiu o reconhecimento da propriedade coletiva da população negra (ARIZA et al., 1999) e também a transformação dessas populações em comunidades negras palenqueiras, o que, segundo Eduardo Restrepo (2013, p. 40), os “etnizou, pois se establecieron las bases jurídicas para las primeras representaciones de su identidad plasmada em la ley”.

Assim, é interessante, observar como essa legislação é forçada a existir.

Se crea entonces una comisión especial conformada por funcionarios gubernamentales y miembros de las comunidades negras. En el Pacífico nariñense ya había comenzado el proceso organizativo con apoyo del sacerdote José Miguel Garrido y la religiosa Bernarda Gallego, agentes de pastoral del, en ese entonces, Vicariato Apostólico de Tumaco. En el sector del Patía Viejo surge la llamada Pro-Defensa de los Patías, llamada luego Junta Patía, siendo nombrada la líder María Ángulo como representante de la región en el proceso de creación de la ley (VILLEGAS, 2005, p. 71).

Desse processo, nasce a Lei 70, de 1993, que gerou novas formas de organização nas diferentes comunidades negras ao longo do Pacífico e do Caribe, já que estas reclamavam por seus direitos sobre os territórios étnicos, os quais vinham ocupando por gerações. São intitulados como territórios coletivos –, também são chamados de *consejos comunitarios*, que têm autonomia territorial e de governança (ARIZA et al., 1999) – e, por sua vez, representam um processo que exige das comunidades negras palenqueiras a reflexão e a apropriação social e cultural de uma nova forma de organização territorial.

Os Conselhos Comunitários na Colômbia, normatizados em 1995 pelo Decreto 1745, apresentam função semelhante às associações comunitárias quilombolas no Brasil, como de assegurar, de forma legal e jurídica, os trâmites formais da autoridade territorial e administrativa das terras adjudicadas. Para Silva (2012), além do espaço de interlocução entre o Estado, a população externa e os palenqueiros, fica claro que os Conselhos se constituem como instância máxima formada por uma Assembleia Geral e uma junta diretiva encarregada.

#### 4.1.2 O que é ser quilombola e ser palenqueiro

Os debates sobre a constituição das comunidades negras na América Latina, assim como sobre o conceito do que é quilombo e palenque nos dias atuais, possibilitou entender, no campo da práxis, que os territórios negros são parte do processo de contradições do sistema colonial. Assim sendo, sua formação interliga o conjunto de saberes ancestrais e culturais, e, que, suas relações simbólicas materiais e imateriais se juntam no processo de fortalecimento da luta por reconhecimento territorial, cultural, econômico, étnico e social.

Destaca-se que as lutas por reconhecimento dos territórios étnicos tradicionais negros na América Latina são complexas e resultam da imposição dos monocultivos, da mineração ilegal e das diferentes formas de espoliação, todas, usando o trabalho escravizado como *mola mestra* para a produção das riquezas. Por isso, a “[...] crescente apropriação territorial por proprietários individuais e pelo próprio Estado, expondo e rediscutindo propriedade privada e pública, unidades de conservação, terrenos de marinha, segurança e interesse nacional, entre outros” (SANTANA, 2008, p.15), tem causado deslocamento forçado e assassinatos de lideranças quilombolas e palenqueiras, no Brasil e na Colômbia.

Os territórios dos quilombos e palenques atuais estão inseridos no processo histórico de formação, mas, sobretudo, evidenciam as *(Re)Existências* dessas Comunidades na América Latina, e, ocasionaram, a reconfiguração da identidade nacional. Asseguram ainda a preservação ambiental e dos recursos territoriais (floresta, terra, água, plantas, animais), pois consideram esses elementos como condição para sua Existência no território.

Ser quilombola e palenqueiro é estar conectado com a cultura e as práticas do grupo, guardando ensinamentos tradicionais e sua referência de ancestralidade no sentido de fortalecer a identidade territorial, em movimento constante de desconstrução e construção. Devido às disputas territoriais e a espoliação dos recursos, os conflitos vão se territorializando sob diversas formas e manifestações. E, especialmente, para as famílias que vivem nos territórios negros, é complexo e contraditório viver nessa dinâmica de espoliação e ações de violência sistemática.

Ademais, ser quilombola e palenqueiro é ser alguém ligado por nascimento, casamento ou adoção à uma comunidade negra rural. As comunidades negras na Colômbia e no Brasil são comunidades territoriais, exclusivamente ou predominantemente negras, com sua origem a partir de negros e negras ex-escravizados. Estes, por conseguinte, haviam conquistado sua liberdade por meio de fuga ou por meios legais, cuja posse da terra (rural ou urbana) na qual habitavam é, relativamente, coletiva. Normalmente, a relação dos membros

dessas comunidades se dá basicamente, mas não de forma exclusiva, através dos laços de parentesco, matrimônio e adoção, que os ligam aos ancestrais fundadores.

Assim, percebe-se a dimensão das diferentes interpretações sobre o que é quilombo e palenque, pois remetem à constante luta pela afirmação da identidade e sua cultura, além de diversificar as regiões onde se encontram os territórios negros. Ser quilombola e palenqueiro é compartilhar de ideais e perspectivas que remetem à constante luta pelo fim da opressão cultural e racial pela qual o *povo africano* passou e ainda passa.

Na opinião de alguns militantes do movimento negro em *Ação Cultura mais Educação mais Direitos Humanos*, os territórios quilombolas guardam as memórias de resistência de gerações e gerações. Dessa forma, as mesmas podem ser vistas desde a história de formação destes territórios até as lutas atuais, desencadeadas contra os latifundiários do agrohidronegócio e da mineração ilegal.

Ademais, a interpretação do que é ser quilombola e palenqueiro não se esgota nos parágrafos acima, já que as multidimensionalidades na formação destes territórios são dinâmicas e, por isso, permanecem em movimento. Assim sendo, é necessário dispor de um conjunto de fatores diversos para interpretar tais conceitos, como são colocadas por alguns militantes que integram a CONAQ e o PCN: “*Ser quilombola, palenqueira e mulher negra é compartilhar dos códigos, simbologias e cosmovisão de quem viveu e vive em um território em disputa e alegria*”. Por conseguinte, esse caminho contextualiza as contradições do desenvolvimento capitalista da escravização dos negros e negras no Brasil, na Colômbia e nas Américas.

#### 4.1.3 Movimentos sociais e políticas públicas territoriais para quilombos e palenques

Nos últimos 30 anos, nota-se mobilizações populares, com características de ações distintas contra o processo de globalização neoliberal, como o próprio racismo, a homofobia, entre outras pautas reivindicatórias. O fim dos governos militares e as intencionalidades dos conflitos violentos deram espaço às novas lutas e a um ambiente parcialmente democrático. “Desde el norte de México al sur de Argentina, los movimientos sociales en los años 90 y, especialmente en los 2000, han alcanzado nuevos picos de participación popular” (ALMEIDA; ULATE, 2017, p. 13).

A partir deste contexto, observa-se no espaço latino-americano as mudanças na organização e nas ações populares, que têm como finalidade defender os direitos étnico-racial,



social, ecológico, cultural e territorial, assim como as identidades feministas, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT).

Desse modo, esses movimentos sociais são de expressões fortes, como por exemplo, a mobilização popular na Costa Rica contra o Tratado de Libre Comercio de América Central (TLC-CAFTA), em 2007. Ainda, com a implantação do CAFTA, os produtos exportados pelos Estados Unidos terão as tarifas reduzidas em 80%, o que atinge a marca de 100% em 10 anos (ALMEIDA; ULATE, 2017).

Em um cenário de mobilizações sociais nas Américas, com as especificidades das explosões de insatisfações das políticas neoliberais de desenvolvimento econômico, outros movimentos se destacam nesta conjuntura, como “[...] a mobilização em El Salvador contra a privatização dos serviços de saúde e as lutas no Panamá contra a reforma do sistema previdenciário, juntamente com as mobilizações indígenas em massa na Bolívia, Equador e Peru” (ALMEIDA; ULATE, 2017). Desse modo, de acordo com Cadena-Roa (2008), os movimentos sociais apresentam um setor permanentemente organizado para resistir aos efeitos territoriais dos grandes empreendimentos e, também, às políticas implementadas pelo Estado que os violentam e os massacram.

Da mesma forma, os países da América do Sul, tais como Argentina, Paraguai e Uruguai, “vivenciaram uma ampla mobilização contra as políticas neoliberais no início de 2000” (ALMEIDA; ULATE, 2017, p. 13). Ainda, a Argentina, possivelmente, apresenta o caso mais exemplar de uma política neoliberal levada ao extremo, cujos efeitos foram avassaladores, dando princípio à crise de 2001. A “crise financeira provocada pela paridade peso/dólar deu origem ao corralito (retenção de dinheiro nos bancos, mediante o estabelecimento de um limite semanal de retirada) e provocou a explosão do desemprego e um empobrecimento generalizado” (GALVÃO, 2008, p. 11). Tal contexto deu origem a movimentos sociais distintos, que reagem ao desemprego, a precarização e a pobreza: compreendem o panelaço da classe média contra o corralito, os piquetes dos desempregados, o movimento das fábricas recuperadas e as assembleias de bairro (PALOMINO, 2006).

Nesse caso, há novos sujeitos e organizações sociais no cenário político latino-americano, tendo como pauta de reivindicação o reconhecimento do território identitário e ambiental, como por exemplo, os quilombos e palenques. Assim, a organização social dos quilombos e palenques na América Latina apresenta particularidades espacializadas na luta territorial, que ganham visibilidade a partir da constituição brasileira e colombiana. Dessa forma, a seu turno, possibilitaram direitos culturais, étnicos, ecológicos e territoriais às comunidades citadas.

Arturo Escobar (2016, p. 24) diz que: “luchas territoriales se fundamentan en saberes profundos sobre transiciones culturales y ecológicas, necesarios para enfrentar la crisis; dichos saberes también se adhieren profundamente a las dinámicas autoorganizadas de la Tierra”.

Assim sendo, fica claro que as resistências e lutas, heterogêneas e concretas, são capazes de denunciar os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohídronegócio. Estes, por conseguinte, não valorizam os saberes-fazeres na terra, assim como as relações sociais e outros elementos culturais e simbólicos e, desse modo, permitem um mosaico de interpretações discursivas, mas ainda, não conclusivas. Desse modo, “quando os processos ainda em curso impedem conclusões mais balizadas e obrigam ao exercício de projeções tendenciais, necessariamente comprometido com o presente” (IOKOI, 1996, p. 13).

Ademais, esses grupos sociais e étnicos, que surgem nos finais dos anos 1980 e começo dos anos 1990, são frutos das transformações que vinham ocorrendo em nível mundial. “[...] las luchas territoriales en Latinoamérica, desarrollado a modo de reinterpretación de la defensa de sus territorios por grupos indígenas, afrodescendientes y campesinos, en su enfrentamiento en contra de la gran minería y de los proyectos de agrocombustibles” (ESCOBAR, 2016, p. 14).

Nesta conjuntura política da América Latina, um dos movimentos de maior destaque foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que representa o resultado do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, assim como sua organização e articulação, com finalidade política e social, pela luta por terra e território. A ação contra a grilagem e os latifúndios improdutivos e a favor da reforma agrária e social, se materializou no espaço geográfico brasileiro, mediante a diversidade de centenas e centenas de assentamentos Brasil afora.

A diversidade de conflitos no campo é difusa. Nessa situação, a organicidade, a estratégia e a forma de resistência política e cultural são diversificadas, especialmente pelos grupos em conflito, como as comunidades indígenas e negras.

Estas, permanecem sendo alvo de cobiça para megaprojetos e empreendimentos, tanto no setor de turismo e na expansão de rodovias, quanto na monocultura de eucalipto e palma africana na Colômbia, no Equador, Panamá, Peru, na Guatemala e em Honduras. No Brasil, o avanço sobre o desmatamento da Amazônia e a proliferação de garimpos ilegais em terras indígenas, sob o beneplácito do Estado brasileiro, também evidenciam essa situação.

Além disso, os movimentos sociais indígenas na América Latina e as mobilizações de massa estão diretamente ligadas ao auge de vários governos esquerdistas da região, o que

converte a política de rua em resultados eleitorais bem-sucedidos (ROBERTS, 2014). O movimento dos povos indígenas rurais também é amparado com leis específicas de reconhecimento territorial, cultural e simbólico.

Além do Brasil e da Colômbia, outras demandas e ações históricas estão na Bolívia e no Equador, por exemplo, que compartilham uma larga história de luta para conquistar seu território, que, diga-se de passagem, está em pleno movimento diante das espoliações dos recursos territoriais. Segundo Porto-Gonçalves; Santos (2018), esse tema não é novo e tem sido uma das marcas do colonialismo que assinala a formação histórico-geográfica da América Latina. Por isso, a exploração dos recursos para fins de exportação, assim como a luta por sua reapropriação são as duas faces desse contraditório processo<sup>132</sup>.

As principais organizações de movimentos sociais indígenas na Bolívia foram, e são, a Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB) e o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ). Para Zegada et al. (2008), as lutas indígenas eram, e ainda são, contra a expansão da fronteira agrícola e contra a exploração de hidrocarbonetos. Já no Equador, os movimentos indígenas formaram la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE) e uma de suas principais lutas foi contra a degradação ambiental de suas terras e a devastação de suas comunidades devido à exploração de petróleo (GERLACH, 2003).

No caso do Equador, a luta pela terra e território não se resume à luta camponesa ou indígena, mas também, àquela das comunidades negras afroequatorianas. Os afroequatorianos se organizam no combate político para reivindicar seus direitos social, territorial e étnico. Tais territórios vão ter visibilidade na esfera política latino-americana e equatoriana a partir do texto constitucional de 1998. Nesse sentido, a Constituição de 1998 reafirmou as diferenças entre negros e indígena, estabelecidas ao longo dos períodos colonial e republicano, perante o Estado-nação equatoriano, conforme ressaltam Rahier; Dougé-Prosper (2014).

A Constituição e suas revisões possibilitaram a construção da Lei de Desenvolvimento Agrário, conhecida como Lei de Comunas<sup>133</sup>, que reconhece o direito do negro e a legalização do território coletivo, mediante adjudicação por posse ancestral. Ainda, se estabelece a comuna como forma de organização territorial, assim como o povo afroesmeraldenho conceituava como Comarca teve de se encaixar na categoria legal “comuna”:

---

<sup>132</sup> Texto extraído do debate sobre A Luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: o caso da Petrobrás no Equador, do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018.

<sup>133</sup> Ley de Organización y Régim en las Comunas, Decreto Supremo n. 142, de 30 de julho de 1937, revisado pela Ley de Reforma Agraria de 1973 e novamente revisado pela Constituição Política de 1998.

As primeiras titulações sob o modelo de comuna se deram logo em seguida, a encargo do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Desarrollo Agrario (INDA). Em 1998, titulou-se a Comuna Afroecuatoriana de La Boca, com 914 hectares, e a Comuna Afroecuatoriana de Carondelet de Bogotá, com aproximadamente 800 hectares, que leva no próprio nome a referência ao rio que banha a localidade (MELO, 2015, p. 261).

Nota-se a relevância de compreender e dialogar sobre a construção de políticas territoriais para a população negra latino-americana que, em 2001, tornou-se centralidade na Conferência Mundial contra a Discriminação, a Xenofobia, o Racismo e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul. A partir desta Conferência, estruturaram-se planos, programas, metas e políticas que envolveram essas populações negras, dos quilombos e dos palenques.

Os movimentos sociais no campo, que desde 1970 vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais uma de suas expressões maiores conhecem, desde 1988-89, certos desdobramentos, cujas formas de associação e lutas escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos. (ALMEIDA, 2008, p. 25).

No Brasil, em 2006, na Conferência Regional das Américas, viabilizou-se um espaço de avaliação das propostas colocadas em Durban a respeito das políticas de igualdade racial, entre os países integrantes da América Latina. Nessa conjuntura, o Brasil apresentou avanços significativos internos, como por exemplo: a construção da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); o Programa Brasil Quilombola; e as políticas de ações afirmativas no ensino superior e para concursos nas esferas Federais, Estaduais e Municipais para negros, indígenas e quilombolas.

Após dez anos da Conferência de Durban, 2011 configurou-se como um ano destinado à uma análise do estado da arte dessas políticas, no contexto latino-americano, tendo como ponto de partida as avaliações de agentes do Estado, movimentos sociais e da sociedade civil sobre os dez anos da Declaração e Programa de Ação (DDPA) de Durban. Tal Declaração delimita um conjunto de diretrizes a serem cumpridas pelos países membros, como o Brasil e a Colômbia, no combate ao racismo e desigualdade, além da garantia de direitos territoriais das comunidades negras (SILVA, 2012). Alguns dos objetivos da Declaração e Programa de Ação podem ser vistos no Quadro 06.

Quadro 7 - Declaração e Programa de Ação de Durban/2001

|                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Indígenas</b>          | Os Estados devem trabalhar com os povos indígenas para estimular seu acesso a atividades econômicas e a aumentar seus índices de emprego, onde for necessário, através do estabelecimento, aquisição e expansão, pelos povos indígenas, de empresas e por meio da implementação de medidas tais como: capacitação, prestação de assistência técnica e facilidades de crédito;                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                           | Os Estados devem adotar políticas públicas que impulsionem programas em favor de meninas e mulheres indígenas, e em concerto com elas, visando promover seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; para colocar um fim à sua situação de desvantagem por razões de gênero e de etnicidade; para lidarem com os problemas urgentes que as afetam em relação à educação, à sua saúde física e mental, à vida econômica e em matéria de violência contra elas, incluindo a violência doméstica; e para eliminar a situação de agravada discriminação sofrida pelas meninas e mulheres indígenas calcadas em múltiplas bases de racismo e discriminação de gênero. |
| <b>Comunidades negras</b> | Os Estados, de acordo com a normativa internacional dos direitos humanos e seus respectivos ordenamentos jurídicos, devem solucionar os problemas de propriedade de terras ancestrais habitadas por gerações de afrodescendentes e a promoverem a utilização produtiva da terra, assim como o desenvolvimento abrangente destas comunidades, respeitando sua cultura e suas formas específicas de tomada de decisão. Ainda, solicita que os Estados reforcem as medidas e políticas públicas em favor das mulheres e jovens de origem africana, dado que o racismo os afeta de forma mais profunda, colocando-os numa condição maior de marginalidade e em situação de desvantagem;  |
|                           | Desenvolver programas destinados aos afrodescendentes, alocando recursos adicionais aos serviços de saúde, educação, moradia, energia elétrica, saneamento, medidas de controle ambiental e também promover a igualdade de oportunidades no emprego, bem como em outras iniciativas de ações afirmativas ou positivas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

**Fonte:** DDPA, 2011. (2019)

Assim, esse Programa e as políticas territoriais, agraciadas sob a interpretação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) integraram o conjunto básico de reivindicações das comunidades negras. Dessa forma, essas comunidades consideram questões em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, como o reconhecimento da dignidade, inerente a todos os membros da comunidade e dos seus direitos, iguais ou inalienáveis, que constituem o fundamento da liberdade e da justiça. Ademais, que se criem as condições que permitam a cada um desfrutar de seus

direitos econômicos, territoriais, sociais e culturais, assim como de seus direitos civis e políticos<sup>134</sup>.

Além disso, “[...] pode-se afirmar quanto às políticas territoriais, entendidas como campo das ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios” (RÜCKERT, 2019, p. 18). De acordo com Silva (2012), retomando o estado de arte das políticas públicas, cabe levar atenção para as iniciativas de cooperação internacional, entre países latino-americanos e caribenhos, no que tange à construção das políticas e aos debates sobre as categorias identitárias que permeiam esses processos. Essas iniciativas tiveram lugar nas Conferências preparatórias para a revisão do DDPA<sup>135</sup>, em que, foram acordados e reforçados no documento oficial da Conferência, as recomendações e os reconhecimentos do DDPA quanto aos territórios ancestrais tradicionais:

1. O direito à terra, aos territórios e aos recursos naturais que nossas comunidades e povos possuam em razão de sua propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou utilização, bem como direitos adquiridos sobre eles de outra maneira. Reconhecemos, também, o direito das nossas comunidades e povos à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade de produção de suas terras, bem como a importância da integridade dos territórios;
2. Recomendamos aos Estados que implementem políticas e ações específicas para garantir uma participação política ativa dos povos afrodescendentes e indígenas ou de seus representantes nos diferentes âmbitos decisórios de suas respectivas sociedades nacionais.

Então, o que se verifica nos trechos e no processo de construção dos pontos do Programa, assim como das ações e dos direitos para quilombos e palenques, é a movimentação dos quilombolas e dos palenqueiros ou dos grupos sociais na luta por efetivação e concretização das ações e direitos em *políticas compensatórias*. Esse conceito denota, de modo amplo, todo tipo de ação governamental que tem por objetivo minimizar

---

<sup>134</sup> Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Dotada pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966 e ratificada pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>135</sup> Conferência Regional das Américas sobre Avanços e Desafios no Plano de Ação da Conferência contra o Racismo (Santiago + 5); Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe para a Conferência de Revisão de Durban. Brasília, Brasil, 17-19 de junho de 2008.

carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social.

Nesse nível de generalidade, o conceito aplica-se a sociedades historicamente determinadas e refere-se às opções de políticas sociais de seus governos. Essas políticas têm incluído programas de assistência e de transferência de renda, além daquelas referidas à educação gratuita, relação étnico-raciais, à previdência e à seguridade social (SILVA, 2010).

Estas políticas, com fins compensatórios, trouxeram para o cenário latino-americano um debate fundamental, tanto no meio acadêmico, quanto na sociedade e nos movimentos sociais. Por conseguinte, as comunidades negras rurais do Brasil e da Colômbia se organizam politicamente para reivindicar seus direitos constitucionais, ambientais e territoriais, também por meio dos movimentos sociais. Desse modo, o resultado é a construção e a efetivação das políticas públicas para quilombos e palenques na América Latina

#### *4.1.4 Políticas territoriais para quilombos e palenques*

Aqui tem-se por objetivo compreender os principais eixos das políticas públicas, com viés para o campo que utiliza o enfoque territorial no Brasil e Colômbia, nas últimas décadas. Tais políticas adotaram o recorte territorial como elemento central, que visa reduzir a pobreza, a desigualdade, os conflitos na terra e por território, assim como os conflitos étnico-raciais e a pilhagem dos recursos territórios.

Na perspectiva das políticas territoriais, as políticas públicas compensatórias ajudam a compreender, no Brasil e Colômbia, as dinâmicas das relações entre política de Estado e política de governo no processo da elaboração das mesmas. A estruturação, sistematização e estabelecimento das políticas públicas metamorfosearam-se, geopoliticamente, em disputas opostas de modelos de desenvolvimento para o território, “configurando-se entre os novos elementos da questão agrária” (FERNANDES, 2016, p. 1)<sup>136</sup>, como por exemplo, a questão étnico e racial latino-americano.

Uma política de Estado se constituiria por meio de ações de cunho estruturante nas quais os governantes que se alternam no poder devem garantir que tal política seja efetivada, devendo seguir e cumprir determinadas linhas, programas e projetos. Ultrapassa a política de governo e é institucionalizada, pois, ainda que se troque de

<sup>136</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. GEOGRAFIA RURAL, 2016. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.



governo, ela permanece. O SUS<sup>137</sup>, por exemplo, é uma política de Estado instituído pela Carta Magna de 1988 (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 9)<sup>138</sup>.

Em Barros; Pimentel (2012) pode-se analisar as diferenças de uma política de Estado e a política de governo, além do procedimento na formulação das políticas públicas. Ainda, outra questão é que a alternância de governos não comprometidos com a sociedade prejudica o desenvolvimento social, econômico, cultural e político do país, conforme situação observada no Brasil, após o Golpe de 2016 e as eleições presidenciais em 2018.

No final do século XX e início do século XXI, os movimentos sociais e os representantes dos grupos tradicionais têm proporcionado um debate aberto e construtivo com algumas universidades públicas ou privadas - ou funcionários das instituições estatais responsáveis pela mediação e elaboração das políticas públicas com viés para agricultura, educação, saúde, habitação e titulação territorial etc.

Por conseguinte, destaca-se como exemplo o diálogo sobre os conflitos pela terra e pelo território, proporcionado pelo grupo tradicional Fecho de Pasto Brejo Verde, localizado no município de Correntina/BA. A discussão se refere à necessidade de construir políticas públicas – tanto em relação ao Estado, como de município – para os territórios negros e tradicionais de Correntina e adjacências; isso pois essa região do bioma Cerrado está no centro da especulação e expansão das fronteiras dos agrohidronegócios, como no caso da soja transgênica<sup>139</sup>.

Os eixos de estruturação da construção das políticas, que complementa as políticas públicas, se alterna entre o que é política de Estado ou de governo, na concepção das comunidades negras rurais ou tradicionais na América Latina. Ou seja, discorre-se sobre este conjunto de ações, essencial para formar as políticas territoriais.

Segundo o Observatório do Agronegócio no Brasil, em 2020, a transnacional Cargill – empresa especializada em sementes transgênicas – comprou soja de latifúndio em área

<sup>137</sup> O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista do povo brasileiro, garantido pela **Constituição Federal de 1988**, em seu artigo 196, por meio da **Lei nº. 8.080/1990**. O SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente dele para qualquer atendimento de saúde. O SUS é financiado com os impostos do cidadão – ou seja, com recursos próprios da União, Estados e Municípios e de outras fontes suplementares de financiamento, todos devidamente contemplados no orçamento da seguridade social. Disponível em: < <https://www.saude.mg.gov.br/sus>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>138</sup> BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellem Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*, Vol. 2, n2, 2012. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/35746/25571>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

<sup>139</sup> Esse diálogo foi proporcionado a partir do trabalho de campo que teve como recorte espacial as dinâmicas espaciais dos territórios tradicionais e assentamentos nos estados de Goiás, Tocantins e Bahia, com os professores Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Universidade Federal de Goiás, Goiânia/Brasil) e Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Universidade Federal de Goiás, Goiânia/Brasil) e os educandos da graduação e da pós-graduação, Universidade Federal de Goiás no ano de 2020.

sobreposta ao território indígena do povo Munduruku do Planalto Santareno, no estado do Pará. Dessa forma, se observa que as transnacionais atravessam o Estado e impõem modelos de apropriação sobre as terras de populações tradicionais. Conforme Fernandes (2016, p. 2), geopoliticamente, essa disputa é “[...] com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio”, além de outros sujeitos ou corporações.

Para Fernandes (2016), isso ainda pode ser observado nos processos de criação de políticas para o campo, nas últimas cinco décadas, na América Latina. Esse contexto implica analisar quais são as políticas elaboradas pelos governos, entretanto, determinadas pelos interesses das corporações do agronegócio, que, por sua vez, sustenta e é sustentado pelo sistema hegemônico capitalista.

É comum, às vezes, confundir as ações do Estado com as do governo, devido às contradições e aos interesses políticos e econômicos do grupo que está no poder, tanto no executivo, como no legislativo ou no judiciário.

O Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. Assim, governo também não se confunde com o poder executivo, este é composto pelo governo, responsável pela direção política do Estado, e pela administração, como conjunto técnico e burocrático que auxilia o governo e faz funcionar a máquina pública. A administração pública dá execução às decisões do governo (ROCHA, 2009, p. 140)<sup>140</sup>.

Na citação, fica evidente a distinção entre Estado e governo, que possibilita apreender a dinâmica das funções como parte integrante do conjunto técnico e burocrático, tanto do Estado, como do governo. Logo, o Estado é constituído espacialmente por agrupamento de instituições diversas e que desempenham funções distintas de ações e poder, como por exemplo, o INCRA, que é uma autarquia, cuja função é executar a reforma agrária e o ordenamento fundiária. A partir de 2003, passa a ser responsável pela demarcação, desapropriação e titulação dos territórios dos quilombos no espaço geográfico brasileiro.

No espaço geográfico colombiano, o INCODER – semelhante ao INCRA – representa um órgão que se encarrega de executar e coordenar as políticas públicas do Estado. Assim,

---

<sup>140</sup> ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. ESTADO E GOVERNO: DIFERENÇA CONCEITUAL E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NA PÓS-MODERNIDADE. **REVISTA UNIARA**, nº 22, 2009. Disponível em: < <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/183> >. Acesso em: 20 nov. 2018.

apresenta como finalidade, a implementação das políticas de desenvolvimento rural integral, no sentido de facilitar o acesso das comunidades rurais e negras aos fatores produtivos, entre outros.

Para Rocha (2009), o governo é controle momentâneo do poder e, infelizmente, nem sempre está a serviço dos interesses da sociedade, já que, muitas vezes, está ali para atender aos interesses de determinados grupos de poder econômico, político ou financeiro. Então, essa autoridade administrativa será muito mais caracterizada por um gestor das tensões – produzidas através individualismo e a serviço de um ideal de eficiência tipicamente privado – do que de uma equipe promotora das ideias ideológicas de um grupo, segmento ou classe social.

Por outro lado, as políticas de governo podem sofrer quebra de continuidade e estão articuladas em função de conjunturas. Têm institucionalização mais fraca e menor durabilidade. São pensadas a partir de um projeto específico de forças políticas que assumem o aparelho de Estado, dependem do arranjo de forças e das escolhas políticas, que determinam algumas ações e não possuem garantia legal de continuidade. Sua continuidade depende de sua força nas diferentes esferas sociais, pois, para que uma política de governo possa ir além do período de gestão de um governo, é necessária uma efetiva participação social (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 9).

Tanto a política de Estado, como a de governo, movimentam-se por relações de poder e disputas, por conta da natureza do Estado, no Brasil e na Colômbia. A citação reforça essas relações que, regularmente, dependem dos sujeitos ou grupos políticos envolvidos nas articulações dos arranjos dos poderes e das disputas, conforme os interesses das comunidades rurais negras e tradicionais, no que se refere ao modelo de desenvolvimento para o campo.

Por décadas, não se viu soluções concretas e, sim, ainda mais conflitos, assassinatos, deslocamento forçado e outros elementos do conjunto das contradições do capitalismo, na efetiva acumulação via espoliação. Por isso, as políticas públicas governamentais e de Estado, nada mais são do que políticas compensatórias. No Brasil, como já dito, nos últimos anos, houveram cortes significativos no orçamento para a execução das atividades referentes às populações tradicionais. À título de exemplo, está o orçamento fundiário (Figura 01) para titulação de territórios negros no Brasil, que sofreu quebra de continuidade nos processos de desapropriação e titulação dos territórios. É assustador que, entre 2010 e 2018, tenha ocorrido a redução de, aproximadamente, 54 milhões para menos de um milhão, no orçamento fundiário previsto.

Figura 1 - Orçamento de 2010 a 2018 para regularização fundiária dos territórios quilombolas no Brasil



Fonte: INCRA, (2018)<sup>141</sup>.

A Figura 01, sobre orçamentos referentes aos anos de 2010 a 2018 para titulação de territórios negros quilombolas, retrata que, em cinco anos, a escala decresceu acima de 91% no espaço brasileiro. Esse cenário revela o processo da construção das políticas públicas, pertinente aos territórios negros e quilombolas, com a composição do novo governo, após o Golpe Parlamentar de 2016 e a predominância do racismo institucional.

O orçamento federal previsto para indenização de territórios quilombolas, exemplifica, de forma concreta, o que é política de Estado e o que é política de governo. Esse orçamento está configurado nos eixos das realizações do Programa Brasil Quilombo, construído coletivamente entre CONAQ, assim como movimentos sociais e representantes dos órgãos do governo federal, instituído nos mandatos do ex-presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010.

Em 2013, conforme visualiza-se na Figura 01, foram aplicados mais de R\$25 milhões para a desapropriação e titulação das terras quilombolas, mas em 2018, menos de R\$1 milhão

<sup>141</sup> Orçamento para titulação de territórios quilombolas cai mais de 97% em cinco anos. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/orcamento-para-titulacao-de-territorios-quilombolas-cai-mais-de-97-em-cinco-anos/22824>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

foi destinado para tais processos. De acordo com INCRA e com Terras de Direitos, em 2018, o valor é insuficiente para titular os mais de 1,7 mil processos sob sua responsabilidade.

Desse total, 32 áreas de 12 comunidades quilombolas já foram reconhecidas e tiveram o decreto de desapropriação assinado e, agora, aguardam apenas a titulação. Segundo informações obtidas através da Lei de Acesso à Informação, 15 delas ainda aguardam, desde 2016, a aquisição dos imóveis para receberem o título.

No espaço geográfico colombiano, a política de Estado de desapropriação e titulação das comunidades negras, palenqueiras e raizales é diferenciada em relação à brasileira<sup>142</sup>. Na Colômbia exige-se apenas uma ordem do Juiz para o procedimento formal e para o procedimento técnico da restituição da terra e do território. No processo metodológico da desapropriação, o Estado não é obrigado a indenizar os expropriadores das terras, assim como também não apresenta um orçamento concreto para isso, como no Brasil.

A Lei de Vítimas 1.448/2011 assegura que medidas efetivas devem ser adotadas em favor das pessoas que sofreram as consequências dos conflitos armados no espaço colombiano. Em seu Artigo 205, atribuiu-se ao Presidente da República, a faculdade de sancionar decretos com força de lei para estruturação de políticas territoriais, com fins destinados à regulamentação dos direitos e garantias das vítimas pertencentes a povos indígenas, comunidades ciganas e comunidades negras (afro-colombianas, raizales e palenqueiras).

O Decreto 4.633 – por meio do qual assegura-se medidas de assistência, atenção, reparação integral e restituição de direitos territoriais – é expedido às vítimas pertencentes aos Povos e Comunidades Indígenas; ainda, medidas de assistência, cuidado, reparação integral e restituição de terras às vítimas pertencentes ao povo cigano; e também garante medidas de assistência, cuidado, reparação integral e restituição de terras às vítimas pertencentes às comunidades negra, afro-colombiana, raizales e palenqueiras.

Essa Lei procura estabelecer um conjunto de medidas judiciais, administrativas, sociais e econômicas, tanto individuais, quanto coletivas, em relação ao Estado e em benefício das vítimas de violações, no âmbito da justiça transicional<sup>143</sup>. Ainda, possibilita tornar efetivo o gozo de seus direitos à verdade, à justiça e à reparação com garantia de não repetição, para

---

<sup>142</sup> Dessa forma, a restituição de terra está ligada a Lei de Vítimas dos Conflitos Armados e é demonstrada, no Relatório da Restituição, do Estado colombiano.

<sup>143</sup> A justiça de transição pode ser entendida como um conjunto de ações, dispositivos e estudos que surgem para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais ou indivíduos que ocorreram na história de um país.

que sua condição de vítima seja reconhecida e dignificada por meio da realização de seus direitos constitucionais<sup>144</sup>. Logo, a Lei e os decretos definem quem são as vítimas:

Aquellas personas que individual o colectivamente hayan sufrido un daño por hechos ocurridos a partir del 1o de enero de 1985, como consecuencia de infracciones al Derecho Internacional Humanitario o de violaciones graves y manifiestas a las normas internacionales de Derechos Humanos, ocurridas con ocasión del conflicto armado interno. No serán considerados como víctimas quienes hayan sufrido un daño en sus derechos como consecuencia de actos de delincuencia común”. Tampoco Los miembros de los grupos armados organizados al margen de la ley serán considerados víctimas. Se basa en el principio de buena fe, es decir bastará a la víctima probar de manera sumaria el daño sufrido ante la autoridad administrativa, para que esta proceda a relevarla de la carga de la prueba. Dedicar la atención a las víctimas de desplazamiento forzado, de cómo se rinden las declaraciones, de las etapas de la ayuda humanitaria, establece el diseño de esquemas especiales de acompañamiento cuando las personas víctimas de desplazamiento forzado que deciden voluntariamente retornar o reubicarse<sup>145</sup>.

Percebe-se que as vítimas são aquelas que sofreram violência no campo, resultante dos conflitos armados e que, historicamente, acometem o território colombiano. A questão é como estabelecer critérios para identificar quem sofreu ou não algum tipo de violência. Por isso, é relevante que, na construção das políticas territoriais, haja a participação dos grupos étnicos. Inclusive, a Lei estabelece quais são os direitos das vítimas do conflito armado. Adiante é apresentado os Derechos de las víctimas<sup>146</sup>:

1. Derecho a la verdad, justicia y reparación.
2. Derecho a acudir a escenarios de diálogo institucional y comunitario.
3. Derecho a ser beneficiario de las acciones afirmativas adelantadas por el Estado para proteger y garantizar el derecho a la vida en condiciones de dignidad.
4. Derecho a solicitar y recibir atención humanitaria.
5. Derecho a participar en la formulación, implementación y seguimiento de la política pública de prevención, atención y reparación integral.

<sup>144</sup> Ley N° 1.448/2011 - Medidas de Asistencia y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Interno Disponible em: <  
[http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi\\_normativa/colombia\\_ley\\_nro\\_1448\\_2011.pdf](http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_normativa/colombia_ley_nro_1448_2011.pdf)>.  
 Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>145</sup> Ley N° 1.448/2011 - Medidas de Asistencia y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Interno Disponible em: <  
[http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi\\_normativa/colombia\\_ley\\_nro\\_1448\\_2011.pdf](http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_normativa/colombia_ley_nro_1448_2011.pdf)>.  
 Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>146</sup> Ley N° 1.448/2011 - Medidas de Asistencia y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Interno Disponible em: <  
[http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi\\_normativa/colombia\\_ley\\_nro\\_1448\\_2011.pdf](http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_normativa/colombia_ley_nro_1448_2011.pdf)>.  
 Acesso em: 25 nov. 2020.

6. Derecho a que la política pública de que trata la presente ley, tenga enfoque diferencial.
7. Derecho a la reunificación familiar cuando por razón de su tipo de victimización se haya dividido el núcleo familiar.
8. Derecho a retornar a su lugar de origen o reubicarse en condiciones de voluntariedad, seguridad y dignidad, en el marco de la política de seguridad nacional.
9. Derecho a la restitución de la tierra si hubiere sido despojado de ella, en los términos establecidos en la presente ley.
10. Derecho a la información sobre las rutas y los medios de acceso a las medidas que se establecen en la presente ley.
11. Derecho a conocer el estado de procesos judiciales y administrativos que se estén adelantando, en los que tengan un interés como parte o intervinientes.
12. Derecho de las mujeres a vivir libres de violencia<sup>147</sup>.

É significativo realizar essa análise já que as disputas por modelos de políticas para territórios negros e tradicionais na América Latina, são envoltas por ideologias e interesses de corporações, nacionais e transnacionais, no agrohídronegócio ou na mineração/ilegal, espacializadas no Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e em outros países.

Assim sendo, trabalhar com políticas públicas é também interferir nos processos que constituem as realidades, material e imaterial, dos territórios. Ademais, é estabelecer o diálogo, sem ser a partir das realidades – como aspectos já dados e alicerçados no conjunto das relações de disputas e poder no espaço político – mas como uma construção participativa dos atores e sujeitos envolvidos, respeitando as diferenças e as diversidades constituintes do território.

## 4.2 Quilombo

Considerando as mudanças no cenário político brasileiro, na organicidade das lutas e nas demandas dos movimentos sociais por direitos humanos, assim como pela condição dos grupos étnicos e sociais no campo, trata-se de compreender as etapas da construção das políticas públicas territoriais no Brasil e na Colômbia. Quais são as políticas públicas,

---

<sup>147</sup> Ley N° 1.448/2011 - Medidas de Asistencia y Reparación Integral a las Víctimas del Conflicto Armado Interno Disponível em: <  
[http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi\\_normativa/colombia\\_ley\\_nro\\_1448\\_2011.pdf](http://www.sipi.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sipi_normativa/colombia_ley_nro_1448_2011.pdf)>.  
 Acesso em: 25 nov. 2020.



programas e ações? Quais os benefícios para as famílias dos quilombos e palenques? Quais ações estão em andamento para o reconhecimento e titulação de territórios quilombolas?

Na década de 1970, alguns militantes negros de diversas organizações fundaram o Movimento Negro Unificado (MNU), com o intuito principal de denunciar as barbáries do Estado brasileiro contra a população negra. A fundação do MNU e a multiplicação da mobilização das populações negras urbanas e rurais no território nacional, resultaram em uma maior pressão por políticas compensatórias, capazes de incluir o respeito à diferença étnica, na lista das demandas fundamentais.

O movimento quilombola – a CONAQ, por exemplo – se articulava para lutar e dialogar acerca da liberdade de viver, respirar, comer e usar seus territórios ancestrais. A Constituição Federal de 1988, intitulada como Constituição Cidadã, caracteriza-se por sua universalização do resgate histórico e atual dos direitos universais dos brasileiros. Ademais, o Estado brasileiro busca, há anos, estabelecer procedimentos e instrumentos que colocaram em prática esses direitos, abrindo brechas nas estruturas criadas durante regimes centralizadores ou ditatoriais. Porém, é fato

[...] que o Estado brasileiro abriga uma diversidade social e cultural que se expressa pela multiplicidade de comportamentos, institucionalidades sociais, línguas, etnias, saberes e modos de vida presentes em nosso país. A própria Constituição avança ao reconhecer direitos específicos para os indígenas e para quilombolas, dois componentes fundamentais no ‘ser brasileiro’. No entanto, este é só o começo do movimento em direção à realidade de nossa riqueza sociocultural. (SILVA, 2007, p. 9).

Entretanto, “há uma ocultação da riqueza sociocultural e invisibilidade desses direitos perante a sociedade e faltam políticas públicas para firmar tal realidade” (SILVA, 2011, p. 40). Na atualidade, as políticas de reconhecimento dos territórios étnicos indígenas e quilombolas não possuem o andamento necessário, como por exemplo, em virtude dos deputados da bancada ruralista, que são latifundiários ou patrocinados pelas grandes empresas de agronegócios.

Para Alceu Luís Castilho, “[...] a bancada ruralista é paranoica. Coisa de quem tem muito a perder (um pedaço do território), credita um poder enorme aos indígenas, quilombolas e camponeses. A qualquer momento estes podem virar o jogo, na visão desses parlamentares” (2012, p. 115).

Portanto, “[...] o parlamento reflete a hipocrisia da sociedade brasileira. Nesta casa quem manda é a terra. Em qualquer votação tem de negociar com o setor da terra” (CASTILHO, 2012, p. 115). Tal ocultação e invisibilidade construídas, historicamente – com

base na exploração econômica, violência e escravidão – se refletiam, até “pouco tempo”, em formas segregacionistas de ações do Estado, por esses mesmos parlamentares. Distorcidamente, a ocultação e a invisibilidade eram, e ainda são repassadas para a sociedade através dos meios de comunicação e livros didáticos, responsáveis por criar estereótipos sobre negros e indígenas na história brasileira, além de mostrá-los como submissos.

Pode-se dizer que, na formação histórica brasileira, sucedeu teorias sociais que afirmam a existência de uma *harmonia* nas relações sociais no Brasil, no que se refere às raças e à pluralidade étnica, mas que, ao mesmo tempo, são contestadas pelas experiências cotidianas dos sujeitos étnicos.

Ainda, “[...] estas teorias ganharam força com o mito da democracia racial, que ao contrário de outros países, que no espaço brasileiro existe uma convivência pacífica nas relações étnico-raciais e que todos e todas teriam a mesma oportunidade de sucesso” (SILVA, 2016, p. 43).

De acordo com Gilberto Freyre, com mais força do que todos os outros autores, a “[...] mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil” (FREYRE, 2003 p. 29).

No entanto, como aponta Edgardo Lander:

[...] os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o fardo do homem branco, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal. Afirmando o caráter universal dos conhecimentos científicos eurocêntricos abordou-se o estudo de todas as demais culturas e povos a partir da experiência moderna ocidental, contribuindo desta maneira para ocultar, negar, subordinar ou extirpar toda experiência ou expressão cultural que não corresponda a esse dever ser que fundamenta as ciências sociais. (LANDER, 2005, p. 14).

Todavia, a partir da Constituição de 1998, o Estado brasileiro tornou-se responsável pelas políticas territoriais para os territórios tradicionais, destacadamente, para a população negra e os povos indígenas, no sentido de desconstruir os estereótipos e a invisibilidade desses sujeitos no espaço geográfico brasileiro, além de garantir, a partir de políticas públicas, a inclusão social. No caso das comunidades negras tradicionais e dos quilombos, já existe reconhecimento constitucional, conforme já mencionado. No entanto, ainda persistem questões primordiais pendentes, como o acesso ao território, à saúde e à educação diferenciadas.

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impedem a transformações na estrutura agrária. Em ocorrência têm-se efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras, bem como pressões para que sejam revistas as categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários. (ALMEIDA, 2008, p. 26).

Dessa forma, a primeira experiência de políticas públicas com enfoque territorial rural no espaço brasileiro foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 28 de junho de 1996, pelo Decreto nº 1.946/Brasil. Esse Programa tinha como objetivo promover o “desenvolvimento sustentável” dos agricultores familiares, no intuito de aumentar a sua capacidade produtiva, gerando empregos e melhoria na renda. Com o PRONAF, além das linhas de crédito direto aos agricultores familiares e da linha de crédito de capacitação, foi criada outra linha, denominada Infraestrutura e Serviços, que pode ser caracterizada como um primeiro ensaio de política pública territorial rural no país (ORTEGA, 2016).

O objetivo básico da linha infraestrutura e Serviço do Pronaf:

[...] era eliminar gargalos que estão retardando ou impedindo o desenvolvimento rural em área em que predomine a presença de agricultores familiares. [...] Como exemplos de infraestrutura financiável no âmbito do PRONAF, cita-se: rede principal de energia elétrica, estradas vicinais, armazém e abatedouro comunitário, habitação rural, unidades didáticas etc. [...] Podem ser financiados serviços de apoio ao desenvolvimento rural prestados por entidades públicas ou privadas que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar, como a assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária etc. (Brasil, 2000, p. 13).

Nas demandas das finalidades de ações e metas do PRONAF, é necessário ressaltar que a sua criação se deu num campo de disputas conceituais e políticas, a respeito da natureza dos sujeitos no campo brasileiro. De um lado, os defensores de uma agricultura familiar que devia se modernizar e se integrar ao mercado, a partir do conceito de agricultores familiares; e de outro, aqueles que compreendem esses sujeitos enquanto uma categoria histórica – o campesinato. Essa abordagem, encampada pelos movimentos sociais, é também compreendida pelo pesquisador como a mais adequada para uma leitura espacial do campo no Brasil.

No entanto, tiveram avanços. Dessa forma, foi o reconhecimento da luta por direito ao território, a partir da inclusão da categoria política quilombo – juntamente, com povos indígenas e comunidades tradicionais – à categoria agricultor familiar.

Além disso, o Artigo. 5º do Decreto Federal 3.991/2001/Brasil, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) também considerou que: são também beneficiários do Programa os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de quilombos e agricultores assentados pelos programas de acesso à terra do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A inclusão dos indígenas e comunidades tradicionais no MDA, de acordo com Caniello et al. (2012), foi apontada como o grande desafio da política pública com viés para os territórios no Brasil, isto é, a intersetorialidade e inclusão de povos indígenas, comunidades tradicionais e negras, respeitando os seus costumes e tradições.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) que prevê o fortalecimento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar. Entre elas, destaca-se a de Demarcação de Terras Quilombolas; assim como a inclusão produtiva por meio de acesso ao crédito; a inserção nos mercados institucionais, em especial nos Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SANTOS et al., 2017).

O PAA, entre outras ações, é um Programa prioritário, tanto para a política territorial do MDA quanto para a política de segurança alimentar e nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Já o PNAE é vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (FNDE/MEC) (SANTOS et al., 2017).

Para Conti (2010), essas políticas se caracterizam pelo seu caráter intersetorial e estruturante, quando propõe a conexão da produção da agricultura familiar ao consumo, o que valoriza a produção orgânica e permite que o agricultor planeje sua produção, assegurando uma renda mensal.

Dentre as políticas de ATER, a demarcação de terras quilombolas se caracteriza por ser uma ação interministerial, pois apresenta duas fases: a primeira, de reconhecimento do quilombo pela Fundação Palmares; e, a segunda, de titulação da terra pelo INCRA. Ao final do processo de titulação no INCRA, as terras quilombolas passam a ser coletivas e todas as formas de titulação da propriedade de terras, inseridas na área do território, passam a ser propriedade coletiva, em nome de uma associação representativa do quilombo, inclusive as de propriedades em nome de quilombolas (SANTOS et al., 2017).

Ademais, as políticas governamentais para comunidades tradicionais<sup>148</sup>, das quais os quilombos fazem parte, estão inseridas no processo de redemocratização do Estado, após o

---

<sup>148</sup> O conceito “comunidades tradicionais” é relativamente novo, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica ou social. A expressão comunidades ou populações tradicionais surgiu no seio da problemática

período de fechamento político da ditadura militar. Assim, cada uma delas representa um avanço rumo a um país mais igualitário, embora possa-se identificar uma grave distância entre a sua redação e a sua aplicabilidade.

Ainda, os povos indígenas e os quilombolas foram os primeiros a ter o estatuto de sujeitos de direitos, assegurados pela Constituição Federal de 1988, e pelos tratados internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT; Convenção da Sociodiversidade; Convenção dos Direitos Humanos e Declaração da Organização das Nações Unidas/ONU.

Em 1988, a Constituição significou um fato fundamental para diversos aspectos da complexa organização política no Brasil e, entre esses, destacou-se os aspectos relevantes para a questão quilombola. Porém, enfatiza-se que há, em anexo à Carta Magna, alguns artigos que fundamentam as políticas afirmativas, como o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Então, pode-se notar que as políticas territoriais para quilombos, até o presente momento, são políticas construídas através de relações diversas entre os Ministérios, os movimentos sociais – nesse caso, principalmente o Movimento Quilombola e o Movimento Negro – e a sociedade civil, com objetivo de contextualizar estratégias e planos formais para os territórios e seus sujeitos. Todavia, observa que todas essas políticas estão sendo desconstruídas pelo atual governo brasileiro.

Em 2003, o Estado brasileiro atendeu a uma reivindicação histórica do movimento negro com a construção da SEPPIR. “Na formação de seu campo de atuação foram repassadas algumas demandas, cujo intuito foi de superar as questões orçamentárias, operacionais e entraves jurídicos”<sup>149</sup>. Todavia, no contexto sobre quilombos, cujos direitos não são só formais, mas de cidadania, se observa que a superação dos entraves jurídicos ainda não foi devidamente solucionada, pelo contrário, continua a representar o obstáculo maior, tanto no processo de titulação do território, como em outras políticas públicas.

Com a ativação da Secretaria, em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que tem por finalidade coordenar as ações governamentais através de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais para as comunidades quilombolas, com ênfase na

---

ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs), áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2008, p. 3.)

<sup>149</sup> BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004, p. 1. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

participação da sociedade civil. Esse Programa é coordenado pela SEPPIR – em ação conjunta com vinte e três entidades da administração pública federal.

Dessa forma, este é um Programa que busca garantir o direito à terra; à documentação básica; à alimentação e à saúde; ao esporte e ao lazer; à moradia adequada; ao serviço de infraestrutura; à previdência social; à educação e à cultura, com base na realidade e nas demandas das comunidades. Tal Programa é vinculado ao Decreto nº 4.887/2003, por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, além de outros setores e organizações sociais, responsáveis pela execução de ações e atendimento aos territórios quilombolas.

Isso é resultado da crescente tensão do movimento quilombola, inserido no quadro de forças políticas brasileiras, que pressionam por mudanças na atuação do Estado em relação às terras de quilombo, o que se tornou possível em 20 de novembro de 2003, com o Decreto nº 4.887. A regulamentação do Artigo 68 também trouxe avanços importantes na questão formal. Por exemplo, no dia 01/07/2011, o Quilombo de Ivaporunduva, localizado no Vale do Ribeira, município de Eldorado/SP, recebeu o título de reconhecimento do seu território, fato que levou a população comemorar com muita festa.

Ademais, as famílias receberam do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 20 de novembro de 2011, o Decreto de reconhecimento por Interesse Social. Esse Decreto de 2003, sofreu a ofensiva direta da bancada ruralista através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), proposta pelo Partido da Frente Liberal/PFL, em 2004. Acerca disso, “o partido alegou a inconstitucionalidade do Decreto, sustentando que ele seria formalmente inconstitucional por conta da inexistência de uma lei prévia que confira validade ao Decreto, que é ato normativo secundário”<sup>150</sup>.

Todavia, em 08 de fevereiro de 2018, por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003 e, com isso, garantiu a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) 3239, a qual foi julgada improcedente por oito ministros.

Nesta sequência, o Decreto nº 4887 define as formas de autoafirmação que os órgãos responsáveis pela certificação, demarcação e titulação do território devem seguir, já que sem os fins deste Decreto não há possibilidade de certificar os quilombos pela Fundação Palmares, tampouco, a titulação do INCRA.

---

150 - CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2014, p. 1. Disponível em: < <http://www.conectas.org/pt/acoes/stf-em-foco/noticia/19096-adi-3239-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

O conjunto de finalidades a ser executado por intermédio das políticas territoriais, que estão descritas no Programa Brasil Quilombola (Tabela 09), são, em alguns pontos, demandas próprias dos quilombolas. Na maioria das vezes, as mesmas são provocadas pelas organizações governamentais – relacionando-as com os respectivos recursos reservados para tais finalidades, como por exemplo, a Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>151</sup>. Além disso, o PBQ teve sua primeira dotação de recursos na LOA, em 2005 e, assim, recebeu recursos como Programa de governo até 2011.

Na Tabela 03, é possível acompanhar o orçamento planejado e executado pelo Programa PBQ, de 2005 a 2014.

Tabela 3 - Execução Orçamentária do Programa Brasil Quilombola de 2005 – 2014

| 2005 | 30.462.763,00 | 7.134.148,84  | 23,41 |
|------|---------------|---------------|-------|
| 2006 | 52.034.263,00 | 14.105.671,18 | 27,10 |
| 2007 | 51.171.234,00 | 8.819.537,32  | 17,23 |
| 2008 | 71.660.952,00 | 5.096.322,08  | 7,11  |
| 2009 | 55.871.846,00 | 9.622.138,07  | 17,22 |
| 2010 | 83.860.371,00 | 23.395.638,21 | 27,89 |
| 2011 | 55.723.757,00 | 28.705.098,94 | 51,51 |
| 2012 | 0             | 3.948.701,8   |       |
| 2013 | 0             | 1.544.006,31  |       |
| 2014 | 0             | 313.048,56    |       |

**Fonte:** Elaboração própria, com base em PBQ, SEPPIR, SIGA Brasil, Senado Federal, 2018.

Conforme se observa, houve aporte orçamentário para o Programa, entre 2005 e 2011. Assim sendo, “trata-se, portanto, do período em que as ações governamentais consideraram a existência do programa em suas atividades, planejamento, ações e funções de governo” (TEIXEIRA, 2017, p. 5). Entretanto, se observamos os orçamentos da Tabela 09 e da Figura 01, é possível analisar de que forma uma política de Estado se transforma em política de governo, além do esfacelamento dos orçamentos, que retrata um cenário de descaso e relações de poder entre os interesses dos quilombos, assim como as políticas com viés de expansão da agricultura capitalista.

Em 2013, contudo, a SEPPIR lançou o Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas, adequado pelo corte orçamentário e pela realização de eventos e festividades.

<sup>151</sup> A Lei Orçamentária Anual (LOA) - estima receitas e fixa despesas para um ano, de acordo com as prioridades contidas no PPA e LDO, detalhando quanto será gasto em cada ação e programa – Plano Plurianual (PPA) – lei que prevê a arrecadação e os gastos em programas e ações para um período de quatro anos – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro, orienta a elaboração do orçamento e faz alterações na legislação tributária (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2007, p. 8).



Por conseguinte, estas celebravam simbolicamente, a pactuação de políticas territoriais com os movimentos sociais. Sendo assim, foi assinalado o estabelecimento de quatro eixos de ações com os quilombos, no Programa Brasil Quilombola, conforme o Quadro 08.

Quadro 8 - Os quatro eixos de ações do Programa Brasil Quilombola

|   |                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | <b>Regularização Fundiária</b>            | Resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse das terras. É a base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade;                                                                  |
| 2 | <b>Infra-Estrutura e Serviços</b>         | Consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura;                                                                                                                                                                                                         |
| 3 | <b>Desenvolvimento Econômico e Social</b> | Modelo de desenvolvimento local, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política;                                                                                                       |
| 4 | <b>Controle e Participação social</b>     | Estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro. |

Fonte: Elaboração própria, com base em PBQ, 2018.

O PBQ também procura manter parceria com as representações dos órgãos federativos nos Estados, as quais são, na maioria das vezes, burocráticas. Como exemplos, é coerente citar o INCRA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), entre outros, a partir do intuito de descentralizar e agilizar as respostas dos Governos para os territórios de quilombos. Nesse sentido, os governos municipais apresentam uma função singular, por se responsabilizarem, em última instância, pela execução de algumas políticas em cada território onde se localiza os quilombos.

Entretanto, em algumas situações, essas parcerias não são fáceis de serem construídas com as Prefeituras, em decorrência de motivos que vão, desde questões de origem burocráticas, até razões que se explicam a partir do racismo institucional<sup>152</sup>. Apenas a critério de exemplo, entre tantos casos, cita-se um fato ocorrido com alguns quilombolas do Quilombo Buriti do Meio, localizado na região norte do estado de Minas Gerais, no município de São Francisco.

<sup>152</sup> Configura-se na prática discriminatória dos sistemas de trabalho, direito, saúde, educação, economia, política e moradia. Esse tipo de racismo é a institucionalização de crenças racistas e individuais. Se há consequências racistas das leis, das práticas ou dos costumes institucionais, a instituição é racista, independentemente do fato dos indivíduos que mantêm tais práticas terem ou não, intenções racistas (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICOS. Disponível em: < <http://ibase.br/pt/?s=racismo+institucional> >. Acesso em: 10 jun. 2018.

Diversas vezes os quilombolas dirigiram-se ao Prefeito – representante do poder público eleito pelo voto que deve por princípio garantir os direitos e deveres de todos sem diferenciação de raça e pertencimento étnico – a fim de solicitar algum apoio, e em uma situação dessas escutaram o prefeito dizer, ‘quando não é os índios, são vocês negros que vêm tumultuar a prefeitura e a cidade’. (Relato coletado na reunião com o Prefeito de São Francisco e os quilombolas do Quilombo Buriti do Meio, sobre política territorial repassado do Governo Federal para o município – 14/04/2009).

No Brasil, existem formas diversas de exercer reconhecimento e aplicabilidade das políticas para quilombos. Sendo assim, mesmo com as estratégias de *desqualificar* a história, a luta, a cultura e a ancestralidade, materializada nas disputas territoriais, houveram avanços no âmbito da estrutura jurídica brasileira. Além disso, a pressão política dos quilombolas e parceiros permitiram o reconhecimento de centenas de áreas quilombolas, que agora, correspondem à territórios quilombolas, reconhecidos e certificados<sup>153</sup>. O Quadro 09 é relativo aos municípios, famílias e áreas dos Quilombos/São Paulo/Brasil.

Quadro 9 - Nomes, municípios, famílias e área dos Quilombos/SP/Brasil

| Nº | Comunidade Quilombola | Município         | Famílias | Área total ( ha ) |
|----|-----------------------|-------------------|----------|-------------------|
| 1  | Ivaporunduva          | Eldorado          | 98       | 2.754,36          |
| 2  | Maria Rosa            | Iporanga          | 25       | 3.375,66          |
| 3  | Pedro Cubas           | Eldorado          | 40       | 3.806,23          |
| 4  | Pilões                | Iporanga          | 63       | 6.222,30          |
| 5  | São Pedro             | Eldorado/Iporanga | 39       | 4.688,26          |
| 6  | Cafundó               | Salto de Pirapora | 40       | 220               |
| 7  | Caçandoca             | Ubatuba           | 50       | 890               |
| 8  | Jaó                   | Itapeva           | 53       | 165,77            |

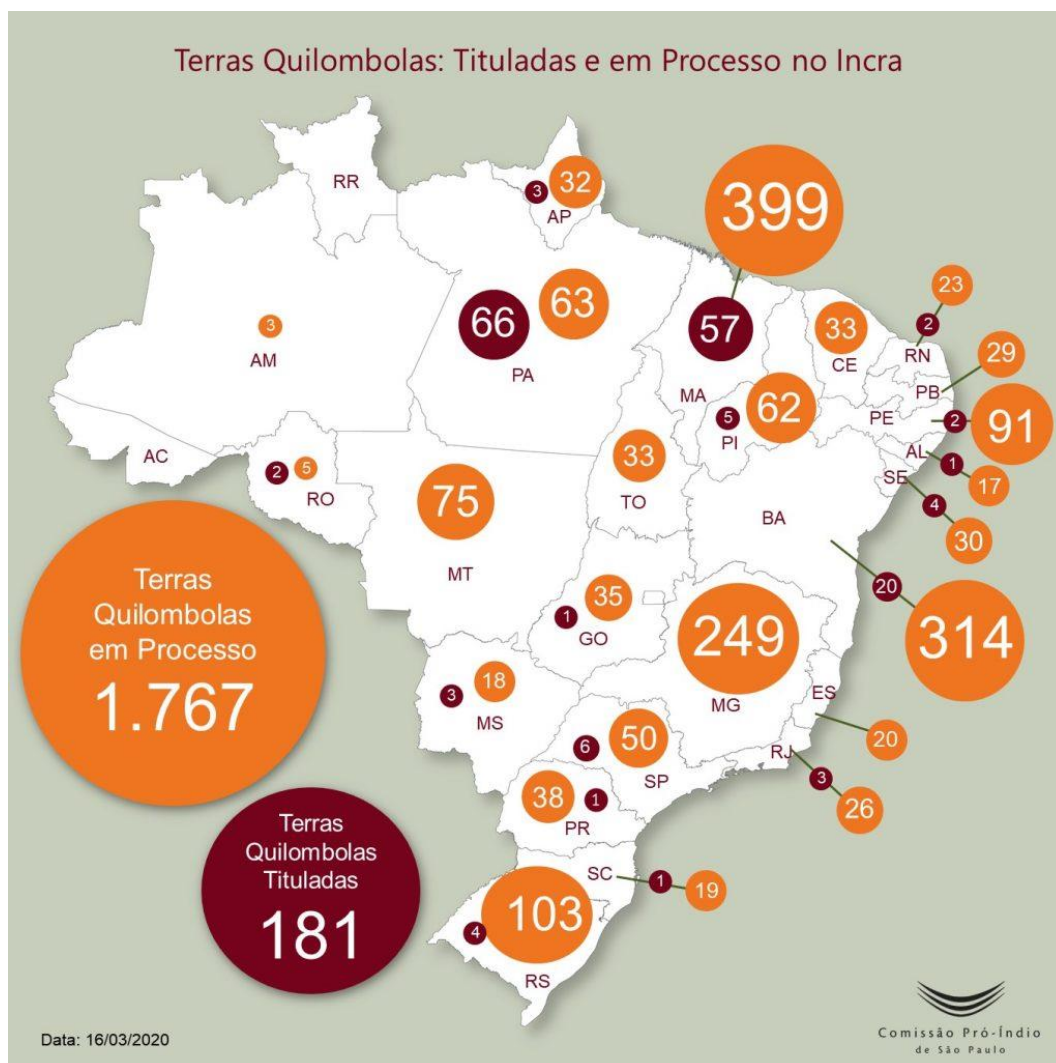
<sup>153</sup> Menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil. Nos últimos 15 anos, 206 áreas quilombolas com cerca de 13 mil famílias foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão que executa a titulação das terras já identificadas e reconhecidas. Desde 1988, o Estado já reconheceu oficialmente cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foi identificada a partir de 2003, quando foi editado o Decreto 4887, que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas. Sem a certificação, os territórios que remontam ao período colonial e que serviram de refúgio para negros escravizados ficam inacessíveis para políticas públicas básicas e se tornam alvos de conflitos. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

|    |                            |                      |              |          |
|----|----------------------------|----------------------|--------------|----------|
| 9  | André Lopes                | Eldorado             | 76           | 3.200,16 |
| 10 | Nhunguara                  | Eldorado/Iporanga    | 91           | 8.100,98 |
| 11 | Sapatu                     | Eldorado             | 82           | 3.711,62 |
| 12 | Galvão                     | Eldorado/Iporanga    | 34           | 2.234,34 |
| 13 | Mandira                    | Cananéia             | 16           | 2.054,65 |
| 14 | Praia Grande               | Iporanga             | 34           | 1.584,83 |
| 15 | Porto Velho                | Iporanga             | 19           | 941      |
| 16 | Pedro Cubas de Cima        | Eldorado             | 22           | 6.875,22 |
| 17 | Capivari                   | Capivari             | 17           | 6,93     |
| 18 | Brotas                     | Itatiba              | 32           | 12,48    |
| 19 | Cangume                    | Itaóca               | 37           | 724,6    |
| 20 | Camburi                    | Ubatuba              | 39           | 972,36   |
| 21 | Morro Seco                 | Iguape               | 47           | 164,69   |
| 22 | Poça                       | Eldorado/Jacupiranga | 41           | 1.126,14 |
| 23 | Ribeirão Grande/Terra Seca | Barra do Turvo       | 77           | 3.471,04 |
| 24 | Cedro                      | Barra do Turvo       | 23           | 1.066,11 |
| 25 | Reginaldo                  | Barra do Turvo       | 94           | 1.279,68 |
| 26 | Pedra Preta/Paraíso        | Barra do Turvo       | 80           | 3.280,26 |
| 27 | Sertão de Itamambuca       | Ubatuba              | 31           | 509,94   |
| 28 | Peropava                   | Registro             | 25           | 395,98   |
| 29 | Bombas                     | Iporanga             | 16           | 2.512,73 |
| 30 | 30. Aldeia                 | Iguape               | 17           | 7.350,63 |
| 31 | Abobral Margem Esquerda    | Eldorado             | 38           | 3.459,23 |
| 32 | Engenho                    | Eldorado             | 15           | 534,11   |
| 33 | Ex Colonia Velha           | Cananéia             | 10           | 2.399,02 |
| 34 | Biguazinho                 | Miracatu             | 9            | 792,47   |
| 35 | Piririca                   | Iporanga             | 14           | 1.081,50 |
| 36 | Ostra                      | Eldorado             | 17           | 238,63   |
|    |                            |                      | <b>1.445</b> |          |

Fonte: ITESP, (2022)

Sem dúvidas, houve avanços significativos na titulação dos territórios dos quilombos, conforme mostra a Figura 02.

Figura 2 - Titulação e processo de desapropriação expedida pelo INCRA para quilombos nos Estados brasileiros 2020



**Fonte:** Comissão Pró-Índio de São Paulo, (2020).

Geograficamente, tais políticas territoriais “ajudam” a rever as complexidades históricas que existem no território brasileiro, cujo cenário inclui as disputas territoriais e os conflitos, que expressam o contexto agrário *mal resolvido* no Brasil. Porém, é importante ressaltar que tais políticas ainda não foram capazes de trazer respostas concretas para o quadro socioeconômico que se propõem modificar; “[...] por motivos em geral de ordem burocrática/jurídica do próprio Estado brasileiro, que deu poucos passos quanto à resolução da questão concernente à reforma agrária” (SILVA, 2011, p. 50).

#### 4.2.1 *Palenque*

A relevância de dialogar sobre a construção de políticas públicas, com foco no território para palenque e quilombo, tornou-se, nas últimas décadas, no Brasil e na Colômbia, pauta central de luta. Tal enfrentamento dos grupos étnicos e dos movimentos sociais negros do campo e da cidade, em nível latino-americano, se deu em oposição ao agrohidronegócio e aos megaprojetos de cunho duvidoso e contraditório, como os da mineração ilegal e os de deslocamento forçado na Colômbia.

De forma genérica, conforme os documentos oficiais, as políticas públicas para palenques na Colômbia objetivam reduzir a desigualdade, assim como expulsão sistemática das famílias do território, o racismo e os assassinatos, além de outras barbáries materializadas nas territorialidades dos grupos palenqueiros.

No contexto de mobilização política e social contra as atividades capitalistas – como a plantação de eucalipto, palma africana e coca – a identidade territorial e a organização para os grupos étnicos quilombolas e palenqueiros representa o elemento central de luta para o reconhecimento territorial. Por conseguinte, isso fortalece a dimensão cultural, ecológica, simbólica e territorial dos direitos institucionais, além de ampliar as ações e procedimentos de titulação dos territórios negros tradicionais.

As transformações, na conjuntura política colombiana, a partir da década de 1990, são perceptíveis, assim como a mobilização política identitária. Nesse caso, o Processo de Comunidades Negras (PCN)<sup>154</sup>, formado por estudantes e ativistas negros, agregou uma rede de 120 organizações e se consolidou no cenário sociopolítico no decorrer dos anos 1990 (SILVA, 2012). O PCN destaca-se, politicamente, na organicidade e nas ações que resultaram em políticas – as quais incluem o respeito à cultura, educação, saúde e à diferença étnica e racial – como fundamentos identitários construídos no território, na posse da terra, no debate da revisão e na aprovação do texto da Lei 70.

A Constituição Federal da Colômbia, de 1991, abriu caminho para que as instituições e os movimentos sociais negros colombianos, além do PCN, se organizassem e se

---

<sup>154</sup> El PCN (1993) articula a más de un centenar de organizaciones que trabajan por el reconocimiento y la implementación de los derechos de las comunidades negras en Colombia. El Proceso trabaja por el fortalecimiento organizativo, la etnoeducación, la titulación de tierras y el manejo de territorios colectivos, la formulación y seguimiento de políticas públicas, las iniciativas productivas, los derechos humanos de los desplazados por el conflicto armado y la lucha contra el racismo. Su organización consta de Asamblea Nacional, Consejo Nacional y Regionales de Palenques. Asimismo, el PCN es parte de la Comisión Nacional Consultiva de Alto Nivel, de Comisiones Consultivas regionales, de la Comisión Pedagógica Nacional, de la Gran Comarca Afro-Pacífica (articulación de organizaciones de Comunidades Negras del Ecuador y Colombia), de la Alianza Estratégica de Afrodescendientes de América Latina y el Caribe (AEA) y de la Alianza de Organizaciones Afroandinas. Además, en 2002 impulsó la constitución de la CNOA (RANGEL, 2016, p. 39).

mobilizassem para reivindicar direitos ancestrais, étnicos, econômicos, sociais e políticos. Exemplificando, considera-se a Autoridad Nacional Afrocolombiana (ANAFRO), instituição fundada no Primeiro Congresso Nacional Autônomo do Povo negro, Afro-Colombiano, Palenquero e Raizal, em Quibdó, em 27 de agosto de 2013, no Departamento de Chocó<sup>155</sup>; e também, a La Asociación de Afrodescendientes Desplazados (AFRODES), de 1999, que fortalece a luta e oferece um espaço para a coexistência dos afro-colombianos que sofreram o *desplazamiento forzado* dos territórios ancestrais e negros<sup>156</sup>.

Disso, decorreu a Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas (CNOA), que é uma convergência, em nível nacional, na qual mais de 270 organizações, redes e articulações convergem. Entre os integrantes, incluem-se organizações de jovens, pessoas deslocadas, conselhos comunitários das comunidades negras e mulheres<sup>157</sup>. Além disso, destaca-se a participação do Movimiento Nacional Cimarrón<sup>158</sup>, estabelecido em Buenaventura, em 15 de dezembro de 1982, pelo Círculo de Estudos sobre os Problemas das Comunidades Afro-Colombianas.

Os grupos palenqueiros e os movimentos sociais foram significativos na revisão e aprovação da Lei nº 70 de 1993 e, na conjuntura atual, cobram do Estado colombiano o cumprimento das políticas públicas territoriais para os grupos étnicos negros rurais, já que este é um direito constitucional. Assim, a Constituição Brasileira (1988) e Colombiana (1991)

---

<sup>155</sup> Tiene por función promover la concertación y armonización de acciones, asesorando a las comunidades en la defensa y garantía de los derechos colectivos e individuales de los pueblos afrodescendientes y orientar la actuación colegiada de liderazgos y representantes en los diferentes espacios. Esta autoridad debe impulsar la conformación del Consejo Afrocolombiano de Políticas Públicas integrado por las representaciones afrocolombianas y que hará seguimiento a todas las políticas que afectan a estos pueblos. Además, debe hacer seguimiento al Plan Nacional de Desarrollo (RANGEL, 2016, p. 39).

<sup>156</sup>AFRODES defiende los derechos de la afrocolombianidad desplazada; busca en primer lugar condiciones de existencia digna para la gente, durante la transitoria condición de desplazamiento; y exige las condiciones necesarias para el retorno de la población a sus territorios: inembargables, inenajenables e imprescriptibles, (característica de los territorios colectivos de conformidad a la Constitución Nacional, ley 70 de 1993 y el decreto 1745 de 1995). Disponível em: <<http://www.afrodescolombia.org/afrocolombianos-historia-afrodes/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>157</sup>La C.N.O.A. nace del proceso resultante de la Primera Conferencia Nacional Afrocolombiana realizada en 2002, a la cual asistieron líderes y lideresas con el objetivo de analizar las problemáticas del pueblo afro y articular acciones en torno a una agenda política común. “Nos auto convocamos para actuar conjuntamente y seguir apostándole desde nuestros sueños y anhelos a la construcción de nuestro proyecto de vida como pueblo y a la negociación política del conflicto colombiano, como única opción de construcción de una sociedad con democracia, real diversa..., con dignidad y justicia para todas y todos”. Disponível em: <<http://convergenciagnoa.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>158</sup>El Movimiento CIMARRON está asociado a la UNION NACIONAL DE ORGANIZACIONES AFROCOLOMBIANAS – UNO AFRO, una red conformada por más de 100 formas organizativas que promueve el fortalecimiento, la coordinación, la identidad y unidad de las organizaciones y comunidades afrocolombianas. E a Promover la organización étnica autónoma, la etnoeducación, la concientización, y participación democrática del pueblo afrocolombiano, para que sus comunidades puedan conocer su historia, ejercer sus derechos étnicos y ciudadanos, y autogestionar un plan de vida con desarrollo económico, social, cultural y político. Disponível em: <<http://movimientocimarron.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

dispõem, nos tópicos específicos das leis, os direitos à cultura, ao meio ambiente, à água e às estruturas fundiárias de suas comunidades negras.

José Maurício Arruti (2000), destaca no Quadro 09, duas características comuns em ambas:

Quadro 10 - Características semelhantes na Constituição do Brasil (1988) e Colômbia (1991) sobre quilombo e palenque

|  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | A aparente originalidade de tais inovações frente a um ordenamento jurídico largamente omissivo com relação à existência e situação vivida por suas populações afrodescendentes, só pode ser compreendida em função dos acúmulos realizados pela “questão indígena”, isto é, no plano do direito e das políticas indígena e indigenista.                                              |
|  | Tais inovações constitucionais não apenas responderam a mudanças operadas naqueles campos políticos nacionais ou mesmo no contexto internacional; elas sobretudo criaram realidades lá onde pretendiam apenas reconhecê-las, alterando situações de fato no plano local, ao mesmo tempo em que impondo novas questões aos seus ordenamentos jurídicos nacionais e ao campo acadêmico. |

**Fonte:** Arruti, (2000). Elaboração do autor, (2020).

No cenário político colombiano e brasileiro, essas populações tradicionais, em seus processos históricos de conflitualidade e no atual campo político, apresentam diferentes situações, em que a luta da população negra e indígena vive uma pequena interação. Tal interação, que desencadeia repercussões sobre seus processos de mobilização política e de conquista dos direitos territoriais, faz com que, o quadro das questões comparativas se amplie em direção aos fluxos de cultura, de estratégias sociais e os mediadores entre essas comunidades (ARRUTI, 2000).

Na Colômbia, a concentração de comunidades negras palenqueiras está no Pacífico e nos Departamentos de Cauca, Antioquia, Chocó, Nariño, Risaralda e Valle del Cauca. Dessa forma, estes apresentam, em suas dinâmicas territoriais, tensões, como o deslocamento forçado e os assassinatos de lideranças negras, camponesas e indígenas, além de outros tipos de barbáries e tensões, provocadas pela sistemática pilhagem dos recursos territoriais.

Portanto, são as famílias palenqueiras que vivem nos territórios ancestrais – sendo que a maioria das comunidades negras estão localizadas às margens e nos vales dos rios Atrato, Cauca, Magdalena, Palo – que sofrem, diretamente, com os conflitos dos recursos hídricos no território e, também, com as investidas das guerrilhas, paramilitares e plantadores de cocas e garimpos.

Por essas e outras questões, as leis e as políticas públicas na Colômbia foram, e ainda são, importantes para assegurar visibilidade e garantir os direitos desses grupos étnicos, como



sujeitos e cidadãos na construção do país. Todavia, isso não impede o genocídio da população negra do campo ou da cidade, sobretudo, em se tratando da relação com o narcotráfico e a mineração ilegal pelos grupos armados.

Dessa maneira, a Lei nº 70, também conhecida como lei de comunidades negras, é considerada pelos movimentos e por especialistas no assunto – como Marta Rangel e outros – como a principal e mais importante ferramenta de proteção dos direitos palenqueiros no espaço geográfico colombiano. A partir deste momento, diversos instrumentos formais surgiram no intuito de garantir a regulamentação dos direitos das comunidades negras e implementar políticas públicas territoriais. Atualmente, Marta Rangel é consultora de la División de Desarrollo Social de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

Essa Lei reconhece, oficialmente, os territórios negros dos palenques e outorga direitos à propriedade coletiva por meio da política de titulação territorial, “a qual institui Consejos Comunitarios Territoriales, forma de reconhecimento jurídico de territórios étnicos. Trata-se da persona jurídica [que] ejerce la máxima autoridad de administración interna dentro de las Tierras de Comunidades Negras” (MELO, 2015, p. 57). Assim, a composição dessa organização jurídica é pré-requisito para a titulação dos territórios negros ancestrais (artigos 8º e 9º) da Constituição da Colômbia. Em seguida, foi promulgado o Decreto n. 1745/1995, que regulamenta o processo para acender a titulação desses territórios (Capítulo 3 da Lei n. 70/1993).

Dessa maneira, conforme determinam as legislações, o INCODER responsabiliza-se pela implementação dessa política para palenque (MELO, 2015), que estabelece mecanismos para proteger sua cultura. Além disso, acolhe a produção tradicional de alimentos e oferece garantias para que possam desfrutar de igualdade com o restante da sociedade colombiana. Então, “[...] a legislação e as políticas aplicadas visam estabelecer os marcos legais necessários para a realização de um país multiétnico e multicultural, conforme definido na Constituição” (RANGEL, 2016).

La Ley 70 de 1993 que les confiere el carácter de grupos étnicos a las comunidades negras, reconoce el derecho a la titulación colectiva de aquellos territorios que ancestralmente han ocupado, garantiza igualmente el derecho a la educación y al fortalecimiento de su cultura, posibilita el desarrollo económico de acuerdo a sus prácticas culturales, esperando asimismo de las comunidades la protección del medio en donde están asentadas (VILLEGAS, 2005, p. 72).

A Lei 70 possibilita um norte para a construção e implementação das políticas territoriais para palenques na Colômbia, mas não existe um PBQ como no Brasil, que define, de forma clara, os eixos de ações do Governo para efetivação nos territórios negros.

Dessa forma, segundo Silva (2016), na Colômbia não existem incentivos agrícolas como no Brasil (PRONAF, PAA etc.). Na Colômbia, o Ministro de Agricultura y Desarrollo Rural não deixa claro quais são suas propostas concretas de ações de políticas agrícolas, abastecimento e segurança alimentar para as comunidades negras do Caribe e Pacífico.

Todavia, há uma estratégia de desenvolvimento desigual para o campo colombiano, principalmente, no que se refere ao fortalecimento das políticas com viés capitalista para expandir o agronegócio da palma africana. Ainda, as tensões na disputa pela formulação das políticas territoriais são visíveis, já que nos trabalhos de campo, observou-se o descaso do Estado sobre esses territórios negros. O presidente atual do estado colombiano, Iván Duque Márquez, como exemplo, até o momento não apresentou um plano de ações e de metas na construção de políticas territoriais para as comunidades negras, seja no campo da cultura ou da agricultura palenqueira<sup>159</sup>.

Na atualidade, existem duas instituições públicas na Colômbia que coordenam as políticas para palenques. Uma delas é a instituição de Asuntos para Comunidades Negras, Afrocolombianas, Raizales y Palenqueras (DACN), criada em 1993, e a outra é a instituição de Poblaciones, de 2008. A primeira é voltada, especificamente, para as comunidades negra, afro-colombiana, raizal e palenqueira. Já a segunda é aplicada, além das pessoas de ascendência africana, aos outros grupos étnicos e sociais padecentes de conflitos armados internos, como os povos indígenas e camponeses.

Os eixos de ações da DACN estão na Quadro 11:

---

<sup>159</sup> Atulamente os eleitores colombianos romperam um ciclo recorrente com a direita tradicional e abraçaram a mudança - e optaram claramente pela mudança do atual sistema político - mas a definição sobre o tamanho e o rumo que querem para o país ficará para o dia 19 de junho de 2022: se darão a Presidência pela primeira vez a um esquerdista, o ex-prefeito de Bogotá Gustavo Petro, ou a um populista de extrema direita, o ex-prefeito de Bucaramanga Rodolfo Hernández. Embora tenha conseguido um feito inédito para a esquerda colombiana, em sua terceira tentativa para chegar à Presidência, Petro, que obteve 40% dos votos, tem pela frente um cenário desafiador e mais competitivo no segundo turno. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/05/30/eleitores-colombianos-romperam-um-ciclo-recorrente-com-a-direita-tradicional-e-abracaram-a-mudanca.ghtml> >. Acesso em: 10 jul. 2022.

Quadro 11 - Funções da instituição de Assuntos das Comunidades Negra, Afro-Colombiana, Raizales e Palenqueras/Colômbia

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Asesorar en la formulación y apoyar el seguimiento de la política pública orientada al reconocimiento, protección y desarrollo de la diversidad étnica y cultural para las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras, que vele por su integridad y promueva sus derechos; Promover la resolución de conflictos de conformidad con los usos y costumbres de las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras.                          |
| 2 | Apoyar a la Dirección de Consulta Previa del Ministerio del Interior en la realización de los procesos que se realicen en terreno para proyectos de desarrollo que afecten a las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras; Promover en coordinación con el Sistema Nacional Ambiental la formulación de agendas ambientales conjuntas con las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras.                                          |
| 3 | Llevar el registro único nacional de los consejos comunitarios, organizaciones de base, y representantes de las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras; Diseñar programas de asistencia técnica y social de apoyo a las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras.                                                                                                                                                              |
| 4 | Propender por la conservación de las costumbres y la protección de conocimientos tradicionales, en coordinación con las entidades y organismos competentes; Apoyar a la Dirección de Consulta Previa del Ministerio del Interior en la realización de los procesos que se realicen en terreno para proyectos de desarrollo que afecten a las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras.                                                              |
| 5 | Promover con los diferentes niveles de Gobierno, la incorporación de un enfoque que reconozca positivamente las diferencias para las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras en políticas, planes, programas y proyectos especiales sectoriales; Coordinar y realizar los procesos de consulta previa para la adopción de medidas legislativas y administrativas del nivel nacional, de conformidad con los lineamientos acordados para el efecto. |

Fonte: DACN, 2018<sup>160</sup>.

O DACN tem funções análogas às da SEPPIR. Ou seja, responsabiliza-se por articular ação conjunta com as entidades da administração pública federal colombiana, cujas especificidades são concretas na elaboração de ações das políticas públicas, entre as duas entidades, para a população afro-rural, como por exemplo, PBQ/Brasil. Assim, o DACN necessita, institucionalmente, do Ministério do Interior e da gestão das políticas para os palenques, além da cooperação do Ministério da Cultura. Na Colômbia, o Ministério do Interior é responsável por garantir os direitos humanos e territoriais. Por sua vez, o Ministério da Cultura é o órgão do setor cultural que visa formular, coordenar, implementar e monitorar a política territorial com fim cultural.

Segundo Marta Rangel:

Para el caso específico de las comunidades negras, el Ministerio de Cultura trabaja a favor de la garantía de sus derechos culturales (el reconocimiento y salvaguarda de

<sup>160</sup> Misión, Visión, Objetivos y Funciones. Disponível em: <<http://www.afrodescolombia.org/afrocolombianos-historia-afrodes/>>. Acesso em: 10 jul. 2018. <https://dacn.mininterior.gov.co/funciones-de-la-direccion-de-asuntos-para-comunidades-negras-afrocolombianas-raizales-y-palenqueras>

sus lenguas, saberes ancestrales, tradiciones, usos y costumbres, patrimonio cultural, aporte y participación en el Sistema Nacional de Cultura para la construcción de un nuevo país). En contraste, el Ministerio del Interior se encarga de garantizar el ejercicio de todos los derechos de los que gozan estas comunidades, como la creación de espacios de participación; el diseño y ejecución de programas y proyectos de fortalecimiento de sus procesos organizacionales; la coordinación y realización de los procesos de consulta previa para la adopción de medidas legislativas y administrativas del nivel nacional; la promoción de la incorporación de un enfoque que reconozca positivamente las diferencias para estas comunidades en políticas, planes, programas y proyectos especiales sectoriales, entre otros (2016, p. 23).

Não obstante, o que se analisa na prática é a não execução das determinações de cada entidade, ao garantir a ação dos direitos e os reconhecimentos dos saberes ancestrais e tradicionais, assim como das línguas e da criação de espaço de participação – que desenha de forma clara os programas, planos e projetos políticos para as comunidades negras colombianas.

Em 23 de julho de 2012, criou-se o Observatório contra a Discriminação e o Racismo (OCDR), vinculado à Diretoria de Assuntos Afro-Colombianos, Afro-Colombianos, Raizales e Palenqueiras do Ministério do Interior. Em 2017, esse Programa se modificou com a Resolução nº 949, que estabeleceu objetivos contra as práticas de discriminação racial para a população negra, afro-colombiana, raizal e palenqueira.

Ainda nessa conjuntura, se deu a criação de um Plano de Reparo Coletivo (PIRC), baseado no respeito pelo direito próprio das comunidades (autonomia), assim como no princípio do favorecimento das vítimas, os quais são declarados sujeitos de proteção especial.

O conjunto da legislação estabelece, em seu conjunto formal, as terras que têm direitos à restituição coletiva: (1º) as terras das comunidades; (2º) as terras nas quais são realizados os procedimentos administrativos de titulação ou ampliação de terras comunitárias; (3º) as terras de ocupação histórica ou ancestral que as comunidades conservavam, coletiva ou individualmente; (4º) as terras comunais de grupos étnicos; (5º) as terras que devem ser objeto de titulação ou expansão de terras comunitárias, por decisão judicial ou administrativa nacional ou internacional; (6º) as terras adquiridas pelo INCODER em benefício das comunidades; e (7º) as terras adquiridas de qualquer forma, com recursos próprios das comunidades, por entidades públicas e privadas ou com recursos da cooperação internacional em benefício das comunidades negras, devem ser tituladas como terras das comunidades.

No Ministério de Educação existem ações afirmativas e um fundo especial para a educação superior de estudantes afro-colombianas, raizales e palenqueiras. Entretanto, essas políticas de ações afirmativas não deixam evidente os procedimentos do processo seletivo e nem mesmo as porcentagens de vagas. Por exemplo, ao conversar, em 2018, com dois

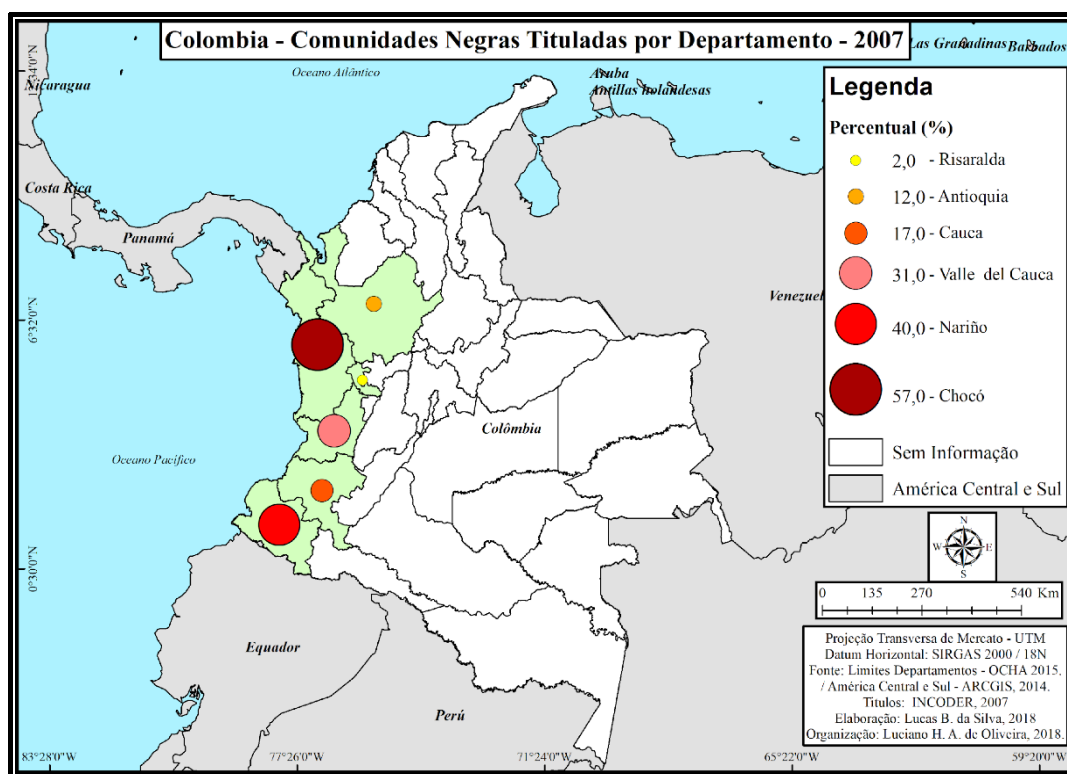
estudantes palenqueiros do município de Tumaco, Departamento de Nariño, que cursavam o sexto semestre de Geografia na Universidade de Nariño (UDENAR), Pasto/Colômbia, os mesmos disseram que, para todos os cursos da universidade, só existe uma vaga.

Por fim, o Programa de titulação coletiva de terras para palenques se assemelha ao processo de reconhecimento identitária e de titulação do Brasil, onde é dever da Fundação Palmares, emitir o certificado de conhecimento identitário e territorial para quilombos, enquanto na Colômbia, isso compete ao DACN. Nesta circunstância, os procedimentos de titulação ficam a cargo do INCODER, entidade de autarquia idêntica ao INCRA. E “também a configuração das comunidades negras segue o formato de uma personalidade jurídica: Associações comunitárias Quilombolas e Consejos Comunitarios” (SILVA, 2012, p.128).

Em relação à titulação, na Colômbia, é necessário obter o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – muito parecido com a forma em que é construído pela equipe técnica do INCRA – que tem como finalidade, identificar e delimitar o território quilombola. Na Colômbia, basta também o autorreconhecimento para existir enquanto palenque.

Adiante, o Mapa 10 mostra o número de títulos para as comunidades negras palenqueiras na Colômbia em 2007.

Mapa 10 - Titulação dos territórios dos palenques na Colômbia (2007)



**Elaboração:** Lucas Bento.

**Organização:** Luciano Oliveira, 2018.

**Fonte:** Limites Departamental - OCHA, 2015. Títulos: INCODER, 2007.

Os processos de titulação, realizados pelo INCODER, não fazem referências às outras regiões da Colômbia, mas, apenas ao Pacífico colombiano, como demonstrado no mapa. Essa questão é complexa. Assim, os palenques no espaço geográfico colombiano estão localizados com mais totalidades no Caribe e Pacífico. Para a pesquisadora Vera Regina (2012), a lentidão no processo de titulação e do reconhecimento dos territórios negros colombianos é resultado dos conflitos que se instauraram, ainda na fase da desapropriação. Tais conflitos são efetuados pelos planos de desenvolvimento desigual, que não garantem estabilidade e possibilidade de viver em paz nos territórios.

#### *4.2.2 Mediações e resultados das políticas territoriais no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó*

As mediações e resultados das políticas públicas territoriais no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó se dão com finalidades diversas. Isso pois são construídas, distintamente, via parcerias entre as instituições governamentais e organizações não governamentais (ONGs), com o objetivo de executar as políticas territoriais, conforme a legislação vigente ou por demandas próprias dos quilombolas e dos palenqueiros.

A incidência de diferentes políticas governamentais no Brasil, vem contribuindo, com a reorganização territorial e “[...] configura-se, então, uma gama variada de estratégias e arranjos visando contornar a pressão sobre os estoques territoriais e o empobrecimento, que, no presente, convergem em parte para a luta pela consolidação de um direito constitucional” (PAOLIELLO, 2007, p. 129).

A ampliação do escopo e da cobertura da política social no Brasil, processo este dinamizado a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), vem ensejado esforços crescentes do campo de monitoramento e avaliação de programas sociais no país. Contudo, em que pesem tais esforços de aprimoramento, é preciso reconhecer que a proposição de sistemas de monitoramento para acompanhar as ações e os programas governamentais e a especificação de pesquisas de avaliação destes últimos ainda padecem de uma série de dificuldades. (JANNUZZI, 2011, p. 1).

A aplicação das políticas territoriais para populações quilombolas são realizadas, em muitos casos, sem consulta prévia às famílias, o que ocasiona conflitos entre os funcionários das entidades de aplicação das políticas e os quilombolas do Cafundó, por exemplo. Na citação, evidencia-se as dificuldades encontradas para o monitoramento, assim como a avaliação de programas sociais, enquanto os resultados dessas políticas no Quilombo Cafundó.

Os debates científicos e políticos, referentes às demandas das políticas direcionadas à população negra brasileira, são marcados por relações de poder e de racismo institucional. A novidade está na “[...] articulação dessas demandas é construída pelos movimentos sociais e tem como eixo a definição concreta de quais são as finalidades dos programas e das políticas públicas do PBQ” (RODRIGUES, 2010, p. 267).

O PBQ tem, por outro lado, o objetivo de consolidar os marcos e as políticas de Estado, como o Bolsa Família<sup>161</sup> ou ainda de governo, para os territórios quilombolas. Como desdobramento, foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), com o objetivo de garantir direitos de cidadania às comunidades negras dos quilombos.

O processo, tenso e confuso, desses debates é reflexo das questões históricas não resolvidas – como a questão agrária e racial no Brasil. A partir de 1988, em virtude da Constituição Federal, o espaço público – como arena de disputa política e conceitual – incorpora as noções de equidade e raça, que são pontos conflituosos. Além disso, também se destacam outras diversas áreas envolvidas nos debates como “trabalho, educação, saúde”, sendo que o público consiste em crianças, adolescentes, estudantes universitários e mulheres quilombolas. Nesse sentido, ainda há os mecanismos de implementação, como cotas, titulação territorial etc.

Para Barreira; Carvalho (2001, p. 30):

[...] entretanto, supor que um programa público possa ser implementado inteiramente de acordo com o desenho e os meios previstos por seus formuladores também implicará uma conclusão negativa acerca de seu desempenho, porque é praticamente impossível que isto ocorra. Em outras palavras, na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores.

De fato, os programas para quilombos só têm sentido quando o território é desapropriado e titulado. No estado de São Paulo, as políticas para territórios quilombolas são feitas por instituições, como ITESP, INCRA, CATI, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Rede Mocambos. No caso da Rede Mocambos, o objetivo é possibilitar aos

---

<sup>161</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído no Governo Lula através da Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, materializada em Lei em 9 de janeiro de 2004, Lei Federal nº 10.836, esse programa é um programa de transferência de renda para famílias pobres. Mas esse Programa foi alterado para Auxílio Brasil, criado pelo Governo Federal, por meio da Lei Nº 13.982 de 2 de abril de 2020, com o objetivo de assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19).



jovens e adultos dos quilombos a comunicação em rede, com objetivo de trocas de conhecimentos, além do acesso à informação, já que, dessa forma, é fortalecida a prática da cidadania.

O projeto da Casa de Cultura Tainã, localizada em Campinas/SP, trabalha a questão da identidade por meio da acessibilidade às ferramentas tecnológicas, sendo caracterizada por uma rede de diferentes programas, projetos e ações integradas, voltadas à preservação do patrimônio histórico e memória das áreas quilombolas. Porém, o resultado e mediação da ONG (Rede Mocambos) não foi satisfatório para os Jovens do Quilombo Cafundó. Segundo eles:

A Rede Mocambos ficou de 2009 a 2016 com o papel de administrar um Telecentro no Cafundó, que é um projeto do Ministério da Comunicação, mas os computadores que foram distribuídos aqui no quilombo eram todos velhos e travavam sempre e em alguns dias da semana não tinha conexão<sup>162</sup>.

Quanto às políticas territoriais de assistência técnica e delimitação territorial no Quilombo Cafundó, a primeira instituição a fazer-se presente foi o ITESP, com o Decreto nº 40.723, de 21 de março de 1996. Assim, este dizia que “por meio do referido decreto, instituiu-se um Grupo de Trabalho para dar plena amplitude aos dispositivos constitucionais que conferem direito de propriedade aos quilombos” (SUNDFELD, 2002, p. 20), bem como providenciou, com os quilombolas do Cafundó, uma pesquisa visando à elaboração de um Relatório Técnico-Científico/RTC<sup>163</sup>.

Dessa maneira, a partir de 2003, a demarcação ficou sob responsabilidade do INCRA, que passou a responder por todos os procedimentos do RTID, abordando informações geográficas, ecológicas, cartográficas, fundiárias, agrônômicas, históricas e socioeconômicas do território – assim como o Relatório Antropológico, que é um dos eixos integrantes do RTID. Vale ressaltar que todas essas informações são obtidas com os quilombolas e técnicos em campo.

O INCRA não tem outras políticas, a não ser a de demarcação. Além disso, outro aspecto no processo da demarcação, é a cadeia dominial, que é diferente da cadeia dominial

<sup>162</sup> Reunião de jovens no Quilombo Cafundó sobre políticas públicas para construção de um roteiro turístico no território com finalidade cultural, ambiental e educacional, em agosto de 2016.

<sup>163</sup> É importante salientar que até antes do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, a instituição responsável pelo RTC e pela demarcação dos territórios quilombolas no estado de São Paulo era o ITESP. Atualmente, só em algumas situações o ITESP ainda faz as demarcações, mas na maioria das fases, em territórios que estejam em áreas devolutas, os Relatórios Técnico-Científicos feitos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo foram transferidos para o INCRA/SP.

realizada para a reforma agrária. Assim sendo, a referida cadeia para regularização de quilombo deve ser completa, voltando-se à origem do título de domínio e ao território étnico quilombola, através de documentação e depoimentos dos mais velhos sobre suas ancestralidades, simbologias e culturas no território.

Em alguns estados, como Maranhão e São Paulo, as mediações e resultados já existiam no âmbito formal, pois as políticas específicas para o reconhecimento dos quilombolas, além de outras políticas, foram sancionadas muito antes do Decreto de 2003. Ademais, a política de demarcação do Quilombo Cafundó se iniciou no ano de 1999, com o RTC feito pelo grupo de trabalho, para a finalidade do ITESP.

Nos últimos anos, a situação vivenciada entre os moradores do Cafundó, assim como as instâncias legitimadas pelo poder público para intervenção direta no território, têm apresentado confrontos. Com efeito, funcionários do ITESP, do INCRA e representantes da comunidade Cafundó têm entrado em desacordo por várias questões, como a não conclusão de projetos. Como exemplo, destaca-se o caso do Barracão que fora projetado para ter a extensão de 180m de comprimento, dos quais só foram efetivamente construídos 75m. Desse modo, muitas vezes, as instituições do Estado não deixam suficientemente visível para os quilombolas do Cafundó quais são suas reais atribuições.

Além do mais, foi assinado em Salvador, um Decreto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no feriado que celebra o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2009, reconhecendo o território étnico do Quilombo Cafundó como área de interesse social. A partir desse Decreto, foram iniciados, pelo INCRA, os processos judiciais de desapropriação dos imóveis, permitindo que as famílias do Quilombo, futuramente, recebam o título de posse coletiva de domínio definitivo de suas terras (Foto 61).

Foto 61 - Certificado do reconhecimento do Quilombo Cafundó/SP



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2017).

A Foto 61 mostra o certificado do reconhecimento do Cafundó, entregue em 2009. A partir desse certificado, iniciam-se os processos de desapropriação de posseiros, grileiros e as fases de titulação do território, que foram finalizadas em 2019, com titulação concluída da área B do território. A partir disso, iniciou-se algumas políticas recebidas pelos quilombolas do Cafundó, como o Programa Brasil Quilombola, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos. Entretanto, nem sempre há uma conexão concreta entre essas políticas e as demandas reais das famílias do Cafundó.

Em 20 de março de 2014, grande parte do território do Quilombo Cafundó foi desapropriada pela política territorial do INCRA/ SP, o que totalizou quarenta famílias que se juntaram nas casas espalhadas pela área. No dia 10 de outubro de 2014, ocorreram as retiradas dos posseiros que estavam, ilegalmente, na entrada do território, e, em seguida, houve a demolição das casas. Assim, o INCRA avaliou as benfeitorias residenciais, mas até hoje, os moradores posseiros desapropriados não foram ressarcidos pelas casas demolidas (Foto 62).

Foto 62 - Casas de posseiros demolidas no Quilombo Cafundó/SP



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2016).

As casas demolidas são dos posseiros que estavam ilegais nessa área. Dessa forma, os posseiros compraram os terrenos num valor baixíssimo, com intuito de vender num valor mais alto, incentivando a especulação imobiliária<sup>164</sup>. Com a titulação<sup>165</sup> do território do Cafundó, em 2019, os resultados das políticas territoriais começam a ser aplicados de forma concreta, principalmente, no campo da agricultura tradicional, a partir de práticas do manejo agroecológico, visando manter a biodiversidade local.

Ainda por cima, o Programa de Aquisição de Alimentos foi implementado no Quilombo e os agricultores quilombolas passaram a comercializar seus produtos. O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Entretanto, foi

<sup>164</sup> Mercado de terras; pobres contra pobres para favorecer aos ricos.

<sup>165</sup> Para que uma comunidade tenha acesso à política de regularização de territórios quilombolas é necessário que ela se autorreconheça como um quilombo. É preciso também que haja uma relação histórica com o território reivindicado. Estes fatores devem constar do pedido de autodefinição enviado à Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Após emitir o certificado, a Palmares dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – ou seja, a titulação, que garante a propriedade do território e a autonomia da comunidade. O INCRA é responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a correta demarcação da área a ser titulada.

completamente alterado nas suas atribuições e, inclusive, nos últimos anos, o PAA está sendo *desmontado* pelo governo e Jair Bolsonaro.

O PAA e tem por finalidade acompanhar a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até à mesa do consumidor. Por isso, a sua atuação é fundamental para a decisão do agricultor ao plantar, pois sabe que poderá comercializar e, além disso, possuir a garantia de preços. Igualmente, as operações realizadas pela CONAB são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.

No Palenque Pílamó/Colômbia, o parecer das políticas é análogo às questões do Cafundó/Brasil, tanto nas obrigаторiedades das instituições públicas, como nas mediações e nos resultados efetivos no Palenque. Logo, as políticas com demanda territorial não são concretas e os programas sociais, tampouco. Assim, entre as famílias de Pílamó, não há um entendimento positivo acerca das políticas institucionais com foco no território, embora, reconheçam os avanços, como mencionado anteriormente.

A principal reivindicação, é que, em nenhum momento, houve diálogo para a construção de políticas que atendessem as demandas das comunidades palenqueiras, conforme os ditames institucionais. Assim, a maioria dos programas se mantêm apenas na escrita e no campo visual dos *sites* governamentais, uma vez que, na prática, não se vê aplicabilidade.

As políticas territoriais das instituições governamentais são dinâmicas e o órgão que cuida de assuntos de titulação com as comunidades negras na Colômbia, desde 1998, é o INCODER, que se responsabiliza pela implementação da política de titulação coletiva e cultural para palenques. Do mesmo modo, os eixos de ações do DACN – políticas coexistentes com as entidades da administração pública federal colombiana – são responsáveis por promover, em coordenação com o Sistema Nacional do Meio Ambiente, a formulação de agendas ambientais conjuntas com as comunidades negras e palenqueiras, bem como projetar programas de assistência técnica e social no intuito de apoiá-los.

Contudo, nesses programas sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos para os moradores de Pílamó e outros palenques, não há um entendimento assertivo entre as famílias. Tal situação faz parte da falsa premissa de homogeneidade dos negros, construída, historicamente, pelas elites colombianas e brasileiras com base na cor da pele. Ou seja, sem examinar *por dentro* da população negra se existem diversidades culturais e costumes que os tornam diferentes no mesmo Departamento ou de uma região para outra.

Estos son aspectos que no se han tenido en cuenta en la estructuración de las políticas públicas con fines en territorios negros en Colombia. La intención era

erróneamente promover el progreso de la población negra a través de la colectivización, sin analizar cuidadosamente las características culturales y otras<sup>166</sup>.

A citação demonstra a ausência de diálogo entre as famílias dos palenques e os gestores das entidades públicas, já que estes não compreendem, na maioria das vezes, as demandas das famílias palenqueiras. Sendo assim, observa-se tais adversidades em Pílamó, onde não se vê as mediações e os resultados das políticas governamentais. Ademais, a única mediação realizada, até o final do ano de 2020, no Palenque foi a do INCODER, sendo que o resultado do processo de desagregação do território indígena, ainda está em trâmite. Dessa forma, essa situação está caminhando, de forma pacífica, entre os indígenas e os negros de Pílamó.

Na última plenária realizada entre os grupos, no dia 06 de dezembro de 2018, não houve um acordo, de modo que, em 2022, as famílias de Pílamó têm como prioridade – além da desapropriação e titulação do território negro de 978,0962 ha. de terra – a efetivação de políticas territoriais para o Palenque.

O espaço de convivência do grupo étnico negro de Pílamó é o Ponto de Encontro, estabelecido entre as famílias, para discutir demandas culturais, agrícolas, políticas, econômicas, de gênero, além de outras questões estruturais. Assim, as plenárias e as demandas estão alinhadas com as questões da terra e cultura. Destaca-se ainda que o movimento com maior representatividade política em Pílamó, atualmente, é o PCN.

No encontro coletivo, realizado no final de dezembro de 2018, as palenqueiras de Pílamó levantaram a questão da necessidade da anuência do projeto de formação, para homens e mulheres do Palenque e das cidades vizinhas, sobre a liberdade e os feminicídios – por sinal, muito frequentes na região. Tal projeto está em processo de outorga pelo município de Guachené, que em suas linhas de mediações, também apresentam políticas territoriais para Palenque.

A Foto 63 mostra uma das reuniões coletivas, realizada às terças-feiras, com o objetivo de dialogar sobre ações políticas, econômicas e demais demandas do Palenque.

---

<sup>166</sup> ¿Por qué fracasan las políticas públicas para afrodescendientes? Septiembre 25, 2017. Disponível em: < <https://www.las2orillas.co/fracasan-las-politicas-publicas-afrodescendientes/>>. Acesso em: 25 nov. 2018.



Foto 63 - Reunião dos palenqueiros(as) de Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2018).

Nestas assembleias, estão presentes os palenqueiros, sentados nas cadeiras colocadas na grama, que participam da atividade coordenada por Gabino Hernandez, um dos representantes do PCN no norte de Cauca. Na ocasião, foi cogitada a elaboração de pautas comuns e a própria cooperação entre os palenques. Na atualidade, as instituições que têm como prática as mediações coletivas com as comunidades negras na Colômbia são as agências de desenvolvimento. Dentre elas, destaca-se o Observatorio de Seguridad Alimentaria y Nutricional de Colombia (OSAN), que tem como objetivo sistematizar as informações das análises da situação do campo para proporcionar um debate e, além disso, indicar quais são as políticas territoriais para as comunidades negras rurais.

Em Pílamo, além da política de titulação territorial pelo INCODER, que está em análise para o deferimento, há a estruturação de projetos que visam o incentivo à produção agrícola sem agrotóxicos; assim como o mapeamento das plantas medicinais e das nascentes; os reflorestamentos dos locais onde se localizam as nascentes; e a designação de guardas comunitários(as) para percorrer a extensão territorial, no sentido de impossibilitar as grilagens das terras. Dessarte, as propostas estão em construção juntos aos palenques, e em parceria



com as agências internacionais e nacionais, como por exemplo, a Prefeitura de Guachené e os palenqueiros, no intuito de ser executada no território a partir de 2022. Na Foto 64, é demonstrada umas das nascentes do território de Pílamo.

Foto 64 - Uma das nascentes em Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2018).

O projeto de mapeamento das nascentes e dos reflorestamentos destas, como na Foto 64, é uma das prioridades dos palenques, que buscam realizar políticas para reflorestar as áreas com árvores e plantas nativas do local. Sendo assim, o reflorestamento desta área será feito, por exemplo, com orquídeas, palma de cera (palmeira), pau-rosa, cordia alba (árvore), cerejeira, entre outras árvores e plantas. No passado, houve uma economia destrutiva, baseada no desmatamento para a produção de carvão vegetal, que tinha como objetivo abastecer as siderúrgicas do norte de Cauca.

Já em relação ao registro das plantas medicinais – aquelas que possuem características que ajudam no tratamento de doenças e melhoram as condições de saúde física ou espiritual das pessoas – há a intenção de organizar uma lista com os significados de cada planta, tanto para a questão religiosa quanto para saúde, e, também, para produtos aromáticos. As plantas aromáticas “[...] são aquelas que têm folhas ou flores que emitem um aroma mais ou menos intenso, pode ser uma árvore (laranja amarga) e as plantas medicinais são aquelas que

possuem propriedades curativas em algumas de suas partes (folhas, flores, sementes, raízes, etc.)” (PARRA, 2012, p. 142) e servem para acalmar, combater ou até curar doenças.

Existem milhares de espécies que podem ser consideradas medicinais, “tanto árvores, arbustos e herbáceas” (PARRA, 2012, p. 142,). Em Pílamo, além das outras plantas medicinais a serem catalogadas, há em abundância a *ruta graveolens* (arruda), espacializada em vários lugares do território. Bertha Nelly, moradora de Pílamo, afirma que “[...] a arruda para nós está relacionada ao alívio de dores de cabeça severas e à interrupção de alguns tipos de sangramento leve, como o corte na pele. E utilizamos a arruda para cozinhar costela e às vezes no feijão, mas só a folhas<sup>167</sup>”

Dessa forma, outras instituições internacionais, além das ONGs, buscam apoiar a produção de alimentos. Isso pois, na Colômbia, não são efetivos os incentivos agrícolas e nem políticas públicas para o fortalecimento da produção agrícola das comunidades negras, indígenas e camponesas, a exemplo do PAA no Brasil.

Destaca-se ainda a produção de abacaxis que não teve incentivo público, privado ou mediações de ONGs em seus resultados, já que o trabalho na terra é coletivo. Dessa forma, os palenqueiros de Pílamo decidem o dia, o horário e a quantidade de pessoas que trabalharão nas áreas específicas, destinadas ao plantio de abacaxis nas assembleias das terças-feiras.

A Foto 65, vista a seguir, foi feita no dia 20 de novembro de 2018. O trabalho nas áreas produtivas foi executado, em sua maioria, pelas mulheres no horário das 07h da manhã às 12h, com um intervalo de 40 minutos para o descanso.

---

<sup>167</sup> Depoimento oral concedido por Bertha Nelly, moradora de Pílamo e militante do PCN, em novembro de 2018.

Foto 65 - Produção de abacaxi. Palenque Pílamo/Colômbia



Fonte: Berta Nelly Paz, 2018.

Nos casos estudados no Brasil e na Colômbia, o Estado atua como determinante e pode se manifestar através das restrições, dos incentivos e das concessões à territorialização das políticas territoriais – ou ainda pela morosidade no processo de regularização do território palenqueiro e quilombola. Tudo isso afeta o acesso ao alimento e a sua qualidade, bem como a cultura, o que repercute nas dimensões materiais e imateriais (PASINI, 2014). Tal processo é claramente permeado por contradições, tendo em vista que a realidade dos quilombos e palenques é constitutiva da sociedade, como totalidade histórico-geográfica, expressando suas particularidades.

Na Colômbia, principalmente, mas também no Brasil, erroneamente, a intenção de diversas ações nos territórios era de promover o progresso da população negra – sem analisar, cuidadosamente, as características culturais, sociais, políticas e espaciais. Enfim, o desafio se coloca, já que compreender os efeitos territoriais do agrohidronegócio, na produção agrícola, e da mineração ilegal, que dilacera os recursos territoriais nas regiões investigadas, é de extrema importância para identificar as mudanças nos *saberes-fazeres* ancestrais das territorialidades negras do Cafundó e de Pílamo.

Assim, o próximo capítulo percorrerá esse cenário de relações econômicas e ilegalidades sobre as duas comunidades negras. Dessa forma, nos possibilitará uma

compreensão maior das contradições das espoliações na dinâmica da acumulação do capital sobre o território de Cafundó e de Pílamó, representado por um cenário de relações e práticas pelo poder genocida, legalizado pelo Estado brasileiro e colombiano.

## **CAPÍTULO 05 AGROHIDRONEGÓCIO E MINERAÇÃO ILEGAL NO BRASIL E NA COLÔMBIA: OS RECURSOS TERRITORIAIS “PILHADOS” NA AMÉRICA LATINA**

A expansão do agrohidronegócio e da mineração ilegal, no Brasil e Colômbia, estão conectadas aos processos da acumulação por espoliação que se efetivam no controle sobre o território. Nesse cenário, os protagonistas destrutivos são as próprias empresas capitalistas, assim como os grupos armados e o Estado.

Na Colômbia, esse processo possui maior visibilidade por conta das questões históricas e dos conflitos armados, que promovem o deslocamento forçado e os assassinatos de lideranças indígenas e negras nos territórios.

Observa-se as diferentes propostas no desenvolvimento para o campo que se configuram no espaço, de norte a sul da América Latina, todavia, geradoras de conflitos territoriais. Ademais, os conflitos são caracterizados pelas especificidades geográficas, em decorrência das espacialidades distintas e das relações com a água, a terra, os minérios e a produção agrícola, no espaço brasileiro e colombiano.

A condição da América Latina, enquanto fornecedora de matérias primas para o mercado global, não é fato novo. Além disso, o cenário da acumulação do capital para grandes multinacionais norte-americanas e europeias, no século XXI, promove a invasão dos territórios indígenas e quilombolas.

Para Javier Fernando Villamil Velásquez, “[...] ya se cumplen más de cinco siglos de extracción masiva de estos bienes naturales, aunque de forma concentrada y desigual, según las dinámicas históricas de apropiación específica de dichos bienes” (2012, p. 46) como ouro, diamante e bauxita, utilizada para produzir o alumínio, o cobre e o zinco.

Este cenário histórico de subalternidade é executado, geograficamente, a partir das relações de poder que geram desigualdades – traduzidas pela escravidão, cercamento e arrendamento das terras, assim como desmatamento e poluição das águas, entre outras.

Conforme Velásquez (2012), nessa fase, a América Latina tornou-se a principal dispensa metalífera da economia mundial, especialmente dos minerais de ouro e prata. Por conseguinte, estabeleceu-se, na divisão internacional do trabalho e da produção, como uma grande zona extrativista e subordinada ao projeto mercantilista.

Exemplo disso, é que, na atualidade, em países como Brasil e Colômbia – ou em alguns países das ilhas do Caribe, como Haiti esse processo toma forma. Em Porto Príncipe, capital da cidade do Haiti, em 2012, a região norte da ilha entrou no cenário da especulação dos minérios, a partir da pesquisa e exploração de empresas transnacionais que estudaram

uma área de 2.400 quilômetros quadrados<sup>168</sup>. É certo que essas áreas serão destinadas para as empresas haitianas, associadas aos capitais externos, que não estão preocupadas sobre o que as populações negras ou camponesas pensam – mediante os incentivos dos investidores de empresas, que representam os interesses canadenses e norte-americanos.

Assim, na atualidade, a empresa canadense Eurasian Minerals e suas subsidiárias locais, estão prontas para extrair ouro do próprio solo, onde, há mais de 500 anos, Cristóvão Colombo e os espanhóis já obrigavam os indígenas haitianos a escavarem.

A Eurasian Minerals chegou na Ilha há pouco e, mesmo assim, já começou a comprar licenças e concessões. Até agora, possui cinquenta e três e, dessa forma, controla os direitos de exploração ou prospecção de quase um terço do norte do Haiti. Ademais, a empresa, que já analisou cerca de quarenta e quatro mil amostras, está associada com a corporação número dois do negócio de ouro no mundo, a Newmont Mining Corporation, com sede nos Estados Unidos<sup>169</sup>.

Nesse cenário de espoliação do capitalismo nas últimas décadas nas Américas, o espaço peruano, no contexto latino-americano, vivenciou e, ainda vivencia, uma escala significativa da expansão econômica. No entanto, esse processo é impulsionado pelos investimentos privados e pelo crescimento das exportações de matérias-primas, com singularidade na atividade mineradora. Segundo Marcelo Santos (2012), a ampliação do ingresso de divisas contribuiu para, entre outros desdobramentos econômicos, baixar o preço do dólar internamente, além de fomentar as importações, aumentar as reservas internacionais e sanar dívidas do país, junto aos credores externos.

Dos países da América Latina, o Peru se destaca na produção de ouro, zinco, prata, chumbo e cobre. Assim, a espacialização da prática mineradora, por exemplo, é orientada por grandes corporações nacionais e globais. Entretanto, conforme (ASTE, 2007; BEDOYA, 2007; SANTOS, 2012), as transnacionais, como por exemplo, Antamina, Southern, Yanacocha, Cerro Verde, Barrick e Xstrata, controlam 70% da exploração, da produção e da venda, enquanto as peruanas, como Buenaventura, Minsur, Volcan, Brocal, Milpo e Atacocha, atuam na disputa por espaço de exploração, em posse dos 30% restantes.

---

<sup>168</sup> A investigação feita em 2012 pela Haiti Grassroots Watch/Terramétrica calculou aproximadamente US\$ 20 milhões em ouro, cobre e prata localizada na ilha. Os minerais valem a pena para investidores da América do Norte, que já gastaram US\$ 30 milhões em prospecção. Ainda, uma pesquisa estruturada em dez meses sobre a febre do ouro na ilha caribenha do Haiti, pela Terramétrica, constatou que os acordos clandestinos, atores com fins divergentes, memorando de legalidade questionável e regras de jogo injusto para as comunidades negras que vivem na região.

<sup>169</sup> Para mais informações sobre a questão da mineração no Haiti: Disponível em: < <https://envolverde.com.br/terrametrica-febre-ouro-haiti/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

A expansão das mineradoras e a ampliação da produção de matérias-primas para exportação são seguidas por manifestações contra o governo e pelo aumento significativo de conflitos nas regiões mineiras e de hidrocarbonetos, já que essas regiões configuram-se no espaço, em sua maioria, como territórios indígenas. Além disso, a insatisfação das populações indígenas e da sociedade civil, multiplicou-se de forma expressiva, com especificidades nas áreas da Serra rural e nas regiões Amazônicas.

Essa conjuntura da espacialização da acumulação por espoliação na América Latina, atinge diversos países, cada um ao seu modo, mas todos sofrendo a pilhagem territorial<sup>170</sup>. Dessa maneira, países como o Equador, não estão fora da especulação e das práticas destrutivas sobre os recursos territoriais. Ademais, a atividade econômica no espaço equatoriano, a partir da metade do século XX, se materializa em algumas regiões com a extração de petróleo – que está organizada, particularmente, por transnacionais que acumulam efeitos territoriais (como danos ambientais, culturais, econômicos e políticos), ampliando a pobreza e a desigualdade social.

Disso, decorreu o fortalecimento dos movimentos sociais no campo e nas cidades, contrários à extração mineral e à violência sistemática contra as populações tradicionais e a destruição ambiental. Percebe-se, assim como na Bolívia e outras partes, a junção de demandas numa pauta unificada, que trata das questões étnicas, raciais e ambientais – ou seja, dos interesses das classes subalternizadas, que se constituem em movimentos sociais, hegemonizados pelos indígenas.

Para Marcelo Santos:

[...] a estatal Petroecuador foi transformada em empresa pública, que admite investimentos privados. Foram feitas concessões de campos, blocos e projetos para empresas estatais de outros países, sem licitação, como nos casos das empresas SINOPEC (chinesa), Ivanhoe (canadense) e PDVSA (venezuelana). A China substituiu os EUA como destino principal das exportações de petróleo equatoriano (SANTOS, 2012, p. 245).

As concessões e as licitações são feitas *a portas fechadas*, não só no Equador, mas em outros países latino-americanos, sendo que essa lógica do favorecimento do Estado fomenta a prática da violência e da mineração ilegal. Além disso, com o crescimento de contratos petroleiros, os movimentos indígenas e negros acusam o governo de violar os direitos humanos e coletivos dos povos. Entretanto, é certo que tais direitos já foram certificados pela

---

<sup>170</sup> O capital tem lançado mão de uma estratégia deliberada e sistemática composta por um conjunto de táticas que, observadas à luz do materialismo dialético, revelam a combinação entre distintas formas de acumulação (primitiva, por espoliação e ampliada), dando corpo ao que chamamos de pilhagem territorial (PERPETUA, 2016).



Constituição Equatoriana e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que, nas suas diretrizes, assegura aos povos indígenas e negros, o direito de ser consultado sobre qualquer prática em seus territórios.

O desrespeito do Estado e das corporações empresariais sobre os territórios negros e indígenas é constante. Porquanto, é gritante os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal.

Segundo Velásquez (2012), dentre os fatores que confrontam os interesses dos grupos negros, tradicionais ou camponeses, destacam-se também a expansão incessante das áreas em exploração minerária, a ampliação dos monocultivos e o uso indiscriminado de água – constituindo o que se compreende como agrohidronegócio, que está espacializado na maioria dos países, salvo especificidades regionais.

Diante disso, decorre a extensão da fronteira agrícola em função do crescimento econômico, que, segundo o modelo implantado, necessita produzir matérias-primas para exportação. Ainda, a implantação de novos projetos na modalidade extrativista de mineração ilegal a céu aberto e a liberação dos governos para qualquer tipo de agrotóxico<sup>171</sup> para o agrohidronegócio, remetem ao que ocorreu no Brasil, nos últimos anos.

Isso promoveu a readequação dos aparelhos estatais, no intuito de assegurar a apropriação de recursos territoriais mediante as alterações do ordenamento jurídico, a partir da reforma na legislação. E por fim, o desenvolvimento da infraestrutura, a mudança do sistema legal, a implementação de base ideológica legitimadora do modelo e as privatizações, que estão conforme as premissas dos acordos entre o Estado e os grupos capitalistas.

Este modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista para o campo, foi pensado a partir de grandes corporações internacionais. Certamente, foi desenvolvido de forma oposta

---

<sup>171</sup> O governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou quase 5.000 agrotóxicos, componentes e afins no Brasil desde 2000, quando o Executivo iniciou a contagem. Naquele ano, foram liberados 82 inseticidas. Em 2021, foram 562, o que representa aumento de 5.563% na liberação desses produtos. Agrotóxicos são produtos usados para matar carrapatos, fungos, insetos e larvas com o objetivo de controlar as doenças provocadas por esses vetores e regular o crescimento das plantações, seja no ambiente rural, seja no urbano. Os defensivos estão relacionados ao setor de produção — desde a preparação do solo até o beneficiamento das pastagens. No Brasil, 4.644 agrotóxicos estão liberados para uso, em atividades agrícolas ou não. Desses, 1.560 foram concedidos por Bolsonaro — o presidente iniciou seu governo, em 2019, com a liberação de 475 produtos, seguido de 493, em 2020, 562, em 2021, e 30 nos três primeiros meses do corrente ano. Os dados foram obtidos pela reportagem com base na Lei de Acesso à Informação. Do total de agrotóxicos liberados, 1.082, ou 23,30%, são considerados extremamente tóxicos à saúde e 117, ou 2,52%, ao meio ambiente. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-quase-5-mil-agrotoxicos-liberados-18042022>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

aos interesses dos grupos étnicos e rurais na América Latina, além de serem legitimados por narrativas desenvolvimentistas e baseadas na *ordem e no progresso para todos*.

Nesse contexto de conflitualidade, Brasil e Colômbia transformaram-se, historicamente, em territórios de espoliação, violência, exploração e violação de direitos. Dessa maneira, o intuito estava inclinado para garantir os investimentos públicos e privados, tanto nos setores do agrohidronegócio, como da mineração ilegal.

## 5.1 Brasil

Os interesses econômicos, financeiros e especulativos nos territórios onde se localizam as populações negras rurais e tradicionais na América Latina, principalmente na Colômbia, têm intensificado a expulsão desses sujeitos de suas terras. Ainda, o aumento dos conflitos gerou a ampliação dos assassinatos, espoliações territoriais, desaparecimentos e deslocamentos forçados. Esse movimento é relacionado à expansão das fronteiras da acumulação e articula-se com formas renovadas de exploração do trabalho – via flexibilização e reversão de direitos –, assim como, de geração de ganhos financeiros, inclusive a partir da especulação com a terra (ALMEIDA et al., 2010) e, neste caso, no espaço geográfico brasileiro e colombiano.

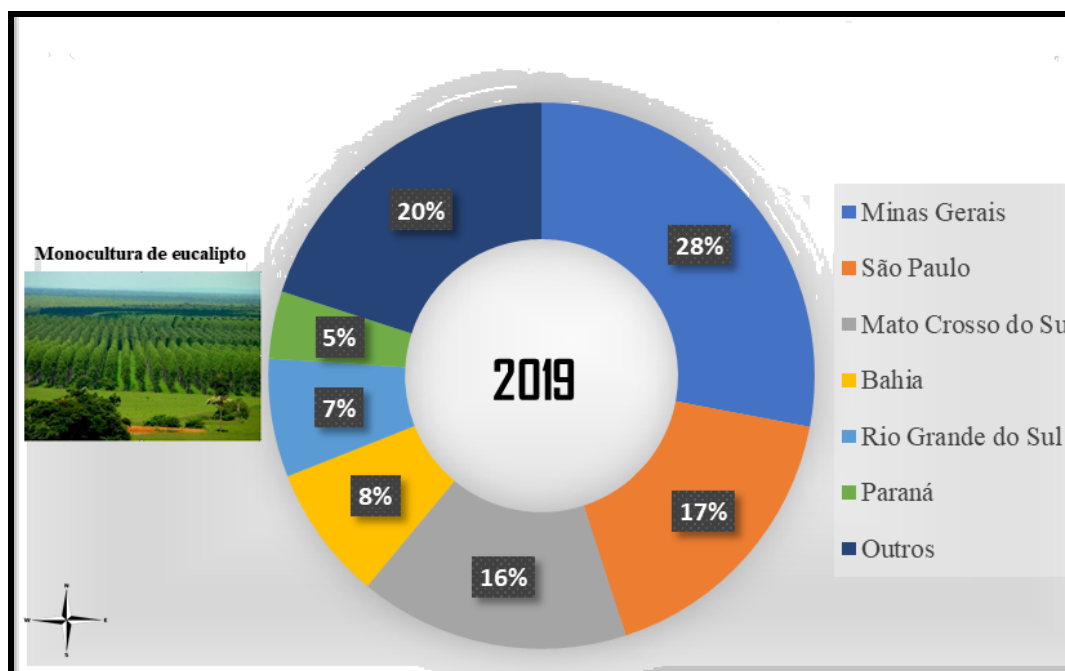
Ademais, as consequências dos efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal, no Brasil e na Colômbia, trazem um conjunto de complexidades referentes ao uso da água e da terra. Nessa conjuntura, a monocultura de eucalipto (Gráfico 06), em 2018, no Brasil, por exemplo, ocupou 5,7 milhões de hectares. Ainda, os principais estados brasileiros plantadores são Minas Gerais (24%), São Paulo (17%), Mato Grosso do Sul (16%), Bahia (11%), Rio Grande do Sul (5%), Paraná (5%) e outros (5%).

Já as áreas com *pinus*<sup>172</sup> somam, aproximadamente, 1,6 milhões de hectares. Além disso, existem outras espécies – entre elas, seringueiras, acácia, teca e paricá – que representam cerca de 590 mil hectares, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBA).

---

<sup>172</sup> Os plantios com pinus no Brasil fizeram parte de uma estratégia de desenvolvimento na década de 1960 implementada por meio de incentivos fiscais para plantios florestais visando garantir os suprimentos de matéria prima para a indústria madeireira. Esta ação política é considerada um marco na silvicultura brasileira, perdurando até 1986, e sustenta até os dias de hoje a cadeia produtiva da madeira, a qual tem participação fundamental na economia do país. Estima-se que, atualmente, três mil empresas no Brasil, localizadas principalmente nas regiões Sul e Sudeste, utilizam pinus em seus processos produtivos. Disponível em: <[www.embrapa.br/florestas/](http://www.embrapa.br/florestas/)>. Acesso em: 25 mar. 2022.

Foto 66 - Monocultura de eucalipto por Estado - Brasil/2019



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Brasil: IBÁ e MAPA – 2019. (2020).

Em 2019, como demonstra o Gráfico 06, a área total de monoculturas plantadas totalizou 9,0 milhões de hectares, representando um aumento de 2,4% em relação a 2018. Desse total, a maioria (77%) é representada pela monocultura de eucalipto, com 6,97 milhões de hectares, e 18% de *pinus*, com 1,64 milhão de hectares. Além desses cultivos, existem 0,39 milhão de hectares plantados de outras espécies, como já contextualizado – entre a seringueira, acácia, teca e paricá, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

Na área de pesquisa no Brasil – Quilombo Cafundó – o cultivo de eucaliptais é bastante comum, inclusive nas terras do território quilombola que foram demarcadas recentemente, conforme já mencionado.

Assim, a espacialização da monocultura de eucalipto no território quilombola e adjacências promove uma multiplicação de problemas ambientais que, no caso pesquisado, impede o aumento da produção de alimentos, além de promover a mais brutal violência com a biodiversidade. Entretanto, a produção de eucalipto na Área D do território do Cafundó não foi feita pelos quilombolas, já que há décadas os quilombolas lutaram para desapropriação e titulação da área.

Nesse cenário do jogo pelo poder das transnacionais na América Latina, as atividades ilegais do processo de espoliação das riquezas naturais e o aumento da produção/exploração

de *commoditiws*, sem dúvida, são as causas centrais das especificidades regionais, na relação escalar, com as totalidades espaciais.

Historicamente, a acumulação do capital por espoliação e controle sobre território possui, como eixo fundante, a questão agrária e racial da América Latina. Dessa forma, a expansão das transnacionais do agrohidronegócio e da mineração ilegal – nas últimas décadas, no espaço brasileiro e latino-americano – expressam os acordos políticos e econômicos entre os grupos empresariais e o Estado. Este, por sua vez, disponibiliza grande quantidade de aporte financeiro, notadamente, enquanto recursos públicos, para financiar o processo de espoliação territorial.

Uma das questões centrais, geradas pela monocultura do eucalipto, é o potencial de secamento de mananciais, gerando disputas pela água, como no Quilombo Cafundó e outras Comunidades. Assim, destacam-se territórios nos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, que registram efeitos territoriais e sem precedentes, ao ecossistema e aos territórios negros e tradicionais. Essas áreas são conhecidas como *Deserto Verde*<sup>173</sup> pela quantidade da monocultura. (PERPETUA, 2016).

A espacialização do eucalipto possui relação direta com a totalidade dos elementos apontados nesta pesquisa, pois integram os efeitos da modernização territorial nas comunidades tradicionais e camponesas – como no Cafundó e Pílamó. Da mesma forma, as espoliações aceleradas das reservas minerais, do subsolo, da água e dos saberes-fazer dos trabalhadores quilombolas e palenqueiros são ações reais. Portanto, o crescimento econômico das corporações transnacionais, no final do século XX e início do século XXI, é o marco da acumulação do capital global.

O espaço geográfico brasileiro, “[...] assim como diversos países da América Latina, Ásia e África, tem se posicionado na base do circuito produtivo papeleiro, tomando para si a tarefa de produzir árvores e, a partir delas, celulose para exportação” (PERPETUA, 2016, p. 33). Então, trata-se de um circuito que gera *commodities*, cria desorganização na forma de produzir alimentos e colabora com a degradação do solo, além de gerar conflitos territoriais.

Nesse cenário, a incorporação dos territórios negros e tradicionais – na rota da especulação e das práticas espaciais da economia globalizada – durante o século XXI, é parte

---

<sup>173</sup> São grandes áreas cobertas por vegetação introduzida artificialmente pelo homem, seja por reflorestamentos com espécies não nativas, seja por plantações em larga escala. Os exemplos mais típicos de desertos verdes, de acordo com os ambientalistas, são as florestas plantadas pelas indústrias de papel e celulose (com eucaliptos e pinus) e as extensas lavouras de cana e soja. Disponível em: <[www.super.abril.com.br/mundo-estranho/](http://www.super.abril.com.br/mundo-estranho/)>. Acesso em: 25 mar. 2022.

das ações coordenadas e correlacionadas com o papel do Estado brasileiro. Isto é, na apropriação pelo capital financeiro e agroindustrial em territórios negros e indígenas.

Mendonça (2010) diz que é relevante compreender a dinâmica do capital, no que tange às formas de apropriação e violências, provocadas pelo modelo de modernização territorial no Brasil. Além disso, estas modernizações no campo são acompanhadas por contradições, que, espacialmente, se materializam em conflitos, lutas, *(Re)Existências* e também pelos direitos de viver na terra e no território. Assim, tem-se como exemplo as comunidades tradicionais, localizadas no município de Correntina, no Oeste Baiano, região do MATOPIBA<sup>174</sup>.

Essas comunidades camponesas, negras e indígenas (tradicionais) se encontram na região do MATOPIBA, entre chapadas e baixões, no meio do Cerrado e das bordas da Amazônica e da Caatinga. Ainda, é uma região onde a dinâmica socioeconômica, que marcou a transformação do Centro-Oeste brasileiro em palco das modernas lavouras de grãos que avança pelo Nordeste e pelo Norte, altera a paisagem, traz mudanças nas estruturas sociais e econômicas, às quais, ainda perduram. (FAVARETO; NAKAGAWA; PÓ; SEIFER; KLEEB, 2019).

Ademais, os territórios dessas Comunidades são cercados por nascentes e rios, que auxiliam no clima e na produção agrícola, produzidas e destinadas às famílias e à sociedade em geral, que vivem na cidade de Correntina. No entanto, essas águas estão em constante disputa entre os latifundiários e os sujeitos das comunidades, que, por sua vez, têm o rio como parte da sua Existência.

As *(Re)Existências* das comunidades tradicionais – centradas na luta pela terra, territórios e água – apontam para as atividades da agricultura tradicional enquanto contraponto e alternativa à destruição ambiental e aos problemas sociais, decorrentes da adoção pelo capital de práticas insustentáveis.

Os territórios tradicionais, como os quilombos, também fazem luta contra a expansão do agrohidronegócio e da mineração ilegal, além da contaminação da água e outras barbáries das contradições do capitalismo. Sendo assim, o Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte dos quilombos – dentre eles, o Quilombo Ivaporunduva. Assim, neste território, que se concentra na área da Mata Atlântica, há uma diversidade social,

---

<sup>174</sup> Todas situadas no amplo espaço geográfico que vem sendo chamado de MATOPIBA: a vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo os estados do Tocantins, mais o oeste baiano, o sul do Maranhão e do Piauí. (FAVARETO; NAKAGAWA; PÓ; SEIFER; KLEEB, 2019).

ambiental e cultural em que também se encontram várias outras comunidades tradicionais, como indígenas e caiçaras.

Dessa forma, essa região abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, além de pequenas bacias hidrográficas localizadas entre a primeira e o Oceano Atlântico<sup>175</sup>. Assim, a maioria dos quilombos no Vale surgiu após o declínio da mineração de ouro e da produção de arroz na região. Sendo assim, parte dos trabalhadores escravizados se especializaram ao “[...] longo das duas margens do Rio Ribeira de Iguape, entre os municípios de Iporanga e Eldorado, onde mantiveram seus laços históricos, de parentesco e formas de saberes e fazeres da agricultura” (SILVA, 2017 p. 5).

Por conseguinte, os conflitos dessa região do estado de São Paulo, são gerados devido a especulação sobre recursos territoriais, essencialmente, pelas práticas espaciais ilegais de extração e comercialização do corte do palmito juçara (*Euterpe edulis*), assim como a caça de animais silvestres e mineração de ouro, mas em escala menor. Ademais, a comercialização ilegal do palmito juçara – uma palmeira nativa da Mata Atlântica – estabelece conflito e ameaças para as comunidades negras e indígenas do Vale do Ribeira.

A história da expansão da agricultura capitalista e da mineração ilegal, na América Latina, foram construídas por meio do trabalho escravizado, além da espoliação, sangue e conflitos para manter os poderes sobre os territórios – destruindo, assim, os laços históricos, culturais e simbólicos das comunidades negras. No espaço brasileiro, a escala do movimento de expansão das fronteiras do agrohidronegócio e da mineração ilegal articulam-se com formas renovadas de exploração do trabalho. Esse processo se dá via flexibilização e reversão de direitos, assim como de geração de ganhos financeiros, inclusive, a partir das práticas espaciais destrutivas com a terra, os espaços urbanos e os sujeitos.

Ainda, sobre situações criminosas que evidenciam as práticas destrutivas, destacam-se os efeitos do rompimento da barragem de rejeitos do Fundão<sup>176</sup>, pertencente a empresa

<sup>175</sup> QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: <[www.quilombosdoribeira.org.br](http://www.quilombosdoribeira.org.br)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>176</sup> No dia 5 de novembro de 2015, aproximadamente às 15h30, aconteceu o rompimento da barragem de Fundão, situada no Complexo Industrial de Germano, no Município de Mariana/MG. Além do desastre ambiental, a tragédia ceifou a vida de 19 pessoas. O empreendimento, sob a gestão da Samarco Mineração S/A, empresa controlada pela Vale S/A e BHP Billinton, estava localizado na Bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do rio do Carmo, que é afluente do rio Doce. O colapso da estrutura da barragem do Fundão ocasionou o extravasamento imediato de aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica, entre outros particulados, outros 16 milhões de metros cúbicos continuaram escoando lentamente. O material liberado logo após o rompimento formou uma grande onda de rejeitos, atingindo a barragem de Santarém, localizada a jusante, erodindo parcialmente a região superior do maciço da estrutura e galgando o seu dique, após incorporar volumes de água e rejeitos não estimados que ali se encontravam acumulados. Em sua rota de destruição, à semelhança de uma avalanche de grandes proporções, com alta velocidade e energia, a onda

Samarco, em novembro de 2015. Certamente, até os dias atuais, ninguém foi responsabilizado pelos efeitos territoriais sobre as comunidades que viviam, e ainda vivem, na área. Os efeitos territoriais podem ser visíveis na paisagem atingida pelos rejeitos, por décadas e séculos, conforme demonstrado na Foto 67.

Foto 67 - Rejeitos no rio Doce após o rompimento da barragem da Samarco Mineração. Mariana/Brasil (2015)



**Fonte:** Felipe Werneck (2020).

Dessa forma, como demonstrado na paisagem da Foto 67, os rejeitos depositados no rio Doce causaram efeitos territoriais nas territorialidades de diversas comunidades tradicionais, sobretudo, os peixes, que tiveram grande mortalidade (SANTOS et al., 2018).

---

de rejeitos atingiu o Córrego de Fundão e o Córrego Santarém, destruindo suas calhas e seus cursos naturais. Em seguida, soterrou grande parte do Subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a 6 km da barragem de Santarém, dizimando 19 vidas e desalojando várias famílias. Já na calha do rio Gualaxo do Norte, a avalanche de rejeitos percorreu 55 km até desaguar no rio do Carmo, atingindo diretamente várias localidades rurais, como as comunidades de Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira, além dos municípios mineiros de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Disponível em: Disponível em: <[www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco](http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco)>. Acesso em: 20 jan. 2022.



Assim, a mineração transformou o significado que as águas correntes possuíam na vida das pessoas – já que a água, fonte de vida, passou a ser veículo de vermes, doenças e risco. Aqueles que, segundo a expressão local, eram “abençoados pela água”, passaram a viver uma situação constante de medo e angústia, em consequência dos diversos contaminantes presentes nos rejeitos.

Para comunidades negras e tradicionais da região, Santos (et al., 2018) afirma que o lugar dos antepassados que possuía água “farta”, “compartilhada”, “brilhante” e “cristalina”, se transformou em um lugar situado “debaixo do perigo”, “que pode destruir todo mundo aqui”. E dessa forma, sendo o presente um lugar “atingido” que se contrapunha à tranquilidade representada pelo rio no passado, agora, carregava “lama”, “podridão”, “porcaria” e “imundície”.

Por conseguinte, no neoliberalismo que atingiu, fortemente, a América Latina na última década, quanto mais as *commodities* nas bolsas de mercadorias e valores estiverem em alta, melhor seria para os grupos econômicos. Isso pois os recursos agrícolas, minerais e vegetais – tais como o carvão mineral, cana-de-açúcar, eucalipto, palma africana, petróleo e soja – quanto maior valor, proporcional também serão os conflitos na terra pelos territórios no Brasil e na Colômbia.

A seguir, a Foto 68 mostra a pulverização com agrotóxicos na região do MATOPIBA.

Foto 68 - Pulverização aérea com agrotóxicos na região do MATOPIBA (2018)



Fonte: LETRASAMBIENTAIS, (2018).

A Foto 68 evidencia um problema estrutural de escala complexa, como a monocultura da soja, por exemplo. Dessa maneira, o crescimento das monoculturas e do uso dos agrotóxicos está vinculado à expansão das fronteiras do agrohidronegócio para as terras do MATOPIBA. O Produto Interno Bruto (PIB) esconde os efeitos territoriais da expansão dos monocultivos para a conservação dos Cerrados, assim como suas comunidades tradicionais. Ainda, há que lembrar que a área do MATOPIBA possui uma diversidade de populações tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, assentamentos de reforma agrária, quebradeiras de coco, geraizeiros, vazanteiros, comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, entre outras.

Não é por outra razão que os antagonismos sociais têm se acirrado nessas regiões de especulação e práticas espaciais do capital, com os quilombos e comunidades tradicionais praticamente cercados e com suas vias de acesso interditadas por interesses latifundiários, em algumas regiões do Brasil. (ALMEIDA, 2010). É relevante frisar que os territórios das comunidades negras, no espaço geográfico brasileiro as últimas décadas, lutam por reconhecimento “da privação de direitos, num processo de modificações históricas” (HONNETH, 2003, p. 2018). Além disso, se movimentam por questões de conflitos, os quais, são traçados na conjuntura das práticas espaciais destrutivas do capital.

A propriedade definitiva idealmente tornaria todos “iguais” nas relações de mercado com os quilombolas, emancipados de qualquer tutela. Entretanto, o fato de a propriedade não ser necessariamente individualizada e aparecer sempre condicionada ao controle e associações comunitárias torna-se um obstáculo às tentativas de transações comerciais e praticamente as imobilizando como mercadoria. As terras das comunidades quilombolas cumprem sua função social precípua, quando o grupo étnico, manifesto pelo poder da organização comunitária, gerencia os recursos para sua reprodução física e cultural, recusando-se a dispô-los às transações comerciais. Representada como forma ideológica de imobilização que favorece a família, a comunidade ou uma etnia determinada, em detrimento de sua significação mercantil, tal forma de propriedade impede que imensos domínios venham a ser transacionados no mercado de terras. Contrária, portanto, as agências imobiliárias de comercialização vinculadas a bancos e entidade financeiras, do mesmo modo que contraria os interesses latifundiários, os especuladores, os grileiros e os que detêm o monopólio dos recursos naturais (ALMEIDA, 2010, p. 130).

Nesse cenário conflituoso e predatório, a espacialização do agrohidronegócio se intensifica através do Estado, que possibilita o aparato político, econômico e territorial para a aceleração desigual do capital. Logo, esse fato territorial também indica a face perversa e heterogênea dos grupos capitalistas sobre o controle e o consumo dos recursos territoriais, como água e minérios. Assim sendo, os efeitos territoriais demonstram traços de tradição

escravocrata, o que escamoteia as riquezas culturais, simbólicas e naturais dos territórios tradicionais no Brasil e Colômbia.

### 5.1.2 Colômbia

A compreensão do desenvolvimento capitalista no espaço geográfico colombiano é complexo em razão do conjunto de contradições, materializadas no espaço e vinculadas ao crescimento espacial do agrohidronegócio e da mineração ilegal. A expansão da violência, conectada ao avanço da acumulação por espoliação na Colômbia, está associada aos conflitos armados originários da colonização – e do controle sobre água, terra, território – especialmente, a partir do aumento do preço do café, em diversos departamentos produtores.

El alza del precio del café y el crecimiento de la demanda interna desencadenaron conflictos agrarios en las zonas cafeteras donde predominaban el arriendo y la colonización de tierras baldías. Los arrendatarios desconocían los convenios de trabajo con las haciendas y los colonos invadían tierras que pertenecían a ellas o las pretendían. El triunfo del Partido Liberal en 1930 y la influencia de la ideología socialista en la organización de ligas campesinas jugaron un papel determinante, que en muchas regiones fue reprimido por armas oficiales o privadas (BRAVO, 2015, p. 5).

Na década de 20, do século XX, na Colômbia, as comunidades indígenas, camponesas e negras, assim como as oligarquias departamentais e regionais, procuraram fortalecer e conquistar o poder político, tanto eleitoral, quanto para defender seus interesses no território. Entretanto, os conservadores da elite agrária, que construíram suas riquezas no colonialismo, não estavam dispostos a se desfazer das terras espoliadas historicamente e, tampouco, dos poderes que os mesmos obtinham com as armas, na Guerra dos Mil Dias<sup>177</sup>.

É significativo pronunciar que, em alguns anos após a divisão do país, em 1821, o nome do espaço geográfico da Colômbia era La Gran Colombia, mais precisamente a partir da divisão do espaço em quatro áreas. Assim, darão origem aos territórios dos países da Colômbia, Equador, Venezuela e Panamá, sendo que também havia pequenas áreas agregadas ao Brasil, Peru e Nicarágua.

A Guerra dos Mil Dias, de 1899 a 1902, disputada entre liberais e conservadores, foi uma guerra civil que resultou na vitória dos conservadores e, na sequência, na separação do

<sup>177</sup> Entre 1899 e 1902 ocorreu um confronto civil na Colômbia. Este episódio entrou para a história como a Guerra dos Mil Dias. Havia dois lados em confronto: os conservadores liderados pelo exército do governo contra um grupo de guerrilheiros liberais. Disponível em: <[www.conceitos.com/guerra-mil-dias/](http://www.conceitos.com/guerra-mil-dias/)>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Panamá do espaço colombiano, em 1903. Para Cunha (2014, p. 67) “[...] os Liberais Pacifistas se esforçaram até o fim para evitar a insurreição. Quando esta estoura, em outubro de 1899, a direção do Partido Liberal envia um telegrama a todos os líderes regionais, desautorizando a guerra” (CUNHA, 2014). Tal telegrama ficou mais tarde conhecido como o Telegrama Mortal, já que causou diversas desavenças, resultando em assassinatos sistemáticos. Entretanto, não adiantou, já que no dia seguinte, a Guerra dos Mil Dias teve início.

No Departamento de Santander, as filas de voluntariado eram enormes. Assim, a expectativa de se alistar como voluntário, pelo Partido Liberal, parecia ser muito mais interessante do que ser recrutado à força pelo Exército Governamental. Já o Partido Conservador tinha não só o exército oficial e seus próprios afiliados, como também passara a recrutar, à força, até mesmo os prisioneiros. Dessa forma, os rápidos recrutamentos e a falta de treinamento foram fatores decisivos durante o conflito e a disparidade no tamanho dos exércitos representou a principal causa da derrota liberal.

É importante ressaltar que a guerra não se deu somente entre Liberais e Conservadores colombianos, outros países participaram desse conflito. Nicarágua, Venezuela e Equador ajudaram a revolução com homens, armas e víveres. Entretanto, os líderes dos três países – os três Liberais – enfrentavam problemas em suas próprias casas e não puderam oferecer completa assistência. O único país a se dedicar com mais cuidado à Guerra dos Mil Dias serão os Estados Unidos, que mais tarde participarão ativamente da independência panamenha, para desgosto de todos os colombianos – em ambos os lados do conflito (CUNHA, 2014, p. 70).

A conjuntura da Guerra dos Mil Dias teve dois momentos característicos, sendo o primeiro, de acordo com Cunha (2014), marcado por conflitos tradicionais entre ambos os exércitos, fazendo-se valer de valores oligárquicos; enquanto a segunda fase foi marcada por guerrilhas e também pelo banho de sangue.

Ao longo do século XX, os conflitos armados na Colômbia sempre estiveram presentes, às vezes, mais intensos e, às vezes, menos. Todavia, a historicidade espacial está marcada pelos conflitos entre forças políticas, sob diferentes matizes e com heranças espaciais distintas. Logo, o Estado e as diferentes organizações guerrilheiras, assim como o narcotráfico e os paramilitares, tentavam o protagonismo no controle territorial no intuito de assegurar os interesses políticos e econômicos.

Segundo Bravo (2015), o Partido Conservador começou a inibir, por meio do terror ao liberalismo, com intenção de recuperar o poder. Assim, as áreas rurais foram o próprio campo de batalha, ou seja, as zonas liberais ou comunistas foram atacadas por organizações camponesas armadas pelo governo, além de políticos e latifundiários com apoio da Igreja e

setores da força pública. O governo se entrincheirou no poder e o Partido Liberal, sem cabeça, tentou se defender, espacialmente, com guerrilheiros, sempre oscilando entre as urnas e as armas.

De acordo com Cunha (2014), isso ocorreu, mais especificamente, durante a ditadura de Rojas Pinilla (1953 a 1957), no auge da La Violencia, período representado pela severa violência institucional, ausência de eleições e segurança.

Con Rojas y el Frente Nacional el manejo del presupuesto se compartió, las Fuerzas Armadas cayeron definitivamente bajo el dominio de EE. UU. con la doctrina de la Seguridad Nacional; la Iglesia tomó distancia del poder político a instancias del Concilio Vaticano II y las luchas campesinas buscaron ser neutralizadas con la reforma agraria. La ilegalización del Partido Comunista con Rojas y su exclusión total del poder bajo el Frente Nacional de un lado, y los vientos revolucionarios que soplan desde Cuba, por otro, tornan social el carácter de las luchas guerrilleras que subsisten desde los años 60 (BRAVO, 2015, p. 6).

Com efeito, é diante deste movimento dinâmico que os conservadores estruturam seu poder, tendo o Estado colombiano como o protagonista do cenário da conflitualidade, cuja origem está na questão agrária e racial. No entanto, o cenário vai se alterando conforme o fracasso da reforma agrária, juntamente com o declínio do movimento camponês e, conseqüentemente, o fortalecimento e crescimento das agroindústrias, no Departamento de Cauca e na consolidação das lutas sindicais. Ademais, a elite urbana conservadora de Bogotá focou suas forças e atenções na expansão do agrohídronegócio, além da mineração ilegal e outras questões ilícitas, na região do Caribe e Pacífico, conforme mencionado por Bravo (2015 p. 6):

El capital buscó refugio en la ganadería extensiva, en las plantaciones de banano y palma, mientras la economía del café declinó irreversiblemente. La tierra se concentró y la colonización de tierras baldías se disparó. Las fuerzas guerrilleras que habían sido desplazadas hacia esas zonas se convirtieron en poder local. El Estado buscó liquidarlas usando y armando exguerrilleros.

Na Colômbia, os cultivos ilícitos apareceram no jogo do poder semelhante ao crescimento do café – mercado lucrativo, seguro e de transporte barato. Realmente, as oligarquias sabiam do colapso do Pacto Global do Café e da escala de pessoas desempregadas nos campos e nas cidades que, conseqüentemente, só aumentavam a violência. Para Bravo (2015), as economias de enclave, como bananas e petróleo, tornaram-se, com a coca e o gado, os eixos da economia nacional e também da geração dos conflitos.

A força pública, a partir do Estado, era incapaz de controlar o movimento guerrilheiro. Por isso, apelou para promover o paramilitarismo em colaboração com os interesses afetados pela insurreição, que, até os dias atuais, são causadores dos principais problemas da violência armada na Colômbia.

Al mismo tiempo, y por la misma razón, los gobiernos buscaron negociaciones de paz. Del intento de Belisario surgió la Unión Patriota, que fue exterminada en pocos años. Las guerrillas aparecieron como la fuerza de la oposición al sistema y lograron armar 20.000 unidades militares y tocar los límites de transformar la guerra de guerrillas en guerra irregular. La respuesta fue el Plan Colombia, financiado por EE. UU., que armó la fuerza pública de nueva tecnología militar y acrecentó el número de efectivos. La Seguridad Democrática decretó la guerra muerte e involucró al paramilitarismo como brazo armado de las fuerzas oficiales (BRAVO, 2015 p. 6).

A militarização dos territórios e dos recursos territoriais, como água, se tornou algo comum e, isso, afetou a vida das famílias palenqueiras de forma intensa. Dessa forma, se institucionalizou a truculência do Estado. Além disso, a presença de militares no território e na região norte do Departamento de Cauca tem sido acompanhada por sistemáticas violações dos direitos humanos. Assim, como consequência, desencadeia-se a espoliação de terras e o desmantelamento da mobilização dos povos do campo.

Os habitantes da região asseguram que as ações do Exército visam facilitar a atividade e implementação dos projetos, como por exemplo, a empresa Anglo Gold Ashanti<sup>178</sup>, no norte do Departamento de Cauca, no espaço colombiano. Da mesma forma, afirmam que os militares são aliados dos paramilitares, já que esses podem agir com impunidade<sup>179</sup> e com respaldo do Estado nas ações violentas – como nos assassinatos de diversas lideranças de movimentos sociais, sindicatos e cooperativas.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos econômicos tem afetado os direitos da população palenqueira em dois sentidos. Por um lado, causou a perda da posse do território e de suas práticas tradicionais e de Existência – como a mineração ancestral ou artesanal e a pesca. Enquanto isso, por outro lado, expôs seus membros à violência de autoridades armadas

<sup>178</sup> Actualmente somos una de las tres compañías más importantes de minería de oro gracias a una producción que en 2017 alcanzó alrededor de los 3.8 millones de onzas. Nuestras acciones son transadas en las principales bolsas del mundo, lo cual garantiza la transparencia y la supervisión pública global sobre el cumplimiento de los más exigentes estándares internacionales de la industria en materia de capacidad técnica, seguridad y sostenibilidad ambiental, social y económica. Proponemos un modelo de minería bien hecha que tiene como principio fundamental que los impactos que genere la producción de oro sean impactos netos positivos. Es con este espíritu que, desde nuestra llegada a Colombia en 2004, hemos realizado exploración geológica en diversas regiones del país. [...] En 14 años de actividades de exploración en Colombia hemos invertido cerca de US\$ 1,000 millones con un alto porcentaje destinado a programas sociales, ambientales y de desarrollo comunitario. Disponível em: <[www.anglogoldashanticolombia.com/quienes-somos/](http://www.anglogoldashanticolombia.com/quienes-somos/)>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>179</sup> La disputa por los recursos naturales en los territorios afrocolombianos. Disponível em: <[https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2017/04/fi\\_name\\_recurso\\_214.pdf](https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2017/04/fi_name_recurso_214.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

legais e ilegais que agem em favor das empresas internacionais, a fim de permitir a expansão da agroindústria, a mineração etc.

Diante da situação de vulnerabilidade, enfrentada pelas comunidades, esta foi reconhecida, categoricamente, pelo Tribunal Constitucional da Colômbia, em 2009, o qual considerou o aumento da presença de megaprojetos agrícolas ou de mineração ilegal em territórios, historicamente, ocupados pela população afro-colombiana palenqueira<sup>180</sup>.

Ha favorecido la venta de inmuebles ubicados en zonas que aún no ha sido objeto de titulación colectiva y con ello, el surgimiento de las amenazas por la presencia de actores armados que intimidan a la población africana con las finanzas que abandonan sus territorios, lo que ha dado lugar a la dinámica de desplazamiento, confinamiento y resistencia de la población Afrocolombiano. A esta situación se suma la economía del narcotráfico, que tiene una tensa relación con las actividades y enfrentamientos entre grupos armados ilegales, lo que ha provocado una dinámica en los territorios afrocolombianos a través del cual generan malestar y encierro, particularmente en el Pacífico colombiano<sup>181</sup>.

Além disso, a Lei n. 48 de 1968 na Colômbia – que foi instituída a partir do Decreto Legislativo 3.398 de 1965 e que legitima os grupos de defesa civil, com ideologias conservadoras e racistas – começou a agir de forma defensiva contra os movimentos guerrilheiros. Não obstante, a vontade dos interesses das oligarquias latifundiárias, e, no processo, dos narcotraficantes – quanto à dimensão e a dinâmica espacial da exploração dos recursos territoriais, como do subsolo e da terra, pelos grupos de autodefesa – intensificou os conflitos armados no espaço geográfico colombiano.

Por fim, a escalada das contradições, da multiplicação dos deslocamentos e dos desaparecimentos forçados de famílias do campo e da cidade, assim como a mutilação e tortura de várias formas, tornou-se um cenário comum. Nesse contexto, “[...] en los años ochenta se abrieron procesos judiciales contra 5 altos oficiales del ejército por pertenecer a una organización identificada como Triple A, que tomó el nombre de la siniestra fórmula usada por las dictaduras de Argentina y Uruguay” (BRAVO, 2006, p. 93). Adiante, tratar-se-á dessas questões.

<sup>180</sup>La disputa por los recursos naturales en los territorios afrocolombianos. Disponível em: < [https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2017/04/fi\\_name\\_recurso\\_214.pdf](https://www.dejusticia.org/wp-content/uploads/2017/04/fi_name_recurso_214.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>181</sup>Corte Constitucional da Colômbia, 2009. Disponível em: < <https://www.corteconstitucional.gov.co/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.



### 5.1.3 Espaço geográfico colombiano: conflito armado, guerrilhas, paramilitarismo, narcotráfico

A prática da violência na Colômbia está conectada aos fatores estruturais de caráter político, econômico, cultural, agrário e racial, além da acumulação por espoliação sobre os territórios camponeses, indígenas e negros. Na década de 1970, a política de Estado da reforma agrária – construída no governo Lleras Restrepo (1966-1970) – fracassou em função da mobilização dos conservadores e das oligarquias (latifúndio), já que buscavam evitar a implantação da reforma agrária e impedir a organização dos indígenas, camponeses e negros, em defesa da terra e do território.

Una ola de invasión de tierra (2000 casos sólo en la Costa Atlántica) fue reprimida violentamente por el gobierno, obligando a miles de campesinos a colonizar nuevas tierras en el oriente del país y en el Magdalena Medio. Esta represión fortaleció las guerrillas que desde los años 50 y 60 dominaban estas regiones (BRAVO, 2006, p. 92).

Os meios para a conquista de poder – com quebras de direitos e através da contribuição do estado colombiano – são questões complexas da dinâmica na formação do espaço geográfico. Neste cenário da espoliação do território, acompanhada da crescente violência estrutural, é que o narcotráfico assume um papel no jogo da disputa por espaço de poder, mais precisamente na década 1980. Assim, a consequência imediata foi o deslocamento de pessoas e sua crescente miséria, instalada no campo.

Os conflitos e tensões levaram as forças armadas e os narcotraficantes a um acordo de aliança que vigora até os dias atuais. Destarte, o resultado da nova aliança é o fortalecimento do (Morte aos Sequestradores (MAS)), em 1983. Consoante a Bravo (2006), os guerrilheiros descobriram que o sequestro de grandes *gangsters* era muito mais lucrativo do que das famílias tradicionais ricas. Assim sendo, a família Ochoa – reconhecida por seu duplo interesse pela terra e pelo tráfico de drogas – reagiu violentamente ao sequestro de Nieves, um de seus parentes, declarando guerra à guerrilha, especialmente ao Movimento 19 de abril (M-19). Ademais, o, MAS era uma associação militar secreta apoiada pelos mais importantes integrantes dos cartéis de Medellín e de Cali.

Os narcotraficantes, conhecidos como *Capos*, armaram, nesse período, um exército com mais de dois mil homens para assassinar os sequestradores. Por conseguinte, a Procuradoria-Geral da República criminalizou 163 pessoas pertencentes ao MAS; sendo que 60 eram das Forças Militares da Colômbia à serviço na ilegalidade, situação muito presente no espaço colombiano, como em outros países latino-americanos. Dentre os fundadores do

MAS, além do *capo dos capos*, Pablo Escobar estava presente na formulação e organização dos tópicos das ações dessa associação militar – juntamente com vários oficiais, que participaram da desordem configurada e, dessa forma, contribuíram para as barbáries, como por exemplo, no norte do Departamento de Cauca.

Los conflictos agrarios tenían ya en Colombia una larga historia cuando la Revolución Cubana emitió la Ley Agraria en 1961. Nuestros dirigentes políticos sabían que el problema de la tierra estaba íntimamente ligado a la lucha armada y que encontraba piso y fuerza donde había organizaciones campesinas como en Sumapaz, Tolima, Santander y Cauca. Donde no las hubo, la persecución política se bandolerizó cuando los partidos les quitaron apoyo a sus clientelas armadas. Son los casos, por ejemplo, de Efraín González y de Teófilo Rojas, a diferencia de los de Charro Negro y Juan de la Cruz Varela. Siendo el FN un acuerdo para acabar con «esa guerra civil del siglo XX», como la llamaba López Pumarejo, los partidos debían encarar el problema agrario continuando una tradición que arrancó en los 20 (BRAVO, 2015, p. 31).

Os líderes políticos colombianos sabiam que os conflitos no campo estavam e, ainda estão, ligados às Forças Armadas. Em contrapartida, a pilhagem dos recursos territoriais e do *deslocamento forçado* regional ou departamental – em função das práticas espaciais do agrohidronegócio e da mineração ilegal – encontraram *(Re)Existências* e organizações de comunidades étnicas e camponesas em Cauca, Tolima, Santander, além de outros departamentos.

Na luta pelo espaço de poder e influência econômica e política, na conjuntura da formação das siglas e de atores provedores da violência, é que o MAS promoveu a execução de uma comissão de juízes que, na época, estavam investigando o massacre ocorrido em Magdalena Medio<sup>182</sup>.

Desse modo, ligeiramente, a feroz organização clandestina se espacializou – com apoio de várias brigadas do exército colombiano – para os departamentos, por exemplo, de Arauca e nordeste de Antioquia. Por conseguinte, seguiram espalhando terror e sangue por onde transitavam com seu exército de ilegitimidade e desrespeito às famílias que só queriam, e ainda querem, viver de forma digna em seus territórios de vivência coletiva ou familiar. Logo, o caso mais divulgado e emblemático foi o de Puerto Boyacá, município e região até então controlada por guerrilheiros, na qual cometeram uma enxurrada de crimes e injustiça contra civis.

---

182 Magdalena Medio faz parte do Departamento de Antioquia, composta por seis municípios. A região é rica em recursos territoriais e sua localização central na bacia do rio Magdalena, que complementa a paisagem da diversidade do ecossistema da biodiversidade da região. O problema central da origem dos massacres na Colômbia: o problema da terra e dos territórios tradicionais e do campesinato.

La reacción permitió que el MAS creara un modelo de autodefensa en la zona, con miras a generalizarlo por todo el país. En principio contó con la financiación de los grandes capos como Rodríguez Gacha, El Mexicano, Víctor Carranza y Pablo Escobar, y Fidel Castaño, la asistencia técnica de un comando de israelitas e ingleses y la activa participación de los Batallones Bárbula, Charry Solano de inteligencia militar y la Base Aérea de Palanquero (BRAVO, 2006, p. 94).

A autodefesa como estratégia foi organizada conforme uma conduta contra a política de paz do presidente Betancur (1982-86) e a lei de extradições. Assim sendo, o presidente sancionou a lei de extradições após a crescente violência e, principalmente, por conta do assassinato de seu ministro de governo, Lara Bonilla. Na série televisiva, Pablo Escobar, el patrón del mal – de criação de Juana Uribe e Camilo Cano, de 2012 – retrata esse episódio com o Ministro da Justiça, a partir de uma emboscada feita pelo braço armado do MAS. Ademais, a maioria dos narcotraficantes tinham medo de serem extraditados para os Estados Unidos.

Além disso, conforme Bravo (2006), o papel dos militares ativos e aposentados era a venda de armas, o empréstimo de arquivos de inteligência e a proteção de helicópteros para o transporte de paramilitares. Dessa forma, os batalhões Bárbula, Calibío e Rafael Reyes estiveram implicados nesses crimes e também no aumento da escalada dos assassinatos de lideranças negras e indígenas.

Ainda, Bravo (2006) apresenta que o genocídio da União Patriótica – um movimento político legal, facilitados pelos acordos de Uribe e assinado entre o governo de Betancur e as FARC – está na origem desse modelo de aliança. Dessa maneira, os traficantes de drogas cobravam impunemente por suas empresas o assassinato dos membros à esquerda.

Na Colômbia, mediante os diversos efeitos territoriais dessa conjuntura complexa, está o *desplazamiento forzado*: “el desplazamiento es una modalidad de violencia que tiene una história antigua y compleja en el conflicto colombiano” (GMH, 2013, p. 34).

Os dados das vítimas de deslocamento forçado no Registro Único de Víctimas (RUV) de la Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas (UARIV) – instituição governamental colombiana – e o Observatorio de Memoria y Conflicto (OMC) del Centro Nacional de Memoria Histórica, em 2020, totalizaram de 1958 a 2019, 89 mil pessoas vítimas do conflito armado. Dentre estas, estavam familiares e pessoas deslocadas à força do seu lugar de viver, especialmente no caribe e no pacífico colombiano. A tabela 04 é referente às vítimas do conflito armado na Colômbia, de 1985 a 2019.

Tabela 4 - Vítimas do conflito armado na Colômbia

| 1985 | 1989 | 1994 | 1999 | 2002 | 2007 | 2011 | 2017 | 2019 | TOTAL DE PESSOAS |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------------------|
| 27   | 56   | 91   | 343  | 879  | 528  | 266  | 108  | 95   |                  |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      | 2.393            |

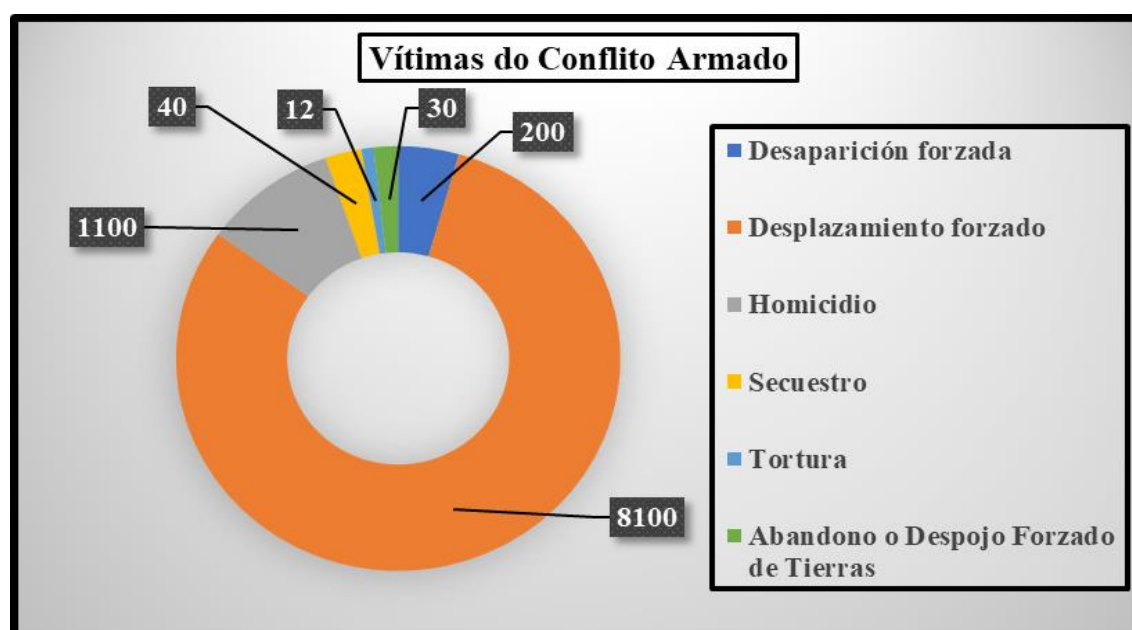
**Fonte:** Elaboração do autor. Dados da Colômbia: Red Nacional de Información. RUV – 2020. (2020)

Os dados da Tabela 04 viabilizam compreender a totalidade do número de pessoas que foram vítimas das barbáries promovidas por atores variados. Na tabela, observa-se o crescente número de vítimas e a consequente escala dos índices, nos anos de 1999, 2002 e 2007, que são anos de violência alarmante.

Os dados anuais são absolutos e os anos de 1999 a 2007, foram considerados anos de terror para sociedade e para os grupos étnicos. Isso pois, esse período, foi representado por anos de brutalidades cometidas pelas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) – grupos de paramilitares e narcotraficantes da extrema-direita e que já foram o principal grupo paramilitar da Colômbia, já que representam um grupo ativo no conflito armado, durante os anos de 1997 a 2009.

O Gráfico 06 exemplifica os números absolutos dos conflitos no espaço colombiano em 2020.

Gráfico 6 - Número absoluto dos conflitos na Colômbia (2020)

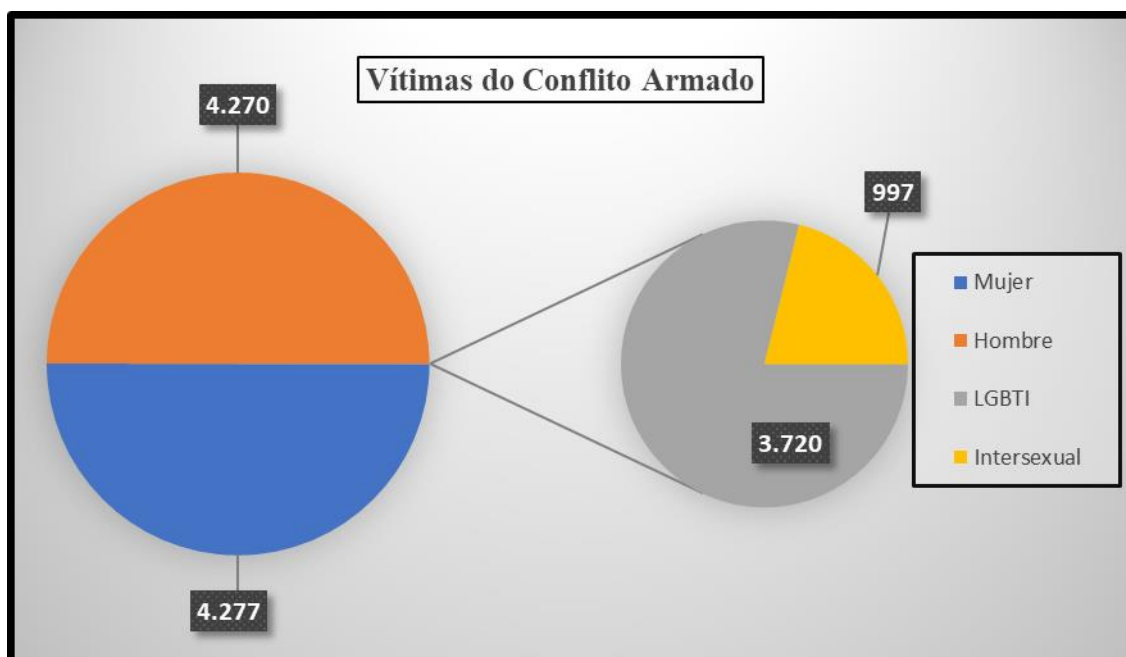


**Fonte:** Elaboração do autor. **Dados da Colômbia:** Red Nacional de Información - RUV – 2020. (2020).

O Gráfico 06 apresenta o conjunto de vítimas do conflito armado, apenas no ano de 2020. Os dados são relevantes para o entendimento dos efeitos territoriais, causados pelo modelo de desenvolvimento desigual das transnacionais e também pela ganância do poder de grupos – como por exemplo, guerrilheiros, paramilitares e narcotraficantes – que disputam o controle sobre os territórios e os recursos territoriais, como no Palenque Pílamó.

Os temas do *desplazamiento forzado* e da *desaparición forzada* na Colômbia é preocupante. No Gráfico 06, fica evidente tais estratégias de controle do território por meio do deslocamento de famílias para algumas cidades, como Bogotá e Cali. Além do mais, o homicídio é outro fator que se configura no espaço como se fosse “normal”. No Gráfico 07, apresentam-se números de conflitos por gênero.

Gráfico 7 - Número absoluto de conflitos por gênero na Colômbia (2020)



Fonte: Elaboração do autor. Dados da Colômbia: Red Nacional de Información - RUV – 2020. (2020).

O Gráfico 07 mostra, no ano de 2020, o número de mulheres, homens, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans e intersex (LGBTI) e Intersexual de diferentes grupos sociais no espaço geográfico da Colômbia. Por conseguinte, é importante perguntar o porquê das mulheres serem a maioria das vítimas do conflito. Durante o processo, devido aos números significativos de homens ameaçados ou jurados de morte, as mulheres começaram a assumir a responsabilidade da liderança nas Comunidades – fato registrado tanto no Caribe como no Pacífico colombianos.

Como exemplo, destaca-se o caso da militante e liderança Medenis Julio Berrio (Quadro 11) da Comunidad Negra San Juan de Palos Prietos, que, em dezembro 2020,

juntamente com seus filhos, foram deslocados à força do território, a partir de uma emboscada. Entretanto, todos conseguiram escapar com vida.

Quadro 12 - Carte de apoio e cuidados com Medenis Julio Berrio - Colômbia



### **PALENKE KU SUTO –CARIBE**

La Red de Consejos Comunitarios del Caribe, **REDECOM**, rechaza el atentado que sufrió la compañera **MEDENIS JULIO BERRIO**, representante legal del Consejo Comunitario de la Comunidad Negra San Juan de Palos Prietos, ubicado en el corregimiento del mismo nombre, en el municipio de Pueblo Viejo, Magdalena. La compañera ha venido liderando la defensa de los derechos humanos de su comunidad, en particular los del proceso de restitución de derechos territoriales y de reparación colectiva conforme al Decreto Ley 4635 de 2011.

El pasado 28 de noviembre, dos hombres en moto de alto cilindraje, llegaron hasta su vivienda con arma en mano, preguntaron por ella, con fortuna que no estaba en ese momento y se dieron a la fuga de la comunidad.

Al regresar a su casa, la compañera fue informada de la situación por sus familiares, quienes estaban llorando y destrozados mentalmente ante la situación.

Creemos que esta situación, donde se pretendía o pretende atentar contra la vida de **MEDENIS JULIO BERRIO**, está asociada a los procesos que ella viene liderando, en la defensa de los derechos humanos y los derechos territoriales al interior de la comunidad.

Por lo anterior llamamos la atención de las autoridades competentes, para que garanticen y protejan la vida de la representante legal del Consejo Comunitario de la Comunidad Negra San Juan de Palos Prietos, **MEDENIS JULIO BERRIO**.

**A la Unidad Nacional de Protección, tomar las medidas del caso en aras de garantizar la integridad y la vida de la compañera MEDENIS JULIO BERRIO, así como de su familiar**

**A la Fiscalía General de la Nación, realizar las investigaciones correspondientes con el fin de determinar las razones de este atentado, así como de quienes están detrás de esta situación.**

**A la Defensoría del Pueblo, hacer el acompañamiento necesario, en aras de cumplir su mandato constitucional, así como instar a las instituciones de Sistema para la reparación Integral de las víctimas, avanzar en la reparación integral y territorial de la comunidad negra de San Juan de Palos Prietos.**

**A la comunidad Nacional e Internacional a solidarizarse con la compañera  
MEDENIS JULIO BERRIO**

Desde el Caribe Colombiano, diciembre de 2020.  
La Red de Consejos Comunitarios del Caribe REDECOM.

Correo electrónico [comunitariosdelcaribe@gmail.com](mailto:comunitariosdelcaribe@gmail.com)  
Teléfono 3017013256-3114140822-3127295562-3022852397-3113336533

Fonte: REDECOM, 2020.

No próximo tópico vamos explicar a complexidade do desaparecimento e deslocamento forçado na Colômbia, assim como os efeitos territoriais para as famílias que vivem nas regiões de conflitos, como no Norte do Departamento de Cauca.

#### 5.1.4 Desaparecimento e deslocamento forçados

Diante da complexidade da *desaparición forzada e do desplazamiento forzado* na Colômbia e as consequentes situações de omissão do Estado colombiano para com as vítimas do processo – mesmo diante dos efeitos territoriais e estruturais para o país – está o desaparecimento forçado, que tem sido ocultado pela grande mídia, além de pouco reconhecido pelo Estado.

Em conformidade com o Centro Nacional de Memória Histórica (GMH)<sup>183</sup> da Colômbia:

Esto se explica, en parte, por la intención de los actores armados de invisibilizar el crimen, y se debe, en cierta medida, a que la especificidad del delito reside justamente en la privación de la libertad y en el ocultamiento del paradero de la persona desaparecida, con lo que se la sustrae de la protección de la ley<sup>184</sup> (GMH, 2013, p. 54).

<sup>183</sup> O Centro Nacional de Memória Histórica foi constituído pelo mandamento da Lei de Vítimas e Restituição de Terras como entidade pública da nação, adjunta ao Departamento Administrativo da Presidência da República da Colômbia, contando com seu próprio patrimônio e autonomia total. Sua sede principal fica na cidade de Bogotá, D.C. Disponível em: <[www.centrodememoriahistorica.gov.co](http://www.centrodememoriahistorica.gov.co)>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<sup>184</sup> “Convención Internacional para la protección de todas las personas contra las desapariciones forzadas”, Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/conventionced.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2019.



Assim, as estratégias para manter a influência em determinado departamento ou região, são múltiplas e, na citação, ficam explícitas as formas e ações de ocultar pessoas ou famílias, bem como de invisibilizar os crimes fomentados por atores armados. Nesse sentido, o caso da *palenqueira Medenis Julio Berrio* é só mais um para a lista de negra ou negros, indígenas ou camponeses, vítimas do descaso do Estado e do conflito armado sistemático.

Além disso, o desaparecimento das vítimas e consequente o desconhecimento da sociedade perante esses crimes podem ser explanados por diversos aspectos, como por exemplo: (1º) a confusão desses crimes com outras formas de violência, como sequestro e homicídio; (2º) a minimização de seu efeito social diante da espetacularização ou alta visibilidade, que os meios de comunicação têm atribuído às outras formas de violência, como sequestros, massacres, assassinatos e ações militares; (3º) a dificuldade ou impossibilidade de relatar os fatos por pressão dos atores armados; e (4º) a participação de agentes do Estado na perpetração deste tipo de crime, além da classificação tardia do mesmo (GMH, 2013).

Como se não bastasse, o desaparecimento forçado e a prática da ocultação foi, e ainda é, uma das estratégias dos grupos armados e militares da Colômbia para aplicá-la como mecanismo de poder e terror, no intuito de expandir seus negócios ilícitos. À isso, se beneficia diretamente, as atividades do agrohídronegócio e da mineração ilegal. Um outro assunto é sobre o paradeiro das vítimas, já que os familiares ficam perdidos e se mantêm na luta para obter informações. Em consequência disso, sofrem ameaças de atores diversos e até mesmo pela vulgarização dos fatos, por parte das autoridades.

Entretanto, mesmo com as dimensões das circunstâncias do desaparecimento forçado na Colômbia, as vítimas desse crime são baixas – quando comparado às outras particularidades de violência dos atores do conflito armado. Por exemplo, destaca-se o caso do militante de esquerda Omaira Montoya – sucedido em 9 de setembro de 1977, em Barranquilla – que foi um dos primeiros casos a ser reconhecido, formalmente, como desaparecimento forçado, pela Procuradoria-Geral da Nação (PGN). Nesse contexto (GMH, 2013), o desaparecimento forçado está fortemente associado à lógica da luta contra insurgente, além da tortura como meio de obter confissões do inimigo.

Do exposto, pode-se inferir que o estado jurídico inicial, ao qual recorrem os familiares das vítimas, é o mesmo de pessoa desaparecida. Assim sendo, a relação que o Estado colombiano fazia entre prisão e desaparecimento, diminuiu a partir da extinção do Estatuto, em 1982, e as consequentes mudanças na política governamental para combater os conflitos armados.

Logo, no processo do governo Belisario Betancur (1982-1986) foi permitido uma anistia geral como fase preliminar à uma conjuntura de paz com a guerrilha, a partir de 1982. A Lei 35 de 1982 – pela qual a anistia foi decretada e as normas foram emitidas – surge para restaurar e preservar a paz. Dessa forma, esse procedimento implicava um compromisso do Estado de limitar a autonomia das Forças Militares na gestão da ordem pública, na Colômbia. Tal estratégia, no sentido político, colidiu com os interesses da expansão do poder dos setores radicais das Forças Militares.

Lo que siguió a esta oposición fue la intensificación de las violaciones a los Derechos Humanos por parte de agentes estatales mediante acciones clandestinas que se prolongaron hasta 1990, y que constituyeron un desafío del poder militar hacia el poder civil en el manejo del orden público. Con la promulgación de la Constitución Política de 1991 y la continuación del conflicto entre el Estado y las guerrillas de las farc y el eln, las desapariciones forzadas siguieron registrando altos niveles. Esta modalidad fue concebida como una estrategia de ocultamiento de la violencia mediante la cual los sectores más radicales de la Fuerza Pública respondieron al nuevo marco de derechos y garantías consagrado en la nueva Carta Política. Todo ello sin renunciar a lo que consideraban como acciones eficaces en la vieja lucha contra-insurgente (GMH, 2013, p. 60).

A violação dos direitos humanos na América Latina é, de fato, um problema complexo para solução. Na Colômbia, por exemplo, os fatos estão ligados às várias modalidades de ações, tanto do Estado, como de outros sujeitos, assim como a disputa pelo controle territorial entre os paramilitares e as FARC. Desse modo, a corrida pelo controle territorial impulsionou, posteriormente, a formação da AUC, em 1997. Nesse cenário de impunidade e sangue, os grupos Paramilitares substituíram os Militares no uso desta forma de violência.

Conforme GMH (2013), esses grupos transformaram o desaparecimento forçado em um mecanismo que complementava outras formas de terror, já que funcionava para esconder as reais dimensões da violência infligida. Por conseguinte, a invisibilidade e o desconhecimento dos desaparecimentos forçados, perpetrados pelos grupos paramilitares, ficaram evidentes durante o processo de Justiça e Paz (Lei 975 de 2005). Essa lei, na Colômbia, foi instituída no governo de Álvaro Uribe Vélez, como o marco jurídico para o processo de desmobilização de paramilitares na Colômbia.

No entanto, essa mesma lei contraditória permite, por meio da autoincriminação, que sejam beneficiados os paramilitares genocidas com a diminuição de penas máximas dos crimes de guerra, assim como desaparecimentos, execuções, torturas e crimes de crueldade. Assim, esse processo protege, ao mesmo tempo, os vínculos entre paramilitares, o Exército e o estado colombiano, como também esconde o lado negativo das forças repressivas nesses

crimes dirigidos, em sua maioria, contra os dirigentes sindicais, camponeses, indígenas, negros, estudantes e operários<sup>185</sup>.

La desaparición forzada y los asesinatos selectivos fueron las modalidades preferidas para mantener la intimidación y el terror en las comunidades, por cuanto se reducían otros tipos de violencia como las masacres y los secuestros. Es decir, la desaparición forzada operó como un mecanismo que aumentó la reputación de violencia de los paramilitares y que luego les permitió ocultar la magnitud de sus acciones sin renunciar a la propagación del terror (GMH, 2013, p. 64).

A lógica da manutenção e do aumento da influência dos grupos armados nos departamentos e regiões do espaço colombiano, revelam dilemas contraditórios que sustentam o modelo desigual e a violência sistemática, durante décadas. Logo, o desaparecimento forçado e os assassinatos seletivos foram, e ainda são, modalidades presentes, geograficamente no espaço, que têm como objetivo manter o controle e o terror sobre os territórios das comunidades negras e tradicionais. Além disso, enquanto outros tipos de violação contra os direitos humanos – como massacres e sequestros – foram reduzidos espacialmente, o desaparecimento forçado ainda funciona como estratégia, permitindo ocultar a complexidade do tema e seus efeitos, material e imaterial, para sociedade.

No espaço geográfico da Colômbia, um dos fatores que se apresenta, espacialmente, e que faz parte do conjunto de contradições materializadas no contexto dos conflitos armados, de acordo com GMH (2013), é o tráfico de drogas e suas estruturas de financiamento. Assim, estas têm sido decisivas para a sustentabilidade e exacerbação da violência sociopolítica em diferentes regiões do país – como no norte do departamento de Cauca, onde registra-se a expansão das ações de atores militares.

Ainda, vale ressaltar que o território do Palenque Píamo está no meio do conflito e da especulação espacial, como por exemplo, dos narcotraficantes e da mineração ilegal, praticada por vários atores militares e, também, pelas guerrilhas.

Então, “la violencia del desplazamiento forzado, la del campesino, palenque e indígenas amenazado y despojado de su tierra, la de la violencia sexual y tantas otras suelen quedar marginadas de la esfera pública, se viven en medio de profundas y dolorosas soledades” (GMH, 2013). Por sua vez, o Quadro 13 evidencia os assassinatos recentes, apenas no governo Duque, entre agosto de 2018 e dezembro de 2020.

<sup>185</sup> Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-63/2712-genocidio-cinismo-e-impunidade-se-escondem-sob-o-rotulo-de-justica-e-paz-na-colombiaq>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

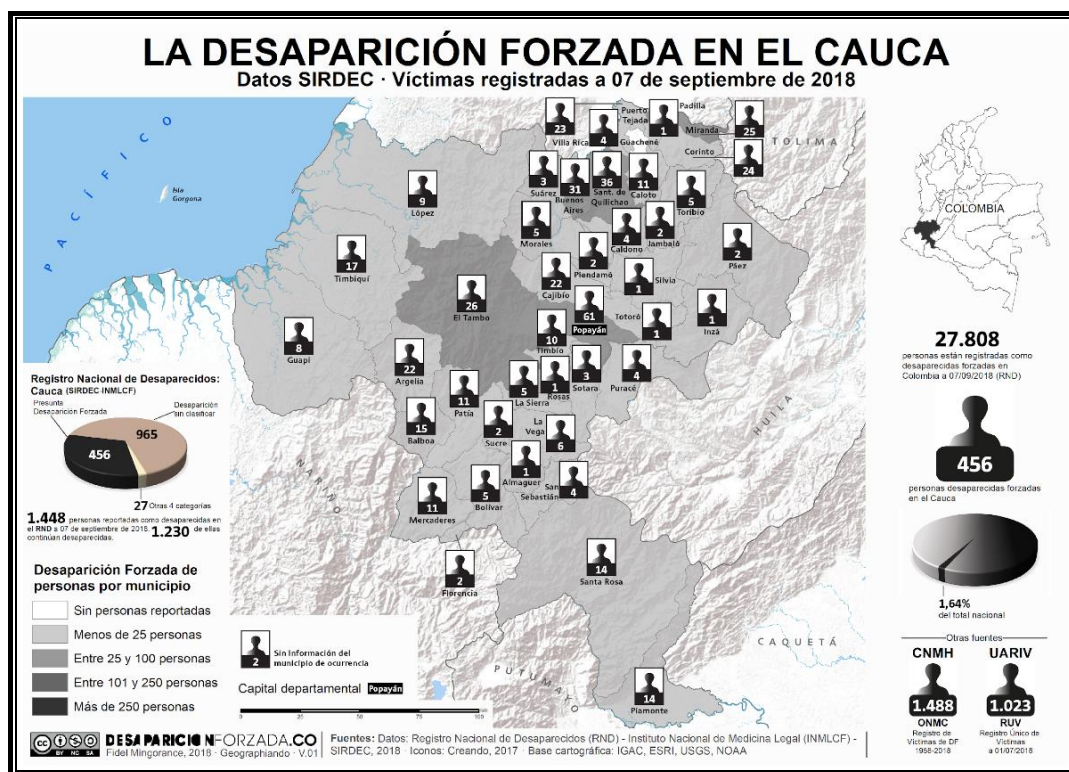
Quadro 13 - Personas líderes sociales y defensores de derechos humanos asesinadas em Colombia entre 2018 e 2020

| Total asesinatos                                 | Municipios afectados   | Departamentos afectados |
|--------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 692                                              | 219                    | 29                      |
| <b>MUNICIPIOS CON MAYOR NÚMERO DE ASESINATOS</b> |                        |                         |
| DEPARTAMENTO                                     | MUNICIPIO              | CASOS                   |
| Cauca                                            | Caloto                 | 27                      |
| Nariño                                           | San Andrés de Tumaco   | 26                      |
| Antioquia                                        | Tarazá                 | 26                      |
| Cauca                                            | Toribío                | 23                      |
| Cauca                                            | Corinto                | 22                      |
| Cauca                                            | Santander de Quilichao | 17                      |
| Cauca                                            | Suárez                 | 16                      |
| Cauca                                            | El Tambo               | 14                      |
| Putumayo                                         | Puerto Guzmán          | 13                      |
| Córdoba                                          | San José de Uré        | 11                      |
| Putumayo                                         | Puerto Asís            | 10                      |
| Norte de Santander                               | Tibú                   | 10                      |

**Fonte:** Elaboração do autor. Base de datos INDEPAZ. Fecha de los datos: agosto 07 de 2018 – diciembre 15 de 2020. (2021).

Sobre as lideranças sociais e defensores de direitos humanos assassinados, comparados aos números absolutos do Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ) de 2018 a 2020, o Quadro 12 mostra que os Departamentos, com números de assassinatos e lideranças, ocorrem de Sul a Norte do espaço colombiano. Além disso, o Departamento com maior ocorrência de violência – e outros meios para controlar o território e fluxo de mercadorias ilícitas – é Cauca, por exemplo, que corresponde à espacialização da monocultura de cana-de-açúcar, da mineração ilegal, do narcotráfico e das guerrilhas, concentradas na região norte de Cauca.

Figura 3 - Desaparecimento Forçado na Colômbia



Fonte: ICONOS-CREANDO, 2017 - RND, INMLCF, SIRDEC, 2018.

A Figura 03, do Departamento de Cauca, mostra a gravidade do desaparecimento forçado na Colômbia<sup>186</sup>. Assim sendo, é grande o grau de impunidade (processual) por esse crime, uma vez que o número de vítimas, ou casos por município, pode ser visualizado, como em Guachené, com quatro vítimas registradas em 7 de setembro de 2018, pelo Registro Único de Víctimas.

Esse quadro situacional de violência, *asesinatos, desaparición e desplazamiento* “[...] é o evento que possui maior número de vítimas no país, pois decorre dos demais fatos vitimizantes, que fazem com que a população se veja obrigada a ir para outras regiões” (DUQUE, 2016, p. 20). Aliás, esse fato poderia ser alterado, caso a política de titulação territorial palenqueira na Colômbia contemplasse a terra para plantar, colher e viver (SILVA, 2012). Entretanto, rememora-se que a região do Caribe e Pacífico colombianos representem as zonas de concentração de comunidades negras e, portanto, de conflitos diversos contra populações negras e indígenas.

Assim, os conflitos estão em íntima conexão com os grandes projetos de extrativismo mineral, assim como da monocultura – como a do eucalipto e palma africana, situada na

<sup>186</sup> Na verdade, se trata de um assassinato com ocultação do cadáver.

região de Santa Marta e na fronteira do Departamento de Chocó, Colômbia com o Panamá. Adiante, os recursos territoriais tornam-se “[...] mera base operativa e plataforma de simples circulação de capitais usurários e lócus da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte” (BRANDÃO, 2010, p. 24) da expansão das práticas capitalistas e de narcotraficantes, paramilitares, guerrilheiros e outros grupos armados, formados a partir da fragmentação das FARC. Ademais, essa é uma síntese da complexa formação territorial e também das disputas recentes no espaço colombiano.

## **5.2 Efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal: espoliação e conflitos no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamó/Colômbia**

A espacialização dos efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal, em países da América Latina, compartilha e se complementa nas ilegalidades praticadas, tanto pelo Estado brasileiro, como pelo Estado colombiano. Entretanto, salvo algumas especificidades, atuam em função da formação territorial de cada território.

A modernização do campo, assim como as narrativas do desenvolvimento e do progresso – a partir da ação das empresas e do Estado, associadas aos interesses do capital transnacional – ocasionaram transformações nas comunidades tradicionais e camponesas, como no Cafundó e Pílamó, para que se tornassem concretas. Da mesma forma, destaca-se a espoliação acelerada pela exploração das reservas minerais do subsolo, da água, dos *saberes-fazeres* dos trabalhadores quilombolas e palenqueiros, que representam ações reais, frequentemente observadas e relatadas ao longo desta Tese.

Logo, trata-se de uma cadeia produtiva que gera *commodities*, cria (des)organização na forma de produzir nos circuitos não integrados ao “mundo capitalista” e também colabora com o aumento dos conflitos e violência. À exemplo da territorialização que produz conflito está a espacialização da palma africana, na Colômbia.

Grandes empresas com o cultivo de palma (Foto 69) se territorializam, dificultando – e, às vezes, até mesmo impedindo – o acesso das comunidades tradicionais aos recursos territoriais, o que acaba desencadeando as desigualdades espaciais. E, além disso, contam com a colaboração de paramilitares e guerrilhas, ainda que com perspectivas diferentes, na conjuntura colombiana.

Foto 69 - Palma africana no Palenque San Juan de Palos Prietos/Santa Marta/Colômbia



Fonte: Pesquisa de Campo. Lucas Bento (2015).

A Foto 69 retrata o monocultivo da palma, especialmente na região plana de Santa Marta, na proximidade do rio Magdalena. Por conseguinte, esse fato teve início na década de 1960 pelos militares (paramilitares), que usaram, e ainda usam, as diversas formas de violência – como ameaças e assassinatos – para o deslocamento forçado. Assim, as famílias, ao serem expulsas da terra, acabam permitindo a entrada dos monocultivos.

As palmas, que vemos na Foto 69, ainda estavam em fase de crescimento, já que podem chegar até quinze metros de altura. Ainda, o monocultivo da palma deslocou-se para terras indígenas e dos negros, alterando seus usos e costumes, construídos no território e marcado por relações ancestrais com a terra, a água e a mineração ancestral e artesanal.

Silva (2016) apresenta que a relação com a terra é ancestral e cultural e, dessa forma, se materializa no modo de produção tradicional de alimentos. Isso se dá, por exemplo, na forma de produzir, que está longe de ser dito como só *agricultura de subsistência*<sup>187</sup>, à qual vem sendo definida, via de regra, por um viés ideológico dos representantes conservadores

<sup>187</sup> Na inexistência de um termo mais adequado para caracterizar a situação encontrada na pesquisa, visto que, agricultura de subsistência não consegue abarcar a importância das atividades exercidas e o objetivo social dos camponeses e comunidades tradicionais, utiliza-se agricultura da abundância. Ainda que com riscos, a denominação de agricultura da abundância é coerente quando consideramos que para as famílias camponesas e tradicionais é motivo de orgulho ter a tulha cheia e a mesa farta (MENDONÇA, 2004).



dos governos e grupos econômicos capitalistas – que representam as transnacionais e as nacionais, como a Industrial Agraria La Palma, INDUPALMA<sup>188</sup>. Essa agroindústria da palma, além de anular, impede também a observação de que muitas destas comunidades produzem uma agricultura, pensando na segurança alimentar das famílias e na preservação dos recursos territoriais.

Nesse cenário predatório, a espacialização das empresas transnacionais na América Latina se intensifica através do Estado, que possibilita todo aparato político, econômico e territorial para a aceleração desigual do capital. Esse fenômeno também indica a face perversa e heterogênea das forças produtivas sobre o controle e o consumo dos recursos territoriais, como água e os minérios. À vista disso, o padrão de extrativismo mineral e dos demais recursos territoriais, demonstra traços de tradição escravocrata, escamoteando as riquezas culturais, simbólicas e naturais da América Latina.

Por conseguinte, os saberes-fazeresses territórios ancestrais ocorrem nas relações culturais e simbólicas. Contudo, esses grupos étnicos ou sociais lutam ainda pelo protagonismo nos espaços de reflexão e discussão das mudanças sociais, culturais, ambientais e políticas, ocorridas no seio da sociedade capitalista latino-americana.

Dessa maneira, os efeitos do capitalismo na produção agrícola e nos territórios são concretos. Nas palavras de Fernandes (2013, p. 38), “[...] a agricultura capitalista, patronal, empresarial, ou agronegócio, ou qualquer que seja a adjetivação utilizada, não pode esconder o que está na raiz da sua lógica: a concentração de riquezas e a exploração”.

As comunidades negras de Pílamo e Cafundó detêm as técnicas de diversidade de produção – como o cultivo do arroz, feijão, mandioca, hortaliças e frutíferas – e, com menos intencionalidade, da criação de animais, inclusive, do gado bovino. Assim, essas produções envolvem um número grande de trabalhadores quilombolas e palenqueiros, embora a territorialização das agroindústrias e mineradoras sejam ainda determinantes na desconfiguração dos saberes-fazeresses nos territórios negros investigados.

---

<sup>188</sup> A INDUPALMA - Industrial Agraria La Palma Limitada é a maior produtora de azeite de palma africana da Colômbia. Desde outubro/2019 está em processo de liquidação. Disponível em <[www.indupalma.com/boletin/](http://www.indupalma.com/boletin/)>. Acesso em: 20 jan. 2019. A Colômbia é um dos 5 maiores produtores mundiais de café, abacate e óleo de palma e um dos 10 maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar, banana, abacaxi e cacau. A Colômbia produziu, em 2018, 36,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (7º maior produtor do mundo), 5,8 milhões de toneladas de óleo de palma (5º maior produtor do mundo), 3,7 milhões de toneladas de banana e 3,5 milhões de toneladas de plantain (4º maior produtor de banana do mundo) e 720 mil toneladas de café (4º maior produtor do mundo, atrás de Brasil, Vietnã e Indonésia).

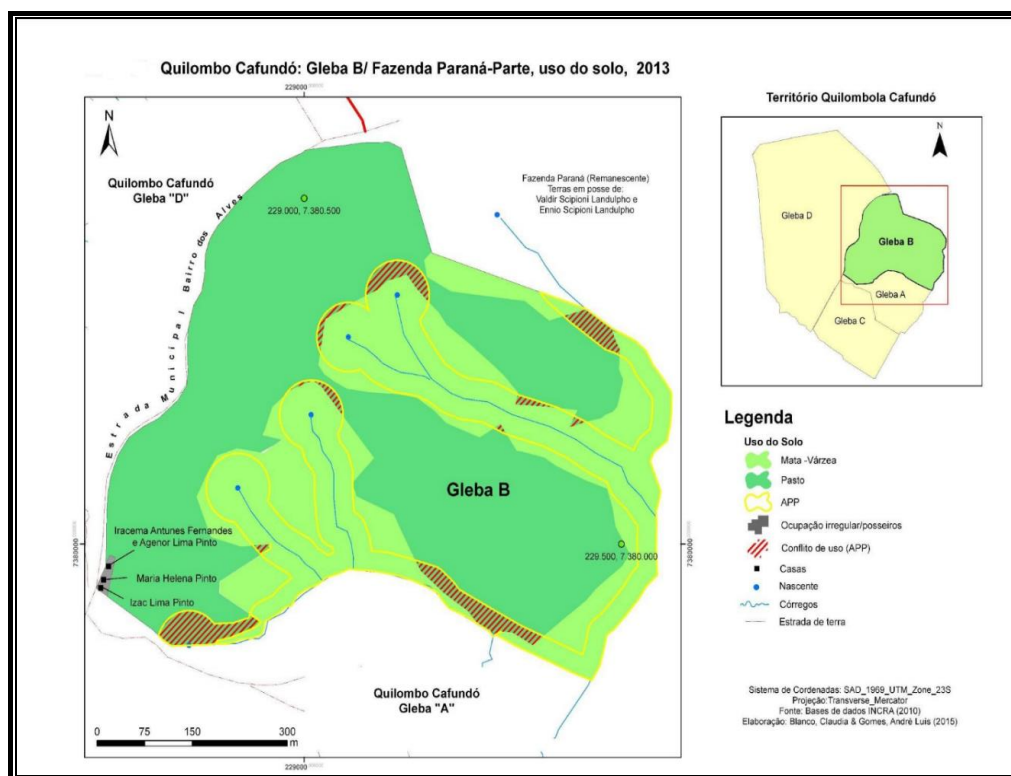
Os efeitos territoriais da mineração ilegal e do agrohidronegócio são visíveis nas localidades pesquisadas e, assim, aparecem em quase todas as áreas. No entanto, para alguns quilombolas e palenqueiros, vale considerar que, se a produção de alimentos não se relaciona com a ancestralidade africana e com a cultura, também não apresentam sentido a ligação com a terra. Dentro dessa lógica, as unidades de produção são dinâmicas e, dessa forma, a cultura integra a dimensão territorial e a cosmogonia desses grupos negros e sociais. Nesse sentido, isso se opõe à ação dos atores armados e das empresas nacionais e transnacionais, que descartam a cosmovisão das famílias que vivem nas Comunidades.

#### *5.2.1 Quilombo Cafundó, conflitos, disputas e espoliações*

Os efeitos territoriais da espoliação das terras foram concretos e sustentados por um modelo de ilegalidade, assim como por assassinatos de lideranças à mando de latifundiários. Logo, estes representavam, e ainda representam, o parlamento ou o judiciário, que criaram a prática da grilagem de terras no Quilombo, o que fracionou o território em quatro áreas, com o intuito de dificultar a desapropriação e titulação do território. Como já dito anteriormente, o território da comunidade negra do Cafundó, em 2003, foi reconhecido pelo INCRA/SP por meio da Portaria Nº 235/2006, com área total de 220 ha, constituída pelas áreas: A, B, C e D.

Por conseguinte, as áreas B, C e D, foram as que tiveram mais disputas entre os grileiros e os quilombolas. A área B (Mapa 11), antes das pastagens, contava com a predominância do plantio de eucalipto, realizado por um dos grileiros da região.

Mapa 11 - Área B: uso do solo. Quilombo Cafundó/Brasil (2013)



**Sistema de Coordenadas:** SAD\_1969\_UTM\_zone\_23S

**Fonte:** Bases de dados INCRA, (2010).

**Elaboração:** Blanco, Claudia & Gomes, André Luis, (2015).

No Mapa 11, referente à área B, é possível observar a localização das nascentes em pontos azuis, e as pastagens, em coloração verde. Em amarelo está representado o limite das APPs, além dos pontos de cor preta, onde sinalizam as casas. Além disso, em traços vermelho e branco, destacam-se os lugares em que foram registrados os conflitos de uso, próximos as APPs.

Na área B, a disputa e o conflito se deram contra os arrendatários ilegais. Na parte plana, o processo se deu entre ex-moradores do Quilombo – que vivem em Salto de Pirapora, Sorocaba – ou por sujeitos externos que não tinham vínculo histórico com a Comunidade e, por isso, vendiam as casas para terceiros no intuito de receber a indenização das benfeitorias pelo INCRA.

As casas demolidas, apresentadas na Foto 70, fazem parte da vitória coletiva e da respectiva conquista da área. Sendo assim, as casas foram construídas no limite da área A com a área B. Na imagem, nota-se uma senhora, que representa uma das moradoras do Cafundó. Vale ressaltar que a casa dela e de mais três famílias, que também estão nessa localização, não foram demolidas pelo Estado. Ademais, o restante das casas que estava sendo ocupada por

peessoas externas foram destruídas e, por este motivo, algumas lideranças do Cafundó passaram a ser ameaçadas pelos sujeitos externos, que estavam de forma ilegal no território.

Foto 70 - Casas demolidas no Quilombo Cafundó/Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2017).

Esta área é muito importante para os quilombolas, já que em grande parte, a água – para o cultivo da agricultura e outras atividades de uso para as famílias do Cafundó – é retirada neste local. Já na área C (Foto 70), o cenário dos conflitos e das disputas são outros. Segundo os moradores do Cafundó<sup>189</sup>, na conjuntura da luta para o reconhecimento da Área, houve conflitos e até mesmo ameaças com armas de fogo, em razão da ocupação dos quilombolas na área que teve bastante repercussão na mídia local e estadual.

---

<sup>189</sup> Depoimento oral concedido por membros do Cafundó, em 2019.

Foto 71 - Área C, estrutura dos barracos usados pelas famílias do Cafundó na ocupação, em 2008, Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2008).

A Foto 71 mostra o que restou das estruturas do fogão de barro e uma das barracas construídas com eucaliptos e espigas secas do milho, plantado pela grileira<sup>190</sup> da terra, além das árvores, que complementam o conjunto da paisagem do local da ocupação.

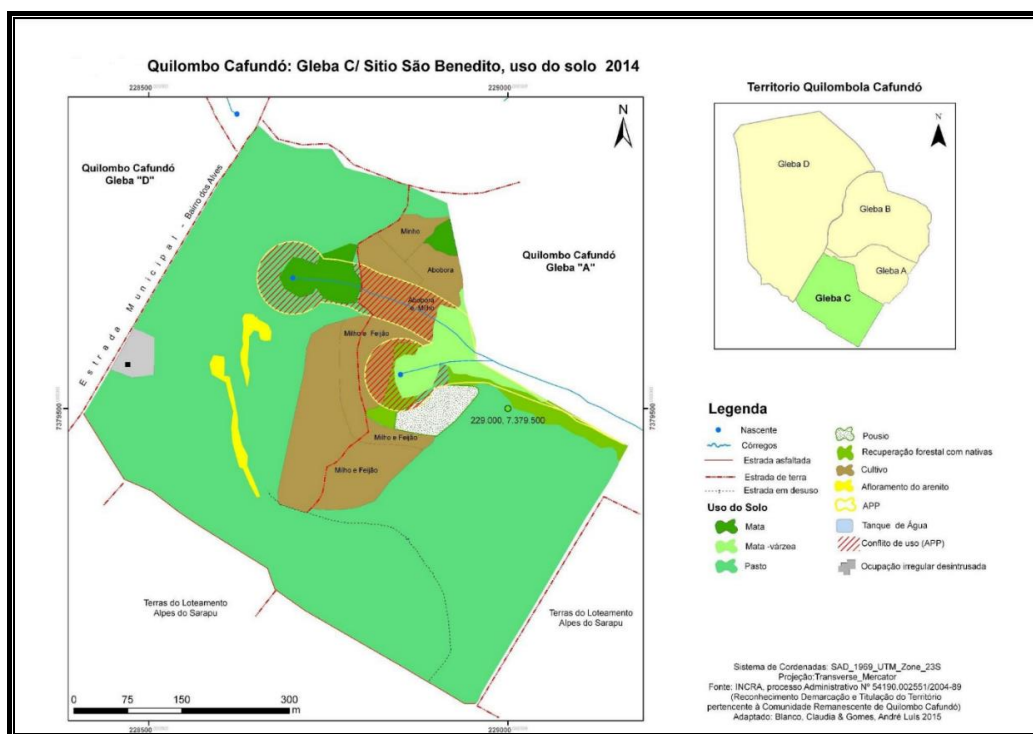
Atualmente, nessa localidade, os quilombolas arquitetaram uma pousada para receber estudantes e turistas, e também um barracão para guardar ferramentas e o trator.

Nesse processo, de acordo com Silva (2016), no dia 15 de novembro de 2008, cerca de 80 quilombolas do Cafundó ocuparam a Área C, no intuito da reterritorialização da área. Vale ressaltar que dos 80 quilombolas na ação, 70 eram mulheres. De acordo com Marcos Norberto, liderança do Cafundó, “[...] no passado, todas as áreas do entorno pertenciam aos nossos ancestrais e foram tomadas pelos fazendeiros. E estamos na área que é nosso por direitos” (Entrevista, 10/03/2015). Assim sendo, a reterritorialização é pela legitimação do uso e da posse da terra e/ou do território, dos grupos étnicos e rurais tradicionais e sociais, sejam eles indígenas, quilombolas, extrativistas, pescueiros, fundo de pasto etc. (SANTOS, 2011).

<sup>190</sup> A antiga grileira da área C do território do Cafundó reside em São Paulo e é Advogada.



Mapa 12 - Área C: uso do solo - Quilombo Cafundó/Brasil (2014)



**Sistema de Coordenadas:** SAD\_1969\_UTM\_Zone\_23S/

**Projeção:** Transverse\_Mercator

**Fonte:** INCRA, processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89  
(Reconhecimento Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó), 2010.

**Adaptado:** Blanco, Claudia & Gomes, André Luis, (2015).

O Mapa 12, demonstra o uso do solo da Área C, marcando com precisão, a partir de pontos azuis, os dois locais das nascentes e as áreas para cultivo, principalmente as hortaliças, já que, as demandas pelos alimentos orgânicos do Quilombo aumentaram em 2020. Observa-se ainda uma área grande de pastos e os locais destinados para o reflorestamento, além dos outros aspectos configurados na área.

No contexto da reterritorialização, Silva (2016) aponta que as famílias sofreram ameaças da fazendeira Maria Soares em 18/11/2008. Segundo Elis Regina Sallas, moradora e integrante da Associação do Quilombo Cafundó, “[...] a fazendeira tinha pedido para o caseiro ficar andando a pé e de cavalo armado perto das barracas da ocupação, ele olhava com uma cara feia e nós ficamos olhando nele de cima para baixo, pra ver qual seria a reação dele<sup>191</sup>”. Na fala de Elis, sobre a estratégia da fazendeira grileira ao intimidar e ameaçar as famílias que estavam na ocupação, fica evidente que a disputa territorial é um fato que envolve não só o enfrentamento jurídico, mas a intimidação e ameaça, tanto pessoal, quanto coletiva.

<sup>191</sup> Depoimento oral concedido por Elis Regina Sallas no Quilombo Cafundó. Moradora e integrante da Coordenação da Associação do Cafundó – 10/07/2015.

Uma outra área do Cafundó que esteve em disputas por décadas foi a Área D (Fotos 72 e 73), a qual – após a decisão pela improcedência dos recursos judiciais em 2005, impetrados pelo latifundiário Pedro Latorre, responsável por terras griladas em Mato Grosso – perdeu a possibilidade de questionar, judicialmente, a posse da área quilombola. Vale ressaltar que essa foi a primeira área que o INCRA obteve em (02/02/2012) para os quilombolas do Cafundó.

Foto 72 - Área D - Porto de Areia. Quilombo Cafundó/Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2014).



Foto 73 - Área D - Porto de Areia. Cafundó/Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

A Foto 74 aponta, de forma objetiva e concreta, a monocultura de eucalipto na área D. Este cultivo fez com que algumas nascentes secassem e que as árvores frutíferas, sumissem do local. Tal processo causou efeitos ruins para quilombolas, que usavam algumas plantas do território para remédio caseiro.

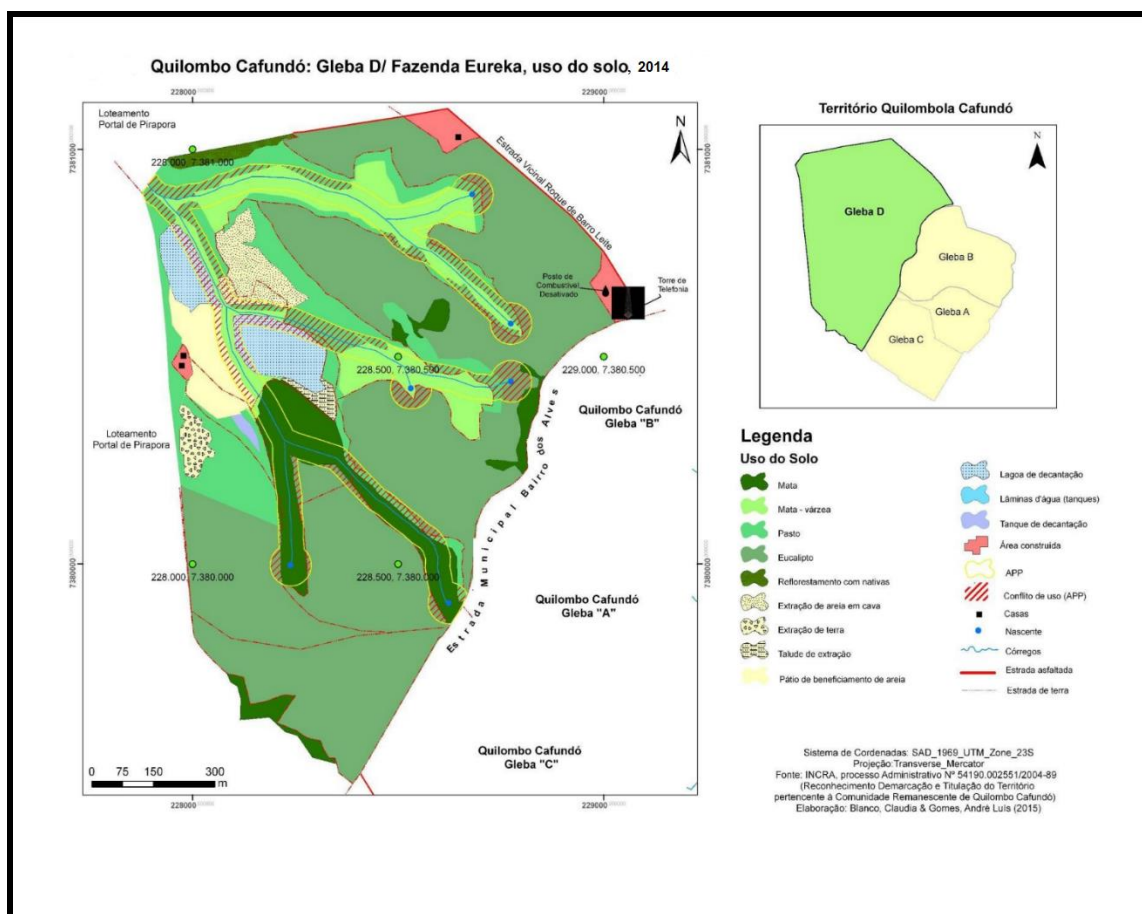
Foto 74 - Área D - monocultura de eucalipto. Quilombo Cafundó/Brasil



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

As Fotos 72 e 73 mostram os resíduos deixados pela empresa Ouro Branco na área. Além disso, as casas do loteamento, em meio às árvores, são elementos que integram a paisagem. Ademais, o loteamento faz divisa com o perímetro da área. Vale ressaltar que o local fazia parte do território do Quilombo, mas pelo fato das famílias do Cafundó preferirem não incluir o laudo final do INCRA para a desapropriação, essa área foi deixada de fora da titulação.

Mapa 13 - Área D, uso do solo, Quilombo Cafundó, Brasil



**Sistema de Coordenadas:** SAD\_1969\_UTM\_zone\_23S/  
**Projeção:** Transverse\_Mercator  
**Fonte:** INCRA, processo Administrativo Nº 54190.002551/2004-89  
 (Reconhecimento Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó), 2010.  
**Adaptado:** Blanco, Claudia & Gomes, André Luis, (2015).

O Mapa 14 demonstra, de forma concreta, os elementos que compõem o uso do solo no território do Cafundó – como a extração de areia, eucalipto etc. – além das nascentes, córregos e estrada municipal. Já a Figura 04 é relativa ao perímetro do território do Quilombo Cafundó/São Paulo/Brasil.



Figura 4 - Área D - Perímetro do território do Cafundó/São Paulo/Brasil



**Fonte:** Elaborado por: Lucas Bento, com base em Google Earth. 2020.

O Mapa 14, a Figura 04 e as Fotos 72, 73 e 74 mostram os efeitos territoriais da monocultura do eucalipto e da extração de minério com o porto de areia, responsáveis por marcar as paisagens com a degradação do solo, assoreamento e contaminação dos cursos d'água, além da destruição das APPs, dentre outros. Assim, é essa combinação de expropriação do território, com extração acelerada dos recursos territoriais, que somada à especulação imobiliária, violentam o território quilombola do Cafundó.

Conforme Silva (2016), outra transformação territorial no Cafundó foi a extração de calcário e seu transporte pelo porto, indicado nas Fotos 72 e 73. Esse método de exploração dos recursos territoriais “[...] é o mais econômico e usado no município e no Quilombo Cafundó”<sup>192</sup>. O calcário<sup>193</sup> extraído da Área D é destinado à empresa Votorantim Cimento. Ademais, na afirmação de que “o calcário é uma rocha sedimentar e preliminarmente deve-se

<sup>192</sup> Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora, em setembro de 2010.

<sup>193</sup> Como é o processo de extração do calcário? Assim que as rochas estão expostas, são feitos furos onde detonadores são instalados para que ocorra a explosão e o mineral possa ser extraído. Assim, posteriormente, as rochas são carregadas até a indústria, onde passarão pelo processo de britagem, serão peneiradas e moídas, sendo assim transformadas em pó. Disponível em: <<https://agrovevenda.com.br/o-caminho-do-calcario-da-extracao-a-mesa/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

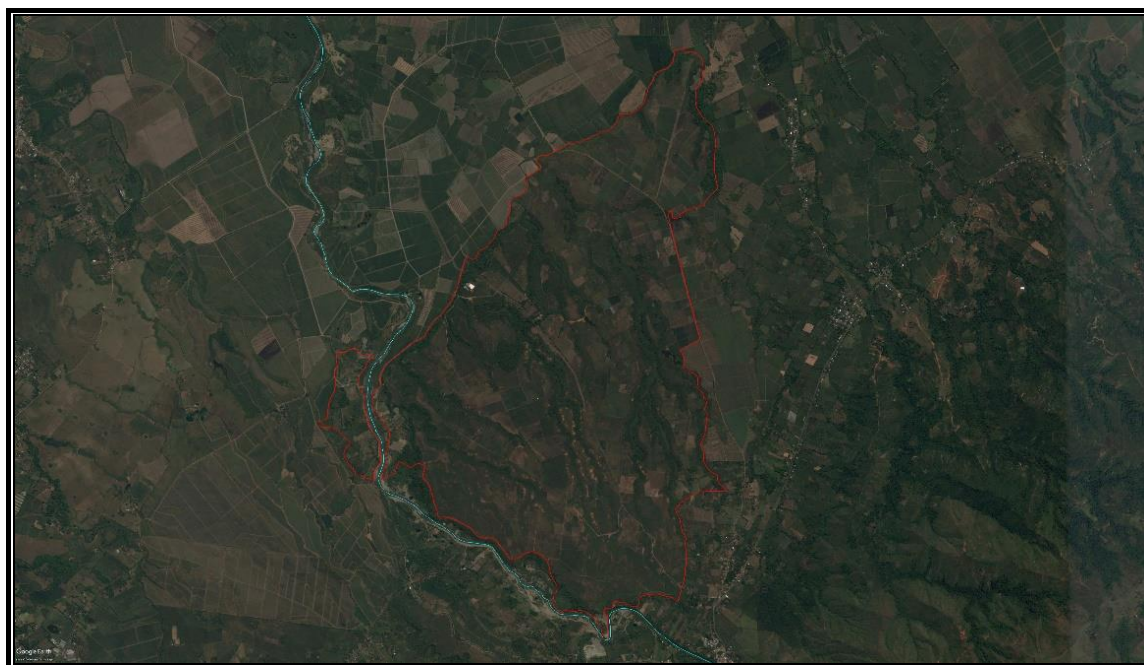
destacar a sua utilização na produção de cimento, pedra de construção, cal, na calcificação dos solos para diminuir a acidez” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 102-103).

### *5.2.2 Efeitos territoriais: atores armados, conflitos, disputas e espoliação no Palenque Pílamó*

As totalidades dos efeitos territoriais do agrohidronegócio, da mineração ilegal e dos conflitos – na territorialidade do Palenque Pílamó (Figura 05) – expressam as práticas espaciais a partir de uma lógica ideológica para expandir o poder do Estado e das corporações transnacionais e nacionais, no espaço colombiano.

Aliás, as relações estabelecidas no conjunto das disputas de forças opostas em Pílamó – que integram ao sistema desigual das ações e formas de espoliação do território, o fato de acumular capital, via controle do território e dos recursos territoriais – possui especificidades. Na Colômbia, o deslocamento forçado e o desaparecimento das pessoas são realidades que se incorporam à lógica capitalista de acumulação na região.

Figura 5 - Perímetro do território de Pílamó e o rio Palo. Colômbia



**Fonte:** Elaborado por: Lucas Bento, com base em Google Earth. 2020.

Na Figura 05, observa-se o perímetro do território de Pílamó, em vermelho, e o rio Palo, em linha azul. Assim sendo, é recente a localização de Pílamó, no município de Guachené, Colômbia, e o município apresenta curta existência como entidade municipal autônoma. Isso pois, nessa época, ainda era um bairro que fazia parte do município de Caloto,

cuja população foi atingida, e ainda continua sendo, pelo conflito armado, como se verá a seguir, no caso de Pílamó.

Vale ressaltar que o município de Guachené faz fronteira com os municípios de Caloto, Padilla, Puerto Tejada e Villa Rica. Logo, essas cidades constituem um número relevante da população afrodescendente no norte do Departamento de Cauca.

É importante destacar a relevância geoestratégica do território setentrional do Departamento de Cauca como corredor estratégico de comunicação e trânsito, propício ao desenvolvimento das dinâmicas de ilegalidade. Marín Carvajal; Santos (2014) informam que este vale interandino permite: a) a comunicação com a costa do Pacífico, que se tornou uma rota de navegação para o tráfico de armas e entorpecentes; b) é um canal de circulação para os Departamentos de Valle del Cauca, Tolima e Huila; e c) também se constitui como um corredor de mobilidade para o sul do país, onde através do Departamento de Putumayo, se conecta com o vizinho Equador.

Marín Carvajal; Santos (2014) explicitam que essas características definiram a área como um local de concentração e retaguarda para os grupos armados. Assim, o norte do Cauca tem se caracterizado, como as demais zonas do Departamento, pela presença histórica de grupos armados. É possível registrar a influência de organizações guerrilheiras e de autodefesa que, desde a década de 1960, buscam o controle do território. No entanto, desde a década de 1990, os guerrilheiros das FARC estabeleceram um padrão de controle territorial, com práticas de deslocamento e de desaparecimento da força dos grupos negros e dos povos indígenas dos territórios.

De acordo com os relatórios – produzidos pela Misión de Observación Electoral y la Corporación Nuevo Arco Iris, 2020, sobre o Departamento – desde 1954 se denuncia a presença de guerrilheiros, originalmente guerrilheiros liberais, e desde 1964, pelos guerrilheiros das FARC. Nuñez (2011) ainda apresenta que, depois dos atentados em Villa Rica, a guerrilha liberal deixou Tolima e entrou no Cauca. Ademais, em 1964, o Bloco Sul das Farc foi para Tierradentro, hoje Inzá e Páez, após o ataque a Marquetalia. Além disso, com a retomada deste último espaço pelas Farc, o norte de Cauca passou a ser espaço estratégico para as atividades guerrilheiras. Dessa forma, os confrontos com as forças do Estado e o envolvimento dos paramilitares com os civis tornou a região um palco de intensa violência.

A historicidade territorial, ainda que breve, torna-se necessária para que se possa compreender as múltiplas ações e interesses que se mesclam na área de pesquisa. Por conseguinte, a intensidade das práticas de espoliação dos recursos territoriais por

guerrilheiros, no norte de Cauca, começou em 1951. Sobre isso, Hernández Lara (2009) expressa que, sob o comando de "Charronegro", as unidades rebeldes viajaram de Tolima a Cauca através do setor de Riochiquito – um pequeno povoado do município de Páez (Belalcázar), que se limita, atualmente, com o Departamento de Huila e município de Jambaló.

Conforme informa o documento UAEGRTD<sup>194</sup> (2013), posteriormente, a cidade ficou conhecida pela Primeira Conferência de Guerrilha, que foi realizada logo depois que os grupos de autodefesa da guerrilha foram expulsos de Marquetalia (Tolima), em 1964. Ainda, no marco da referida Conferência surgiria o “Bloco do Sul” e os planos da guerrilha de tomar o poder político em nível nacional – processo que culminaria com o nascimento das FARC.

Entre os anos 1960 e 1970, a presença deste grupo era permanente no Departamento, embora pouco perceptível, do ponto de vista armado. Dessa maneira, o norte do Cauca se tornou operação de grupos armados – do Estado e de empresas capitalistas – tanto do agrohídronegócio, como da mineração legal e ilegal.

En cuanto a las FARC se reconoce la presencia histórica del Frente 6, cuyo control fue sostenido en los municipios de Toribío, Corinto, Miranda, Santander de Quilichao, Jambaló, Caldono y Caloto; del Frente 8 con actividades insurgentes principalmente en los municipios de Tambo, Patía, Timbío y Argelia; del Frente 64 que estuvo activo en la bota caucana, además de la Columna móvil Jacobo Arenas que en general tuvo su influencia en el oriente caucano<sup>195</sup>.

Vale ressaltar ainda que o governo deste Departamento garantiu ao grupo armado a conexão com a costa do Pacífico, além do trânsito para os Departamentos de Tolima e Huila. Sendo assim, este contexto – possibilitado a partir das estratégias de controle territorial – toma dimensão, cada vez maior, no Departamento de Cauca e, dessa forma, atinge o território de Píllamo.

Entre estos escenarios, se destaca, por la concentración de población y por el nivel organizativo de las comunidades, el del sur-occidente colombiano, cuyo epicentro se localiza en el nororiente del departamento del Cauca. Este ha sido posiblemente el territorio con mayor presencia guerrillera en el país, al punto que prácticamente

<sup>194</sup> UAEGRTD - DT Cauca. Documento de análisis de contexto para las solicitudes de restitución de tierras del municipio de Santander de Quilichao. Popayán, 2013.

<sup>195</sup> VICEPRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. Programa Presidencial de Derechos Humanos y Derechos Internacional Humanitario. Los derechos humanos en el departamento del Cauca: 2003. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.gov.co/observatorio/Paginas/Observatorio.aspx>>. Acesso em: 11 dez. 2020.



todas las organizaciones insurgentes que han operado en Colombia han tratado, en un momento u otro, de implantarse en esta zona, tratando de obtener el apoyo de las comunidades locales. (PEÑARANDA SUPELANO, 2015, p. 99).

A citação esclarece que, estruturalmente, os conflitos localizam-se no norte de Cauca, onde torna-se o núcleo da presença de guerrilheiros com mais ocorrências no espaço geográfico colombiano. Aliás, o conflito armado no controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – do final do século XX e início do XXI, no Norte – cresceu rapidamente e de forma adequada aos interesses dos grupos. Isso se deu a partir do intuito de assumir o comando de vias estratégicas para escoamento das mercadorias ilegais, como a Rodovia Pan-americana e como exemplo, os trechos entre Santander de Quilichao e Piendamó.

Vários fatores ajudaram as FARC a se espalhar na região. Dentre eles, o crescimento da cultura da papoula em áreas altas do Departamento – nos municípios de Jambaló e Toribio – e, também, a disseminação do cultivo da folha de coca em áreas mais planas, como Caloto, Corinto e Santander de Quilichão.

Soma-se à isso, o *vazio* deixado pelo Movimento 19 de Abril (M-19), a partir do Movimiento Armado Quintín Lame (MAQL), resultado da pirataria na rodovia Pan-americana, que fortaleceu o trânsito de drogas entre o sul do Vale, no norte do Cauca e as áreas do Pacífico. Assim, no início e, em meados da década de 1990, o tráfico de drogas fez uma incursão substancial no norte de Cauca<sup>196</sup>.

Além disso, um dos fatores que afetam a presença e vitalização dos grupos herdeiros da desmobilização – segundo o El País (2016)<sup>197</sup> das AUC, no circuito Caloto/Corinto/Guachené – diz respeito aos cultivos ilícitos na Cordilheira Central. Em contrapartida, este representa um cenário contrário aos outros tempos, em que o cultivo da folha de coca tinha desempenhado um papel preponderante, devido à sua progressiva modernização e demanda nos mercados locais e internacionais. Ademais, ainda há confusão em estabelecer quais grupos estão presentes na área, no entanto, a verdade é que, por meio de panfletos, os mesmos se autodenominam Águilas Negras ou Los Rastrojos.

No norte de Cauca existem grupos armados que ainda estão ativos, sendo que sua violência é dirigida contra as comunidades negras, indígenas e camponesas (ACNUR,

<sup>196</sup>UAEGRTD - DT Cauca. Documento de análisis de contexto para las solicitudes de restitución de tierras del municipio de Santander de Quilichao. Popayán, 2013.

<sup>197</sup>EL PAÍS. Mujer indígena fue decapitada en zona rural de Caloto, Cauca. [en línea], 18 de abril de 2016. Disponível em: < <https://www.elpais.com.co/judicial/mujer-indigena-fue-decapitada-en-zona-rural-de-caloto-cauca.html>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

2009)<sup>198</sup>. Dessa forma, a violência que paira sobre o Departamento é herdeira dos grupos oriundos das AUC e, como em outros tempos, seu objetivo visa apreender os rendimentos das atividades ilegais – as quais foram reinventadas ao longo dos anos, como por exemplo, a mineração ilegal e o cultivo da folha de coca. Dessa forma, as lideranças sociais têm sido as principais vítimas de grupos, cuja verdadeira identidade permanece desconhecida até o momento, mas que, como visto, buscam desfigurar os processos de territorialidade das comunidades.

Logo, os cenários geopolíticos latino-americano relacionados às disputas territoriais, assim como os efeitos da violência no Palenque, são resultados das condições históricas dos grupos armados, que dominaram, e ainda dominam, o espaço do município de Guachené e norte de Cauca. Conforme os moradores de Pílamó<sup>199</sup>, no primeiro período, destacam-se as ações criminosas e armadas de organizações do narcotráfico, presumivelmente, o Cartel de Cali. Assim sendo, os eventos relatados se devem à estratégia do narcotráfico, no intuito de utilizar os territórios da Comunidade como área de embarque de suprimentos para o processamento de entorpecentes.

O domínio territorial das FARC, paramilitares e outros grupos armados, juntamente à dinâmica do conflito no entorno do Palenque Pílamó, são considerados históricos. Além disso, o recrudescimento, nos anos 1990, com a intensidade do conflito armado no território de Pílamó, evidenciou a disputa por um modelo de desenvolvimento territorial. Por conseguinte, os períodos de maior conflito podem ser divididos em três: (1º) o período de princípios dos anos 90 (1991-92); (2º) o final dos anos 90 e meados dos anos 2000 (1998 - 2007); e (3º) o período mais recente de eventos associados ao conflito armado, entre 2009 e 2016.

Logo, as consequências da estratégia criminosa foram duplas. Se por um lado, colocaram as lideranças do território negro como alvo dos traficantes de drogas, uma vez que foram “convidados” a desenvolver livremente atividades criminosas no território; por outro lado, levaram a Polícia Nacional a implementar ações antinarcóticos no território de Pílamó, o que significa uma intervenção no cotidiano dos membros da Comunidade. Dessa maneira, tanto o envolvimento de elementos criminosos do narcotráfico, como as ações antidrogas da Polícia do Estado, repercutiram na restrição a locomoção e aos usos do território.

---

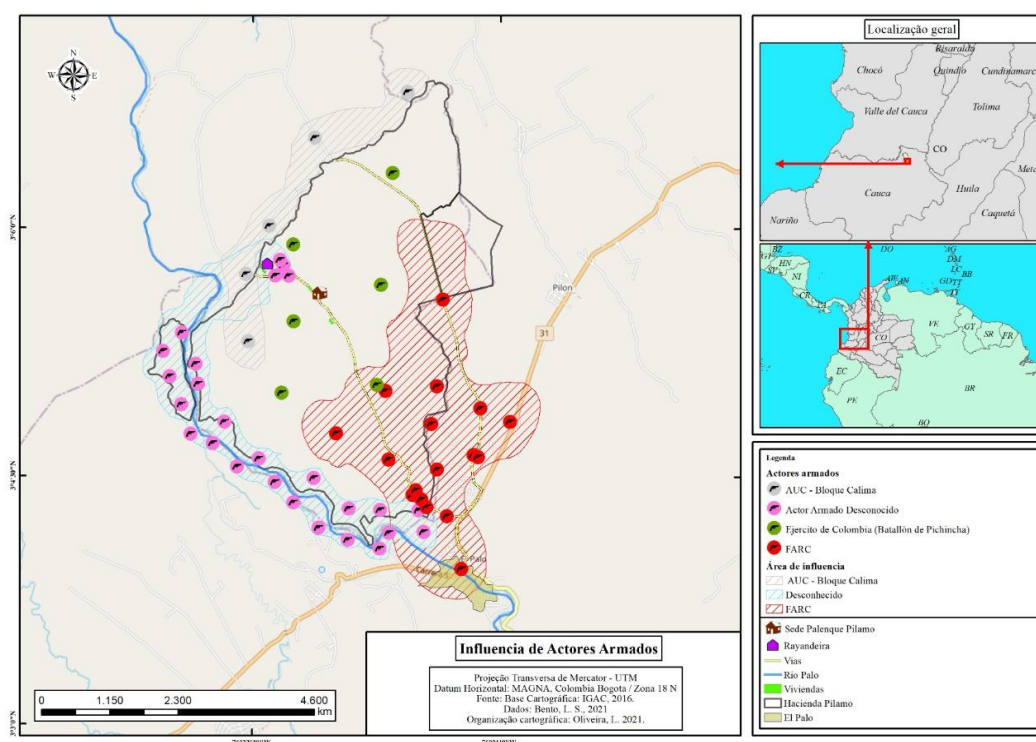
<sup>198</sup> ACNUR. Diagnóstico departamental del Cauca. 2009. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/uploads/pics/2170.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/uploads/pics/2170.pdf?view=1)>. Acesso em: 11 dez. 2020

<sup>199</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamó, em 2018.

O segundo cenário se enquadra na dinâmica do conflito que caracterizou a região norte do Cauca nos anos 90, ou seja, uma forte presença guerrilheira que, nos anos 2001-2002, evoluiu na competição pelo controle do território (ACNUR, 2009).<sup>200</sup> Nesse período, os grupos armados foram levados à uma disputa pela gestão das receitas das lavouras ilícitas, tendo o norte do Cauca como uma posição geoestratégica para o tráfico de entorpecentes – entre o interior do país, mais precisamente nos vales interandinos, e os Andes do Pacífico.

A região distingue-se pela variedade de culturas que podem ser plantadas em virtude do seu gradiente de altitude (LUNA BENÍTEZ, 2009), o que inclui zonas montanhosas aptas para a semeadura de papoula; áreas planas e de alguma encosta, aptas para a folha de coca; e até mesmo plantações de maconha em estufa. É assim que Caloto, município ao qual Guachené foi circunscrito até 2006, foi um dos epicentros do confronto armado, (Mapa 15).

Mapa 15 - Organizações e “sujeitos armados” e suas áreas de influência no território de Pílamu/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2018. **Fonte:** UAEGRTD, 2019.

O Mapa 15 mostra a distribuição das forças armadas no território do Palenque. Ainda, é possível observar que Pílamu é influenciada pelas práticas espaciais de atores armados

<sup>200</sup>ACNUR. Diagnóstico departamental del Cauca. 2009. Disponível em: <[www.acnur.org/t3/uploads/pics/2170.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/uploads/pics/2170.pdf?view=1)>. Acesso em: 11 dez. 2020

diversos – que, em alguns casos, mantém uma aproximação e até mesmo parcerias de negócios entre eles, segundo relatos dos moradores da Comunidade<sup>201</sup>;

[...] às vezes, nós não conseguimos identificar os narcotraficantes com as guerrilhas e a partir de 2000 com o deslocamento de outros atores para região norte de Cauca e com a fragmentação da FARC em mine guerrilhas e os paramilitares, assim, não sabemos identificar em algumas ocasiões os atores.

Nesse sentido, com o apoio das *ganges* do crime organizado, conforme o relato do senhor Aquileo Aponzá<sup>202</sup> – um dos mais velhos de Pílamó, que, na década de 1990, teve seus dois filhos assassinados no conflito pelo território –, as AUC assumiriam o controle das atividades de narcotráfico, com a colaboração dos paramilitares/Estado e a distribuição de drogas ou extorsão nas capitais.

Assim, essas atividades priorizavam as capitais localizadas em zonas de produções ilícitas, eventualmente, cometendo atos de expropriação de propriedades com vocação agrícola. Nesse contexto, o Bloco Calima provocou o deslocamento forçado da maioria das famílias de Pílamó para Guachené, em 2001, após ter atentado contra a vida das lideranças mais representativas da Comunidade e, assim, conseguido assassinar vários deles.

Quatro anos depois, de 2005 até 2007, em decorrência das políticas estaduais de recuperação do monopólio do uso da força pelo Estado – que teve uma incursão gradativa nos diversos municípios do norte do Cauca – o Exército Nacional instalou, em Pílamó<sup>203</sup>, um acampamento do Batalhão de Infantaria nº 8 "Batalha de Pichincha", anexo à Terceira Divisão. Isso, certamente, atraiu os olhares e ações de outras forças armadas para o território, uma vez que expôs à Comunidade aos potenciais ataques da guerrilha das FARC contra a força pública.

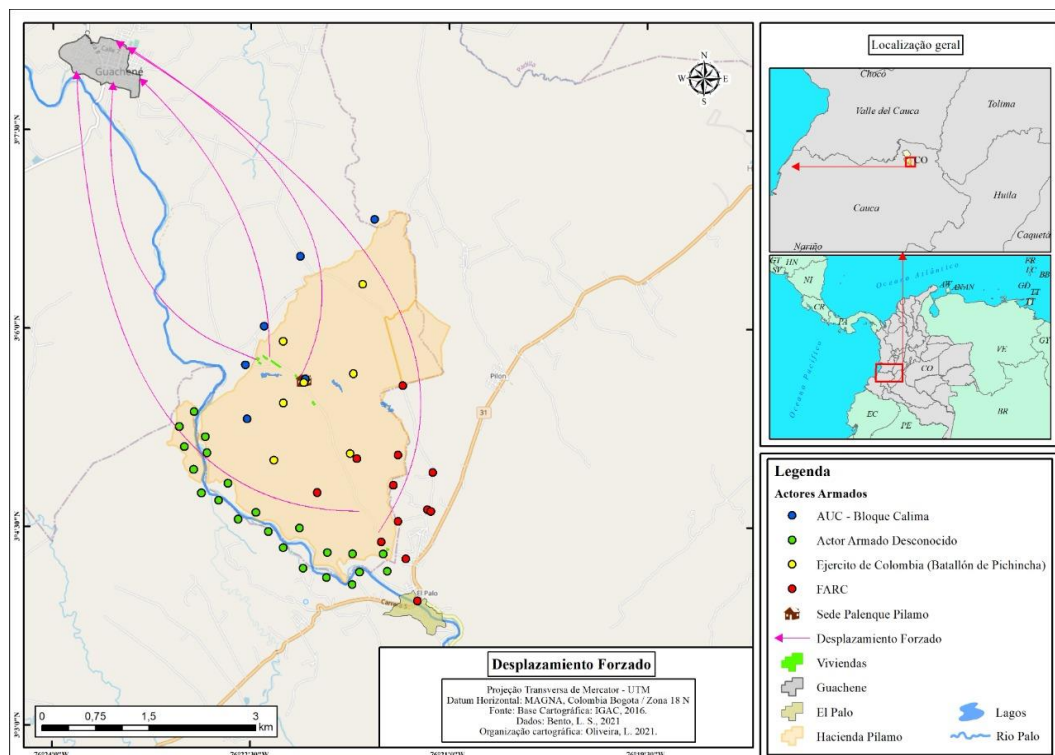
Da mesma forma, a presença constante das forças públicas ocasionou uma situação de interferência permanente dos comandos militares, instalados na área nos assuntos particulares e estruturais do próprio grupo. Com esse episódio, o deslocamento forçado das famílias se materializou definitivamente, já que o medo de um enfrentamento e os consequentes danos à integridade física dos membros do Palenque, superaram o desejo e a necessidade da permanência no território. Desde então, as famílias de Pílamó, conforme demonstra o Mapa 16, foram deslocadas para a cidade de Guachené e alguns municípios vizinhos.

<sup>201</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamó, em 2018.

<sup>202</sup> Depoimento oral concedido pelo senhor Aquileo Aponzá, morador de Pílamó, em 2018.

<sup>203</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamó, em 2018.

Mapa 16 - Dinâmica do deslocamento forçado da população de Pílamo em direção a Guachené/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2018. **Fonte:** UAEGRTD, 2019.

O Mapa 16 aponta a dinâmica do deslocamento forçado dos moradores de Pílamo para a cidade de Guachené. Sendo assim, tal dinâmica resultou no fato de que grande parte das famílias de Pílamo não vivem na Comunidade, mas vivem em Guachené, em função das ameaças e dos assassinatos em séries.

O último período de violência, registrado no território do Palenque, se deve ao processo de proporção global, que produziu a explosão repentina do preço do ouro. Logo, o incentivo econômico de grandes mineradoras passou a ser o interesse na exploração do metal precioso em territórios tradicionais do norte de Cauca – com importantes áreas de exploração de ouro atribuídas à empresa AngloGold Ashanti, em Santander de Quilichao, localizada em territórios de comunidades negras sem titulação<sup>204</sup>.

No entanto, mediante o exposto, o maior inconveniente surgiu da prática da mineração ilegal e criminosa, uma vez que os garimpeiros ilegais intervieram no território do Pílamo para espoliar ouro, a partir de 2014. Segundo relato da comunidade, os grupos armados, assim

<sup>204</sup> ALCALDÍA MUNICIPAL DE CALOTO. Plan Básico de Ordenamiento Territorial. 2005. Disponível em: <<https://crc.gov.co/files/ConocimientoAmbiental/POT/caloto/01%20%20INTRODUCCION.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

como as organizações criminosas, migraram do município vizinho, de Santander de Quilichao.

Sendo assim, esse processo gerou pressão para que as atividades de exploração se deslocassem para o norte de Cauca e Pílamó, já que essas regiões tinham menor exposição pública e também por ser uma zona estratégica – no sentido de facilitar as comunicações e o transporte das mercadorias ilegais.

Esse novo cenário de violência restringiu o acesso ao Palenque, já que foi proibido aos sujeitos de Pílamó, *passeios* no território, atividades recreativas e, principalmente, a colheita de produtos tradicionais, como a banana. Por conseguinte, os grupos armados, nesta época e nos dias atuais, são muito difusos em relação à sua identidade.

Porquanto, é difícil saber se estes obedecem à uma estrutura militar superior ou se há alguma orientação política e/ou ideológica em suas ações. Assim, não é possível definir o quão próximo os mesmos estão conectados ao negócio de mineração ilegal (RESTREPO, 2017). Aliás, a presença de grupos armados é relatada pelos moradores de Pílamó, embora não se possa dizer, se estes são proprietários, acionistas ou simplesmente prestam serviço de segurança para outra organização.

La minería es definida como la ciencia, técnicas y actividades que tienen que ver con el descubrimiento y la explotación de yacimientos minerales. Estrictamente hablando, el término se relaciona con los trabajos subterráneos encaminados al arranque y al tratamiento de una mena o la roca asociada. En la práctica, el término incluye las operaciones a cielo abierto, canteras, dragado aluvial y operaciones combinadas que incluyen el tratamiento y la transformación bajo tierra o en superficie. La minería es una de las actividades más antiguas de la humanidad, consiste en la obtención selectiva de minerales y otros materiales a partir de la corteza terrestre, al principio implicaba simplemente la actividad muy rudimentaria de desenterrar el sílex u otras rocas. A medida que se vaciaban los yacimientos de la superficie las excavaciones se hacían más profundas, hasta que empezó la minería subterránea. La minería de superficie se remonta a épocas mucho más antiguas que la agricultura<sup>205</sup>.

Com base nisso, é importante levar em consideração mais um conceito, também citado pela Agencia Nacional de Minería (ANM), Colômbia, 2003<sup>206</sup>: (1º) a Mineração aluvial, que se refere às atividades e às operações de mineração são realizadas às margens ou leitos de

205 ANM. Cartilla Minería – Preguntas frecuentes. Bogotá, 2015. Disponível em: <[https://www.anm.gov.co/sites/default/files/DocumentosAnm/cartilla\\_de\\_mineria\\_final.pdf](https://www.anm.gov.co/sites/default/files/DocumentosAnm/cartilla_de_mineria_final.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2020.

206 ANM. Glosario técnico minero. Bogotá, 2003. Disponível em: <<http://www.anm.gov.co/sites/default/files/DocumentosAnm/glosariominero.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

rios, onde os métodos de mineração aluvial também são usados para a extração de minerais e materiais em terraços aluviais<sup>207</sup>.

Por exemplo, no texto referente ao Plan Básico de Ordenamiento Territorial da Alcaldía Municipal de Coloto:

La actividad extractiva en los municipios del norte del Cauca corresponde a una actividad económica informal (en su mayoría) en el sector minero, ésta se caracteriza por ser principalmente de subsistencia, con procesos de extracción artesanal y sin la implementación de técnicas, ni prácticas ambientales que puedan garantizar la rentabilidad y/o la mitigación de impactos que se puedan generar al territorio. La principal extracción minera en el municipio está representada por explotación de material de arrastre principalmente en zonas de la llanura aluvial del río Palo<sup>208</sup>.

No documento da Prefeitura Municipal de Caloto, fica evidente a importância da atividade mineradora artesanal. Entretanto, é preciso dizer sobre a mineração ilegal que atua, quase sempre, sem qualquer tipo de controle estatal.

Ainda, vale destacar o processo das concessões minerais. Dessa forma, não foram identificados o contrato de concessão de *hidrocarbonetos, rodovias e portos*, mas sabe-se, que em sua maioria, são feitos na ilegalidade. Ademais, no que diz respeito ao grupo negro de Pílamó, não foram realizados procedimentos de consulta prévia – pela Dirección de Consulta Prévia do Ministro do Interior, Colômbia – sobre os efeitos da mineração na territorialidade das famílias que viveram, ou ainda vivem, no Palenque.

Para o território de Pílamó, especificamente no setor sudoeste, existe o título mineiro – EGP-131, aprovado pela Resolução nº 0130 de 23 de abril de 2009 – cuja sobreposição com o polígono do Palenque é de 4.449 ha, no leito do rio Palo. Ademais, o referido projeto está em nome da Reserva Indígena Huellas, território que faz fronteira com a Comunidade na parte sul. Ainda, nessa mina, a exploração de materiais de construção – como brita e areia – é realizada no rio Palo.

Anexado à esse rio, no lado oeste do território, está o título mineiro EAT-141, para exploração a céu aberto de material de arrasto, neste mesmo rio. Existem também dois pedidos atuais (NEM-10581 - NEM 16401) – desse mesmo lado e da mesma forma – para a

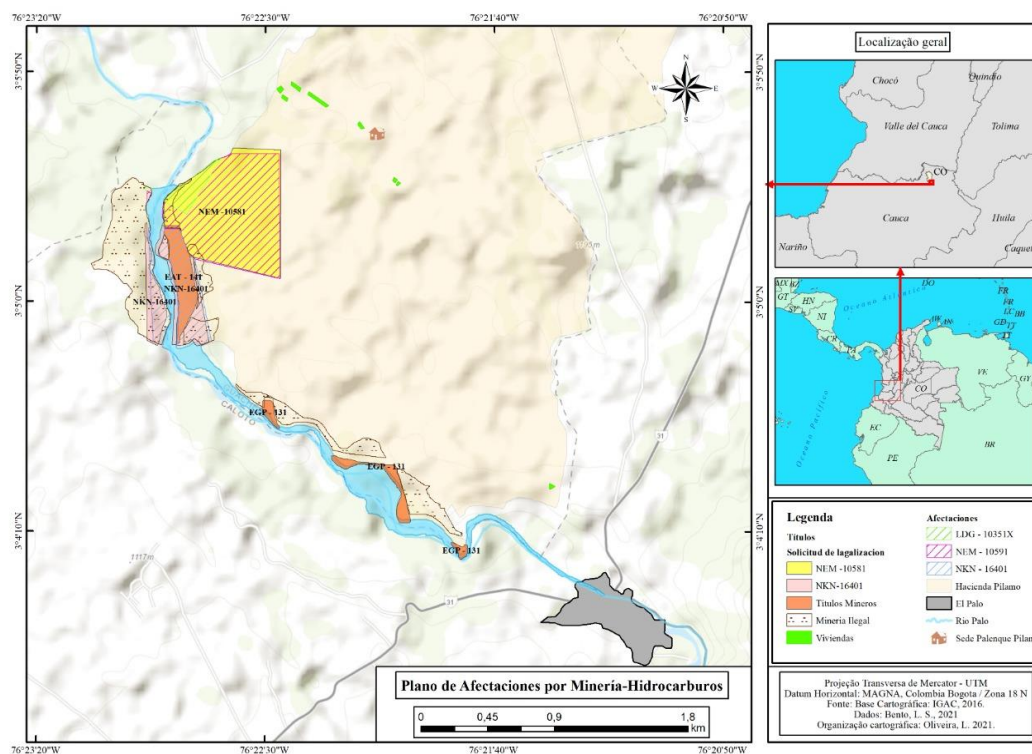
207 E (2º) a Mineração ilegal é a mineração realizada sem registro no Cadastro Nacional de Mineração e, portanto, sem título mineiro. Tal mineração é desenvolvida de forma artesanal e informal, ou seja, fora da lei. E inclui também obras e mineradoras que possuem o título mineiro, mas que a extração, ou parte dela, é realizada fora da área concedida na licença.

208 ALCALDÍA MUNICIPAL DE CALOTO. Plan Básico de Ordenamiento Territorial. 2005. Disponível em: <<https://crc.gov.co/files/ConocimientoAmbiental/POT/caloto/01%20%20INTRODUCCION.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2020.



exploração de materiais de construção, o que se sobrepõe ao pedido anterior (Cadastro Mineiro da Colômbia, 2017), conforme observado no Mapa 17.

Mapa 17 - Títulos sobrepostos no território de Pílamo/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2018. **Fonte:** UAEGRTD, 2019.

O Mapa 17 nos mostra locais em que os títulos estão sobrepostos no território do Palenque, isto é, na extração ilícita de minerais no território de Pílamo, de acordo com os relatos da Comunidade<sup>209</sup>. Vale ressaltar que essa situação foi ratificada em atividade de campo durante a produção de caracterização da paisagem do território, em 2018 e 2020.

No entanto, para este tipo de mineração, ainda não há registro de títulos ou licenças emitidas pelos órgãos ambientais. Sendo assim, por este motivo e, de acordo com a definição dada pela Agencia Nacional de Minería, pode-se dizer que ainda há exploração clandestina de ouro na área. Conforme já demonstrado nos mapas, a mineração ilegal no Palenque é praticada por grupos armados e, dessa forma, torna-se difícil identificar quais são os grupos, além das FARC<sup>210</sup>.

Em documentos oficiais – a exemplo do Plano de Desenvolvimento do Município de Guachené (2016-2019) – menciona-se que, no Palenque Pílamo, existem três sítios com

<sup>209</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamo, em 2018.

<sup>210</sup> Na verdade, há uma sobreposição de ilegalidades e usurpações nesses territórios.

mineração ilegal. Ainda, segundo Relatório da Corporação Regional Autônoma do Cauca (CRC), a mineração ilegal está causando impactos diversos, o que denomina-se como efeitos territoriais, já que agregam às questões socioambientais, econômicas, culturais etc.

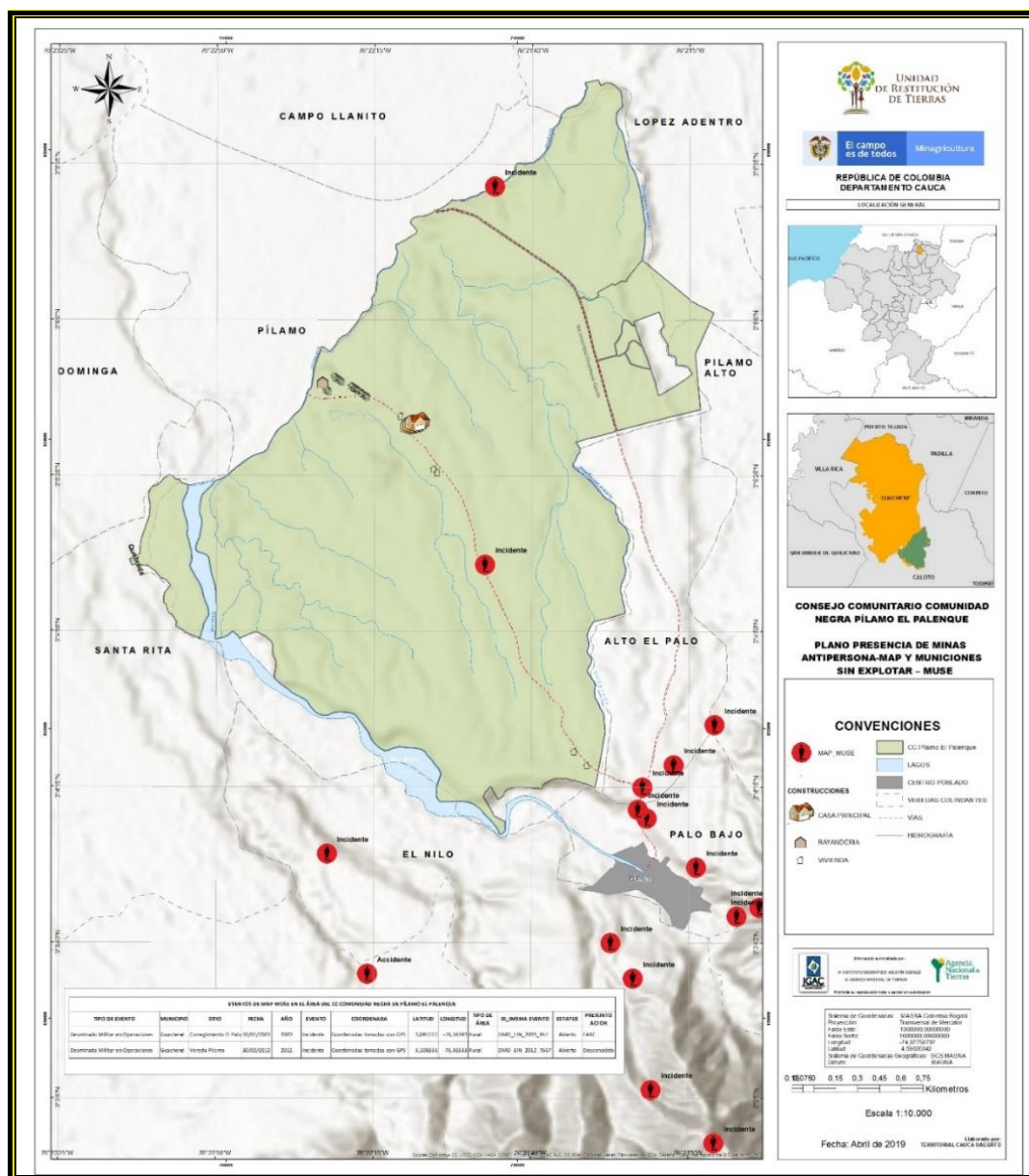
A presença de grupos armados e do próprio Exército no território palenqueiro gerou ansiedade e desconfiança entre os membros da Comunidade, conforme expresso nas entrevistas realizadas. Assim sendo, isso desencadeou um novo deslocamento em massa da população para o município de Guachené, como já descrito. Dessa forma, deixaram de frequentar certas partes do território – especialmente aquelas onde os militares se instalaram ou se deslocaram – o que, então, explica o abandono de colheitas, além de outras práticas produtivas e culturais, praticadas no território de Pílamó.

Da mesma forma, a proximidade desta base militar e dos grupos em relação a alguns espaços comunitários de grande relevância no Palenque – como por exemplo, a antiga Casa Grande, restituída no processo de lutas – dificultou a realização de certas práticas organizacionais ou culturais. Diante disso, as famílias passaram a adiar suas atividades, em consequência da desconfiança entre os membros da Comunidade e as ameaças sofridas.

Porém, o efeito territorial da presença dos militares e demais atores armados no território de Pílamó, representam fatos concretos. A partir de então, o espaço passou a ser considerado como área de combate e controle territorial da Sexta Frente das FARC. Dessa maneira, o sentimento de insegurança aumentou dentro do território.

No Mapa 18 pode-se ver a localização das Minas Antipessoal (MAP) e das Munições Não Explodidas (MSE), além de ser possível observar a complexidade das ações no Palenque e a negligência do Estado colombiano – que, por anos, faz de conta que não existem confrontos e violência generalizada, no norte de Cauca. Entretanto, o trabalho de campo, as entrevistas e os documentos municipais e regionais demonstram outra realidade.

Mapa 18 - Presença do MAP – MSE no território de Pílamo/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento. **Organização:** Luciano Oliveira, 2018. **Fonte:** UAGRTD, 2019.

De 2005 a 2007 ocorreram inúmeros combates entre as FARC e o Exército, no território palenqueiro. Devido à posição do Batalhão de Infantaria nº 8, a estratégia de guerrilha consistia em instalar, ativar e abandonar, indiscriminadamente, as MAP e MSE, que, por sua vez, geravam múltiplas explosões. Ademais, os membros da Comunidade relatam que as minas foram instaladas até na cisterna em que os soldados lavavam suas roupas e se banhavam, ou seja, no entorno da antiga Casa Grande.

Dessa forma, os efeitos territoriais do agrohidronegócio e da mineração ilegal, no território de Pílamo, conflagraram práticas espaciais variadas e criminosas. Conforme o relato

do Senhor Aquileo Aponzá,<sup>211</sup> um dos acontecimentos de maior repercussão foi o atentado ocorrido em 21 de novembro de 2007, contra o palenqueiro e líder Warly Oveimar Villegas, durante o trajeto do município de Palmira para o corregimiento de El Palo. Nesse caso, ao se deslocar pela estrada que atravessa o território do Palenque Pílamo, ao norte, o palenqueiro foi vítima de um artefato explosivo, que havia sido instalado por integrantes das FARC. Como consequência desse fato, desde 2007, o senhor Villegas e sua família permanecem deslocados e não declaram para onde foram.

Segundo Aquileo Aponzá, a família Villegas não voltou ao território, nem mesmo para realizar atividades comunitárias esporádicas, como participar de reuniões, cultivar ou visitar locais de lazer. Além disso, apontam que este evento teve efeito coletivo, na medida em que aumentou a percepção de insegurança no território. Entretanto, mais uma vez, um líder viu a necessidade de renunciar ao processo organizacional da Comunidade, por conta do conflito armado.

Da mesma forma, durante o período de 2005 a 2007, ocorreram abandono de lavouras e outras práticas produtivas realizadas no território, o que também afetou a segurança alimentar da população. Por conseguinte, houveram repercussões negativas para a Comunidade, a partir da necessidade de buscar alimentos típicos dos ambientes urbanos, substituindo formas tradicionais de produção sem agrotóxicos.

Logo, o deslocamento forçado se tornou um grande negócio no espaço colombiano, principalmente para as corporações transnacionais e nacionais, legais e ilegais, como já citadas, além dos grupos armados, que visualizam o território para ações ilegais.

Assim, em consequência do desenraizamento do território – devido ao deslocamento forçado e das práticas espaciais dos atores armados – é importante considerar que estes afetam, sobremaneira, a identidade territorial e a luta política em defesa do território.

De fato, a entrada da mineração ilegal no território – por volta de 2004 e sob os auspícios de atores armados – ocasionou o abandono de quase todas as práticas tradicionais, culturais, recreativas e produtivas com o rio Palo e seu entorno. Logo, essa mineração ainda persiste e é realizada por forasteiros armados, que se vestem como militares do Exército colombiano e, dessa forma, dificultam sua identificação, segundo os membros da Comunidade<sup>212</sup>.

A contaminação dos solos, rios e afluentes associada à deterioração do território e dada a permanência de indivíduos armados na região do rio Palo, tornaram-se as principais

---

<sup>211</sup> Depoimento oral concedido pelo senhor Aquileo Aponzá, morador de Pílamo, em 2018.

<sup>212</sup> Depoimento oral concedido por morador de Pílamo, em 2018.

ameaças para as famílias que desejam reterritorializar-se e usufruir, efetivamente, de seus direitos territoriais.

Dessa forma, as atividades culturais domésticas no rio foram abandonadas, assim como as reuniões comunitárias para lavar roupa, tomar banho ou tomar sol, além da pesca. Da mesma forma, as safras de banana pertencentes aos membros do Palenque foram perdidas. Porquanto, os efeitos territoriais da conjuntura política e econômica que se observa no território em Pílamo, reflete-se, principalmente, no que diz respeito ao recurso hídrico. Além disso, o rio Palo está tomado por uma grande quantidade de sedimentos – a partir da perda da diversidade de peixes e diminuição da quantidade e qualidade da água – por conta do mercúrio depositado no rio, a partir das práticas de mineração ilegais de ouro.

Em relação à perda de biodiversidade, mencionada pelos moradores da Comunidade, os palenqueiros assinalaram que algumas espécies – como tatu, guatín, chucha, cachorro raposa, chucha d'água e iguazas, além de aves, como o carpinteiro, azulejo, papagaio, periquitos e aves migratórias – estão desaparecendo ou já desapareceram.

Um morador de Pílamo, em 2018, disse que: “[...] a água, era água muito cristalina, um ficava parado e viam-se as pedras, de longe você via as pedras cristalinas que ela jorrava como azul, muito bonita era a água, você ficava e se via, era como um espelho, você podia se ver no fundo da água”.

Dentre os efeitos sobre a água, devido à mineração ilegal e o material de arrasto, está a turbidez da água do rio Palo – e os relatos dos palenqueiros confirmam que a água era muito mais limpa. Atualmente, a água é observada na cor marrom – em função da quantidade de sedimentos que são retirados do rio para a realização da atividade ilegal de ouro – o que pôde ser verificado na saída do campo.

Para Bertha Nelly<sup>213</sup>:

[...] el río allí era...corría un agua muy muy bien pero ahorita mire que ya hasta han puesto un poco de piedras así en el centro, pues de todas maneras para atajar el agua por ahí se pasan de un lado a otro, entonces pues ya el río ya no está como era antes, era muy bonito por aquí uno pasaba, nosotros pasábamos sin necesidad de poner puentes para uno pasar porque se veía donde uno iba a poner el pie, pero ahora ya no se puede porque como han molestado con esas máquinas uno no sabe en donde hay un hueco.

Na fala de Nelly, percebe-se o quanto o rio Palo tinha, como ainda tem, extrema importância para as famílias de Pílamo. Ademais, a compreensão é que o rio é vida e, é a

---

<sup>213</sup> Depoimento oral concedido pela militante e moradora de Pílamo, Bertha Nelly, em 2018.

própria Existência. Entretanto, as máquinas utilizadas na mineração ilegal, principalmente do ouro, estão também no conjunto das contradições que estão matando o rio.

A cor da água não é mais transparente como dizem os palenqueiros. Rio Palo/Pílamo/Colômbia.

Foto 75 - A cor da água não é mais transparente como dizem os palenqueiros. Rio Palo/Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

A retirada do substrato do rio Palo para a extração mineral (Foto 75) supõe um aumento na quantidade de sólidos em suspensão – o que, por sua vez, dificulta a passagem da luz pelo corpo d'água – e, portanto, limita os processos fisiológicos dos organismos que habitam este tipo de ecossistema. Além do exposto, vale ressaltar que quando a quantidade de sólidos em suspensão na água ultrapassa sua capacidade de transporte, ocorre o fenômeno denominado lavagem, que gera um desequilíbrio no transporte dos sedimentos, produzindo maior remoção dos mesmos, tanto do substrato, como também nas margens do corpo d'água (SALOMÓN FONTANILLA, 2012), o que pôde ser evidenciado no caso do rio Palo (Foto 76).



Foto 76 - Grande quantidade de material retirado do leito e depositado às s margens do rio Palo.  
Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Consequentemente, são desencadeados processos erosivos, assim como a diminuição da estabilidade do leito do rio e o próprio desequilíbrio na sua dinâmica fluvial. Ainda, são identificados problemas, como alterações na morfologia do canal; diminuição do lençol freático; contaminação das águas superficiais e subterrâneas; interrupção do escoamento do canal e efeitos na vegetação da mata ciliar. Além do exposto, pode-se citar a possível contaminação da água, em consequência do despejo de resíduos (mercúrio) ou ainda por causa da passagem de veículos – que entram no rio para realizar o carregamento do material, como pôde ser verificado com os caminhões basculantes que cruzavam o leito do rio Palo para transportar o material que havia sido extraído (Foto 77).

Igualmente, deve-se levar em consideração que o processo de extração, realizado pela mineração ilegal de ouro, inclui o tratamento do metal a partir de elementos como o mercúrio e o cianeto. Dessa forma, esses são utilizados para extrair e separar o ouro das rochas ou pedras nas quais está fixado. Ademais, o mercúrio adere ao ouro, formando um amálgama que facilita sua separação da rocha, areia ou outros materiais.

Esse amálgama é aquecido para que o mercúrio evapore e o metal permaneça isolado. Entretanto, é preciso lembrar que o mercúrio é adicionado em todo o material – durante os processos de britagem, moagem e lavagem e a ictiofauna – afetando todo o ecossistema,



inclusive, os seres humanos que se alimentam dos peixes. Quanto ao cianeto, acrescenta-se à água, onde se dissolve o ouro aderido ao mineral ou rocha, e mediante a solução resultante, que contém o referido elemento, adiciona-se zinco ou carvão ativado para recuperá-lo, extraíndo-o da solução.

Foto 77 - Caminhão basculante cruzando o rio Palo. Pílamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Diante disso, vale ressaltar que em 2012, a Corporação Regional Autônoma de Defesa do Planalto de Bucaramanga impôs a medida preventiva para suspender as atividades de extração de material de arrasto no rio Oro. Ademais, alguns dos fundamentos da decisão foi a travessia do rio com as máquinas e caminhões basculantes no leito do afluente, além das tarefas de extração e carregamento, que eram realizadas dentro do leito<sup>214</sup> – como acontece no rio Palo, no território de Pílamo.

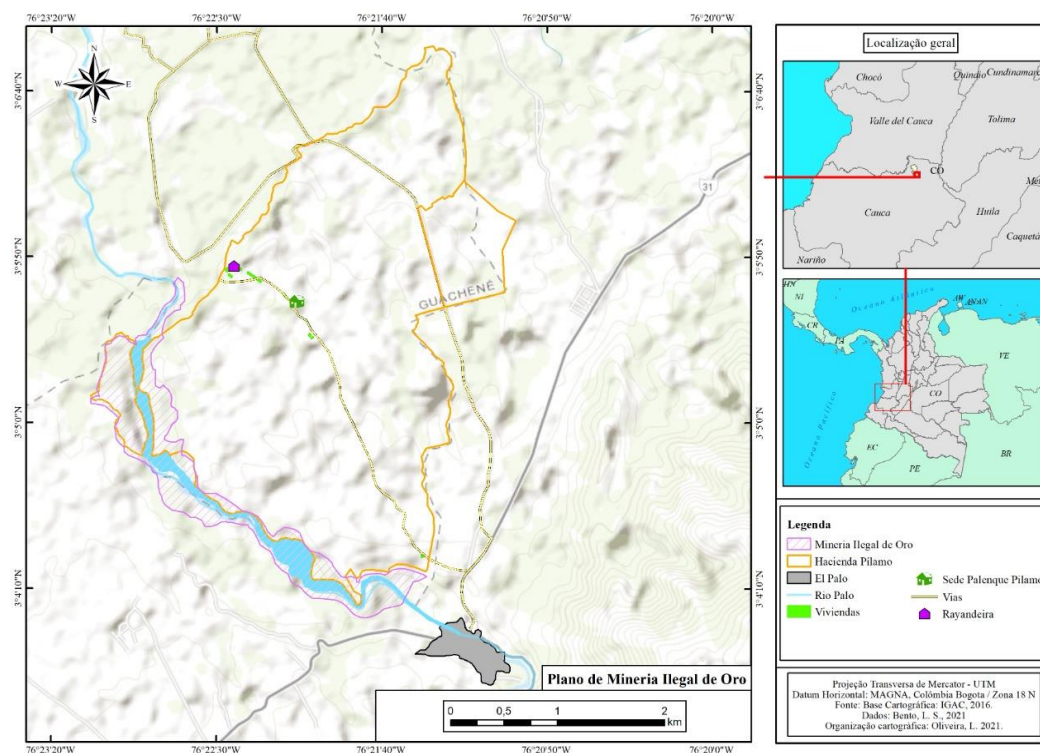
Por outro lado, no que diz respeito à mineração ilegal de ouro, nesse território, foi possível verificar o que foi dito pelas pessoas da Comunidade, a respeito dos locais onde são realizados esse tipo de extração – que coincidem com os locais de extração de material de arrasto, (Mapa 20). Dessa maneira, nessas áreas, foi possível identificar várias “piscinas” ou

<sup>214</sup> VANGUARDIA. Suspenden actividades de extracción de material de arrastre en el río Oro. En: Vanguardia. Com. Bucaramanga, 2012. Disponível em: <<https://www.vanguardia.com/area-metropolitana/bucaramanga/suspenden-actividades-de-extraccion-de-material-de-arrastre-en-el-rio-de-oro-BFVL157273>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

sumidouros onde é feita a extração do minério, fato que evidencia a má qualidade do recurso hídrico. Ainda, segundo os moradores da Comunidade<sup>215</sup>, a extração é feita em diferentes pontos ao longo de todo o curso do rio Palo.

Com efeito, essa situação de gravidade ímpar pode ser identificada na oficina de mapeamento social, realizada com os moradores do Palenque (Foto 1). No mapa de afetações socioambientais, durante o workshop, em 2018, os participantes afirmaram que existe uma máquina denominada classificadora (Foto 80), com a qual se realiza o processo de seleção e classificação do ouro e, então, este é transportado para as diferentes piscinas existentes na área.

Mapa 19 - Mineração ilegal no território de Pílamu/Colômbia



**Elaboração:** Lucas Bento.  
**Organização:** Luciano Oliveira, 2018.  
**Fonte:** UAEGRTD, 2019.

A totalidade espacial das disputas e conflitos por água, terra e subsolo – enfim, o território em Pílamu (Mapa 20) – retrata dimensões espaciais distintas de efeitos territoriais, a partir de origens diferenciadas. De tal modo que a mineração ilegal do ouro é uma situação

<sup>215</sup> Depoimento oral concedido pelos moradores de Pílamu, em 2018.



bastante grave, já que estão contaminando, demasiadamente, o rio Palo (Foto 78). Para as mulheres do Palenque<sup>216</sup> :

[...] la minería que hacíamos, que es minería ancestral, se hacía sin ningún tipo de producto químico, el garimpeiro nunca trabajaba las 24 horas, era una práctica alternativa, la gente vivía del cafetal, tenían de todo, alternaban con otros cultivos, era una época muy bonita, porque cuando el río crecía, se alegraba de recoger el oro en las orillas sin tener que mojarse, no había máquinas, los que hacemos minería necesitamos al menos un martillo para trabajar.

Foto 78 - Piscina para extração de ouro onde a superfície da água é bastante oleosa e observa-se que está ocorrendo um processo de eutrofização. Palenque Pílamu/Colômbia

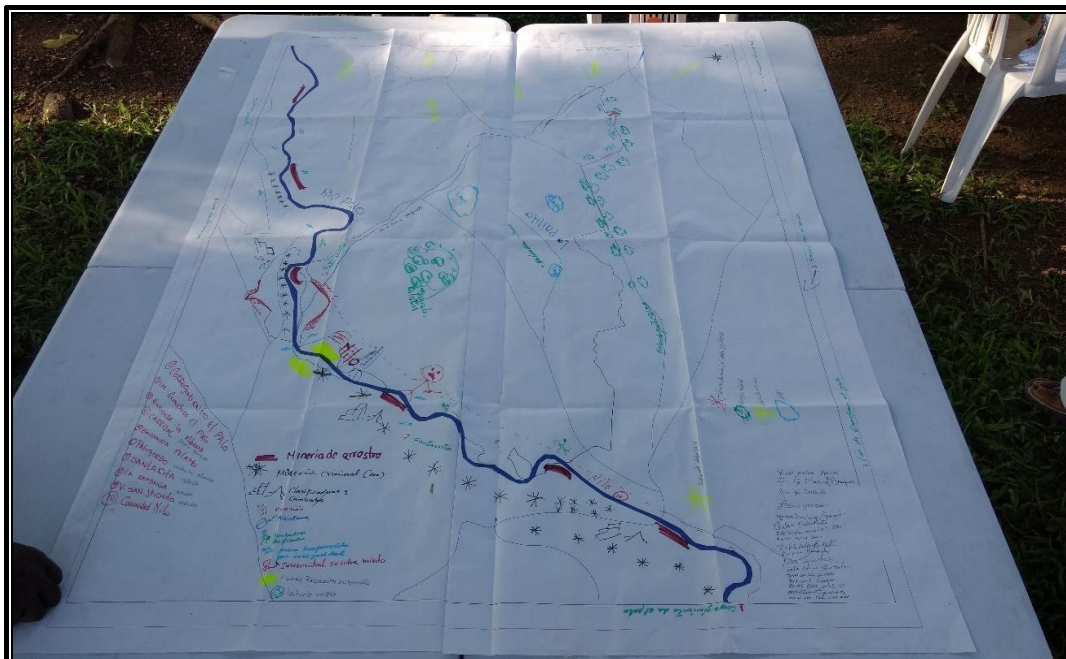


**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

A Foto 79, anuncia o desenho que mostra a representação do território a partir dos moradores de Pílamu.

<sup>216</sup> Depoimento oral concedido pelas moradoras de Pílamu em uma das reuniões coletivas de terças-feiras em 2018.

Foto 79 - Mapa obtido no exercício de mapeamento socioambiental no território de Píllano/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2018).

Foto 80 - Classificadora de ouro na beira do rio Palo. Píllamo/Colômbia



**Fonte:** Pesquisa de Campo. Lucas Bento, (2020).

No que se refere aos efeitos do mercúrio para o meio ambiente, deve-se levar em consideração que os rejeitos contendo mercúrio são, geralmente, despejados próximos (ou nos próprios) corpos de água e, conseqüentemente, tanto o solo, quanto a água ficam contaminados por longos períodos. Em relação a isso, fica comprovado que altas



concentrações em/ou próximo a corpos de água - chamados de "áreas críticas de mineração" – tornam-se importantes fontes de dispersão de mercúrio em sistemas aquáticos, o que contribui para a contaminação. Ademais, esse fato demonstra que é isso muito mais tóxico do que o mercúrio elementar, devido à sua solubilidade em tecidos biológicos<sup>217</sup>.

De acordo com PNUMA (2008)<sup>218</sup> esses fatos causam processos de acumulação nos tecidos (bioacumulação) e que podem ser aumentados (biomagnificação), através da teia alimentar, mais precisamente em comunidades de animais que habitam áreas próximas, como peixes, fauna e flora. Porquanto, esse processo desencadeia reflexos na saúde das pessoas que trabalham na extração de ouro, como também dos que vivem nas proximidades desses locais, seja pelo consumo de peixes, quanto pela exposição direta. Deve-se considerar também que a contaminação nessas áreas durará por longos períodos e, dessa forma, seus efeitos irão além da esfera ambiental, o que pode acarretar prejuízos em relação ao bem-estar social, cultural e econômico.

Conforme evidenciado, os eventos de vitimização relatados revelam diversos efeitos territoriais, percebidos pelo abandono ou confinamento, que modificaram significativamente a dinâmica territorial do Palenque de Pílamo, no espaço geográfico colombiano. Especificamente, os usos, os gozos e a locomoção dos palenqueiros dentro do território foram restringidos. Do mesmo modo, constatou-se que o sujeito coletivo reclamante tem sido assujeitado às múltiplas limitações e violações, o que tem aumentado sua condição de vulnerabilidade e marginalização social, política, cultural e econômica. Em suma, esse processo coloca em risco as territorialidades dos Palenques, mais precisamente do Palenque Pílamo na Colômbia.

---

<sup>217</sup> Isto significa que toda a comunidade está condenada a ser contaminada.

<sup>218</sup> PNUMA - Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. El uso del mercurio en la minería del oro artesanal y en pequeña escala. 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se como um equívoco, chamar de conclusão, as considerações finais de uma pesquisa de Tese. Sendo assim, tal reflexão nos faz crer que o final de uma Tese é também o início de uma nova fase da vida acadêmica – dessa vez para um outro trajeto de pesquisa, ensino e extensão, com diferentes ações sociais e formas de fazer política. Assim sendo, a construção da Tese em si representa um processo dinâmico e transformador, já que não somente o pesquisador, mas também as duas comunidades negras pesquisadas, permanecem em *(Re)Existência*. Então, cabe dizer que as considerações finais significam percorrer uma travessia em constante transformação.

Além de tudo o que encerra a pesquisa de Tese, está a realização de um sonho para virar cientista, experimentar vivências intensas, articular parcerias para a construção do processo de formação na ciência geográfica, além de aplicar sua interlocução nos territórios negros. Ademais, cabe dizer que essa Tese também materializa momentos de angústia e tensão.

Não são só as variabilidades que marcam a vivência de nossa vida acadêmica. Fazer o doutorado num Programa de pós-graduação com nota de excelência, possibilitou vivências com docentes e pesquisadores nacionais e internacionais, com discentes nas turmas da graduação, mestrado e doutorado de diversas nacionalidades, além da realização de trabalhos de campo dentro e fora do Brasil.

Os diálogos e debates, durante o período de formação em nível de doutorado, proporcionaram também acalorar o meu olhar crítico de geógrafo sobre as contradições, materializadas no espaço brasileiro e colombiano. Assim, o olhar geográfico permitiu que, ao longo dessa humilde vivência espacial e pessoal, eu pudesse também questionar, com os devidos cuidados, o modelo de desenvolvimento imposto para os países latino-americanos.

Me identifiquei e me sensibilizei com os fatos políticos e sociais dos territórios negros. Nesse processo, constatei que existe sofrimento humano diante dos efeitos territoriais das relações capitalistas de produção, onde a prática é da espoliação de riquezas estratégicas mediada pela exploração de trabalho degradante. Por isso, uma tese de doutorado é um passo no projeto de vida de toda pessoa dedicada à ciência. Logo, na ciência geográfica, isto é a forma política com que nós olhamos e refletimos o pensamento sobre a constituição do espaço e o exercício de sua territorialidade.

Nós visamos, nesta Tese, o estabelecimento de conceitos e teorias, tanto da ciência geográfica, como de outras ciências, que pudessem – com ênfases nas comunidades negras

rurais do Brasil e Colômbia – auxiliar na compreensão sobre a expansão dos conflitos pela água e demais minérios do subsolo. Enfim, de forma geral, a terra e o território. Dentre as respostas de pesquisa, defende-se que os efeitos territoriais, resultantes das formas de apropriação e uso dos recursos territoriais, apresentam diferentes facetas no desenvolvimento das relações de poder e na apropriação capitalista do território.

Conclui-se ainda que a natureza dos conflitos no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó, aflora da contradição do processo de acumulação por espoliação do capital sobre os territórios. E, ainda, que desta contradição se desdobra a lógica material do agrohídronegócio e da mineração ilegal sobre os territórios negros investigados.

Com efeito, o propósito da pesquisa em questão, teve como intuito apresentar um panorama sobre as contradições e práticas espaciais, na conjuntura da acumulação do capital por espoliação e controle sobre os territórios negros na América Latina, especificamente, dos quilombolas do Cafundó, no Brasil, e dos palenqueiros de Pílamó, na Colômbia. Adiante, a reflexão partiu da espacialização dos efeitos territoriais das relações do capitalismo e das ilegalidades nos territórios tradicionais. Ambas as comunidades negras territorializam-se mediante o enfrentamento com o latifúndio, assim como a violência, o racismo e o desenvolvimento imposto consequente. Enfim, explanou-se o desenvolvimento capitalista desigual que acumula riqueza por meio da espoliação de riquezas e pela própria expropriação do trabalho.

A realização da pesquisa no Quilombo Cafundó e no Palenque Pílamó se deu coletivamente entre os quilombolas e os palenqueiros, com quem foi possível aprender e apreender saberes e fazeres, fundantes na vida inteira nesses territórios. Os episódios de conflitos territoriais marcam as territorialidades dos grupos étnicos do Cafundó e dos palenqueiros de Pílamó.

Sendo assim, os saberes práticos (*savoir-faire*) atrelados ao trabalho, permitem, na perspectiva geográfica, apreender o processo de (re)organização do território e da ação humana sobre o mesmo, ao ampliar a compreensão dos fenômenos sociais (GONÇALVES, 2016).

A pesquisa se desenvolveu a partir do trabalho de campo nessas localidades e apresentou como propósito, estudar a relação, material e imaterial, das famílias com o território e o seu lugar de viver. Constatou-se também que a relação dialética material com os recursos territoriais dessas comunidades tradicionais está completamente ameaçada pela territorialização das ações capitalistas e ilegais. Destacadamente, a ação do agrohídronegócio



e da mineração ilegal ocasionam significativos efeitos territoriais, que foram evidenciados no decorrer da Tese.

A produção agrícola em Cafundó e Pílamó determina suas formas de trabalho e compõe a cultura econômica de cada um desses territórios. Assim sendo, a apreensão material e simbólica do espaço de vivência e produção se apresentam através de *(Re)Existências* às práticas agroecológicas e ao fazer/saber (ou saber prático) da agrobiodiversidade, que animam os sujeitos a continuarem a permanecer no território.

Sobre as conflitualidades territoriais, decorrentes dos efeitos territoriais de capitalismo que ocorrem na atualidade, foi constatado que estas são sustentadas por um sistema mundial, capaz de propiciar sua manutenção local. Desse modo, esta é agora aperfeiçoada para a pilhagem territorial e se expressa como sempre, porém em proporção geométrica ou exponencial, no que diz respeito à exploração dos recursos territoriais, assim como da espoliação dos meios de produção e dos sujeitos nos territórios. Estes últimos permanecem como tais e se modificam, na medida em que sofrem a desterritorialização. A partir daí, ocorre a reconfiguração das práticas socioculturais, dos saberes/fazeres tradicionais, enfim, da sociobiodiversidade.

A prática capitalista de produção ignora qualquer cosmovisão de mundo. É importante contextualizar que as comunidades tradicionais e os grupos historicamente marginalizados pelos colonizadores, são os mais negativamente afetados – isto é, prejudicados com o avanço das práticas capitalistas mundializadas.

Movimentos sociais articulam políticas para garantir os direitos coletivos à essas comunidades, tais como o PCN, na Colômbia, e a (CONAQ), no Brasil. As ações políticas do PCN e CONAQ têm como alicerce as leis de reconhecimento das diferenças étnicas e sociais. Logo, são realizadas importantes ações, como o PBQ, assim como a valorização das narrativas dos mais velhos das comunidades e a própria reconstrução das relações ancestrais com os territórios.

Mediante as dificuldades da pesquisa de campo na Colômbia – devido aos assassinatos, em 2018, de duas lideranças do Palenque La Gloria, localizado no Departamento de Cauca – as lideranças do PCN me sugeriram a mudança da análise de caso para o Palenque Pílamó. Assim, essa pesquisa nos proporcionou uma compreensão sobre o embaraço estrutural dos efeitos territoriais, opostos ao grupo palenqueiro e mediante diversas práticas de atores e grupos econômicos nacionais e transnacionais. De certo, estes agentes expandem seus negócios e provocam derramamento de sangue, assim como sofrimento das famílias

deslocadas, além dos desaparecimentos, dos assassinatos e de outras violências materializadas no território.

Desde 2019, o Quilombo Cafundó passa por um contexto distinto de Pílamó. Após a desapropriação e titulações de suas áreas, os quilombolas conseguiram estruturar as atividades de agricultura no território. Fato que, atualmente, mobiliza os quilombolas para suas próprias atividades econômicas, culturais e religiosas.

Especificidades reafirmam, diante de um quadro exposto nessa pesquisa, uma crescente desterritorialização dos sujeitos de seus territórios, dos seus bens naturais e de suas práticas alimentares (PASINI, 2014), assim como a urgência para repensar as estruturas agrárias e os efeitos territoriais, mais precisamente, nos grupos étnicos marginalizados no Brasil e Colômbia. Os diversos caminhos abertos nesse estudo e a consequente necessidade de estabelecer uma análise mais detalhada em futuras pesquisas, sobre os efeitos territoriais nas Comunidades, mostram que tais conflitualidades são frutos do processo de espoliação e pilhagem territorial.

Os sujeitos quilombolas e palenqueiros *(Re)Existem* para continuar a *Existir*. Igualmente, as comunidades negras seguem sua luta pelos territórios de vida, pela manutenção da agroecologia e da agrobiodiversidade tradicionais, pela defesa de suas culturas material e imaterial e pela continuidade dos saberes/fazeres fundantes para a suas Existências.

Ainda, a vivência nas comunidades negras do Cafundó e Pílamó me proporcionou, a partir das relações de práxis, a compreender as dinâmicas dos locais de vivência das famílias no território, onde a experiência com esses sujeitos foram, e ainda são, de alegrias, tristeza, tensões e vitórias. Ademais, as espoliações dos territórios do quilombo e do palenque são parte do conjunto do cenário de ilegalidades especializadas também por meio dos efeitos territoriais das relações econômicas nas comunidades, como visto nos capítulos desta Tese.

Em vista disso, as tensões desenvolvidas nos conflitos históricos são realidades que nos ajudam a pensar se esse modelo de desenvolvimento é proposto, por exemplo, pelo atual presidente da república no Brasil. Ou seja, este parte da premissa da eliminação dos povos do campo, assim como da liberdade de espoliação dos recursos – por meio da mineração ilegal, onde os efeitos dos resíduos como o mercúrio nas bacias hidrográficas são fatos concretos e triste de se ver – além das guerrilhas e dos narcotraficantes na Colômbia, que só expandem sangue por onde passam, com sua forma de acumular capital e poder.

Sendo assim, as alternativas construídas como proposta a esse modelo de crescimento econômico no campo, pelos grupos do Cafundó e Pílamó, foram, e ainda são, de extrema

importância nas relações de cuidado e amor com os recursos territoriais; assim como produzir de forma limpa, sem agrotóxicos e sementes transgênicas, além da cultura e religião que complementa o jeito de ser destes grupos étnicos no território; e a *(Re)Existência* construída na luta por terra e território, capaz de desenhar um campo de perspectivas para os sonhos dos quilombolas do Cafundó e para os palenqueiros de Pílamó.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Diana. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia étnica**: a África, o Brasil e os territórios dos quilombos. VI Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia do Brasil. Fortaleza: [s.n.]. 2005. p. 320-350.

\_\_\_\_\_. A África brasileira: população e territorialidade. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 147-164, 2009. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/116/95>>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**: geografia africana - cartografia étnica - territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editoras e Consultoria, 2009.

ALMEIDA, Paul.; ULATE, Allen Cordero. **Movimientos sociales en América Latina**. In: ALMEIDA, Paul et al. (Org.). **Movimientos sociales en America Latina**: Autónoma de Buenos Aires: perspectivas, tendencias y casos, 2017.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **América Latina**: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

ASTE, J. Perú: **expansión minera y desarrollo sostenible en economía y sociedad**. Cies: Peru, 2007.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

\_\_\_\_\_. Direitos Étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, p. 93-123, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a05>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARIZA, Vera Eduardo; CHAVARRO, Pinzón Mauricio; VARGAS, Patricia. **Paisajes vivos, paisajes observados**: la percepción territorial en la zonificación ecológica del pacífico colombiano. Bogotá: Gente Nueva, 1999.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na geografia cultural. **ANPEGE**, v. 9, p. 41-50, 2013.

\_\_\_\_\_. **DIÁSPORA**: viver entre-territórios e entre-culturas. Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona, Espanha, no período de agosto de 2006 a março de 2007, com o apoio de CAPES.

AROCHA, Jaime. Los negros y la Nueva Constitución Colombiana de 1991. **América Negra**, p. 39-54, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo globalizado e recurso territorial: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UFAM, 2008.

ACHINTE, Adolfo Albán. Racialización, violência epistémica, colonialidad linguística y re-existencia em el proyecto moderno-colonial. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera et al. (Org.). **Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las América Negras**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia e Universidad del Vall, 2010.

BAGNASCO, Arnaldo. **La costruzione sociale del mercato**. Studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia. Bologna: Ed. Il Mulino, 1988.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Cassemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 271-298, jul./ago. 2016.

BARREIRA, Maria Cecília Roxa Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: EDUC, 2001.

BARTOLOMÉ, Alberto Miguel. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 39-68, 2006.

BEDOYA, C. **Minería y escenarios conflictivos en coyuntura - análisis económico y social de actualidad**. Centro de investigaciones sociológicas, econômica, política y antropológicas – PUC Perú, 2007.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul/dez, 2009, p. 289-321.

BENISTE, José. **Òrún Àiyé - o encontro de dois mundos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Dicionário yorubá português**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa o movimento operário europeu em crise**. Boitempo: São Paulo, 1998.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Sociologia Política da UFSC**, v. 2, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.10, p. 11-27, 2007. Disponível em: <  
<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719/2127>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin. 1949

BRAVO, Alfredo Molano. **Aproximaciones históricos al paramilitarismo**. Mapamundi de conflictos América Latina: Barcelona, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fradmentos de la historia del conflito armado (1920-2020)**. Espaciocritico: Habana; Cuba, 2015.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962.

CALAINHO, Daniela Buono. **História medieval do Ocidente**. Rio de Janeiro, Vozes; Ed. PUC-RIO, 2014.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de; SILVA, Vicente de Paulo da. Riscos e efeitos territoriais na implantação de empreendimentos agroindustriais canavieiros. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, V. 28, p. 262-279, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio de. Patrimônio cultural: saberes e usos da floresta. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org). **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: Fundação de Apoio às Pesquisas, 2009. Op. 20.

CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. n. 9, p. 57-66, 1992.

CANAS, Cecília Orozco et el. (Org.). **Caracterización espacial y funcional de Bahía Málaga**. Santiago de Cali: Universidad del Valle, 2008.

CASTELBLANCO, Libia Rosario Grueso. **Representaciones y relaciones en la construcción del proyecto político y cultural del Proceso de Comunidades Negras en el contexto del conflito armado en la región del Pacífico Sur colombiano**. Fundación Rockefeller, 2005. Disponível em: <

<https://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Representaciones%20en%20comunidades%20negras%20de%20Colombia.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CAÑAS, Cecilia Orozco et. al. **Caracterización espacial y funcional de Bahía Málaga**. Santiago de Cali: Ed. Universidad del Valle, 2008.

CALVENTEL, Maria del Carmen Matilde Huertas. Comunidades tradicionais, identidade territorial e memória: a tessitura do passado comum. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 580-606, 2017.

CORREIA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**. 2001. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CONTI, Irio Luiz. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe, 2020**. (LC/PUB.2020/21-P), Santiago, 2021.

Constitucion politica de **Colombia 1991**. Imprenta: Santafe de Bogota, Ministerio de Justicia Y Del Derecho, 1996. Descrição Física: 343 p.

CUNHA, Marina Procópio Rodrigues da. **Representações da Guerra dos Mil Dias Em Cem Anos de Solidão e Ninguém Escreve ao Coronel**. Dissertação de (Mestrado em História) - apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2014.

CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade guarani: Uma teologia ameríndia da palavra**, São Leopoldo/RS: IEPG; Editora Sinodal, 1998.

CHASQUI, Jesica Wendy Beltrán. **Etnocartografia na costa pacífica da Colômbia, remapeando a ruralidade no município de Lopez de Micay Cauca**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – RS. 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Xamã: São Paulo, 1996.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: Uma oportunidade para repensar a geografia. In:

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

DE-PAULA. Victor Gomes.; LAMAS-CORREIA, Ronald.; TUTUNJI, Valdi Lopes. **Garimpo e mercúrio: impactos ambientais e saúde humana**. Universitas: Ciências da Saúde. v. 4, n. ½, p. 1001-110, 2006.

DOMÍNGUEZ, Luis Guilherme Ramos. **Historia, cultura y personajes de la bolsa: relatos y leyendas de los negros de norte del Cauca y sur del Valle**. Cali, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**, Bogotá: Ed. Nueva América, 1995.



DUQUE, Karo Ramírez. **Uma análise aos fluxos migratórios e dinâmicos do deslocamento forçado na Colômbia para o período 2000-2007**. Confins: São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/confins/11466> ; DOI : 10.4000/confins.11466>. Acesso em: 05 jan. 2019.

EVEDOVE, Leonardo Ulian Dall. Recursos Naturais e Conflitos Armado. **Revista Política Hoje** – 1ª Edição – v. 23 - p. 11-23. 2014.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Downloads/43540-168657-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur**. Revista de Antropología Iberoamericana. p. 11 – 32, 2016. Disponível em: < <http://www.aibr.org/antropologia/netesp/numeros/1101/110102.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, (Org). **Ensino de geografia: práticas e textualização no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ESCALANTE, Aquiles. **Palenque de San Basilio: obra maestra del patrimonio intangible de la humanidad**. Bogotá D.C., Colombia, 2002. Disponível em: < <http://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/03-Presentacion-Dossier-Unesco---Palenque-de-San-B.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Palenques en Colombia. **CESLA**, n. 7, p. 385-390, 2005. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2433/243320976022.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. civilização brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

FALKEMBACH, Elza Maria F. **Diário de campo: um instrumento de reflexão**. Contexto e educação. Ijuí, v. 2, n. 7, jul./set. 1987.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFER, Paulo; KLEEB, Suzana. (Orgs.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. São Paulo: Prefixo Ed., 2019.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 7. P. 105-118, out. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1968/1718>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FERREIRA-SANTOS. Marcos. **O ancestral: entre o singular e o universal**. In: AMARAL, M. Culturas Juvenis. São Paulo, 2012. Disponível em:< [www.marculus.net](http://www.marculus.net)>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Porto Alegre: Globo, 2003.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **NO PAÍS DO MANO MUÇA, EU SOU CARVÃO: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

FRIEDEMANN, Nina S. de. Lumbalu: ritos de la muerte en Palenque de San Basilio, Colombia. **Filologia y Linguística**, v. XVI, n. 2, p. 51-63, 1990. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/document%20(1).pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

FLORES, R. K.; MISACZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 22, n. 73, Apr./June 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230733>. Acesso: 20 maio 2019.

GALAFASSI, Guido P. **Naturaleza, sociedad y alienacion: Ciencia y desarrollo en la modernidade**. Uruguay: Nordan-Comunidad, 2004.

GALVÃO, Andréia. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **DEBATES**, Porto Alegre, v. 2, p. 8-24, 2008. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/6436-22443-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

GERLACH, Allen. **Indians, Oil, and Politics: A Recent History of Ecuador**. 2003. Disponível em: < <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/812/882>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GALLIANO, Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Mosaico, 1979

GOMES, Paulo César da C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco et. al. **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN): p.13-30, 2009.

GONÇALVES, Ângela Aparecida; BONNICI, Thomas. O conceito de resistência em três textos da literatura brasileira à luz da teoria pós-colonial. **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 27, p. 151-161, 2005.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **SE O CASCALHO INFORMA BEM A PENEIRA TIRA A DÚVIDA:** Geografia e pesquisa qualitativa nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG, 2013. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/poemas/files/2015/12/Gon%C3%A7alves-2013-Se-o-cascalho-informa-bem-a-peneira-tira-a-d%C3%BAvida.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **No horizonte, a exaustão:** disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

GOMES, André Luís. **Quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP):** direitos territoriais, uso da terra e herança cultural do lugar. 2014. 153 f. Relatório de qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

GOENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.

GUEVARA, Natalia. **San Andrés Isla, Memorias de la colombianización y Reparaciones.** 2009. Disponível em: < <http://www.bdigital.unal.edu.co/1237/10/09CAPI08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GRUESO, Libia; ROSERO, Carlos; ESCOBAR, Arturo. “The process of black community organizing in the Southern Pacific coast of Colombia”. In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), **Cultures of politics, politics of cultures: Re-visioning Latin American social movements.** Boulder, Westview, p. 196-219, 1998.

GMH. **¡Basta ya! Colombia:** Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Para entender O Capital.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 2004.

Instituto Colombiano de Geología y Minería (INGEOMINAS). Popayán: Geología, geoquímica y ocurrencias minerales. **Por Publicación especial**, n. 22, p. 1-54, 1999, Santafé de Bogotá.

INGEOMINAS, Instituto Colombiano de Geología y Minería. Popayán: Geología, geoquímica y ocurrencias minerales. **Por Publicación especial**, Bogotá., p. 1-54, 1999.

HOFFMANN, Odile. **Comunidades negras en el pacífico colombiano. Innovaciones y dinámicas étnicas**. Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2007. Disponível em: <[http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1038&context=abya\\_yala](http://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1038&context=abya_yala)>. Acesso em: 20 de mar. de 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HURTADO SAA, Teodora. **Treinta años de protesta social: el surgimiento de la movilización étnica afrocolombiana en el norte del Cauca**. Documento de Trabajo: Cali, 2000. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Documents/UFG%202016/Doutorando\\_UFG\\_2017/Constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20TESE/Constru%C3%A7%C3%A3o%20dos%20capitulos/Cap%C3%ADulo%202/Nova%20pasta/Impactos%20de%20la%20ley%2070%20y%20din%C3%A1micas%20pol%C3%ADticas%20locales%20de%20las%20poblaciones.pdf](file:///C:/Users/User/Documents/UFG%202016/Doutorando_UFG_2017/Constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20TESE/Constru%C3%A7%C3%A3o%20dos%20capitulos/Cap%C3%ADulo%202/Nova%20pasta/Impactos%20de%20la%20ley%2070%20y%20din%C3%A1micas%20pol%C3%ADticas%20locales%20de%20las%20poblaciones.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

HÉRNANDEZ LARA, J. **Procesos políticos locales en el norte del cauca y el sur del Valle 1988 - 2007**. En: J. Hernández Lara, Desigualdades étnico raciales, acción colectiva, etnicidad y resistencia en el norte del Cauca y el sur del Valle. Univalle, Cali. 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IOKOI, Z. M. G. **IGREJA E CAMPONESES. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo. Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo.: Hucitec., 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, v. 6, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

JESUS, Fábio Nunes de. **Da roça ao território: identidade e prática socioespacial quilombola de circularidade cosmogônica no Piemonte da Diamantina, Bahia**. 2019. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

\_\_\_\_\_. **Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros- BA: dos espaços de referências à afirmação identitária**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In: **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, set. 2005. Disponível em:

<[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Tonico/2s2012/Texto\\_1.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tonico/2s2012/Texto_1.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 34: Rio de Janeiro, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIMA, Suzana Carvalho. **TERRITÓRIO E IDENTIDADE**: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2017.

LIMA, Valderez Marina do Rosário; HARRES, João Batista Siqueira; PAULA, Marlúbia Corrêa de (Orgs.). **Caminhos da pesquisa qualitativa no campo da educação em ciências**: pressupostos, abordagens e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

LOUARGANT, Sophie; PERRIN-BENSAHEL, Liliane. **Une approche de la notion de ressources territorialisées par la problématique de genre**. 2008. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00261771>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

LUNA BENÍTEZ, Mario. **La región del norte del Cauca y el sur del Valle examinada según los rasgos del conflicto armado**. En J. Hernández Desigualdades étnico raciales, acción colectiva, etnicidad y resistencia en el norte del Cauca y el sur del Valle. Cali.: Univalle, 2009.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do Capital**: estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Tradução de Montz Bandeira. Ed. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1983.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. IV CTurTI: agradecer em verso, prosa e imagens GORAYEB, Adryane. et al. (Orgs.). **IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais**: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2017/ Fortaleza: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, 2018.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 46-51. Disponível em:<<file:///C:/Users/Lucas/Downloads/dicionario%20de%20Educacao%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARTINS, Élvio Rodrigues. GEOGRAFIA E ONTOLOGIA: O FUNDAMENTO GEOGRÁFICO DO SER. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 21, p. 33-51, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia de história lenda**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L. PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

MARÍN CARVAJAL, Isabela; SANTOS, Iván. **El conflicto armado en el sur del Valle y el norte del Cauca y su impacto humanitário**. Fundación Ideas para la Paz. 20 de junio de, Bogotá: Colômbia, 2014. Disponível em: <<http://www.ideaspaz.org/publications/posts/1004>>. Acesso em: 11 dez. 2020.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território**. Belém, PA: Grupo de Pesquisa Cultura e Sociabilidade na Amazônia, 2012. Disponível em: <[http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografia\\_cultural/120.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografia_cultural/120.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

\_\_\_\_\_. **MOVIMENTOS SOCIAIS E UNICIDADE ORGÂNICA DO TRABALHO: OS POVOS CERRADEIROS**. Publicado originalmente em: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. 21 a 26 de julho de 2002 – João Pessoa – PB, 2002. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/MENDONCA\\_Marcelo\\_movimentos\\_sociais.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/MENDONCA_Marcelo_movimentos_sociais.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MIKLOS, Andreas Attila de Wolinsk; GOMES, André Luís. Do natural ao social: meio físico, uso do (sub)solo e transformação da paisagem na comunidade remanescente de quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE). **Disciplina de pedologia, sobre o solo do Quilombo Cafundó**. São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Attila/2s2015/aulas/aula\\_4/anexos/Aula\\_Andre\\_Pedologia\\_Programa\\_Aperfeicoamento\\_Ensino\\_PG\\_DG\\_USP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Attila/2s2015/aulas/aula_4/anexos/Aula_Andre_Pedologia_Programa_Aperfeicoamento_Ensino_PG_DG_USP.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORSE, Richard. M. **O Espelho de próspero**. Cia das Letras, São Paulo, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Quilombo resistência ao escravismo**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: história, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
- \_\_\_\_\_. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
- \_\_\_\_\_. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Aline Cristina. **“A ÁGUA TEM SER VIVA E PRA GENTE VIVER”**: o dissenso dos consensos na apropriação da água no Alto do Rio São Marcos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2020.
- NUÑEZ, M. **Contexto de violencia y conflicto armado**. En: M. d. Iris, Monografía político electoral departamento de Cauca 1997 a 2007. Bogotá, 2011.
- NIANE, Djibril Tamsir. Conclusão. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (História geral da África, 4). p. 763-778.
- NOVA, Luiz Henrique Sá da. **Classe e identidade, conceitos convergentes**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador, p. 1-14, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19378.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.
- OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; SILVA, Carla Holanda da. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, 2017.
- OLIVEIRA, João Bertoldo de. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. **Boletim Científico**, Campinas, v. 45, p. 45-112, 1999. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/porassunto/solos.php>>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Edgar da Silva; LIMA, Leandro Oliveira de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da mineração em Goiás: os efeitos territoriais da exploração de ouro em Faina-Go. **Revista Pegada**, v. 20, n. 2. Maio-Agosto/2019. Disponível em: <



<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6117/pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PARDO, Mauricio. **Acción colectiva, estado y etnicidad em el Pacífico colombiano**. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Colciencias, 2000.

PALOMINO, Héctor et al. A política e o político nos movimentos sociais na Argentina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 309-342.

PARRA, Nidia Stella Rincón. Contexto y perspectiva de la red de suministro: Plantas aromáticas en Colombia. **Económicas CUC**, v. 33 n. 1, p. 135-156, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-ContextoYPerspectivaDeLaRedDeSuministro-5085542.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PASINI, Isabela Leão Ponce. **Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade Quilombola Angelim I, no Sapê do Norte – ES**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa - MG, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2014.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. Condição camponesa e novas identidades entre remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira de Iguape. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de, MENEZES, Marilda Aparecida de, MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 229-250. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade-do-campesinado-vol1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Remanescentes de Quilombos: Redes Sociais e Processos Políticos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 127-159, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/982/844>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

PALACIO, Juan José Espinal. **El proceso de manumisión de esclavos en la República de Colombia. Una mirada cuantitativa a la liberación de esclavos en Medellín durante la primera mitad del siglo XIX vista a través de cartas de manumisión**. v. 13: Medellín, 2016.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, p. 4-18., 2012.

PEÑARANDA SUPELANO, Daniel Ricardo. Guerra propia, guerra ajena. **Conflictos armados y reconstrucción identitaria en los Andes colombianos**. El Movimiento Armado Quintín Lame. Bogotá.: CNMH. 2015.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Porto: Portucalense, 1971.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Dimensão Geopolítica da Crise Brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. **GEOgraphia** - Ano. 18 – n. 37, 2016.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção dos territórios na América Latina/ABYA YALA**. UNAM, 2012.

\_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Procuraduría General de la Nación. (2011). Informe preventivo sobre la minería ilegal. Bogotá: **Procuraduría General de la Nación**.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: < [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acessado em 25 de fev. de 2018.

\_\_\_\_\_. Qué tal raza!. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera et al. (orgs.). **Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las América Negras**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia e Universidad del Vall, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIREZ-MIRANDA, César. Critical reflections on the New Rurality and the rural territorial development approaches in Latin America. **Agron. colomb.**, v.32, n.1, p.122-129, 2014.

RAHIER, Jean Muteba e DOUGÉ-PROSPER Mamyrah. Los afrodescendientes y el giro hacia el multiculturalismo en las “nuevas” Constituciones y otras legislaciones especiales latino-americanas: particularidades de la región andina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 1, Dossiê Especial - Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural, Brasília, CEPPAC, 2014, pp. 220-235. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/11464-37300-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

RATZEL, Friedrich. **Geografia**. Ática: São Paulo, 1990.

RESTREPO, Eduardo. **Biopolítica y alteridad: dilemas de la etnización de las colombianas negras**. In: RESTREPO, E; ROJAS, A. Conflictos e (in) visibilidad. Retos en los estudios de gente negra en Colombia. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

\_\_\_\_\_. **Etnización de la negritud:** La invención de las comunidades negras como grupo étnico en Colombia. Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

REY, Fernando Gonzalez. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de construção da informação. Thomson: São Paulo, 2005.

**Relatório técnico-científico sobre a Comunidade de Quilombo do Cafundó/Salto de Pirapora-SP.** S. l.: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, dez. 1999.

Disponível em: <[http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes rtc/RTC\\_Cafundo.pdf](http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes rtc/RTC_Cafundo.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, p. 111-122, 2009.

Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/154/80>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

RESTREPO, Eduardo. Afrodescendientes y minería: Tradicionalidades, conflictos y luchas en el Norte del Cauca, Colombia. **En: Vibrant**, v. 2, n. 14, p. 3-15. 2017.

ROJAS, Juana Carlos Gómez. C. La experiencia cultural del espacio vivido y el espacio abstrato; una perspectiva ricoueriana. **Investigaciones Geográficas**. Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, p. 119-125, 2001. Disponível em: <

<http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n44/n44a9.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

ROBERTS, Kenneth. **Changing course:** Party systems in Latin America's neoliberal era. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade:** relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Regional de Catalão, Departamento de Geografia, 2014.

ROCA, Zoran; MOURÃO, Jorge Carvalho. **Identidade territorial e desenvolvimento local e regional - entre a retórica e a prática.** 2003. Disponível em: <

[http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_IV\\_Congresso\\_APG/Actas\\_CD/Comunica/emerg\\_sp/ident\\_ter.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_IV_Congresso_APG/Actas_CD/Comunica/emerg_sp/ident_ter.pdf)>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

RICCI, Rudá Guedes Moisés Salerno. **Fuga para o futuro:** novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Usos dos Território e Políticas Territoriais Contemporâneas: Alguns Canários no Brasil, União Europeia e Mercosul. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 1, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2010.

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI.** Paco: Jundiá, 2018.

SANTANA, Gilsely Barbara Barreto. **A foto cabe na moldura:** a questão quilombola e a propriedade. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Ana Flávia Moreira et al. Impactos supostos, violências reais: a construção da ilegalidade na implantação do projeto Minas-Rio. In.: ZHOURI, Andréa (Org.); OLIVEIRA, R. et al. **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

SANTOS, Diana Anunciação. Território e identidade: o caso da comunidade remanescente de quilombo Velame. In.: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais**, Salvador, p. 1-16, 2011. Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307108533\\_ARQUIVO\\_ArtigoFinal\\_CONLAB\\_DianaAnunciacao.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307108533_ARQUIVO_ArtigoFinal_CONLAB_DianaAnunciacao.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SALOMÓN FONTANILLA, Samia Milena. **Efecto de la extracción de piedra sobre la comunidad periférica en ríos del piedemonte llanero colombiano**. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2012.

SANTOS, Joseane dos et al. Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 20, n. 37 p. 216-233, 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4491/3897>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, Marcelo. **Exploração de recursos naturais e conflitos sociais: os casos de Peru e Equador**. In: AYERBE, Luis Fernando (Org). Territorialidade, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Construindo pontes entre vivências quilombolas, políticas públicas e concepções científicas. MOTA, Rosiane Dias; BRETAS, Isabella de Faria; ALMEIDA, Maria Geralda de (Orgs). **II Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombolas Kalunga, políticas sociais e pesquisa no território Kalunga**. Goiânia: UFG/IESA, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio; ALVES, Adilson Francelino (Org.). **Perspectivas de desarrollo rural en América Latina**. 1a. ed. Salento, Italia: Università del Salento - Perspectives on rural development, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia**. IN: Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. **ENTRE QUILOMBOS E PALENQUES**: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Produção agrícola em quilombos: (re)existências a espoliação dos recursos territoriais. XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA – ANANPEGE, 10 A 15 de outubro de 2021.

SILVA, Lucas Bento da. **A dinâmica da construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó (Santo de Pirapora-SP)**. Dissertação de (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

\_\_\_\_\_. **A construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó**. 2011. Monografia apresentada para aprovação do Curso em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2011.

\_\_\_\_\_. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 32 – Dossiê p. 195-213, 2016. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4797/4118>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SINGER, Paul. **O capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo, Editora Moderna, 1987.

SILVA, Simone Rezende da. **Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Ligia Osorio. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectivas**, v. 11, p.15-25, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=res>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, V.A.C. **Políticas compensatórias**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, p. 7-9, 2007. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/91/98>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá**, n. 4, p. 29-39, dez. 2011

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Panorama histórico, identidade e política do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de ciências sociais, Universidade de Brasília, 2008. Brasília.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Universidade de Brasil, Programa de Pos-Graduação em Antropologia Social, Brasília, 2008.

SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 7, p. 92-99; Rio de Janeiro, 2002.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Comunidades quilombolas: direito à terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares: Minc: Editora Abaré, 2002.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. En publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecilia Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 5, 10, p. 1-18, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.

TANNÚS, Marcos Bartasson et. al.. Projeto Paracatu: concepção e resultados preliminares. **Jornada Internacional sobre el Impacto Ambiental del Mercurio Utilizado por la Minería Aurífera Artesanal em Iberoamérica**. Setembro de 2001. Lima, Peru: CYTED, 2001.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes. O caso do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: uma análise Orçamentária. **EnANPAD**. São Paulo, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. 1998. São Paulo: Companhia das

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em geografia**. Presidente Prudente/SP, 2012. Mimeo. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/PesquisaQualitativaemGeografia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

TRUJILLO FERRARI, Alonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982

VENTURI, Luis Antonio Bittar. O papel da técnica no processo de produção científica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

VELÁSQUEZ RIVERA, Edgar de Jesús. **Historia del paramilitarismo en Colombia**. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007.

VILLEGAS, Luis Fernando Botero. **De negros a Afros: Ley 70, poder e identidades negras en el Pacífico sur de Colombia**. Ed. Nueva Milenio: Medellín, 2005.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. **A África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WADE, Peter. **The cultural politics of blackness in Colombia**. American Ethnologist, vol. 22, p. 342-358, 1995.

\_\_\_\_\_. **Compreendendo a “África” e a “negritude” na Colômbia: a música e a política da cultura**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n. 1, p. 145-178, 2003.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

ZEGADA, María Tereza; TÓRREZ, Yuri y CÁMARA, Gloria. 2008 **Movimientos sociales en tiempos de poder: articulaciones y campos de conflicto en el gobierno del MAS**. Cochabamba, Centro Cuarto Intermedio y Plural, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35159226.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.



## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TERRA, ÁGUA, SUBSOLO: os efeitos socioespaciais da mineração e do agronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamo/Colômbia.

**Pesquisador:** LUCAS BENTO DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 91622318.6.0000.5083

**Instituição Proponente:** Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.107.870

#### Apresentação do Projeto:

A preocupação em entender as especificidades dessas comunidades negras e a história de uma Ciência sempre é relevante. Principalmente para visualizar as principais influências filosóficas e os pressupostos teórico-metodológicos que podem ser aplicados em pesquisas de campo. A relevância epistemológica da ciência geográfica e as categorias ou conceitos da geografia, e de outras ciências, foram elementos fundamentais para a construção desse texto. Estudo que reflete uma proposta de vivência em pesquisa de campo e sobre o tipo de conhecimento produzido no encontro etnográfico em um quilombo e em um palenque. Dessa forma, o trabalho de campo tem como objetivo discutir os métodos e abordagens utilizadas na geografia, assim como em outras ciências, concernentes aos conhecimentos relativos à apreciação das categorias geográficas de lugar, território, espaço e região. Isto posto, para compreendermos as relações ecológicas e sociais dos quilombolas e palenqueiros e as suas formas de ser no território - e as contradições da modernização no campo - é necessário percebermos todos os elementos que estão presentes e que contribuem na fisionomia daquele espaço, a saber: a geologia; a economia; a demografia; a educação; saúde; conflitos territoriais; hidrografia; entre outros aspectos.



O projeto parte da hipótese de que “as contradições do modelo de industrialização capitalista, recente no Pacífico, a partir da efetivação de megaprojetos, estão produzindo efeitos socioambientais danosos a partir do agronegócio e da mineração na localidade. Bem como, interferido na identidade e na produção de alimentos dos palenques e quilombos, assim como intensificando os conflitos territoriais, efetivando assassinatos e deslocamento forçado das famílias do território.”

### **Objetivo da Pesquisa:**

#### **Objetivo Primário:**

Analisar os efeitos socioespaciais da mineração e do agronegócio no Quilombo Cafundó/Brasil e no Palenque Pílamo/Colômbia

#### **Objetivo Secundário:**

- Sistematizar a constituição dos palenques e dos quilombos (sujeitos palenqueiros e quilombolas) na Colômbia e no Brasil e a documentação cartográfica do Pacífico colombiano e da região sudoeste do Estado de São Paulo, Brasil;
- Averiguar e mapear aspectos fundamentais da identidade territorial nas territorialidades do Quilombo Cafundó e Palenque Pílamo;
- Identificar os efeitos do agronegócio e da mineração na organização territorial das áreas pesquisadas; Comparar os efeitos das políticas governamentais para o agronegócio e a mineração sobre a identidade territorial no Quilombo Cafundó e Palenque Pílamo;
- Comparar os efeitos das políticas governamentais na produção de alimentos na região do Quilombo Cafundó e Palenque Pílamo.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Relatam que:

"Riscos:

Risco mínimo.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa são para o avanço da cidadania e para identificar pontos convergentes no sentido de construir e assegurar subsídios às ações e formulações políticas emancipatórias para

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Serão entrevistadas grupos de pessoas, todas com mais de 25 anos.

O Relator julga que as perguntas do roteiro de questionário apresentado não sujeitam os entrevistados a situações que afrontem a ética em pesquisa. Todas as garantias estão explicitadas no TCLE: direito à indenização, identificação ou não, caso haja constrangimento o participante pode deixar de responder; solicitam a possibilidade do uso da voz/imagem/opinião do participante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- Carta de encaminhamento
- O protocolo foi instruído com projeto, roteiro de entrevista, folha de rosto assinada pelo pesquisador responsável e pela diretora da unidade e termo de compromisso assinado pelos pesquisadores.
- Modelo do TCLE corrigido, versão português e versão espanhol.

\_ TCLE: Apresentam os procedimentos utilizados da pesquisa. Entrevista, observação participativa, registros fotográficos e audiovisuais. Solicitam ou não a permissão para a divulgação da imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa; Especificação de possível desconforto emocional e/ou de possíveis riscos psicossociais (ex.: constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.), bem como os benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da participação do participante em sua pesquisa; As formas de ressarcimento das despesas, por exemplo, de transporte e alimentação decorrentes da cooperação com a pesquisa realizada, serão informadas caso haja necessidade. Solicitam ou não a permissão da identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa; Há a garantia expressa de liberdade do/a participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; Caso haja algum constrangimento, o participante poderá deixar de responder. Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; Há o direito dos participantes de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa; Solicitam a autorização ou não para a guarda do material para pesquisas futuras

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação do presente protocolo de pesquisa, smj deste Comitê.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP/UFPA o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem               | Autor                | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------|----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1150890.pdf | 20/12/2018<br>12:17:35 |                      | Aceito   |
| Outros                                                    | carta.doc                                     | 20/12/2018<br>12:15:56 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Cafundo_Brasileiro.doc                   | 20/12/2018<br>12:00:59 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Pilamo_espanhol.doc                      | 20/12/2018<br>11:59:52 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | de.pdf                                        | 10/12/2018<br>21:11:03 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | Folhaderosto.pdf                              | 10/12/2018<br>20:53:07 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Outros                                                    | Termo_Compromisso.pdf                         | 29/11/2018<br>17:19:55 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Outros                                                    | Pilamo.pdf                                    | 29/11/2018<br>13:38:07 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Outros                                                    | Cafundo.pdf                                   | 29/11/2018<br>13:31:43 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | LucasSinpGeo2018.doc                          | 29/11/2018<br>13:09:32 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento /                           | Cafundo_enviar.doc                            | 29/11/2018<br>12:55:00 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito   |

Página 04 de

|                                                           |                    |                        |                      |        |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|--------|
| Justificativa de Ausência                                 | Cafundo_enviar.doc | 29/11/2018<br>12:55:00 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Pilamo_enviar.doc  | 29/11/2018<br>12:52:51 | LUCAS BENTO DA SILVA | Aceito |

|        |                           |                        |                         |        |
|--------|---------------------------|------------------------|-------------------------|--------|
| Outros | ROTEIROSDEENTREVISTAS.doc | 18/06/2018<br>05:44:04 | LUCAS BENTO DA<br>SILVA | Aceito |
|--------|---------------------------|------------------------|-------------------------|--------|

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOIANIA, 07 de Janeiro de 2019

---

**Assinado por:**  
**João Batista de Souza**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:**Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2

**Bairro:**Campus Samambaia, UFG

**CEP:** 74.690-970

**UF:** GO

**Município:**GOIANIA

**Telefone:**(62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:**cep.prpi.ufg@gmail.com